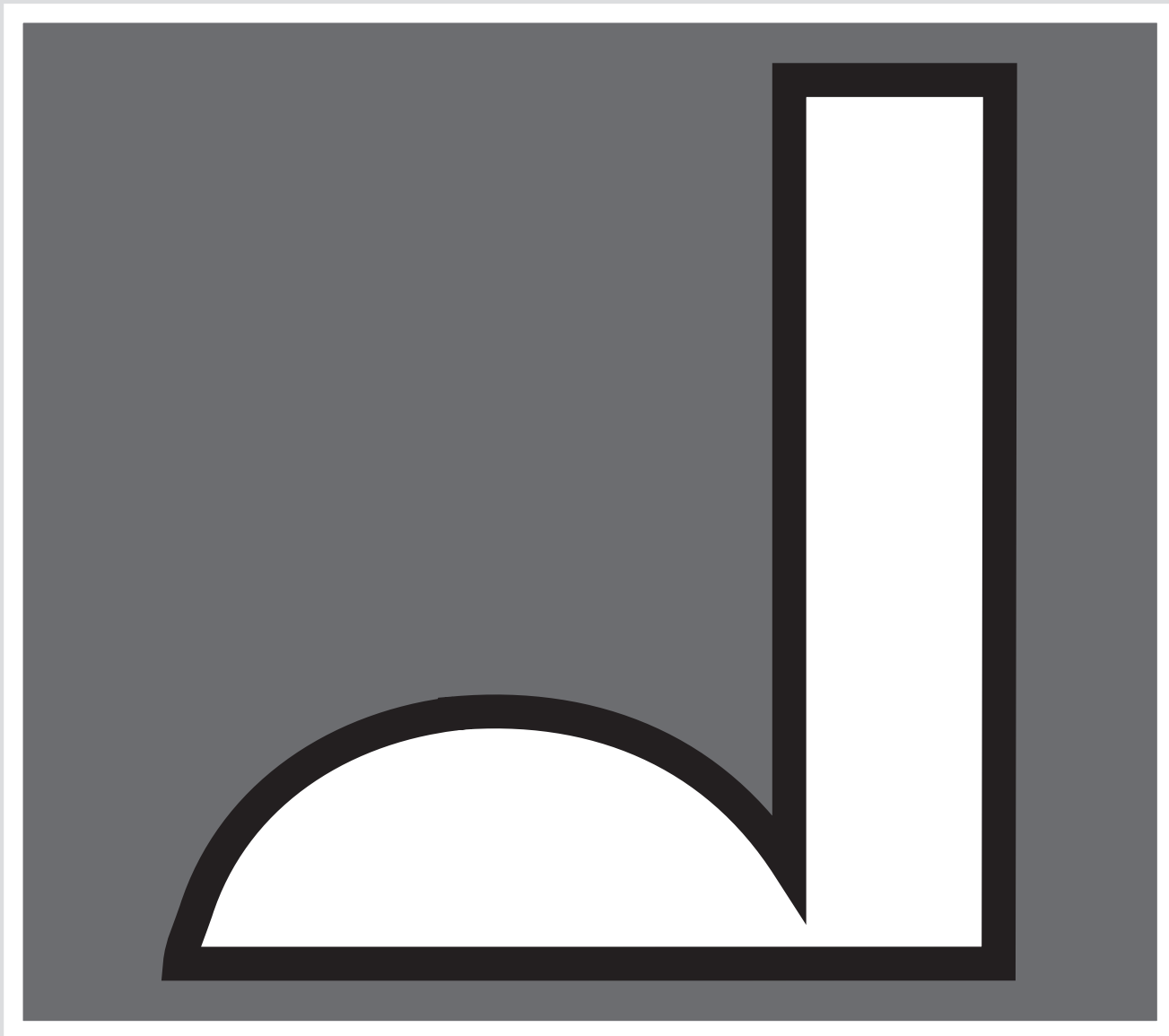




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 124 - SÁBADO, 13 DE AGOSTO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>1ª Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC</p> <p>2ª Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p> <p>1ª Secretário Efraim Morais – PFL – PB</p> <p>2ª Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA</p>		<p>3ª Secretário Paulo Octávio – PFL – DF</p> <p>4ª Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1ª Serys Slhessarenko – PT – MT 2ª Papaléo Paes – PMDB – AP 3ª Alvaro Dias – PSDB – PR 4ª Aelton Freitas – PL – MG</p>
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>Vice-Líderes Garibaldi Alves Filho (Vago) Gilberto Mestrinho (Vago) Amir Lando Papaléo Paes</p> <p>LÍDER DO PMDB – 23 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (Vago) Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Motta Valdir Raupp</p> <p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 19</p> <p>LÍDER Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p>LÍDER DO PT – 13 Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT</p>	<p>Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p>LÍDER DO PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDERES DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO PP – 1 Valmir Amaral</p> <p>LÍDER DO PL – 3 Marcelo Crivella</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 3 João Capiberibe</p> <p>VICE-LÍDER DO PSB (Vago)</p> <p>LÍDER DO P-SOL Heloisa Helena</p> <p>VICE-LÍDER DO P-SOL Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p>	<p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – Sem Partido</p> <p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 27</p> <p>LÍDER José Jorge – PFL</p> <p>VICE-LÍDERES Álvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p>LÍDER DO PFL – 15 José Agripino</p> <p>VICE- LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro</p> <p>LÍDER DO PSDB – 12 Arthur Virgílio</p> <p>VICE- LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agacieli da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>		<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 133ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 12 DE AGOSTO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de requerimento

Nº 866, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando voto de aplauso ao economista Luiz Gonzaga de Mello Belluzo pelo recebimento do Prêmio Intelectual do Ano – Troféu Juca Pato. 27343

1.2.2 – Discursos do Expediente

SENADOR RODOLPHO TOURINHO – Análise da questão do déficit nominal zero, sob o ponto de vista de um Estado – no caso, a Bahia. Defesa de austeridade na política fiscal. 27343

SENADOR PEDRO SIMON – O depoimento de Duda Mendonça à CPMI dos Correios e o agravamento da crise política. 27346

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Denúncias de corrupção contra o PT. Expectativa quanto ao pronunciamento que o Presidente Lula fará hoje à nação. 27348

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Nota de autoria de integrantes da equipe econômica por meio da qual foi desmarcada reunião com parlamentares para debater a política fiscal de longo prazo. 27351

SENADOR JOSÉ AGRIPINO – Críticas ao Presidente Lula pela contratação do publicitário Duda Mendonça para as campanhas eleitorais do PT. 27351

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Análise da atual crise. Percepção de que o Presidente da República deva se pronunciar perante a nação. Sugestão de que seja assegurada a palavra aos Senadores para que possam se manifestar após o pronunciamento do Presidente Lula. 27353

SENADOR MARCELO CRIVELLA – Participação do Partido Liberal na composição do atual governo. Expectativas em relação ao pronunciamento que será feito pelo Presidente da República hoje. 27355

SENADOR PAULO OCTÁVIO – Expectativas diante do pronunciamento que fará o Presidente da República no dia de hoje. Avaliação sobre as obras sociais desenvolvidas no Distrito Federal. 27356

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Abordagem sobre a atual crise. Registro do acompanhando das ações que se desenvolvem no Congresso Nacional pela população, salientando a votação do valor do salário mínimo. Conclamação para que o povo se manifeste diante da crise vivida pelo País. 27357

SENADOR MÃO SANTA – Considerações sobre a crise política do Brasil. 27360

SENADORA HELOÍSA HELENA – Reflexão a respeito da corrupção no governo federal. 27362

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Comentários a respeito de entrevista do Sr. Valdemar Costa Neto à revista *Época*. Expectativa sobre o pronunciamento do Presidente Lula à nação. 27369

SENADOR JOSÉ AGRIPINO – Reabertura das contas da campanha eleitoral do Presidente da República. 27377

SENADOR LUIZ OTÁVIO – Depoimento de Duda Mendonça à CPMI dos Correios. Necessidade da reforma política. Comentários a declarações do Senador Aloizio Mercadante. Considerações ao pronunciamento do Presidente Lula. Posicionamento de S. Ex^a em defesa do Governo. 27378

1.2.3 – Suspensa às 12 horas e 37 minutos, para ouvir o pronunciamento do Presidente da República, a sessão é reaberta às 12 horas e 59 minutos

1.2.4 – Discurso do Expediente (Continuação)

SENADOR LUIZ OTÁVIO – Considerações ao pronunciamento do Presidente Lula. Posicionamento de S. Ex^a em defesa do Governo. 27380

1.2.5 – Comunicação da Presidência

Republicação do texto do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2005, oriundo da Medida Provisória nº 247, de 2005, e envio de novos autógrafos à sanção, tendo em vista o recebimento do Ofício nº 1442, de 2005, do Presidente da Câmara dos Deputados. 27381

1.2.6 – Discursos do Expediente (Continuação)

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Críticas ao pronunciamento do Presidente da República. 27392

SENADOR *JOSÉ AGRIPINO* – Comentários ao pronunciamento do Presidente da República... 27394

SENADOR *CRISTOVAM BUARQUE* – Críticas ao pronunciamento do Presidente da República. Propostas para o Brasil sair da atual crise. 27396

SENADOR *LUIZ OTÁVIO* – Considerações a respeito do pronunciamento do Presidente da República. 27397

1.2.7 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *REGINALDO DUARTE* – Análise de matérias veiculadas pela imprensa brasileira sobre a crise política que permeia o governo do Presidente Lula. 27398

SENADOR *SÉRGIO GUERRA* – Registro de reportagens e artigos publicados pela revista **Veja**, edição de 10 do corrente, sobre a crise ética que paralisa o Governo. 27407

SENADOR *ALMEIDA LIMA* – Considerações a respeito do artigo da lavra do ex-Presidente do STF, Maurício Corrêa, publicado no jornal **Correio Braziliense**, edição de 7 do corrente, sob o título “Quando o palanque desabar”. 27423

SENADOR *LUIZ SOARES* – Transcrição do artigo intitulado “Lula e os picaretas do PT”, de autoria do colunista Fernando de Barros e Silva, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 8 do corrente. 27424

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Comentários acerca do artigo intitulado “Agora, Jaques?”, do deputado federal e líder do PSDB na Câmara dos Deputados, Alberto Goldman, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 3 do corrente. Modernização adotada pelo TST. 27424

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Registro do artigo “Momento da colheita”, publicado na seção Notas & Informações do jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 10 do corrente. 27426

SENADOR *LEONEL PAVAN* – Transcrição de artigos publicados no Caderno Mais!, do jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 7 do corrente:

“O mito do paraíso perdido”; “O projeto socialista”; “Agora é Lula – pior que um crime, um erro” e “A aposta desperdiçada”. Defesa de uma ampla reforma política. 27427

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – EMENDAS

N^{os} 1 a 6, oferecidas ao Projeto de Lei nº 23, de 2005-CN. 27434

N^{os} 1 a 28, oferecidas ao Projeto de Lei nº 24, de 2005-CN. 27438

N^{os} 1 a 64, oferecidas ao Projeto de Lei nº 25, de 2005-CN. 27463

N^{os} 1 a 15, oferecidas ao Projeto de Lei nº 26, de 2005-CN. 27527

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

N^{os} 3.290 a 3.306, de 2005. 27536

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

5 – SECRETARIA DE COMISSÕES

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

16 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 133ª Sessão Não Deliberativa, em 12 de agosto de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Valdir Raupp, Cristovam Buarque e Mão Santa

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO)

– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 866, DE 2005

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, seja apresentado voto de aplauso ao economista Luiz Gonzaga de Mello Belluzo pelo recebimento do Prêmio Intelectual do Ano – Troféu Juca Pato – em virtude do seu trabalho intitulado “Ensaio sobre o Capitalismo do século XX”.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2005. – Senador **Marcelo Crivella**.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO)

– A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO)

– Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Rodolpho Tourinho.

S. Exª dispõe de dez minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Valdir Raupp, Srªs e Srs. Senadores, trago, hoje, ao conhecimento da Casa o resultado da discussão promovida ontem num seminário programado para realizar-se no Ipea, com as presenças do Ministro da Fazenda, do Ministro do Planejamento, do ex-Ministro e atual Deputado Delfim Netto, do Senador Tasso Jereissati, do Senador Aloizio Mercadante, e a minha própria, sobre a questão de déficit nominal

zero. Lamentavelmente muitos pontos não puderam ser discutidos ontem.

Trago, neste momento, a análise do ponto de vista dos Estados, ou de um Estado, para verificar a importância de se ter uma política fiscal austera. É difícil trazer temas técnicos, tão importantes para o País, como é a questão do ajuste fiscal, num momento em que estamos assistindo a todos esses acontecimentos no País em termos de corrupção, de falta de seriedade no trato dos negócios públicos e, sobretudo, esse mar de denúncias que abala o País, como o caso de dinheiro no exterior na campanha do Presidente. São coisas extremamente lamentáveis para qualquer país, sobretudo para um país pobre, que tem buscado seu desenvolvimento com muito sacrifício.

Ao trazer aqui a análise feita pelo Banco Mundial em relação ao Estado da Bahia, queria dizer ao País que ainda há esperança. O resultado dessa análise revela que há esperança em buscar caminhos do desenvolvimento, em buscar equações que venham resolver o problema da pobreza no País.

O ajuste fiscal feito no Estado da Bahia teve início em 1991, e tive a particular felicidade de iniciá-lo como Secretário da Fazenda, a convite do então Governador e atual Senador Antonio Carlos Magalhães. A nossa idéia, desde o começo, era que fosse feito um ajuste estrutural permanente. E foi isso exatamente o que aconteceu, ao longo desse tempo, por alguma ação de caráter permanente.

Vou analisar os cinco últimos anos, porque foi esse o exame feito agora pelo Banco Mundial e que dá um quadro bastante realista e animador das finanças de um Estado. Começando com o superávit fiscal, que tinha um equilíbrio total no ano de 2000, passando, ainda no ano de 2000, a ter um superávit fiscal de 3%; em 2002, foi para 9,5%; em 2003, para 6,3%; chegando, em 2004, a 11% do superávit fiscal.

Esse resultado é a combinação de algo que entendendo precisa ser feito também no Governo Federal, que é o controle e a seletividade de despesas, evidentemente com graus de prioridade diferenciados, mas, sobretudo, com um aprimoramento da eficiência da

máquina arrecadadora. Volto a dizer que essas não são opiniões minhas; são opiniões do Banco Mundial, que eu apenas leio neste momento. Diz ainda o Banco Mundial que, em todo esse tempo, o Estado obedeceu a todos os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal desde que a Lei foi aprovada. E, ao longo do tempo, todos esses indicadores melhoraram, como consequência de uma forte – repito – disciplina fiscal.

A dívida consolidada, que tem um teto de 200% ou duas vezes o da receita corrente líquida, em 2000 foi 1,78, baixando, em 2004, para 1,42 ou 142%.

Entre os anos de 2000 e 2004, as despesas de pessoal variavam entre 51% e 57%, um nível bem abaixo dos 60% permitidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. O nível mais alto de operações de crédito foi de 8% da receita corrente líquida, quando o máximo permitido é de 16%, ou seja, nós estamos na metade do valor permitido pela Lei.

A dívida consolidada foi reduzida ao longo desses anos; o serviço da dívida representou 15% da receita corrente líquida, quando poderia ter sido de 11,5%, havendo, aí, um esforço fiscal adicional para baixar a dívida pública.

Além do mais, o Estado atingiu todas as metas – 100% das metas do programa de ajuste fiscal com a Secretaria do Tesouro Nacional, feita a cada ano, nos anos de 2000 a 2004.

Esses substanciais resultados, conclui o Banco Mundial, indicam que o Governo da Bahia tem capacidade para pagar a sua dívida em metade do prazo do que seria estimado, podendo assumir novos compromissos, novos empréstimos com o Banco, que coloca à disposição a linha de crédito com um valor bastante grande em relação à capacidade de pagamento do Estado.

O que quero dizer é que esse superávit fiscal, o caminho de um ajuste fiscal e o caminho de uma ação coordenada séria, encetada desde então pelo Governador Antonio Calor Magalhães e continuada pelo Governador Paulo Souto e com o Secretário de Fazenda Albérico Mascarenhas, tem permitido uma atividade muito grande no Estado. Ao longo de quinze anos, o Estado não deixou de investir um só ano em valores nunca inferiores a R\$1 bilhão, R\$1,5 bilhão – investimento próprio do Estado. Recentemente, o Governador Paulo Souto favoreceu mais de 230 Municípios, dos 415 Municípios do Estado, com moradias e atividades dignas, reduzindo a pobreza com um programa muito importante, que é o Família Produtiva/ Kit moradia.

Houve também a aceleração de um programa muito importante, sobretudo porque 2/3 da Bahia, o meu Estado, é ocupado pelo semi-árido, está dentro do semi-árido, que é o Programa de Gestão de Recur-

sos Hídricos (PGRH) com a barragem de Pindobaçu, investimento de R\$23 milhões, na Chapada Diamantina, e responsável pela perenização da bacia do rio Itapicuruque se tornou a primeira bacia perenizada de todos os rios da Bahia, beneficiando cerca de 150 mil pessoas.

O Programa Viver Melhor, que é coordenado pelo Conder, um órgão da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, foi implantado em 37 Municípios, uma das principais ações sociais da administração Paulo Souto. Esse Programa visa a recuperar áreas degradadas, insalubres ou inadequadas para moradia. Em 2004, investiu R\$18,2 milhões em 23 obras em todo o Estado, com a construção de 2.252 unidades habitacionais, 31 equipamentos comunitários e 2.098 melhorias sanitárias, além de importantes obras de saneamento e drenagem que beneficiaram cerca de 50 mil famílias.

Na área de infra-estrutura, um grande esforço tem sido feito para a recuperação de estradas. O Estado é extremamente afetado, porque faz fronteira com cerca de nove outros Estados brasileiros pelas péssimas condições das estradas rodoviárias federais. Acabam sendo utilizadas as estaduais, degradando a rede estadual. O Estado vai recuperar quase dois mil quilômetros de pistas em diversas regiões da Bahia, e essas obras estão orçadas, Sr. Presidente, em R\$280 milhões.

V. Ex^a, ontem, se referia às estradas do Brasil, ao estado calamitoso delas. Na Bahia, não é diferente. Isso faz com que o Estado tenha de, ele mesmo, investir muito mais do que seria necessário.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Rodolpho Tourinho, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Concedo, com muito prazer, um aparte a V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Rodolpho Tourinho, atentamente o Brasil e eu estamos ouvindo o seu pronunciamento. V. Ex^a se impõe por onde tem passado: como Secretário de Finanças da Bahia, como Ministro das Minas e Energia e como Senador. V. Ex^a é respeitado. Mas, para aonde vamos, levamos a nossa formação profissional. A minha é a de médico cirurgião: deve-se fazer rapidamente o diagnóstico e, depois, a operação. Não tem jeito! Nem a Bahia, nem o Piauí, nem o Brasil farão nada com esses juros. Quero lhe dizer que o quadro é muito prático. Vivi isso. Todo Município ou Estado, só de servidores – isso está na Lei Camata –, são 50%; na educação, 25%; na saúde, hoje, são obrigatórios 12%. V. Ex^a sabe que há instituições que não podem acabar e que são caras – o Ministério Público é caro, o Tribunal de Justiça é caro, o Poder Legislativo é caro e Ministério Público é

muito caro. E há a dívida, que era de 13% e passou para 20%. Extrapolou. Com os juros, aumenta-se a porcentagem. O Piauí pagou honradamente os seus compromissos, mas a dívida aumenta porque aumentam os juros. Enquanto não se mexer nos banqueiros, não haverá nenhuma solução nem perspectiva. O juro do Brasil é o campeão do mundo; o segundo lugar é a metade dele. Essa é a realidade. Vejo muito negro os horizontes se não enfrentarmos isso. Não se pode acabar com o funcionário público, porque a Lei Camata dá o direito à metade; nem com a educação nem com a saúde. Não se pode acabar com o Poder Legislativo, porque isso não é democracia, nem com a Justiça, com Ministério Público, com o Tribunal ou com a Polícia. A única solução que oferece flexibilidade é enfrentar os banqueiros, para baixar e reduzir custos, a fim de que os prefeitos e os governadores respirem. Quero dizer a V. Ex^a que, em 50 anos, este País cresceu 5%, 6%, 7%, 8%. Agora, é ridículo: 3%. Vamos perder, se o Presidente Lula não cuidar, do Haiti e de El Salvador.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Senador Mão Santa, concordo inteiramente com a observação de V. Ex^a; não só com a observação, mas eu teria de admitir a experiência de V. Ex^a, Governador da minha região, ex-Governador do Piauí.

Essa questão financeira é extremamente importante, e o País precisa crescer. A nossa única saída, realmente, é o crescimento do País, para que possa haver aumento nas receitas dos Estados. Temos de trabalhar e torcer por isso. Evidentemente que, nesse clima em que estamos vivendo, Senador Mão Santa, nessa situação política lamentável por que passa o País, creio que se torna mais difícil, mas temos que continuar acreditando.

Sr. Presidente, na área da saúde, uma área que V. Ex^a conhece tão bem – e que é tão cara a V. Ex^a, Senador Mão Santa –, a Bahia tem feito um grande esforço, porque a principal meta é levar os serviços de alta complexidade, como as cirurgias de grande porte, as Unidades de Terapia Intensiva, para o interior, evitando que haja movimento para a capital e concentração no principal hospital, que é o Hospital Geral do Estado. Nesse esforço, estão sendo beneficiados Municípios estratégicos do Estado, como Barreiras, Jequié, Irecê, Juazeiro, Feira de Santana e Guanambi.

Em Irecê, o Governador está autorizando o início imediato das obras de reforma de um grande hospital, o Hospital Mário Dourado, que ganhará novas unidades de leitos de UTI. Ainda em junho, estive em Ilhéus, onde inaugurou as UTIs dos hospitais regionais Luís Viana Filho, São José e do Hospital de Base de Itabuna.

Na agricultura, o desenvolvimento é – e tem que ser – um dos focos do Governo. A Bahia tem hoje

uma área extremamente importante, a oeste do rio São Francisco, que faz fronteira com o Piauí, também um grande desenvolvimento na área de agronegócio. E estamos cuidando também, neste momento, da revitalização da cultura algodoeira, na região sudeste e médio São Francisco.

O Governador lançou um programa que atende inicialmente três mil pequenos produtores, mas que, depois, atinge cerca de cinco mil produtores.

O investimento na agricultura e no desenvolvimento sustentável tem chegado ao interior também com o Pró-Gavião, o Terra Fértil e o Flores da Bahia.

Em relação à educação, toda a atenção continua sendo dada no Estado, e as escolas são um centro de atração dos investimentos da educação, inclusive e sobretudo quanto à questão da melhoria das condições escolares.

Até 2006 – e este é um programa importante no Estado –, haverá um Programa de Inclusão Digital.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Peço um minuto mais para concluir, Sr. Presidente.

O Programa de Inclusão Digital será o maior do País, com a meta de instalar 320 infocentros em 250 Municípios. Esse tem sido um grande esforço do Estado, no sentido de implementar a informática.

O Projeto Bahia, realizado pela Secretaria da Educação, visa dotar as escolas de recursos e capacidade pedagógica e administrativa para se desenvolver de plena forma. Assinado em 2001 e renovado em 2003, ele resulta em um empréstimo entre o Estado e o Banco Mundial de mais de R\$200 milhões.

Evidentemente que existem outras ações que estão sendo levadas a efeito no Estado, mas, neste momento, o que quero é deixar registrado o exemplo do ajuste fiscal; um ajuste fiscal estruturado, permanente, feito pelo Estado.

Neste momento, cumprimento o Governador Paulo Souto pela sua ação sempre eficiente, buscando obter os melhores resultados para o Estado. Também cumprimento o Secretário da Fazenda, Albérico Mascarenhas, que continua um programa de ajuste fiscal, sempre com essa idéia de que o ajuste deve ser permanente e deve buscar a melhoria da eficiência da arrecadação e, sobretudo, aquilo que o Governo Federal não faz, que é um controle qualitativo dos gastos, elegendo prioridades e escolhendo onde o investimento – que, no caso do Governo Federal, é muito pouco ou nada – e a despesa podem gerar a melhor forma de reduzir a pobreza no País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO)

– Agradeço a V. Ex^a, Senador Rodolpho Tourinho.

Os Senadores Mão Santa e Pedro Simon estão inscritos de acordo com o art. 17 do Regimento Interno da Casa. O primeiro inscrito é o Senador Mão Santa. V. Ex^a está cedendo a sua vez?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, cedo a minha vez ao Senador Pedro Simon, por mérito. S. Ex^a é o presidente dos autênticos.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon, por cessão do Senador Mão Santa.

S. Ex^a tem a palavra por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não há dúvida de que a imprensa nacional dá a importância merecida ao depoimento prestado aqui ontem pelo Sr. Duda Mendonça.

Ontem foi o dia D da crise que estamos vivendo no Congresso Nacional. Pela primeira vez, houve um depoimento comprometido com a verdade. O depoente não foi convocado, mas se ofereceu espontaneamente para depor. Não buscou nenhum mandato de segurança e nem **habeas corpus** no Supremo Tribunal Federal e expôs a situação sob o seu ponto de vista. Começou reconhecendo a sua parte na culpa.

S. S^a tem uma conta no exterior, que teria aberto por determinação do empresário Marcos Valério, e fez isso para que pudesse receber as dívidas que têm a perceber da campanha do Presidente Lula, de várias campanhas feitas para o PT e de campanhas institucionais que fez para o Governo. Ao ser orientado de que, para receber o seu dinheiro, deveria abrir uma conta no exterior, ele assim o fez. E, no exterior, recebeu as importâncias oriundas de vários bancos também do exterior. Desse dinheiro que recebeu, o Sr. Valério não queria nota nem recibo. Como diz o Sr. Duda, ele não é ingênuo e sabe que era dinheiro fora do normal, mas essa era a chance que ele tinha de receber o seu dinheiro.

O problema do Sr. Duda, que merece respeito pela franqueza e pelos detalhes, é outro. Grave foi a afirmativa que fez de que recebeu os pagamentos, inclusive contas da campanha do Presidente, de maneira irregular, numa conta no exterior, ou seja, dinheiro vindo lá de fora. Queiramos ou não, atingiu o Presidente Lula.

Tenho-me esforçado no sentido de que não devemos levar essa crise institucional às suas últimas consequências, o que não significa que não devamos apurar o que tem de ser apurado. Não é que não va-

mos punir quem deve ser punido. Não é que se vai jogar para debaixo do tapete as coisas erradas que se encontram.

Se fosse possível fazer tudo isso sem tocar no mandato do Presidente, seria muito bom, porque será muito difícil para a Nação querer atingir o Presidente Lula, quando ele já está preparado para posar de vítima e quando o PT quer sair da condição de réu, para fazer uma campanha institucional no sentido de que um Congresso desmoralizado, cheio de corruptos e de mensalão, tentou atingir um Presidente trabalhador, popular, para que ele não atingisse seus objetivos. Sei o que é isso. Venho de longe.

Tenho dito várias vezes que essa é uma campanha cuja crise se iniciou dentro do Governo. Desde a primeira hora, discordei quando o Presidente Lula falava das elites que estavam tentando atingir o seu Governo. Não vi elite, não vi partido de Oposição, não vi imprensa. Tudo aquilo que vi, em 1954, contra o Dr. Getúlio e, em 1964, contra o Dr. João Goulart, eu não estou vendo aqui. Havia um partido como a UDN, golpista, mal-encarada, mentirosa, escandalosa, inventando, caluniando. A imprensa, no centro do País, era golpista. Os militares, à época, eram golpistas. O Sr. Carlos Lacerda comandava esse batalhão, numa campanha de mentira e de ódio, em 1954, contra o Dr. Getúlio Vargas e, em 1964, contra o Dr. João Goulart. Isso não acontece agora. Em 1954, em 1964 e na época de Collor, não havia crise dentro do Governo. Quando do Governo Collor, a corrupção do PC Farias era feita com empresários, mas não havia partido político; o Presidente não tinha nem partido político, e a máquina do Governo não estava dentro.

Então, não se diga campanha de A, de B, da elite ou de quem quer que seja! A crise nasceu dentro do Governo, nasceu com o pronunciamento do Presidente do PTB, Deputado Roberto Jefferson, numa entrevista à **Folha de S. Paulo** e num pronunciamento à Comissão de Ética, que estranhei, porque ele não levou nenhuma gravação, nenhuma prova, nenhum documento, só falou. Achei que ele seria derrotado, esmagado, e que, no dia seguinte, viriam os argumentos contrários, desmontando tudo aquilo que tinha dito. E, para surpresa da Nação, o que ali foi dito ficou, ponto por ponto, provado que era verdade. Sobre tudo aquilo que ele disse, o Governo se encarregou de mostrar a verdade: a renúncia do Chefe da Casa Civil, a renúncia do Presidente do PT, do tesoureiro do PT, do Secretário-Geral do PT, da Direção de Furnas, do Diretor do Banco do Brasil, da Direção dos Correios; os fatos vieram se acumulando, os números e as contas vindas dos bancos, mostrando o dinheiro, as malas, as retiradas, os nomes dos Parlamentares, os nomes

das pessoas envolvidas. Está faltando agora à CPMI – acredito que ela vai chegar lá – entrar nos corruptores, nos cartões de crédito, nos fundos de pensão, em algumas contas do Banco do Brasil e da Petrobras e nesse Banco Rural, que não consigo entender como ainda está aberto.

Desde Collor, as falcaturas de PC Farias eram feitas no Banco Rural; de lá para cá, surgiram as falcaturas do Sistema Financeiro, dos Precatórios, feitas também no Banco Rural. Esse banco continua agindo escandalosamente, e não se vê uma atitude por parte de ninguém.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (P-SOL – AC) – Na verdade, é uma banca, não é um banco.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É uma banca mesmo.

Pois não, Senador Rodolpho Tourinho, ouço V. Ex^a.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senador Pedro Simon, ouço, com muita atenção, o pronunciamento de V. Ex^a, aliás, como sempre. Quando V. Ex^a toca nessa questão do Banco Rural, o que mais impressiona – trabalhei, durante 20 anos da minha vida, no setor bancário – é que, pelo que imagino, o Banco Central já deveria ter tomado alguma atitude desde o tempo do Collor, porque existe uma série de requisitos para os bancos operarem, acordos internacionais, como o da Basiléia, que não permitem, em hipótese nenhuma, que operações sejam refeitas sem agregação de garantias. Conforme esse mesmo acordo, que está dentro do Manual de Normas e Instruções do Banco Central, não se podem dar R\$50 milhões ou R\$100 milhões em operações chamadas “carecas” no mercado, só com o aval. É impossível isso ser feito dentro das regras do Banco Central, a menos que haja algum tipo de convivência ou falta de acompanhamento daquela instituição. Ao não-acompanhamento já assistimos em vários casos; o lamentável é que isso continue. Isso não pode acontecer. Há alguma coisa esquisita.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas não vai ser o Banco Central, tendo como atual Presidente uma pessoa que o Lula já devia ter demitido há muito tempo, devido à denúncia de corrupção feita pelo Procurador-Geral da República ao Supremo Tribunal Federal, que vai tomar providência com relação ao Banco Rural. Trata-se do Banco Rural, citado na CPI do Banestado. Espero que uma das atuais CPIs a ressuscite e traga os documentos que não foram usados, pois o Relator, José Mentor, na época, deixou de fora

o Banco Rural, e agora estão provadas as ligações íntimas que tem com o Banco.

Mas digo, Sr. Presidente, essas coisas, por um objetivo...

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO) – V. Ex^a tem cinco minutos ainda.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

Por um objetivo, Sr. Presidente: o depoimento do Sr. Duda Mendonça dá uma dimensão nova à CPI. Até então, eram mentiras, depoimentos falsos, hipócritas; era uma falta de sinceridade, de responsabilidade. Eu ficava com pena da sociedade brasileira, que assistiu pela televisão às pessoas mentirem deslavadamente, sem nenhum compromisso com a verdade. Ontem, o depoimento foi de alguém que disse o que está acontecendo, a começar pela sua parte. Ele começa o depoimento, incriminando-se, dizendo sua parte de culpa. Alguém lhe disse: mas o senhor está se incriminando; vai acontecer isso, vai acontecer aquilo com o senhor. Ele deu uma lição de moral lá na Comissão. Eu sei, mas há momentos em que temos de dizer toda a verdade, aconteça o que acontecer, e é isso que estou fazendo aqui.

O depoimento do Sr. Duda atinge o Presidente Lula. Estou aqui falando, porque, neste momento, deve estar reunido com Lula todo o seu Ministério, Trata-se de uma reunião prevista desde o início da semana. O Presidente convoca todo o seu Ministério, fica reunido durante toda a sexta-feira e pretende, ao final do dia, falar à Nação.

Digo ao nosso Presidente: hoje é o dia final. Hoje é o dia em que Vossa Excelência tem que falar. Vossa Excelência foi falar – e não sou daqueles que o criticam – com os trabalhadores do Nordeste e do ABC e recebeu os empresários. Não quero discutir isso. Mas hoje está na hora de Vossa Excelência falar ao Brasil. Está na hora de Vossa Excelência, com seu Ministério – ou, como quer o Presidente Tarso Genro, reunido com o Conselho da República –, falar ao Brasil. Se cometeu erros, deve reconhecê-los publicamente, dizer o que pretende fazer daqui para o futuro. Se for o caso, convoque as forças vivas, a Oposição, a sociedade brasileira, a OAB, a CNBB, empresários, trabalhadores, partidos políticos, para, neste momento que estamos vivendo, encontrarmos uma saída.

Achei excepcional a decisão do Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado. S. Ex^a convocou o Presidente da Câmara e os Líderes de Bancadas, a fim de que tentemos aprovar – penso que o faremos até setembro – uma miniproposta de reforma política, para atravessarmos as eleições do ano que vem. Nota 10 para o Presidente Renan. Como vamos para as

eleições do ano que vem? Como vamos enfrentar uma campanha? Como vou candidatar-me ao Senado? De onde virá o dinheiro? Como vou fazer, se não forem tomadas medidas realmente salutares e salvadoras, modificando isso que está aí e dando credibilidade à sociedade brasileira?

Eu confio em que chegaremos a um denominador comum, a uma média de pensamento, ou seja, em que votaremos e aprovaremos essa proposta – embora pareça mentira – até setembro.

Gastar menos na televisão? O próprio Duda Mendonça reconhece que como espaço político o ideal é o debate na televisão, que sai de graça – diz ele – e é o de que o povo gosta, é o que povo entende.

Nós, Presidente Lula, fizemos a nossa parte. Acompanhando a CPI, tudo que está lá, estamos preparando o terreno para a eleição do ano que vem. Agora, Vossa Excelência Presidente Lula, tem que dar uma resposta, tem que falar claro, tem que convocar a Nação. E é hoje, porque, na segunda-feira, com o depoimento do Sr. Duda Mendonça, a CPI tomará outro rumo, começando a buscar outras investigações. E já há pessoas falando em outro destino. É hoje, Presidente, porque Vossa Excelência fala com a iniciativa, por vontade própria. Falará ao seu Ministério, à Nação o que quer, o que pensa, a sua proposta, a sua idéia, a sua conclamação, com a autoridade de Presidente, por conta própria. Na segunda-feira...

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO)

– A Presidência concede mais um minuto a V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já encerro. Obrigado, Presidente.

Na segunda-feira, Vossa Excelência já não fará da mesma maneira. A CPI tomará novo rumo, e Vossa Excelência já falará por obrigação, respondendo à CPI, pautado por ela. Não terá a autonomia que tem hoje, não terá a liberdade que tem hoje, não terá o direito que tem hoje, não terá o respeito que tem hoje, não poderá indicar caminho, como poderá indicar hoje.

A partir de segunda-feira, o Presidente Lula terá de seguir os caminhos traçados pela CPI. E eu, como sou daqueles que rezo a Deus para que as coisas dêem certo, acho que o pior que pode acontecer é tentar se chegar ao mandato do Presidente, cassar o Presidente Lula. É o caos, é uma tragédia! Transformamos o Presidente Lula em vítima e o PT em herói. Vão sair por aí...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) –...e fazer uma campanha institucional dizendo que um Congresso corrupto que nunca aceitou a vitória deles tramou

isso. E vai ser uma briga e uma luta de conseqüências imprevisíveis.

Por isso, Presidente Lula, alguém como eu, que deseja ver V. Ex^a chegar ao final do seu mandato, lhe faz um apelo dramático, hoje que me parece o dia final. Aja, Presidente! Tenha coragem! Tenha a hombridade! Tenha o patriotismo de cumprir o seu dever, de falar à Nação e de fazer uma proposta à Nação, que eu tenho certeza de que haveremos de entender.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO.)

– Concedemos a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque, devidamente inscrito.

Chegaram vários Senadores inscritos. Em seguida, terão a palavra os Srs. Senadores Paulo Octávio; Arthur Virgílio, em permuta com o Senador Leonel Pavan; e o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de falar depois do pronunciamento do Presidente da República, Senador Mão Santa. Eu gostaria de falar depois de saber o que Sua Excelência vai dizer à Nação. Não sei se o discurso de Sua Excelência vai começar enquanto eu estiver falando ou não, mas não posso adiar, porque o tempo não permite, e a minha inscrição era para agora.

Quero dizer, Colegas Senadores, que não sei se V. Ex^{as} têm o mesmo sentimento, mas eu me sinto profundamente envergonhado. Talvez mais do que muitos dos senhores e senhoras, porque sou militante do Partido dos Trabalhadores, sou membro do Governo. Mas não é só pelo que está acontecendo em torno do meu Partido e do Governo que ajudei a eleger. Sinto-me envergonhado com tudo isso que temos visto nos últimos dias, semanas e alguns meses, relacionado a mensalão, a contas no exterior. No entanto, sinto-me envergonhado também por aquilo que vimos fazendo aqui paralelamente a isso.

Nessa semana, demoramos dias para votar um aumento de salário mínimo de R\$300,00 para R\$384,00, quando o próprio Senador Mão Santa e o próprio Senador Aloizio Mercadante disseram e lembraram que a diária, um dia de viagem de um Senador quando vai ao exterior, é de US\$470,00. E perdemos tempo discutindo se o salário mínimo seria R\$300,00 ou R\$384,00. Paciência! Um aumento de pouco mais de R\$2,00 por dia enquanto nós recebemos R\$1 mil por dia quando viajamos. E fico muito à vontade, porque não fiz uma única viagem; não sabia quanto era essa diária, porque as minhas viagens são pagas por quem me convida. Não fiz uma viagem, nesse um ano e meio, pelo Senado.

Estou envergonhado de saber que, além de gastarmos tanto tempo em torno de assuntos vergonhosos na ética, gastamos tanto tempo com assuntos vergonhosos nas prioridades do uso dos recursos públicos.

Agüentei muitos momentos nesse período do meu Governo. Fui demitido de uma maneira que não foi explicada e não fiz nada, nem disse nada. Vi os projetos que iniciei no Ministério da Educação serem desfeitos, um a um, sem o menor respeito pelas prioridades da educação. Vi este Congresso assistir à Oposição bater, com razão, porque comprávamos um avião desnecessário. Vi aqui sermos levados a aprovar estatuto de ministro ao Presidente do Banco Central, não apenas, claramente, para evitar que o Presidente do Banco Central fosse à Justiça, mas, também, criando uma mistura entre Governo e Banco Central, que não defendo. Sou, sim, favorável a que o Banco Central pertença à República e não ao Governo.

No Império, Senador Mão Santa que conhece tanto essas questões, o Banco Central era no quarto do rei; ele guardava o cofre dele debaixo da cama. Na República, o Banco Central é da Nação. Não pode ser nem do Governo.

Mas assisti a tudo isso e continuei aqui. Continuei aqui quando o meu Partido decidiu que não deveríamos assinar a CPI, e eu não assinei, porque disse que, enquanto estivesse no Partido Trabalhadores, votaria conforme o Partido dos Trabalhadores decidisse. Eu sou dono da minha voz, mas não sou dono do meu voto.

Não fiquei omissos em nenhum desses momentos. Fiz discursos, falei, escrevi artigos, conversei, respondi a correspondências dizendo tudo o que eu pensava, todas as críticas necessárias. Alertei o Presidente diversas vezes. Aqui mesmo, o meu primeiro discurso, quando cheguei aqui, foi: liberte a esperança, companheiro Presidente, sugerindo que Sua Excelência se livrasse daquele entorno que o impedia de se relacionar com o conjunto da Nação e que fazia com que, nesta prisão, Sua Excelência se afastasse do Brasil, ficasse numa gaiola, ficasse enjaulado, do ponto de vista das idéias, e terminasse tolerando, por convivência ou por omissão – o que, no Líder, é um pecado quase igual. Eu me assusto quando um líder chega e diz: “Eu não sabia”. Entendo que isso vale do ponto de vista ético, mas não vale do ponto de vista político. Não saber diminui o pecado, mas não elimina a responsabilidade. Líder tem de saber tudo o que é feito pelos seus liderados.

Eu alertei, Senador José Agripino. Eu falei, eu disse, eu insisti. Mesmo assim, eu não me precipitei, em momento algum, na minha decisão partidária. Não me precipitei, porque há 40 anos pertenço ao partido da justiça social, ao partido da distribuição da renda,

ao partido da revolução educacional, ao partido da soberania no Brasil, ao partido da diminuição da desigualdade regional. E, nos últimos 15 anos, faço parte da sigla do Partido dos Trabalhadores, única sigla a qual eu pertenci.

Muitos acham que fui do Partido Democrático Trabalhista. Não, eu votei em Brizola e continuei brizolista até o último instante de Brizola. E continuo ainda, pelo que ele representou à minha geração.

No entanto, nunca fui de outra sigla a não ser do Partido dos Trabalhadores. Não me precipitei, tomando todos os cuidados. Tenho percebido nas discussões, nas correspondências, nos telefonemas, que grande parte da militância hoje, para continuar no Partido, começa a falar em sair da sigla, como se ser da sigla hoje impedisse alguém de defender, Senador Arthur Virgílio, as suas causas fundamentais. E isso não será recuperado com a punição dos responsáveis pelos gestos antiéticos cometidos, porque uma coisa é a ética, e outra coisa é a causa. O PT perdeu a ética, a honra, mas vai recuperá-las, Senador Pedro Simon, porque a imensa maioria dos nossos companheiros são decentes, honestos, militantes firmes. Lamento dizer, contudo, que a causa não será construída nos próximos 15, 20 anos ou mais. Vamos voltar a ser éticos, mas vamos ser éticos sem uma bandeira. Ético sem bandeira não precisa ser militante, não precisa ser político; ética sem bandeira é um direito do cidadão comum. Ser ético sem bandeira não é suficiente para quem quer fazer política, não em causa própria, mas em causa do seu próprio País.

Sem nenhuma precipitação, com todo cuidado, escutei e vi pela televisão o Líder Mercadante – um homem de grande seriedade que terminou sendo afetado sem ter nada a ver com isso – dizer que este Partido dos Trabalhadores não é o Partido dos Trabalhadores dele. Isso foi dito por um líder como o Mercadante, com a história dele, fundador do partido. Tenho mais anos de militância do que ele, posso dizer que foi minha única sigla – vinte anos antes dele eu já militava na política, na clandestinidade durante algum tempo, em movimentos como a Ação Popular, na Igreja Católica. Tenho mais anos que ele, mas ele é fundador; eu não sou. Ele disse, do fundo do coração e com toda a razão, que esse PT não é o partido dele.

Não tenho a menor dúvida de que essa sigla não é mais a sigla da ética nem da causa com que tanto sonhamos, Senador Pedro Simon, a causa da soberania, da igualdade. Não soubemos nos ajustar às mudanças pelas quais este País passou de 80 para cá. De 80 para cá, as bandeiras tiveram de mudar, acabou o país fechado, acabou a luta entre duas potências, acabou a idéia de estatização, mas não acabou

a necessidade de fazer mudanças sociais. Nós nos ajustamos ao que a realidade nos obrigava, mas não soubemos formular nada novo. É como se, em vez de nos ajustar, nos entregássemos. Ajustar-se é uma necessidade do realismo político; entregar-se é uma traição com os compromissos dos ideais.

Esse sentimento que, ontem, o Mercadante manifestou, Senador Crivella, é o sentimento de todos. Apesar disso, não vim aqui, como muitos devem estar pensando, dizer que estou saindo, hoje, do Partido dos Trabalhadores. Não estou, Senador Tourinho, Senador Paulo Octávio, Senador Mão Santa, porque hoje, apesar de não sentir relação política com a sigla PT, sinto uma relação de afeto. Sinto afeto por essa militância com a qual convivi, essa militância que me elegeu duas vezes e que, ainda uma vez, tendo lutado igualmente, eu não me elegi. É uma relação de afeto. Relação de afeto, a gente...

(Interrupção do som.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF)

– ...para as relações pessoais. Para a política não basta a relação de afeto.

Preciso, ainda quero e ainda vou esperar algumas horas para, além de manter o afeto, tentar recuperar o compromisso político. Essas horas, Srs. Senadores, vão ser as horas próximas; estarei ouvindo, pensando, refletindo sobre o que vai dizer o Presidente Lula e como é que ele vai olhar nos nossos olhos. Dependendo do seu discurso, que terá início em instantes – verei depois na gravação –, ainda poderei ...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Cristovam...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF)

– Um minuto, Senador.

Eu ainda poderei sentir a volta de uma chama de esperança, que desejo que volte, para casar o meu afeto com essa sigla, com o meu compromisso político com o povo brasileiro e não com a sigla. Se tiver de escolher entre o partido e a sigla, ficarei com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO)

– Eu gostaria de informar que o tempo normal já foi esgotado. Já dei um minuto, mas vou dar mais um minuto para que o nobre Senador Cristovam Buarque conclua o seu pronunciamento. Se os apartes se restringirem a esse tempo, poderão ser concedidos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF)

– Sr. Presidente, um minuto basta. Não quero jamais ser indelicado com os apartes. Só me permita fechar em alguns segundos.

Entre o partido e a sigla, a nossa obrigação é ficar com o partido, porque o partido a gente traz dentro da gente desde a adolescência, e a sigla a gente

está com ela durante algum tempo. Com o partido estou e continuarei sempre; com a sigla, só enquanto ela for comprometida com o partido. Hoje eu não sinto esse compromisso, mas o afeto me impede de me afastar dela.

Senador Pedro Simon, vou esperar as próximas horas para ver se o Presidente, seguindo o seu conselho de falar ao povo, vai olhar nos meus olhos como um dos telespectadores e vai dizer aquilo que espero para me convencer de que ele não tem responsabilidade com isso, que ele tomou as medidas contra isso, e que ele vai trazer uma causa para ajudar a mudar o Brasil, porque sem uma causa, não basta ética...

(Interrupção do som.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF)

– ...da política é a ética da causa.

Sr. Presidente era isso que tinha a dizer aos colegas. Se houver tempo para dar o aparte, além do meu tempo, por concessão da Presidência, ficaria muito feliz, mas não sou o dono dos destinos da sessão. (Pausa.)

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Cristovam Buarque, o País todo atentamente ouve V. Ex^a. Quando, com brevidade se situou e deu o seu currículo político, V. Ex^a igualou-se a Rui Barbosa, que se casou com a justiça – e V. Ex^a, com a educação. A educação é a raiz de todos os bens. E V. Ex^a falou que ganhou e perdeu as eleições, como Rui Barbosa, mas nunca perdeu a vergonha, a dignidade e a ética. Isso faz renascer a esperança da democracia brasileira.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF)

– Obrigado, Senador Mão Santa.

Passo a palavra ao Senador Paulo Octávio, da minha cidade, do Distrito Federal, com quem eu tenho a satisfação de compartilhar não só a banca, mas também a amizade.

O Sr. Paulo Octávio (PFL – DF) – Senador Cristovam, sinto, no pronunciamento de V. Ex^a, uma profunda angústia neste momento tão grave pelo qual passa a Nação brasileira. V. Ex^a falou com o coração, expressou seus sentimentos. Eu, que conheço a sua forma, a sua conduta pessoal em tantos anos em Brasília, a sua lisura, o seu trabalho por esta cidade, o seu trabalho pelo País, quero dizer que estou sensibilizado com o seu pronunciamento, com a sua busca pela transparência, com a sua busca pela verdade. Certamente sei que o partido em que V. Ex^a tanto acredita não é o partido que está sofrendo o que sofre hoje. Quero aqui, portanto, deixar registrado que o seu pronunciamento me tocou profundamente pela sinceridade, pela honestidade de suas palavras.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF)

– Muito obrigado, Senador.

Quero dizer, Presidente, que estou inscrito para falar segunda-feira, quando virei dizer se o discurso do Senhor Presidente me convenceu ou se ele não me convenceu.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO)

– Concedemos a palavra ao nobre Senador José Agripino, por cinco minutos, para comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea a, do Regimento Interno.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO)

– Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou aqui com uma nota estarrecedora, uma nota de adiamento do debate “Desafios do Desenvolvimento”, no qual se discutiria a qualidade da política fiscal de longo prazo – o debate seria realizado nesta quinta-feira, 11 de agosto, no Ministério do Planejamento.

O Ipea, que é do Governo, e o Pnud, que não é, pelos seus presidentes, respectivamente Glauco Arbix e Carlos Lopes, decidiram suspender um debate que teria a presença do Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo; do Ministro da Fazenda, Antônio Palocci; dos Senadores Aloizio Mercadante, Tasso Jereissati, do meu partido, e Rodolpho Tourinho, do PFL e do Bloco de Oposição; e do Deputado Delfim Netto. A alegação deles, no fundo – aqui está mal escrito, o português deles não é dos melhores –, basicamente, é a seguinte: como o Senado aprovou esse salário mínimo que por muitos é considerado absurdo – e houve razões políticas por trás disso, não vamos negar –, eles disseram que não tinham mais o que debater com o Senado.

Quero repudiar, em nome do Senado, porque isso é um atentado à soberania do Senado. Se não quiserem conversar com os Senadores, que não conversem. O Senado não faz a menor questão de conversar com autoridades que talvez nem mais detenham poder a essa altura dos acontecimentos. Agora, repudio, em nome do Senado – e sei que falo em nome de todos nós –, o Pnud e o Ipea imaginarem que podem interferir sobre o gesto soberano, intransferível do voto e da consciência do Senador que cada um de nós é, representando cada unidade federativa. Se não quiserem conversar, o Senado não faz a menor questão. O Senado aqui vota como quer, quando quer, do jeito que quer, de acordo com a sua consciência. Se erra ou acerta, aí estão os analistas políticos e econômicos para nos criticar. Isso é uma grosseria que repelimos. Sugiro que não se aceite mais convite do Ipea, nem do

Pnud para discutir coisa alguma enquanto não pedirem desculpas formais ao Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Rodolpho Tourinho, Senador Mão Santa, já fui candidato seis vezes, sempre a posto majoritário: três vezes a Senador e três vezes a Governador. Ganhei três das eleições para Senador e duas para Governador; perdi em uma para Governador.

Sempre tive muita vontade, Senador Arthur Virgílio, de ter um marqueteiro peso-pesado ajudando-me em campanha eleitoral. O que nunca tive foi dinheiro para contratar, por exemplo, Duda Mendonça, que esteve no Rio Grande do Norte em campanhas eleitorais contra mim, nunca em meu favor, trabalhando em favor dos meus adversários, nunca do meu lado, pois nunca pude pagar ao Duda Mendonça.

Ontem tive a oportunidade – nunca havia tido – de vê-lo durante longas horas prestar depoimento, que me pareceu sincero, emocionado e verdadeiro. E me lembrei, Senador Pedro Simon, de um fato que está muito registrado na memória de todos nós, brasileiros, das sucessivas campanhas de Lula. Lula foi candidato uma vez, perdeu; na segunda vez, perdeu. Senador Mão Santa, na terceira vez, disse – o Brasil todo lembra: “Só serei candidato se Duda for meu marqueteiro”. Ele deve ter tido o meu sentimento na quarta vez, o de que era o Lulinha Paz e Amor e que precisava de um marqueteiro de peso para fazer a campanha dele. Peso tem preço. Eu nunca pude pagar. Lula entendeu que havia chegado a sua hora e que poderia pagar.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, foi revelado, ontem, o custo da campanha de Lula, o pacote Lula mais Governo e Senado por São Paulo: R\$25 milhões. No depoimento de Duda Mendonça, ficou claro que R\$14 milhões foram pagos no Brasil e R\$11 milhões foram pagos fora do Brasil. A declaração de Duda Mendonça levou petistas a chorarem no plenário da Câmara, e Deputados e Senadores petistas a ameaçarem deixar o Partido. Além disso, instigou o Presidente Nacional do PT, numa declaração que não entendi muito bem, em São Paulo, quando reuniu sindicalistas para convocá-los a irem à rua para defender o mandato do Presidente – convocação que não chegou a ser feita pelo vexame provocado pelo depoimento de Duda Mendonça. Tarso Genro disse que tinha chegado a hora de o Presidente falar à Nação: era hora de o Presidente prestar contas, convocar o Conselho da República. Era hora disso, daquilo e daquilo outro, como se a declaração de Duda Mendonça não dissesse respeito a

eles próprios e como se dissessem, Senador Arthur Virgílio: “Xô, mosca. Xô, mosca. Vocês devem fazer isso porque acho que isso não tem nada a ver conosco”. Tudo bem. Foi a declaração do Presidente do PT, Tarso Genro, indignado com as denúncias trazidas a lume pelo publicitário Duda Mendonça.

Nesta manhã, fui a um programa de televisão e tive a oportunidade de fazer algumas declarações. Senador Pedro Simon, V. Ex^a fala com independência. Pertence a um Partido que faz parte da Base do Governo, mas fala com independência, que é aplaudida pelo Brasil inteiro e por mim. Os Deputados Federais que estão sendo encaminhados ao Conselho de Ética, com processos de cassação abertos, têm como culpa formada a participação no esquema financeiro operado pelo Sr. Marcos Valério, que utilizou dinheiro de origens diversas, que serviu para pagar advogado do PT em Santo André, para pagar jatinhos, para pagar hotéis de luxo, para pagar campanhas eleitorais, para pagar muitos mimos e algumas campanhas, de forma ilegítima, porque era de caixa dois. O esquema financeiro de Marcos Valério está comprometendo Deputados que estão sendo levados ao Conselho de Ética com processo de cassação. Provavelmente, perderão os mandatos.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi acusado ontem, na minha opinião, frontalmente, pelo Sr. Duda Mendonça, de crime maior do que aqueles pelos quais os Deputados estão sendo levados ao Conselho de Ética, acusados de participarem de um esquema ilegítimo de financiamento de campanha, a partir de uma base financeira feita com tráfico de influência e participação de recursos públicos. Mas foi Lula que o contratou.

Nunca tive a condição de contratar Duda, porque eu sabia que seu serviço era caro e eu não podia pagar. Não é possível que Lula não soubesse quanto iria custar Duda e se ele podia ou não podia pagar. Claro que ele sabia! Evidente que ele tinha de saber! E falo com a experiência de quem fez seis campanhas eleitorais com responsabilidade. Quem contrata tem que pagar a não ser que seja um absoluto irresponsável. E Duda diz que está recebendo o dinheiro dele de forma ilegítima. Os Deputados estão sendo levados ao banco dos réus com a espada de Dâmoques na cabeça para serem cassados.

O que Duda falou, ontem – e não quero fazer nenhum juízo de valor, não quero fazer nenhuma antecipação de julgamento –, é uma coisa muito mais séria do que está ocorrendo com os Deputados que estão indo ao Conselho de Ética para cassação. Por quê? Porque parte do custo da campanha, que eu suponha que Lula soubesse o valor, foi paga aqui dentro e

outra parte lá fora, em contas abertas de forma ilegal e com dinheiro que se supõe ilegal. Qual é a origem desse dinheiro? Foi daqui para lá, ou foi de lá para lá mesmo? Claro que vai ser investigado e a formação de culpa vai acontecer. De plano, Sr. Presidente, já está configurada uma infração ao art. 28, inciso I da Lei de Partidos Políticos que diz que está passivo de perda de registro o partido político que receber doação em moeda estrangeira. Está claro.

Uma outra coisa que se impõe, Sr. Presidente, é o seguinte: o Procurador-Geral da República tem a obrigação de determinar ao TSE a reabertura das contas de campanha do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva. A denúncia está feita, é pública. É obrigação do Procurador-Geral da República determinar a reabertura da prestação de contas do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva. Foi um depoimento de dez horas do Sr. Duda Mendonça. O Brasil inteiro assistiu a ele. A Procuradoria-Geral da República tem a obrigação de fazer, se quiser cumprir a lei, e é a sua prerrogativa constitucional.

Agora, Sr. Presidente, um minuto só. Porque eu queria abrir o meu coração. Senador Arthur Virgílio, o Presidente está prometendo ao País um pronunciamento público à Nação. Devo dizer a V. Ex^{as} que para o Presidente da República falar à Nação e ter a sua palavra acreditada, prometer a reforma política, a reforma ministerial, a tomada de atitudes, é preciso, Senador Mão Santa, tomar uma atitude fundamental. Duda disse que ainda lhe devem – de contas de campanha –, Senador Rodolpho Tourinho, R\$11 milhões; Marcos Valério disse que lhe devem R\$100 milhões. Duda, R\$11 milhões; Marcos Valério, R\$100 milhões. Não é possível, que o Presidente da República não saiba quem é que opera os pagamentos do seu Partido. Se não sabe, está sabendo. E ele conhece as pessoas, pois tem renegado o Sr. Delúbio, o Sr. Silvio Pereira. Então, ele conhece a intimidade do seu Governo e do seu Partido.

Se existem essas contas para pagar, de R\$100 milhões e de R\$11 milhões, o Presidente, que conhece os caboclos de sua aldeia, tem a obrigação, para ter a sua palavra acreditada, de dizer ao País quem está operando esse esquema espúrio que levou petistas a chorarem no plenário da Câmara, que levou o Líder do Governo a dizer que ou se esclarecia isso ou ele iria deixar esse Partido. O Presidente tem que apontar os culpados. Ele sabe que as pessoas que estavam operando financeiramente deveriam ter fontes de onde iriam buscar esse dinheiro, e não é dinheiro privado. É claro que seria tráfico, é evidente que seria tráfico de influência para obterem R\$100 milhões, talvez com operações ilegais de fundos de pensão. Ele sabe e tem a obrigação de apontar, de abrir as entranhas de seu

Partido e de seu Governo e dizer: “**Mea culpa, mea culpa**, os culpados são Fulano, Sicrano e Beltrano, na minha opinião. Eu os entrego e quero que a Justiça tome conta deles”.

Se ele fizer isso, Senador Arthur Virgílio, readquire, para mim, a condição de credibilidade na palavra. E ele sabe quem é que operava e quem é que seria capaz de levantar dinheiro para pagar os R\$100 milhões de Marcos Valério e os R\$11 milhões de Duda Mendonça. Se ele tomar essa atitude e disser “Fulano, Fulano e Fulano são os responsáveis, o esquema é este, quero que a Justiça investigue e os ponha na cadeia”, se ele disser isso, fico satisfeito e readquiro a credibilidade na palavra dele.

Do contrário, Sr. Presidente, eu e meu Partido teremos de cumprir nossa obrigação. Não vamos esconder sujeira nenhuma debaixo do tapete. Vamos em busca das evidências. Vamos em busca daquilo que os bons advogados podem nos dar, as evidências jurídicas, para que quem for culpado pague a sua pena, chegue aonde chegar, doa em quem doer.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, como Líder do PSDB, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea a, do Regimento Interno.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil vive uma de suas crises mais graves. Ainda menos grave do que aquela que levou ao suicídio de Getúlio Vargas; mais grave do que aquela da tentativa militar de se impedir a posse de João Goulart, em 1961; felizmente, menos grave ainda, embora a crise de João Goulart não fosse ética, do que a crise que levou à implantação de uma ditadura de 21 anos neste País; muito mais grave talvez do que o próprio momento da administração do Presidente Fernando Collor de Mello.

Digo isso, Sr. Presidente, porque, se o Presidente Lula tiver ou tivesse que sofrer o **impeachment** por razões de vício no financiamento de sua campanha eleitoral, esse **impeachment** atingiria necessariamente, Senador Geraldo Mesquita, o Vice-Presidente José Alencar e, na linha de sucessão, estaria alguém que a Nação não espera que assuma a Presidência e alguém que, tenho certeza, pelo seu bom-senso, tampouco deseja assumir a Presidência da República, que é o Presidente da Câmara Severino Cavalcanti.

É com essa responsabilidade que a Liderança do PSDB vem à tribuna para dizer que é esgotado o tempo de o Presidente da República poder mentir para o povo brasileiro. É esgotado o tempo de o Presidente da República repetir chavões do tipo “nunca se inves-

tigou tanto quanto no meu Governo, eu prendi a grã-fina da Daslu, eu fiz...”

Presidente, pare de mentir de uma vez por todas, para a Nação! Daqui a minutos começa o seu pronunciamento, que é definitivo quanto ao senhor poder ou não se manter no poder. Vossa Excelência, Presidente Lula, precisa dar nome aos bois. Vossa Excelência precisa assumir que, embora seu Governo apresente um relativo êxito macroeconômico – ele, que é um fracasso microeconômico –, fracassou no campo político, fracassou no campo administrativo e, sobretudo e lamentavelmente, o seu Governo e Vossa Excelência, Presidente Lula, fracassaram no foro ético.

É preciso que Vossa Excelência faça claramente uma autocritica e admita perante a Nação, a partir da transmissão do seu discurso, que o seu Governo, infelizmente, passou a abrigar a convivência com a corrupção, com todos os vícios apontados pelo Sr. Duda Mendonça, admitidos por aquela figura melíflua do Sr. Valério, por todos os vícios denunciados hoje pelo Deputado renunciante – está na revista **Época** já circulando nas bancas – Valdemar Costa Neto, dizendo que Vossa Excelência, Presidente Lula, sabia de tudo, sim, e que foi negociado dinheiro em troca da adesão do PL ao seu projeto de poder.

Se Vossa Excelência, Presidente Lula – aí eu faço coro com o Senador José Agripino, com os demais oradores, com o Senador Pedro Simon –, hoje imaginar que existe uma Nação a ser engabelada, existe uma crise a ser empurrada com a barriga, existe algo parecido com a possibilidade de sair sem nenhum arranhão e, ainda por cima, deixando intocada a máquina corrupta que se montou dentro do seu Partido e dentro do seu Governo, Vossa Excelência, Presidente Lula, perderá a condição mínima de dirigir este País.

Alguém pergunta: o PSDB quer o **impeachment**? Não. O PSDB quer o Presidente Lula governando até o final. Alguém pergunta: o PSDB, por outro lado, acobertará equívocos do Presidente Lula? Não, não acobertará. O PSDB admite que o **impeachment** é algo que está na Constituição e que pode ser aplicado, sim, embora seja indesejável porque nós preferimos Presidente passando a faixa para outro Presidente, na tradição e na cultura de uma democracia consolidada, ao invés de **impeachment** de doze em doze anos? O PSDB prefere não usar esse remédio mas sabe que esse remédio existe na Constituição e, em caso extremo, pode ser usado. O PSDB vai propor **impeachment**? Não quer, não pensa em propô-lo. O PSDB admite que pode algum outro partido ou alguma instituição tipo Ordem dos Advogados do Brasil propor **impeachment**? Admite que pode alguém, a esta altu-

ra, estar até redigindo uma petição visando a impedir o Presidente da República.

O Presidente da República, ao longo do seu governo, foi mentiroso, irresponsável, incapaz, incompetente, não administrou, não cuidou de estudar os assuntos das Pastas que dirige. O Presidente da República montou um projeto de **marketing**, ele que não tinha projeto de governo, apenas projeto de poder, isso tudo estribado em dinheiro, agora, visto como dinheiro ilegal e no exterior, capaz até de levar à extinção do Partido dos Trabalhadores. Ali eu vi lavagem de dinheiro, com muita certeza quase. Eu vi, com toda certeza, abertura ilegal de conta no exterior, sonegação fiscal, evasão de divisa.

Presidente Lula, o seu tempo esgotou, o seu tempo está finito, o seu tempo está findo, para qualquer coisa que não seja o diálogo sincero com a Nação. Se Vossa Excelência emerge do discurso de hoje sem críticas cretinas à Oposição, sem inventar falsas elites, se Vossa Excelência emerge desse discurso com a grandeza de alguém que pede apoio à Nação, para completar um período infeliz de Governo, nós não negaremos, enquanto Nação, apoio a Vossa Excelência, para que conduza este País pelos mares tormentosos que nós hoje estamos vivendo.

Ouçó o aparte do Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – É muito importante o pronunciamento de V. Ex^a, porque V. Ex^a está deixando claro perante à Nação que não está acontecendo aqui o que aconteceu em 1954, o que aconteceu em 1964, em que havia um golpe para derrubar o Presidente. Era um golpe que queria derrubar, queria derrubar. Era o Exército, era a UDN, era o Lacerda. V. Ex^a é Líder de um grande Partido e está dizendo com todas as letras: “Fale Presidente! Convoque-nos! Queremos ajudar, desde que Vossa Excelência aponte um caminho, aponte um rumo e nos indique o que fazer”. A palavra de V. Ex^a, perante a Nação, é da maior importância, e o Presidente Lula tem a obrigação de ouvi-la e de atendê-la. Meus cumprimentos a V. Ex^a!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Pedro Simon. E eu concluo de maneira muito clara....

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – V. Ex^a tem mais dois minutos, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente Cristovam Buarque.

Concluo de maneira muito clara, dizendo que o Presidente está mesmo diante dessa bifurcação: a mentira hoje será fatal, a inverdade será letal; a verdade poderá ser a sua sobrevivência até 31 de dezembro de 2006.

O Presidente da República, Senador Pedro Simon – e vou falar algo que pode parecer paradoxal –, hoje, perdeu o direito de governar até o final do seu Governo; ele que tem o dever de governar até o final do seu Governo; ele tem o dever de chegar ao final do seu Governo; ele que, talvez, esteja perdendo o direito de exercitar esse dever. Mas ele tem que reconquistar esse direito, a partir da relegitimação do Poder, dando nome aos corruptos, assumindo a sua parte e parando com essa inocência de que não sabia de nada nunca, de que não tomou conhecimento de coisa alguma, quando nós sabemos como se processam as campanhas políticas e sabemos que Sua Excelência tinha, sim, a consciência plena de que coisas irregulares se passavam.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a cumpriu e cumpre a sua missão da Oposição, que tem salvado a democracia. Mas eu queria dar uma esperança. A esperança é a última que morre. Como está no livro de **Dom Quixote**, só não tem jeito para morte, mas eu acho que ainda há. A história mostra, por exemplo, que Luiz XV era fraco e foi buscar um Richelieu, e ele governou por 18 anos. Depois veio o cardeal Mazzarino e foram mais 17 anos. Então, o Lula tem que buscar um Richelieu. E o Richelieu no momento, para salvar esta Nação, deve ser um homem que tenha um currículo de virtude e moral política pelos cargos que exerceu, como Pedro Simon. Eu não vejo esse Richelieu no time do PT.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, concluo...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ...dizendo que o Presidente da República falará dentro de poucos minutos. Sei que há outros oradores inscritos e faço uma sugestão a V. Ex^a que submeta ao Plenário: ainda que porventura ao longo dessa fala da fase do Presidente possam os oradores esgotar os seus tempos, a minha idéia era que V. Ex^a mantivesse a sessão aberta para voltarmos aqui e comentarmos a fala do Senhor Presidente da República, para que pudéssemos assistir ao que o Presidente da República vai dizer, ouvir o que Sua Excelência vai dizer e voltarmos, nós que estamos aqui em vigília cívica, para comentar a fala do Senhor Presidente da República.

Digo que o Sr. Presidente da República tem enfrentado a mais democrática oposição que já se montou neste País de 1946 para cá. Digo mais, que nunca

um governo tergiversou tanto em relação à verdade e nunca se montou uma teia de corrupção tão ampla, tão tentacular como essa dirigida por Sua Excelência. Não que seja Sua Excelência corrupto, mas o seu Governo dirige um esquema de corrupção sistêmico e tentacular.

É hora, portanto, de silenciarmos, a meu ver, e ouvirmos o Presidente da República e, depois, voltarmos para cá...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ...dizendo ao Presidente que ele tem dois caminhos: um caminho de assumir as suas culpas e se credenciar moralmente perante a Nação e o caminho de manter as suas mentiras, que será a sua perdição e será um momento de trevas para um País chamado Brasil, Sr. Presidente.

Muito obrigado. Era o que eu tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Valdir Raupp, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Senador Arthur Virgílio, está garantida a sua sugestão, e mais do que isso, vou sugerir que convoquemos os Senadores que estão na Casa para que venham aqui fazer um debate sobre o discurso do Presidente..

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella, como Líder do PL, por cinco minutos.

Em seguida, falará o Senador Paulo Otávio.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PL – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, assumimos o Governo, em 2002, PT e PL, sob um sonho de mudança deste País.

A Nação brasileira já não agüentava mais o projeto neoliberal que mergulhou a nossa Nação em uma crise muito grave. Houve problemas na área financeira, o dólar muito alto, inflação passando dos dois dígitos, risco Brasil a níveis incríveis, C-Bonds com péssimo valor. E o PT e o PL assumiram o comando desta Nação, Sr. Presidente, sob um sonho e um projeto de mudar a política brasileira.

É verdade que o Presidente Lula governou embalado num sonho de que era possível mudar o Brasil sem tocar no real interesse das classes. Não foi possível, Sr. Presidente. A política econômica não foi a política econômica que pregamos na campanha. Mas havia uma voz na República que denunciava e denuncia até hoje esse esquema: o nosso Vice-Presidente e Presidente de Honra do Partido, José Alencar. Foi ele,

durante todo esse tempo, dois anos e meio de Governo, que buscou trazer novamente o PT e o PL para a coerência da campanha.

Sr. Presidente, talvez esteja aí o ponto principal dessa crise. A crise não é política. A crise vem da economia. Estamos com um desemprego de quase 30 milhões de brasileiros e eu não creio que, se o Governo estivesse crescendo, se o desemprego estivesse diminuindo, se as pessoas não estivessem morrendo nas filas dos hospitais, nós não estaríamos vivendo a crise que vivemos hoje. E essa crise política que vivemos hoje vai mostrar à Nação os oportunistas e os homens que prezam a justiça. Nós não podemos ser irresponsáveis. O povo brasileiro não merece isso. Nós não podemos condenar. E, aliás, diz a **Bíblia**: “Maldito” – e não havia outra palavra, outro adjetivo, para se descrever – “Maldito aquele que inocenta o culpado mas também maldito aquele que culpa o inocente”.

Eu tenho certeza de que nenhum Senador desta Casa, de consciência limpa, poderá desconfiar de um Senador como o Líder do Governo, Aloizio Mercadante, que tem sido um exemplo de trabalho, de vigília cívica, presente nesta tribuna, nas Comissões e nas reuniões preocupado unicamente com o destino do nosso País. E, ontem, foi acusado injustamente porque não sabia. Pelo seu espírito cívico e político, com certeza, jamais teria concordado ou sido conivente com recursos no exterior. Eu duvido que isso acontecesse.

Também duvido que o Presidente Lula, depois de 25 anos de peregrinação por este País, olhando nos olhos das pessoas mais humildes, sindicalista que veio de baixo, tenha conhecimento dessas coisas. Não tinha não. Espero que o Presidente diga isso à Nação.

É fácil condenar, é fácil jogar pedra. É fácil! Vamos condenar a Cristo por ter nomeado Judas seu discípulo, que o traiu e roubou?

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (PL – RJ) –... e não roubou só nas trinta moedas de prata, roubou durante três anos. Vamos condená-Lo por isso? Não. Vamos condenar a Deus, que pôs no Paraíso a árvore do bem e do mal? Por que não só a do bem? Por que, no Paraíso, tinha que ter um mal plantado, a árvore plantada no Paraíso, exatamente à árvore que nos levou à fatídica morte?

Sempre há o bem e o mal e é preciso que os homens de consciência, patriotas, saibam distinguir entre o bem e o mal, até na família, entre parentes e amigos. Nós não podemos condenar a todos.

Não é justo que se enxovalhe a honra do líder do Governo nesta Casa, que todos conhecemos, tem seus defeitos, como nós todos, mas é um lutador nas

suas vigílias cívicas, nas comissões, no plenário, na tribuna do Senado, sempre lutando pelo interesse da Pátria. Sei que o Senador Mercadante pode ser seguramente uma exceção, o Presidente Lula também, mas ainda que haja um justo em Sodoma e Gomorra, por amor a esse justo, que se poupe a Nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/ PT – DF) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio, por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, Sr^{as} e Srs. Senadores, no momento em que a Nação brasileira aguarda o pronunciamento do Presidente da República, quero cumprimentar aqui os Senadores Pedro Simon e Arthur Virgílio por seus pronunciamentos, o Líder do nosso Partido, o PFL, Senador José Agripino.

Enquanto todos aguardamos o que dirá o Presidente da República, gostaria de fazer algumas avaliações sobre a obra social desenvolvida aqui em Brasília.

Sei que o Governo Federal assumiu um compromisso com a Nação de desenvolver um grande conjunto de obras sociais, mas não conseguiu executar, cumprir esse compromisso. Por isso mesmo, fiz questão de trazer hoje, para conhecimento do Plenário do Senado Federal, alguns números da área social de Brasília, cidade esta que, hoje, tem uma população de cerca de 2,3 milhões, projeção do IBGE para 2005, e que tem a sua maior concentração demográfica distribuída fora da área da capital, onde se instauram os bolsões de carência social, cuja assistência, por parte do Governo, dá-se por conta dos 64 programas sociais por ele empreendidos, atendendo as mais diversas áreas e instâncias das necessidades da população mais pobre.

Apesar de o Distrito Federal apresentar a maior renda **per capita** do País, aqui ainda persistem as desigualdades sociais – e não são poucas –, comuns a todas as regiões brasileiras. Erradicar a pobreza e as desigualdades é tarefa difícil, de longo prazo, em que um dos maiores desafios consiste na atuação do Estado em fatores estruturais que lhes dão causa, por meio de políticas que, alheias ao paternalismo, promovam, efetivamente, o desenvolvimento humano e a responsabilidade social.

Em 2004, o Governo do Distrito Federal, para o custeio desses 64 programas, gastou R\$303 milhões – havendo previsão para a criação de mais cinco deles até o final do primeiro semestre do corrente exercício.

Mais de 500 mil pessoas no Distrito Federal foram atendidas no ano passado por algum dos projetos sociais empreendidos pelo Governo. O Renda Minha, por exemplo, transferência de uma bolsa mensal de R\$45,00 por criança matriculada no Ensino Fundamental público – atendeu aproximadamente 105 mil alunos carentes com renda familiar de até R\$90,00.

O Programa Cesta de Alimentos da Família – cesta mensal de 12 itens para famílias não cadastradas no Renda Solidiedade, com renda **per capita** de até meio salário mínimo – subsidiou a alimentação de 52.239 famílias no ano anterior.

São 13 os órgãos do GDF a coordenar programas sociais, pelo que também merecem relevo o Saúde Escolar – 1 milhão, 632 mil, 887 atendimentos ao ano; o programa atinente aos restaurantes comunitários, instalado em 10 localidades do DF, com refeições a R\$1,00 – refeições muito nutritivas, muito bem-feitas – em número de 300 mil por mês; o Esporte à Meia-Noite, proporcionando a jovens marginalizados atividades esportivas entre 23h e 2h da madrugada; o Apoio ao Preso – uso de mão-de-obra dos presos junto a convênios públicos e privados, com a participação de 1.155 detentos; o Programa de Isenção de Tarifas, em que 7.150 famílias com baixo consumo de água, cadastradas no Pró-Família, não pagam contas de água; o Programa Proteção Social a Indivíduos e Famílias, que estabelece a concessão de passes livres e apoio a migrantes, população de rua e favelados, perfazendo 5.483 atendimentos ao mês.

Enfim, esses são alguns dos programas de inclusão social, levados a efeito, com significativa eficácia e competência pelo Governo do Distrito Federal. Além de alimento, saúde, educação, muitos deles carregam empregos diretos ou indiretos à população. Exemplos disso são os restaurantes comunitários e a distribuição diária de pão e leite no café da manhã de 83.455 famílias, a partir do fato de que o Governo do Distrito Federal contrata 37 fornecedores de leite. Na cadeia do leite, da qual a administração pública compra diariamente 1.000 litros, os empregos gerados diretamente pelo fornecimento do produto ao programa passam da casa de 1,1 mil. Segundo números oficiais da Associação dos Produtores e Processadores de Leite do Distrito Federal, são 60 empregos diretos entre os produtores, mais 400 no segmento de laticínios e outros 200 nas empresas distribuidoras. Além desses empregos diretos, a doação de leite emprega veterinários, zootecnistas, fabricantes de ração e de equipamentos para os laticínios. Calculam-se, assim, mais de quatro mil empregos indiretos.

Deve-se, portanto, reconhecer a proficiência administrativo-funcional do Governo do Distrito Federal

que, além de prover obras de grande porte que embelezam e viabilizam o dia-a-dia do cidadão, investe, com sucesso e considerável aproveitamento, no âmbito social.

Todavia, Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, sem embargo deste registro que reconhece e aplaude o esforço do Governo do DF em minimizar a dor e o desconforto daqueles que integram bolsões de carência no Distrito Federal, devo aqui consignar – até por tratar-se de assunto que necessariamente emerge daquele que ora se expõe – o elevado grau de concentração de renda e de riqueza, como uma das características mais marcantes da economia brasileira, em todas as regiões brasileiras.

Os nossos índices de desigualdade estão entre os mais altos do mundo, e não somos, Sr^{as} e Srs. Senadores, nem de longe, um País reconhecido como modelo de adoção de um eficiente perfil redistributivo de renda. É preciso que façamos mais. Programas bem-intencionados são válidos, embora muitos deles não passem de paliativos.

Crescemos no período Vargas, crescemos muito nos anos JK, crescemos até na ditadura militar e também nos últimos anos. Tivemos inflação, hiperinflação e deflação. Várias moedas com valor e sem nenhum valor. A instabilidade foi generalizada. Só permaneceu estável a deplorável estrutura de distribuição de renda no País: os 10% mais ricos, apropriando-se dos 50% da renda produzida, e os 50% mais pobres, de pouco mais de 10%. E o que é pior: os ricos – segundo dados oficiais do Governo – são brancos, instruídos, urbanos, e 22% deles não trabalham.

Todos sabemos que algo está errado – e há muito isso ocorre. O Brasil, Sr. Presidente, não é um País pobre. É um País de pobres, onde se gastam mais de R\$135 bilhões por ano em programas sociais – mais de 20% do nosso PIB. É muito dinheiro para resultados pífios!

Penso – e aqui fica a semente de um futuro pronunciamento pertinente – que mais seriedade e fiscalização no que se refere ao trato com a coisa pública e uma reformulação na aplicação e direcionamento desses recursos – priorizando, sobretudo, a educação, a saúde, a geração de empregos, a criação de novas empresas, é parte de um caminho a ser seguido, para que não continuemos a incorrer numa eterna petição de princípio. Justiça e equidade tributárias são medidas que se erguem, por uma reforma condigna, que sirva aos interesses do Estado, mas que possibilite igualmente o crescimento do cidadão e dos segmentos empresarial e produtivo brasileiros.

Fiscalizar, com mais afinco, a aplicação dos recursos atinentes aos programas sociais em todo o

País, cuidando para que cheguem, de fato, aos mais pobres, é preciso. Reformular o escopo de políticas públicas nessa direção também é necessário, para que os programas sociais não se afigurem tão-somente donativos, mas instrumentos que induzam a população a uma cidadania plena de fato e de direito.

Todo ser humano merece mais do que uma mão estendida ofertando-lhe o pão da manhã, merece mais do que uma complementação de uma renda miserável, mais do que transporte gratuito pelo fato de ser um migrante ou morador de rua. O ser humano merece não ter que ser morador de rua, merece poder pagar o seu transporte, comprar a sua comida, ter onde morar às suas próprias expensas, poder custear os estudos dos filhos, ser respeitado e requisitado pelo mercado de trabalho, independentemente da cor da sua pele.

Uma conscientização nacional e um grande mutirão de idéias a respeito urgem – e pasmem! – desde 1500, em nome de uma nova e justa ordem social no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Agradeço-lhe, Senador Paulo Octávio.

Concedo a palavra, por dez minutos, ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, por permuta com a Senadora Heloísa Helena, que está presente, mas cedeu a vez a S. Ex^a.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, muito obrigado. Senadora Heloísa Helena, meus agradecimentos também pela cessão do tempo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acredito ser a hora de fazermos um *pit stop* em meio a essa confusão toda e lembrarmos a todos, às pessoas que estão aflitas no Brasil, a origem de toda essa confusão que chamamos de crise.

Para mim, essa situação se iniciou há muito tempo. Tenho também a convicção – e os fatos demonstram e comprovam isso – de que essa crise vem se desenvolvendo e os fatos vêm ocorrendo no âmbito do Poder Executivo, porque fica a impressão, às vezes, para a opinião pública, de que, no Senado, no Congresso, estamos com gosto de sangue na boca, querendo triturar o Presidente da República ou seja lá quem for. Não se trata disso, não. É bom que as pessoas se compenstrem de que quem anda fazendo besteira, cometendo crimes, enveredando pela área do submundo do delito não são os Senadores que estão aqui cumprindo a sua missão constitucional em comissões parlamentares de inquérito; apurando os fatos, com a responsabilidade que é própria, por exemplo, de uma pessoa como a Senadora Heloísa Helena; inquirindo os depoentes nas

Comissões voltadas para a apuração dos fatos, a fim de que possamos tirar esse véu da Nação brasileira ou, pelo menos, o resto desse véu que ainda cobre fatos escabrosos.

A todo o momento, a todo instante pensamos que já conhecemos tudo, mas, de repente, vem novamente uma cambulhada, como os fatos que surgiram em decorrência do depoimento dado ontem pelo Sr. Duda Mendonça. É bom que compreendamos isso, que a Nação brasileira perceba isso.

Não estamos aqui com gosto de sangue, querendo fritar as pessoas. Estamos aqui, em face da nossa responsabilidade, apurando os fatos para que, ao final, superemos tudo, como eu disse há poucos dias, sem ficar com chorumelas. Vamos em frente. A vida continua. Vamos continuar construindo a perspectiva de um Brasil socialmente justo, com distribuição de renda, com participação popular nas instâncias de poder.

Estamos dando uma parada para refletir sobre essa questão. Aqui e acolá aparece alguém dizendo que estamos querendo tirar o Presidente, como se nós tivéssemos causado toda essa confusão, criado todos esses fatos. É mentira isso. Os fatos estão sendo criados pelo Poder Executivo e vêm de há muito, a partir do caso Celso Daniel, de 1998, de 2002, lá de trás, Senador Cristovam Buarque. Grande parte do PT tem uma responsabilidade histórica com isso tudo. Terá que responder ao País pela irresponsabilidade, pelos crimes cometidos pela direção maior do PT, e os partidos satélites que o acompanharam nessa aventura desastrada.

Este final de semana é um dos raros, Senador Cristovam Buarque, em que eu não vou ao meu Estado, o meu querido Acre. Ficamos, assim, como se estivesse faltando alguma coisa, Senadora Heloísa Helena. Fico meio incomodado. Porque, no mandato, talvez, a melhor coisa que me acontece é quando eu posso voltar à minha terra, entrar nos varadouros, nos ramais, conversar com as pessoas, colher opiniões, críticas, simpatias, tristezas e felicidades também. Então, hoje é como se estivesse faltando alguma coisa. Estou aqui meio incomodado por não ter ido ao Acre ontem à noite. Mas a responsabilidade de estudar e ler uma pilha de documentos obriga-nos a dar uma parada também e a ficar por aqui.

O Acre, hoje, nesses dias agora, em que o povo ordeiro, bom e trabalhador da minha terra participa de tantas festas bonitas, Senador Mão Santa. Feijó, por exemplo, a terra onde nasceu meu pai, desde ontem, realiza a Festa do Açaí. Está lá o pessoal em uma grande festa popular.

Em seguida, em Tarauacá, nós teremos a Festa do Abacaxi, Senador Cristovam Buarque. Tarauacá é o Município que produz abacaxi. V. Ex^a pode não acreditar, mas ainda trago um para mostrar a V. Ex^a, de 15 a 20 quilos. É uma coisa fantástica. Só existe em Tarauacá, não é jabuticaba.

Em Cruzeiro do Sul, por exemplo, desde o dia 6 até o dia 15 próximo, milhares de pessoas se aglomeram no Novenário de Nossa Senhora da Glória, padroeira daquela bonita cidade. Ou seja, no Acre, as pessoas estão realizando as suas festas tradicionais. Então, alguém pode perguntar: "Caramba, as pessoas estão festejando. Será que elas não estão ligadas ao que está acontecendo no Brasil? Ledo engano, Senador Cristovam Buarque. As pessoas festejam porque a vida lhes pertence. A vida não pertence a essa cambada de picaretas que está aí enodoando e sujando a imagem do País. A vida pertence ao povo, ao povo que está ali, no dia-a-dia, trabalhando, suando, produzindo neste País e, sim, realizando suas festas, Senador Mão Santa, algumas religiosas, outras culturais, que já se incorporaram ao patrimônio das nossas populações.

Mas as pessoas estão atentas, sim. Darei um exemplo. Ontem, tive oportunidade de falar com o Vereador Aldo, de Santa Rosa, Senador Cristovam Buarque, um município pequenininho, Senador Mão Santa. E, assim que estabeleci contato pelo telefone, ele disse: "Senador, eu estava vendo V. Ex^a na CPI dos Bingos". E tocou no assunto, comentou que a cidade acompanha atentamente; assim como Santa Rosa, o pessoal do querido Jordão, um município pequenininho também, Porto Walter, Marechal Thaumaturgo, Assis Brasil. As pessoas estão atentas, no Acre e no Brasil, Senador Mão Santa, para o que está acontecendo. As pessoas estão atentas, por exemplo, para o que aconteceu esta semana aqui em relação à votação do salário mínimo. As pessoas sabem que – e quero aqui, inclusive, responder a algumas críticas, Senadora Heloísa Helena, que recebi, por ter votado a favor do aumento do salário mínimo. Imagine! Respeito as críticas. A impressão que tenho, Senador Cristovam Buarque, é que a concepção desse regime cruel, perverso, é assim como a mentira muitas vezes repetida que acaba virando verdade. Então, essa história, essa chorumela de dizer: "não podemos aumentar o salário mínimo, porque vai quebrar o Brasil, vai quebrar a Previdência, vai quebrar os Municípios". Muitas pessoas acabam assimilando como a pura verdade. As pessoas não se dão ao trabalho de cobrar também, assim como cobra a Senadora Heloísa Helena, demonstração técnica de como vai ser essa quebradeira. Como é que

os Municípios vão quebrar? Como é que a Previdência vai quebrar se o salário mínimo aumentar?

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Geraldo Mesquita Júnior...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Pois não, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador, eu sempre dizia que não acreditava no núcleo duro, aquele negócio, porque nenhum tinha sido prefeitinho. Eu fui prefeito em minha cidade de Parnaíba no tempo da inflação. Todo mês, Senadora Heloísa Helena, fazíamos ajuste de salários – agora, de todo mundo; não era como aqui, que só faz para os poderosos da Justiça. Era todo mês. E eu ficava noites sem dormir: “não vou poder pagar!” Ledo engano! Aquele dinheiro entra em circulação, o povo vai comprar mais, entra ICMS, e não deixei nunca de pagar ao funcionalismo, daí a razão de eu ser hoje Senador. Então, é isso: um bem nunca vem só; pelo contrário, é falta de competência mesmo dos que governam este País.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – É verdade. Olhe, Senador Mão Santa, os Municípios vão quebrar. V. Ex^a sabe o que seria suficiente para que os Municípios não quebrassem? Em relação a toda essa dinheirama que é devida aos Municípios, em razão de emendas que estão aprovadas no Orçamento e que, desde 2003, Senador Mão Santa, não são liberadas para os Municípios, pequenos, médios e grandes, bastaria que o Governo Federal liberasse os recursos que estão contingenciados e que – sabemos – ao final serão convertidos em pagamento do serviço dessa famigerada dívida externa, que precisa, neste País, de uma auditoria séria.

Senador Mão Santa, V. Ex^a sabe o que quebra a Previdência? É a convivência, o conluio do Governo Federal com os grandes devedores da Previdência, muitos deles fornecedores de campanhas, de figuras deste País. Isso é o que quebra a Previdência, Senadora Heloísa Helena. Como o Senador Mão Santa diz, aquele que recebe um dinheirinho a mais na sua pensão, na sua aposentadoria, o trabalhador que recebe um dinheirinho a mais não vai comprar automóvel, uísque, porque o dinheiro não dá nem para comprar uma caixa de fósforos. Ele vai comprar o que comer.

Esse dinheiro entra novamente, realimenta a economia, e, assim, Senador Cristovam Buarque, o próprio Governo arrecada mais. Essa conversa de que o País quebra é fiada. O negócio é as pessoas se livrarem desta concepção cruel, desalmada, que lhes é jogada na cabeça, de que o Brasil vai quebrar. Quebra coisa nenhuma! Quebra nada!

Considero acertada a tentativa de se fixar uma política perene para o reajuste do salário mínimo. A Senadora Heloísa Helena tem uma proposta, o Senador Buarque vive preocupado com isso, o Senador Paulo Paim é um baluarte nessa luta. A Deputada Luciana também tem uma proposta, assim como muitos Parlamentares. Agora, Senador Buarque, fixar uma política salarial perene para o salário mínimo neste País, sem que se resgate um valor condizente com as necessidades atuais dos trabalhadores, sem que se estabeleça uma base real, concreta, para que essa política incida sobre ela, é chover no molhado também. Reajustando-se miséria, não se vai chegar a lugar nenhum.

Hoje, em face de toda essa confusão, de toda essa crise, conclamo, mais uma vez, o povo brasileiro a participar de um grande ato, Senador Cristovam Buarque, que haverá em Brasília. Puxado pelo P-SOL, por sindicatos, por organizações sociais, será um ato civilizado, forte, de repúdio a tudo isso que está acontecendo em nosso País. Vamos, sim, ocupar Brasília. Convido os cidadãos e as cidadãs de Brasília a participarem e as pessoas que estão nos Estados a se deslocarem para a Capital, a fim de fazermos uma grande manifestação. É preciso dizer a esse Governo corrupto que é chegada a hora de o povo brasileiro reassumir as responsabilidades com a condução deste País. É chegada a hora de dizer exatamente o que tem que acontecer daqui para frente. Aqueles que se apropriaram da confiança e da esperança de milhões de brasileiros, se chegaram a trair essa confiança e essa esperança se não foram capazes, por ação ou omissão, de corresponder a tanta expectativa, não merecem mais sequer ser consultadas. Essas pessoas, se permanecerem até o final desse Governo, terão que obedecer à voz das ruas, da população brasileira.

Se esse Governo permanecer até o final, nós o monitoraremos, para que, após esse período negro do Brasil, reconstruamos a história deste País, quem sabe, tendo na Presidência uma pessoa íntegra como a Senadora Heloísa Helena.

A Nação brasileira, em face de toda essa confusão, Senador Cristovam Buarque, sabe que esta conversa de dizer “vocês hoje falam, mas amanhã vão fazer a mesma coisa” é outra balela. Também é outra balela! Se a Senadora Heloísa Helena e o P-SOL assumirem o Governo Federal, as instâncias de poder neste País, as pessoas poderão ter certeza de que o que dizemos hoje faremos amanhã. Agora, nós o faremos de forma democrática. As dificuldades com as quais nos defrontarmos serão discutidas, compartilhadas com a população brasileira, com a população dos

Estados. E, na discussão democrática, decidiremos o que fazer com os recursos públicos, adotando princípios rígidos, éticos, morais, políticos, para darmos curso à história deste País, continuidade à construção desta história bonita da Nação brasileira, desse povo trabalhador e justo, que é o brasileiro, não é, Senador Cristovam Buarque?

(Interrupção do som.)

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC) – Agradeço sua condescendência com o tempo, Senador.

Fico por aqui, concitando a Nação brasileira a que continuemos vigilantes, cobrando responsabilidades, punindo, como diz o Presidente da República, doa a quem doer – hoje, não o ouço mais dizer isso; parece que ele está com medo da dor. Mas doa a quem doer, Senador Mão Santa, que permaneçamos cobrando, punindo, fiscalizando, vigiando, monitorando e estabelecendo agora o que deve ser feito.

O Senado começou esse processo quando reajustou o salário mínimo, como mostrou aqui o Senador Arthur Virgílio, há pouco. E funcionários se dão ao trabalho de vir criticar o Senado, de forma petulante, por uma decisão política. Foi uma decisão política mesmo! Foi uma decisão política, mas sintonizada com os anseios da grande esmagadora maioria da população brasileira, que não se aquieta, não se acovarda e não admite que esse Governo, que se elegeu com 53 milhões de votos de esperança, tenha-se tornado cúmplice do que há de pior no Brasil e no mundo, essa camarihla, esses banqueiros inescrupulosos, autorizando a transferência de bilhões e bilhões de reais, Senador Mão Santa, para o pagamento dessa dívida que pesa sobre os ombros do brasileiro injustamente. Essa é a equação que temos de resolver, e vamos fazê-lo com tranquilidade, com persistência, com firmeza, sem recuar e sem temer, como diz o hino acreano.

Muito obrigado, Senador Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Obrigado, Senador.

Por permuta, concedo a palavra ao Senador Mão Santa, no tempo cedido pela Senadora Heloísa Helena, que fica reinscrita para depois da Senadora Ideli Salvatti.

S. Ex^a dispõe de dez minutos e mais cinco de prorrogação.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, mestre Cristovam Buarque, Senadoras, Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação, professor, ouvimos muitos pronunciamentos aqui, mas fiquei atemorizado com aquele que veio do pastor de Deus, de

Cristo, que é do PL, o pastor Marcelo Crivella. S. Ex^a foi buscar Sodoma e Gomorra, Senadora Heloísa Helena; há pouco pedi a Bíblia. Não sou tão catastrófico, sou bíblico, mas Sodoma e Gomorra... Professor Cristovam Buarque, mestre, atentai bem, li um livro que dizem ser o segundo mais lido – a Bíblia de Heloísa Helena estava ali toda riscada, grifada, o que demonstra ser S. Ex^a uma mulher de Deus, de Cristo –, **Dom Quixote de La Mancha**, de Cervantes, Dr. Geraldo Mesquita. De repente, para premiar Sancho Pança, ele lhe dá uma ilha para governar, por tê-lo acompanhado nos sonhos. E Sancho Pança, que não era como esses do PT, era humilde, disse: não posso, não sei governar, não sei ler, sou analfabeto. E Dom Quixote disse: você vai governar, porque senti que você é temente a Deus. Essa é uma sabedoria de quem é temente a Deus, e, com sabedoria, resolvem-se as coisas.

E Dom Quixote ensina-o a governar: seja honesto, trabalhador, arrume uma mulher digna, não coma demais, não beba demais. Ó Lula, não beba demais! E foi-lhe ensinando. Quando foi saindo, Dom Quixote voltou e disse: Sancho Pança, só não há jeito para a morte.

Então, eu sou desses. O Senador Marcelo Crivella colocou logo Sodoma e Gomorra, e ali acabou, segundo a Bíblia.

Na França, houve o **L'Etat c'est moi**, depois Luiz XV fraquinho, aí vem um Richelieu – ele governou diante de um rei fraco. Ainda meteu o outro, que foi o Cardeal Mazarino, que passou 17, 18, 25 anos.

Então, acredito que possamos levar o nosso rei Lula até o fim do Governo, pela paz do Brasil. Sou Francisco, paz e bem. Não era, Senadora Heloísa Helena, Francisco o santo?

E citei Pedro Simon: é preciso ter credibilidade. Aquele time não tem credibilidade e infelizmente está aí. São 38 Ministros, e eu não sei o nome de 10%. Quem sabe aí? Eu dou um prêmio: uma viagem para o Delta. Ninguém sabe, são inexpressivos.

Citei Pedro Simon, mas V. Ex^a poderia ser esse Richelieu e o Cardeal Mazarino. Seria – é a hora, Lula. Essa besteirinha... Errou ali. Quantos telefonemas errados eu dei? Ele deu um telefonema errado. Cristovam Buarque, ele impõe. Segundo Sócrates, só há uma grande virtude, o saber; só há um grande bem, o saber; só há um grande mal, a ignorância. Levava V. Ex^a: conhecido, credibilidade, luta, idealismo, honradez e honestidade. Se não for, não vai não.

E assim foi. Passamos à França. O Richelieu e o Mazarino levaram o bem fraco.

Mas está aí. Quis Deus o Mestre: eu vou ser o mestre do Lula. E disse aqui. Eu bati aqui e disse: Lula,

acabe com essa pelada! Peladeiro – todos sabem. Palhaçada, Lula! Está dando trabalho ao Campos da Paz, no Sarah Kubitschek. Antes de atender os pobres e necessitados, atendem aqueles traquinos malandros que estão aí aparecendo nas crônicas policiais.

Lula, acabe com esse negócio de núcleo duro! O núcleo é burro. Núcleo duro não sabe nem o que tem na cabeça. O que tem na cabeça e é duro é osso, e osso não pensa, não raciocina. Então, olhe o Zé Maligno! Eu disse, e está aqui.

E fui mais adiante. Posso até ter errado, mas baixou o Espírito Santo, e eu bati daqui naquela reforma, Heloísa Helena. Na primeira, levaram a Heloísa Helena à inquisição, à fogueira, mas o povo do Brasil a tirou. E surgiu o P-SOL. Aliás, o nome não deveria ser sol, porque o sol só ilumina de dia, e Heloísa Helena está iluminando este País dia e noite, trabalhando aqui.

Então, essa é a história que eu cheguei a dizer, como professor de Biologia que sou. Há três coisas que só fazemos uma vez na vida: nascer, morrer e votar no PT. Eu votei no Lula.

Professor, quero dar agora uma aula. Eu não admito, ó meu Presidente! Votei nele e quero que ele vá até o fim. Estou atrás do Richelieu – ofereci do MDB, dos autênticos, o nosso Presidente Pedro Simon, mas reconheço que V. Ex^a está à altura também. Mas exijo que ele saiba o mínimo, o mínimo: Cícero. Aliás, dizem que era o maior orador de Roma; os gregos dizem que é outro, Demóstenes; os portugueses, outro, mas o nosso daqui seria, talvez, o nosso Pedro Simon.

Atentai bem, eu não vou dar o livro, porque ele mesmo disse que não gosta de ler. O Presidente da República disse que ler é chato como fazer ginástica na esteira, contrariando, Professor Cristovam, Monteiro Lobato, que nos educou com aqueles livros de infância. Monteiro Lobato disse que “um país se faz com homens e livros”. Eu não daria o livro, como o Suplicy, que trouxe um livro francês aí. Não daria, porque ele não gosta, mas tem esse cartaz lá.

Conversava com o Presidente Sarney, um homem muito influente. Aliás, o nosso Senador que está substituindo a Roseana, um grande professor, Mauro Fecury, disse que viu isso no Governo Sarney, e eu vi em alguns Ministérios.

É do Cícero. Atentai bem! Isso ele tem de saber. Ó Lula, tira esse sábado e domingo e vá decorar isso aí! É só isso o que quero pedir. Eu não quis nada. O Piauí foi esquecido, mas eu exijo isso em troca. Vou vender o meu voto para o Lula, para que ele aprenda isso. É só um pedido, pelo menos um, mínimo: nesse sábado e no domingo, acabe com aquele negócio, com aquele churrasquinho, senão virei mais bravo na segunda-feira! Ele vai falar hoje aí, e nós vamos to-

mar outro rumo. Em Roma já se fazia isso; antes de Cristo se sabia administrar, tinha um rumo, um norte, um estudo. E, agora, no nosso Brasil de Getúlio, de Juscelino, de Pedro I, de tanta gente, do Professor Cristovam Buarque?

Então, está aqui o que diz Marco Túlio Cícero, Rômulo. Não vou nem às Catilinárias, em que diz: até quando vai abusar da nossa paciência? Eu dispensei fazer essas minhas palavras. Mas isso está aqui, vou levar para o Cristovam Buarque, que vai ser o Richelieu e que deve ter a coragem e a força, pelo seu passado, pela sua história, pelo seu compromisso com a educação e pelo País, de dizer: “Está aqui. O Mão Santa mandou. Mandou cobrar o voto para você aprender isso”.

Então, Senador Geraldo Mesquita, Senadora Heloísa Helena, já dizia em Roma Marco Túlio Cícero, 55 anos a.C. – está ali, acima de Rui Barbosa; Lula, anote logo, para, quando Cristovam chegar com o cartaz, Vossa Excelência já saber pelo menos um mandamento: “O Orçamento Nacional deve ser equilibrado”. O Orçamento tem de estar equilibrado. E estamos desequilibrados, cada vez mais endividados com esses juros todos.

É dito mais: “As dívidas públicas devem ser reduzidas”. Atentai, Heloísa Helena: as dívidas públicas devem ser reduzidas. Para que comprar esse “avioção”, gastando com tanta besteira, viagem e tal? Austeridade!

“A arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada.” Ó Lula, o que fizeste com Cristovam Buarque foi uma arrogância, e V. Ex^a não se controlou. Demitiu um Ministro da Educação de história, de saber. Sou de outro Partido, mas sempre o respeitei. Estivemos várias vezes em campos opostos. Ele foi ao Piauí com uma coligação, ou a imagem dele. Quanto a mim, eu vim aqui contra ele, mas sempre com respeito, no debate de peito aberto pelas idéias, como reconheço agora. “Os pagamentos a governos estrangeiros devem ser reduzidos”, Senadora Heloísa Helena – os banqueiros de que V. Ex^a tanto fala, os gigolôs. O PT está mudando o seu nome para PB, de Partido dos Trabalhadores para Partido dos Banqueiros – só quem ganha dinheiro.

Heloísa Helena, vêm a calhar as palavras de Cícero, que V. Ex^a põe na linguagem do povo, de mulher verdadeira: “Os pagamentos a governos estrangeiros devem ser reduzidos”. Se a nação não quiser ir à falência, tem de reduzir isso. “As pessoas devem novamente aprender a trabalhar em vez de viver por conta pública” – esses picaretas, os 40 mil que ganharam nomeações e DAS do PT fugindo de Deus. O Senador Marcelo Crivella foi buscar Sodoma e Gomorra – bus-

que a porta estreita que encontrará a porta larga da nomeação fácil. Ministros, picaretas, mais de 40 mil. Lula, as pessoas devem novamente aprender a trabalhar em vez de viver por conta pública.

Essas são as nossas palavras, e eu as passarei ao Presidente...

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PL – RJ) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Concedo porque V. Ex^a simboliza aquilo que está escrito no Livro de Deus. Tem de haver esperança, o Apóstolo Paulo disse: “fé, esperança e amor”. Concedo a palavra a V. Ex^a, essa esperança de cristão.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PL – RJ) – Senador Mão Santa, quero congratular V. Ex^a pelo pronunciamento patriótico, mas peço a V. Ex^a que me permita dar o sentido certo às minhas palavras. Quando me referi a Sodoma e Gomorra, não me referi ao Brasil. Referi-me ao amor que Deus tem pela justiça. No seu diálogo com Abraão, ele disse o seguinte: “Se houver um justo, poupo”. Isso é o amor de Deus pela justiça, que deve nortear as nossas decisões agora. Referia-me, por exemplo, ao Senador Aloizio Mercadante, que nos disse que deixaria a Liderança do Governo, o que acho muito triste. Sou testemunha de seu trabalho diuturno, com acertos e erros – todos acertam e erram, não há um aqui perfeito, todos nós acertamos e erramos. Veja, por exemplo, o PSDB, que trouxe para cá o projeto neoliberal e agora votou um salário mínimo de R\$380,00, indo completamente contra aquilo que sempre pregou por oportunismo político, não houve ali nenhum interesse pelo povo. O presidente do meu partido diz agora que o Presidente Lula sabia de tudo – está aqui, a revista **Época** sai em edição extraordinária, estará nas bancas daqui a pouco. O ex-Deputado Valdemar Costa Neto, na capa da revista, diz que o Presidente Lula sabia de tudo que se passava no maldito, inominável esquema do mensalão. Portanto, pode ser mesmo que a crise suba o Palácio, mas, por amor à justiça, temos de preservar aqueles que não têm nada a ver com isso, apesar do mar de lama em redor deles. Tenho certeza de que V. Ex^a, como é um homem que ama a Bíblia, sabe que Cristo não tem culpa por Judas, sempre haverá bons e maus, independentemente de querermos ou não. Muito obrigado, Excelência.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça. A justiça traz a paz e a alegria de que precisamos. Queremos também dar o testemunho da honra do Líder do PT nesta Casa. Nós nos confrontamos, mas sempre nos respeitamos na busca pela verdade.

Senador Crivella, atentai bem: quero trazer é a esperança, só não tem jeito para a morte – foi o que

comecei dizendo. O Vice-Presidente da República é do partido de V. Ex^a e transmite muita credibilidade, muito respeito e muito trabalho.

Oh, meu Deus, que o divino Espírito Santo pouse na cabeça de nosso Presidente e o ilumine para tomar novos rumos, para obedecer Rui Barbosa, que disse que só há um caminho para a salvação: a lei e a justiça. Que sejam obedecidas pelo menos as leis de Deus, o quarto mandamento, que diz: “Não roubarás”. É só isso que o povo brasileiro quer deste Governo.

Que possamos juntos levar este País a ter a esperança, que não pode morrer com aquela história de que o medo venceu a esperança, e a corrupção engoliu a esperança. Que nasça na Pátria uma esperança de melhores dias!

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Agradeço ao Senador Mão Santa pelo pronunciamento.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena por dez minutos. Se for preciso, esse tempo será prorrogado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, em primeiro lugar, saúdo os visitantes.

Na sexta-feira, quase sempre os mesmos Senadores e Senadoras se fazem presentes. Infelizmente, criou-se a lógica perversa de que o Parlamento trabalha apenas nas terças e quartas-feiras, isso já foi até banalizado. Já existe quase que naturalidade por parte das pessoas quando se atribui ao Parlamento o procedimento irresponsável e infame de funcionar apenas dois dias.

Nos trabalhos da CPI, chegamos cedo, saímos muito tarde, ficamos até de madrugada nos depoimentos, analisando os documentos. Muitas vezes, dão-se o direito de dizer: “Ah, estamos exaustos, estamos cansados!” Infelizmente se criou a cultura de que Parlamentar só trabalha dois dias, o que a sociedade brasileira olha com repugnância e com desprezo. Isso contribui para que as pessoas percam a fé nas instituições, na chamada democracia representativa.

Tenho vindo pouco ao plenário, fico trabalhando mais na CPI, e não são todas as pessoas que têm oportunidade de acompanhar todos os debates que ocorrem na CPI. Regimentalmente, o funcionamento do Plenário tem prioridade sobre os trabalhos das comissões, e as pessoas não acompanham em detalhes os depoimentos. Por isso, de forma didática, explicarei um pouco o que vem ocorrendo e qual foi o procedimento investigatório adotado pela CPI dos Correios.

Evidentemente, essa situação não é responsabilidade dos carteiros, dos servidores públicos dos Cor-

reios. Os servidores públicos brasileiros, os trabalhadores do setor público, especialmente os da Seguridade Social, estão numa situação terrível, triste – 0,1% de aumento aos trabalhadores do setor público! Portanto, não se trata dos servidores da instituição e nem da instituição do ponto de vista político. Travaremos grandes batalhas, Senador Geraldo Mesquita Júnior, Senador Mão Santa, se alguém ousar falar em privatizar essa estrutura, porque não foi o fato de a empresa ser pública que permitiu que fosse transformada nesse maldito balcão de negócios sujos da promiscuidade entre Palácio do Planalto e Congresso Nacional.

Bem que vocês falavam, bem que vocês alertavam. Mas não alertávamos para tudo o que está acontecendo, porque nem nós, que fomos vítimas dos açoites e das humilhações no processo de expulsão, conseguiríamos imaginar que estaríamos diante de um procedimento de tantas ramificações de corrupção como estamos verificando no gestor operacional dos Correios.

O que aconteceu de fato? Infelizmente, existe uma metodologia quase naturalizada no mundo da política de que o espaço público não é para ser tratado como uma pérola. Há uma belíssima parábola em que Jesus Cristo, diante do deboche que alguns faziam aos seus discípulos com a palavra do povo de Deus, dizia: Não dêem pérolas aos porcos, porque eles não saberão o que fazer com elas. O Senador Marcelo Crivella sabe exatamente o que estou dizendo. Talvez o espaço público devesse ser tratado como uma pérola, que não pudesse ser entregue aos porcos, porque eles não sabem o que fazer com elas.

O espaço público não é uma questão filosófica e ideológica, mas a essência, a razão de existir do aparelho de Estado. Podemos ter divergências sobre a concepção do aparelho de Estado, eu, o Senador Cristovam Buarque, o Senador Geraldo Mesquita Júnior e qualquer outra pessoa. Alguns podem achar que o Estado deve intervir mais ou menos no mundo econômico, nas regras de dinamização da economia local, nas relações com o capital financeiro, na inserção do Brasil no mundo da globalização capitalista. Enfim, podemos ter divergências, mas tenho certeza de que partimos de um pressuposto básico, que, aliás, não é nenhum tratado da esquerda socialista democrática, que está na própria Constituição, que são as regras básicas no trato da Administração Pública que vai desde os princípios da moralidade, da transparência. Do mesmo jeito que, no Código Penal, diz que tráfico de influência, intermediação de interesse privado, exploração de prestígio, corrupção ativa e passiva, advocacia administrativa, tudo isso é condenado por lei e dá até cadeia.

Portanto, por mais que este momento seja importante para todos nós alterarmos a legislação vigente no País para aprimorá-la, tudo que está acontecendo não é por falta de lei, é porque se rasgou o Código Eleitoral, o Código Penal e a Constituição do País. Porque alguns, por uma tática diversionista e uma manobra inteligente, mas fraudulenta, usam do discurso da necessidade das reformas para dizer que o que aí está de podridão só acontece porque não há legislação, o que não é verdade. Eles rasgaram a legislação vigente no País.

O que é que eles fizeram? Usaram a mesma metodologia que condenávamos com veemência quando utilizada pelo Governo Fernando Henrique. A infâmia patrocinada pelo Governo Fernando Henrique da distribuição da estrutura pública para os seus apaniguados, no Congresso Nacional, e da elite política e econômica, o Governo Lula aprimorou e aprofundou. Ele trouxe para a máquina administrativa a mesma elite política e econômica – não a competência, não o referencial técnico, não o conhecimento produzido – para gerenciar o aparelho de Estado; os mesmos delinquentes de luxo, que saqueavam os cofres públicos nos governos anteriores, ao invés de serem obrigados a devolver o que roubaram, foram devolvidos aos cargos para continuarem a roubar.

E essas personalidades políticas, que não eram novidade para ninguém quem eram, não tinham a competência técnica e não tinham o rigor ético implacável. Porque o setor público nem é espaço para corrupto nem é espaço para o aprendiz. Você pode aprender no setor público, você pode produzir conhecimento no setor público. Mas não se pode colocar qualquer outra pessoa porque ela é apaniguada da sua estrutura partidária e das suas relações promíscuas para a construção de uma base de bajulação. Não é assim. O setor público tem que ser tratado como uma pérola. Portanto, como dizia Jesus: Não entregue pérolas aos porcos porque não saberão o que fazer com elas.

O que foi que aconteceu nos Correios? É uma explicação didática, sem nenhuma motivação – e fico muito danada, Senador Marcelo Crivella, quando algumas pessoas tentam associar toda essa bandalheira que está colocada a uma concepção filosófica, ideologizada de que, supostamente, isso que estaria acontecendo é pela lógica que os fins justificam os meios. Isso nunca foi uma dinâmica da esquerda. Aliás, Trotsky, que era considerado até pelo Exército Vermelho, que é da nossa formação, condenava com veemência essa questão, os meios infames não podem justificar porque transformam os fins em infames também. Isso nunca foi discutido.

Portanto, não queira dar ao que está acontecendo nem uma sofisticação ideológica gramsciana, leninista, bolchevique, maquiavélica, porque de nada disso se trata. Trata-se da apropriação do espaço público, a ganância sedutora da apropriação para tratar o espaço público como se fosse uma caixinha de objetos pessoais para o conluio de apaniguados partidários, de quadrilhas ou de gangues partidárias. Porque nem a causa existe, como já disse várias vezes o Senador Cristovam Buarque. Então, nem a causa existe.

O Governo Lula, infelizmente, para tristeza de todos nós, se predispôs a aprofundar o projeto neoliberal que condenávamos com veemência quando patrocinados pelo Governo Fernando Henrique. E, como se isso não fosse pouco, entregou o aparelho de Estado para conhecidos saqueadores dos cofres públicos continuarem a tratar o espaço público como se fosse uma caixinha de objetos pessoais para seus apaniguados.

O que aconteceu nos Correios é claro. Senador Marcelo Crivella, distribuíram os Correios para três gangues partidárias. Quando estou dizendo isso, não estou dizendo, seria injusta de dizer, que são todos do PT, do PTB e do PMDB. Não se trata disso. Não é generalização perversa isso de que estou tratando, não é. Mas três gangues partidárias foram se apropriar do chamado gestor operacional dos Correios, que são sete áreas, incluindo a Presidência, e essas três gangues partidárias, uma tentou se unir à outra, e deixaram o PTB de fora, o que criou toda essa polêmica. E o pior é que as gangues partidárias fraudavam desde o processo de instrução do edital de licitação. Fraudavam a licitação, fraudavam a execução contratual. Então, não tinha jeito, seria impossível que isso não fosse descoberto. Fizeram licitações onde entrou uma especificação técnica no edital em que uma única empresa no planeta terra atendia a essa especificação. Assim, não tinha como dar jeito, e foram fraudando.

E o pior é que toda essa história que está hoje nos meios de comunicação, deixando a desolação e o sofrimento para a grande maioria do povo brasileiro, não é nem 5% do esquema, porque estamos tratando, no âmbito dos Correios, e estou falando com a responsabilidade de quem estudou, de quem analisou, de quem chega cedo e sai tarde, de quem está cumprindo sua obrigação constitucional de agir com independência técnica e rigor ético implacável. O que foi que eles fizeram? Se havia isso no Governo anterior, e sabem todos, sabe inclusive o Senador Arthur Virgílio o que falo do Governo anterior, as brigas que eu tinha em relação ao Governo anterior, tudo o que eu dizia aqui, quando eu era Líder do PT e da Oposição...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite um aparte, Senadora?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-Sol – AL) – Não vou conceder agora, não, Senador Arthur.

Todo mundo sabe disso.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Mas como democrata que V. Ex^a é vai me negar um aparte.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-Sol – AL) – Não, vou dar, deixe-me só explicar um pouquinho. Estou brincando com o Senador Arthur Virgílio, até porque sabe o Senador da estima pessoal que tenho por S. Ex^a. Mas nem no Governo...

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senadora Heloísa, a mim daria?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-Sol – AL) – Os dois agora vieram para me provocar no plenário. Pode um negócio desse?

Mas nem no Governo anterior, se tinha, eu não conseguia ver com tanto detalhe uma monstruosidade de corrupção como esta. Eu queria ver, eu queria ter visto, para eu poder, pelo menos, dizer: igual, fizeram igual! Eu precisava disso, porque não posso pedir de volta os anos da minha vida que dediquei para construir algo que, a meu ver, é uma farsa. Eu queria muito dizer: fazia exatamente igual; as gangues partidárias estavam lá, fraudavam as especificações técnicas para que uma única empresa no planeta Terra ganhasse uma licitação. O que eles faziam? Eles iam fraudando o procedimento de instrução, tudo articulado.

O chamado pauteiro definia o que entraria na tal de Redir – reunião de diretoria –, mas como eles respondem solidariamente, tinha que ter dois diretores assinando. Assim, ou era a gangue do PT, mais a do PTB, mais a do PMDB... Tinha que ter dois assinando. Era tudo por consenso. Eles definiam lá. As gangues partidárias se articulavam com os empresários apaniguados do poder, que ganhavam licitações fraudadas e pagavam aos partidos para pagarem aos Parlamentares. Era um tal de carro-forte de R\$1 milhão, de R\$1,5 milhão para cima e para baixo. Era uma coisa impressionante!

Os contratos, Senador Cristovam Buarque, os tais contratos de empréstimos mentirosos, se V. Ex^a vê-los, vai passar mal! Eles mentiam no Banco Rural e no BMG. Usaram nota fria de um suposto serviço prestado para a Eletronorte para justificar empréstimo no BMG que nunca aconteceu. Isso porque, articulados com os banqueiros, fizeram uma medida provisória do Governo para viabilizar o crédito consignado só para um banco. Não tinha jeito. É aquela história do interior: mentira tem perna curta. Por mais que uma manobra seja de alta complexidade, é impossível...

É por isso que digo que não consigo acreditar que a maior liderança popular da América Latina, um dos homens mais brilhantes e mais inteligentes que conheci... Senador Mão Santa, o Lula é um homem brilhante e inteligente. Ele poderia nem ter lido um livro – e já leu –, mas é um homem brilhante, inteligente. Ninguém chega à condição de maior liderança popular da América Latina sendo uma pessoa fraca, incompetente, acovardada. É impossível isso acontecer! Um simples militante do Partido, numa cidadezinha do interior ou um eleitor esperançoso pode dizer: não sabia. Mas nós, que conhecemos a máquina partidária – que achávamos que a conhecíamos, porque tem coisa que eu achava que conhecia e nem conhecia mais –, sabemos que é impossível, Senador Cristovam, devido às ramificações do esquema fraudulento, do número de pessoas envolvidas, pessoas da cúpula palaciana do PT, pessoas próximas, vinculadas diretamente ao Presidente Lula. Eram muitas pessoas envolvidas para que ninguém não dissesse a ele o que acontecia. É impossível! Os fundos de pensão faziam as aplicações financeiras. Olhe, é uma...sabe aquela coisa? É uma esculhambação! É isso!

E estou dizendo tecnicamente, analisando os detalhes. O que aconteceu, o que está sendo investigado, que já está assombrando o País são só os contratos de publicidade do Sr. Marcos Valério, o que significa a investigação em uma única área do gestor operacional dos Correios, que tem sete áreas. Quando entrarmos na área de tecnologia, na área operacional, na área comercial, a coisa vai ficar mais difícil ainda. Uma pessoa que deu R\$800 mil para a campanha do Presidente ganhou um contrato de R\$100 milhões!

Desculpem-me, Senador José Agripino, Senador Arthur Virgílio, mas agora lhes concedo um aparte. Sei que já passei do meu tempo, Sr. Presidente, Senador Cristovam, mas acabei não concedendo o aparte aos dois Senadores, com quem brinquei, desculpem-me, porque é um assunto com o qual eu fico profundamente envolvida.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Senadora, num momento deste, controlar o tempo seria ir contra as exigências da História. Pergunto-me se o Senado não poderia estar em sessão permanente daqui até quando for preciso.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Então, V. Ex^a terá a palavra, assim como os Srs. Senadores poderão fazer seus apartes.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a sabe que essa questão da amizade pessoal é recíproca. Compreendo muito a posição

de V. Ex^a de procurar marcar, a partir do seu bravo e nascente Partido, uma diferença que entre pelo meio de dois projetos, um deles aquele encarnado pelo meu Partido, o PSDB, e o outro encarnado pelo Presidente Lula. Mas tenho que fazer a observação quanto a possíveis exageros cometidos por uma pessoa bem-intencionada como V. Ex^a. E lhe digo alguns: primeiro, o fato de que o PT montou espumas e difamações durante oito anos, e hoje chegamos numa roda de jornalistas, de Parlamentares – vou pegar uma figura emblemática – e digo: de que é mesmo que acusavam o Eduardo Jorge? E eu só ouço o silêncio, não ouço ninguém dizer qual foi a acusação. E vejo o Eduardo Jorge, cada vez mais atrevido, recusando as desculpas que lhe pede o Ministro José Dirceu. Eu vejo o ex-presidente Fernando Henrique, com 74 anos de idade, ao lado de Dona Ruth, de 74 anos de idade, andando sozinho, sem segurança, pelas ruas de São Paulo, de cabeça erguida, como um homem de bem que é, mantendo os seus hábitos, fazendo as suas palestras – ele voltou para a Academia. Alguém me diz: puxa, num País como o nosso, de corrupção, que deriva do próprio subdesenvolvimento, esse Governo com certeza teve casos. Sim, mas isso foi patrocinado pelo Palácio do Planalto, foi patrocinado pelo ex-Presidente Fernando Henrique, que é um homem de bem? Não, não foi. O ex-presidente Fernando Henrique governou oito anos com Lula e o PT querendo derrubá-lo. Ele governou oito anos em paz e entregou um País pacificado para o Presidente Lula. E o Presidente Lula, com o PSDB ajudando a dar suporte a que ele continue no poder, talvez não vá até segunda-feira. Essa é que é a grande verdade. Então, são diferenças que vejo. Eu apenas reparo para evitar que se cometa uma injustiça, porque V. Ex^a sabe o respeito que tenho por V. Ex^a, sabe a solidariedade que merece de nós todas as vezes que essa solidariedade política precisa ser manifestada. E, para mim, não é uma coisa justa, eu, líder e ministro do governo passado, ouvir, sem marcar a minha posição, aquela história da comparação, porque vejo algo sistêmico, profundo, patrocinado pelo Palácio. Eu via o que pode ter acontecido em todos os governos passados, algo não sistêmico, algo que acontecia aqui e acolá. Vejo hoje uma camarilha. Eu via ontem erros, equívocos. Sobre tudo tomara que o Presidente Lula, ao sair do poder – se Deus quiser, só em 31 de dezembro de 2006 –, possa pegar a Dona Letícia pelas mãos e andar nas ruas com a cabeça erguida, como anda pelas ruas de São Paulo e do País o ex-presidente Fernando Henrique. Tomara, tomara! Torço muito por isso, pois terá sido uma demonstração de que o Presidente Lula não terá culpa nesse cartório, ao contrário do que o acusa o Sr. Valdemar da Costa

Neto. É apenas isso. No mais, é dizer que V. Ex^a tem sido uma indormida combatente da causa ética neste País. E quem é assim, às vezes, comete equívocos, exageros, mas não comete o erro da omissão, comete o acerto da busca da verdade. E o principal equívoco é o daquele que, pela omissão, já começa errando, até porque, pela omissão, não viu nada, pela omissão não buscou nada, pela omissão não quis saber das coisas verdadeiras. Vejo que V. Ex^a é uma figura acima das conveniências. Aprendi mesmo a ter carinho pessoal por V. Ex^a, aprendi a ter respeito intelectual por V. Ex^a; aprendi a ter respeito parlamentar por V. Ex^a; e aprendi mesmo, no plano pessoal, a gostar irrestritamente de V. Ex^a; no plano político, perceber que temos algumas coincidências em relação ao projeto que está se esborando aí. Temos momentos de acerto, portanto, aqui dentro, na hora em que o rolo compressor tentava se formar e não deixamos. E sei que, infelizmente até para mim, temos visões de mundo diferentes, queremos países diferente, não nos encontraremos em próximas eleições. Não tenho a felicidade que Lula já teve, talvez até sem merecer, de contar ao seu lado com uma pessoa da sua lealdade, do seu calibre. Mas é assim, mesmo como seu adversário e aliado pontual no ataque à corrupção do Governo Lula, mas seu adversário ideológico, seu adversário contra a visão de mundo, nem por isso, deixo de reconhecer algo que, para mim, é verdadeiro, a sua integridade, integridade que V. Ex^a haveria de demonstrar não só na Oposição, mas no Governo. Qualquer experiência de governo mostraria integridade, sim, depois de seus companheiros passarem por todas as tentações, por todos os momentos de teste. Portanto, queria apenas registrar isso e dizer que me parece que a hora mesmo é de nos centrarmos nessa vigília cívica para cobrarmos do Presidente o pronunciamento que ele não está fazendo, a satisfação que ele não está dando à Nação. Não consigo aceitar um Presidente que está me parecendo acovardado diante da denúncia do Sr. Valdemar da Costa Neto. O Sr. Valdemar da Costa Neto calou o Presidente da República. Ele iria falar tal hora, mas como a revista **Época** publicou matéria com o Sr. Valdemar da Costa Neto, o Sr. Valdemar da Costa Neto cala o Presidente da República. Nada tenho contra ele pessoalmente, mas o Sr. Valdemar da Costa Neto, politicamente, para mim, é a terceira pessoa depois de ninguém. Tem fulano, tem beltrano, tem o Valdemar, tem ninguém e tem mais três e o Valdemar é o terceiro, do ponto de vista do peso político. E foi assim que ele foi tratado durante oito anos do Governo passado. Hoje, paralisa o País, paralisa a Bolsa, paralisa investidores, paralisa traba-

lhadores, paralisa o Congresso. Estamos aqui todos nós em vigília, aguardando que o Presidente fale, quando Sua Excelência entender que tem um discurso redondo para falar, apesar do que disse dele o Sr. Valdemar Costa Neto. É um triste País e este é o momento que tenho a impressão de que exige de todos nós, Senador Cristovam Buarque, que é independente do PT; Senador Geraldo Mesquita Júnior, que é do P-SOL, meus antípodas ideológicos; Senador José Agripino, que é o meu aliado; Senador Mão Santa, que é nosso aliado nas lutas de Oposição aqui, embora no projeto do PMDB; Senador Luiz Otávio, que é da Base do Governo e é figura leal; Senador Rodolpho Tourinho, que é meu companheiro de viagem oposicionista também e é homem de enorme paciência e vontade de acertar coisas boas para o País; Senador Pedro Simon, que, estando ausente, não está ausente porque está em seu gabinete, aguardando conosco o pronunciamento do Presidente; é hora de nós, ao meu ver, nos congraçarmos em dois pontos: na esperança de que o Presidente fale com firmeza, denunciando a corrupção, dando nome aos bois e dizendo o que pretende fazer para terminar esse mandato infeliz que ele está gestando e, ao mesmo tempo, estarmos aqui unidos e preocupados com essa democracia brasileira, com o futuro do País, com o que pode acontecer. No mais, agradeço a V. Ex^a ter me dado o aparte primeiro do que ao Senador José Agripino.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, nobre Senador e concedo um aparte ao Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a senta aqui ao meu lado e somos parceiros de obrigação, pelo fato de exercermos uma posição...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Mas afinidade geográfica não vale mais do que a outra, nós sentamos diagonalmente e quero reivindicar a primazia nessa amizade.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Somos parceiros no exercício da denúncia, da fiscalização e da cobrança. Esse é o traço que nos une. Além de ser eu, pessoalmente, um admirador absoluto da forma de ser de V. Ex^a como pessoa. V. Ex^a na tribuna é uma leoa, ruge de fazer tremer as paredes desta Casa; no convívio pessoal, é um doce de pessoa como disse à Anita, quando a apresentei a ela, minha mulher. Esse povo aqui atrás, doente de ciúme, aqui e acolá, solta uma piadinha no rumo de tumultuar a nossa civilizada relação política e afetiva relação pessoal. Está perdendo o tempo dele. Senadora Heloísa Helena, o

Senador Arthur Virgílio e eu estávamos lá fora, no cafézinho, conversando com a imprensa toda que nos pediu para, em frente à televisão, armar as câmaras e microfones para acompanhar junto conosco o depoimento do Presidente da República, o prometido depoimento do Presidente da República, que falaria à Nação em função dos fatos que vêm se sucedendo e que culminaram ontem com o incrível depoimento de Duda Mendonça. Quanto entrei, V. Ex^a estava falando de um assunto que, com certeza V. Ex^a não ouviu porque foi produto do meu pronunciamento hoje pela manhã cedo. Eu me referia, ainda que **en passant**, a um grupo de Parlamentares do PT que certamente pensam como V. Ex^a. É um grupo minoritário, são uns 20, que ontem choraram no plenário da Câmara, envergonhados dos fatos que aconteceram e que vem aconteceram e que culminaram. Choraram como o choro que V. Ex^a ensaiou antes de conceder um aparte a Arthur Virgílio e a mim. O choro da vergonha. V. Ex^a é discípula, V. Ex^a foi a pioneira no processo de expulsão do PT. V. Ex^a, nesta mesma tribuna, pronunciou um dos discursos mais bonitos que já ouvi nesta Casa. O seu discurso de protesto, de constrangimento, de amargura interior pela violência de que estava sendo alvo ...

(Interrupção do som.)

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – ...depois de dar, como costuma dizer, os melhores anos de sua vida para um Partido político que estava lhe expulsando. Sr. Presidente, dê-me uma pequena tolerância. Eu dizia o seguinte: o que está passando claramente para o País é que uma quadrilha se instalou. Uma quadrilha, que envergonha os que choraram ontem na Câmara dos Deputados e que faz V. Ex^a, lembrando o seu passado, renovar o choro ou a sua amargura, o seu sentimento interior. Eu dizia o seguinte: Duda Mendonça é um homem caro; competente, mas caro. Nunca pude contratar o Duda Mendonça, que já esteve a serviço de adversários meus no Rio Grande do Norte. Já estive contra mim. Disputei seis eleições, todas majoritárias, das quais ganhei cinco e perdi uma. Nunca contei com o Duda Mendonça porque ele é caro demais para o que eu podia pagar. Mas ele foi uma das exigências de Lula para ser candidato. Lula dizia: “Serei candidato se Duda for o meu marqueteiro.” Duda disse ontem quanto cobrou pela campanha: R\$25 milhões. Muito dinheiro. Jamais pensaria, nunca, em contratar quem quer que fosse por R\$25 milhões. Contrata por R\$25 milhões quem pode. E eles acharam que podiam contratar, que teriam panos para as mangas, que teriam meios para pagar.

Eu não, eu tiro por mim, Senadora Heloísa Helena, eu jamais contrataria alguém e não acompanharia o pagamento até o último centavo. Quem me conhece sabe que é verdade. Eu não contrataria ninguém se não pudesse acompanhar até o último centavo o pagamento, o resgate completo. Não acredito que Lula não soubesse que tinha custado R\$25 milhões a assessoria de Duda e que estavam devendo ainda R\$11 milhões. E que os R\$11 milhões estavam sendo pagos daquela forma exótica, como foi anunciada, ontem, por Duda Mendonça. Devem R\$100 milhões a Marcos Valério e devem R\$11 milhões a Duda, que tenha sido anunciado. Que tenha sido anunciado! São R\$111 milhões, do que se sabe. Para pagar com quê? Com contribuição dos petistas? Não há nenhuma hipótese. Evidentemente que é para pagar com a ação da quadrilha, com a ação de um grupo que, usando os instrumentos do Estado, com tráfico de influência, operado por Silvio Pereira, Delúbio Soares, pessoas que V. Ex^a conheceu e que hoje lhe entristece ter conhecido, e que com a colaboração de Marcos Valério, montaram uma quadrilha, que tem que ser posta para fora, expulsa, condenada, posta na cadeia, como punição exemplar para que não se repita, para que outros petistas sérios não chorem, para que a classe política se purgue, para que desse processo resulte um Congresso respeitado. Porque eu não quero entrar num avião e ser desrespeitado por passageiro nenhum. E eu sou classe política, que está sendo hoje, nesse momento, toda nivelada por baixo. Então, V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena, pronuncia, mais uma vez, um discurso amargurado pelo fato de V. Ex^a ter convivido com essa turma, saber quem são eles, como Lula sabe. E aí, é o fim do meu aparte. Não adianta o Presidente da República fazer um pronunciamento e dizer “Vamos fazer a reforma política. Vou diminuir agora o número de Ministérios. Vou chamar a sumidade a, b e c e o suplente do Papa para ser meu Ministro”. Não adianta nada disso, se ele não assumir as responsabilidades dele, abrir o coração e disser: “Eu confesso e peço perdão ao País porque possibilitiei a que uma quadrilha se instalasse no serviço público do Brasil. Eu bato no peito e digo mea-culpa, mea-culpa! Em nome da minha história de sindicalista que ganhou a eleição tendo 52 milhões de votos, quero me purgar e quero dizer que essa quadrilha agiu, mas não tem o meu consentimento. Tem a minha desaprovação e eu cortando, agora, sim, nas minhas carnes, vou apontar o nome das pessoas e pedir a Justiça que aja. As pessoas são fulano, fulano, fulano e fulano que tenho certeza que estavam,

no sentido não sei se de me agradar ou não, encarregadas de arranjar R\$100 milhões usando o Estado brasileiro para pagar Marcos Valério e a arranjar mais R\$11 milhões para pagar a Duda Mendonça. Tenho a consciência disso, peço desculpas ao País, denuncio fulano, beltrano e sicrano. Peço que a justiça aja sobre eles, que os puna e que eu, com esta atitude, me apresento ao povo do Brasil pedindo que me permitam que conclua o meu Governo". Parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento e pela oportunidade que me dá de abrir também o meu coração.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador José Agripino, e ao Senador Arthur Virgílio.

Senador Cristovam Buarque, sei que V. Ex^a, que milita no PT, está amargurado também.

Muitas vezes, eu conversava na Casa com o nosso querido e amado Senador Pedro Simon, que, em todos os seus pronunciamentos, sempre fazia um apelo ao Presidente Lula e que tem por Sua Excelência um carinho e uma admiração gigantesca. E, muitas vezes, quando conversávamos, o Senador Pedro Simon me dizia: "Não, Heloísa, não. Você não tem razão".

Eu precisava, Senador Cristovam, que alguém me desse os argumentos para que eu pudesse crer que o Presidente Lula não sabia disso. Era o que eu precisava, porque, nem se estivéssemos em um campo de guerra, em que a ética, infelizmente, não é a da paz – na guerra, o indivíduo, se conta a verdade no campo do adversário, é um delator, porque está colocando em risco os companheiros que estão lutando na mesma trincheira; é algo diferente –, poderia acontecer uma coisa dessa. É impossível!

Para mim, por oportunismo, seria muito mais cômodo – porque as pesquisas são sempre favoráveis ao Presidente – bater no Ministro José Dirceu, no Delúbio e no Sílvio Pereira. Para mim, seria muito mais cômodo o oportunismo eleitoralista de tentar livrar a grande personalidade. Mas o pior é aquela história que já repeti várias vezes, que a Hannah Arendt dizia: a única coisa com a qual se vai conviver o resto da vida é com a própria consciência. Pode-se enganar o filho, a mulher, mas não se pode enganar a si mesmo.

Eu precisaria saber por alguém como é que o Presidente da República delegou a **gangs** partidárias o Estado brasileiro. Conhecendo essas pessoas, sabendo quem eram elas, como ele pôde fazer isso? Um gestor público pode errar. Pode-se entregar um cargo a alguém que se tem como competente para administrar e, de repente, descobrir que ele é desonesto. Mas, ao

se delegar a um desonesto a gestão do espaço público, quer-se beneficiar da soberba, da ganância desse senhor desonesto.

É impossível! São *gangs* partidárias, apropriação indevida do aparelho de Estado, é a partilha do aparelho de Estado a personalidades conhecidas pela arte de conjugar, de todas as formas e modos, o verbo "roubar". A eles foi entregue o Estado brasileiro, e se criou tudo isso. E, Senador Cristovam, nem começou ainda! Para tristeza de todos nós, o que está sendo analisado são os contratos de publicidade do Sr. Marcos Valério em um setor de uma área das sete diretorias do gestor operacional dos Correios. Quando se analisarem os contratos no Banco Popular ou em outras estruturas das empresas públicas, será algo realmente estarrecedor.

Estou afastada do PT há muito tempo; de fato, estamos afastados, infelizmente, desde a época da equipe de transição. E nós alertávamos. O problema é que, quando V. Ex^a e eu fazemos a crítica, se tratamos dos radicalóides – no meu caso, os radicalóides, os intolerantes, os enlouquecidos, os **trotskistas**; no caso de V. Ex^a, arranjam outra adjetivação, com certeza.

É sempre isso. Desde a equipe de transição, os acordos feitos para a proteção de alguns, a política econômica que se foi impondo, o tributo ao neoliberalismo, tudo isso vinha sendo articulado. Quando dizíamos que havia um balcão de negócios sujos, montado ente o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional, houve pessoas importantes do PT na Casa que disseram: "Vou mandar a Senadora para a Comissão de Ética, porque ela disse que o Palácio do Planalto montou um balcão de negócios sujos aqui, no Congresso Nacional". É evidente que nunca me mandaram para lá. Seria até bom para sabermos quem era o gerente, o menino de recados, o moleque desse processo todo, que poderia não estar angustiando tantos militantes que dedicaram suas vidas para ajudar a construir o PT.

Mesmo que eu já esteja fora do Partido há praticamente três anos, porque, infelizmente, as tormentas se iniciaram na equipe de transição, no primeiro mês de Governo, nas parcerias estabelecidas para montar a base de bajulação, nas parcerias estabelecidas com o capital financeiro...

(Interrupção do som.)

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

Mesmo assim, mesmo eu já estando praticamente fora do Partido há três anos, eu não conse-

guiaria imaginar que presenciaria o que de fato estou presenciando.

Para estar de bem com a minha consciência, não posso dizer que o Presidente da República não sabia dos fatos. O Presidente Lula é a maior liderança popular da América Latina, um dos homens mais brilhantes que já conheci, um retirante, um filho do povo, que simplesmente reivindica o seu passado para justificar um presente, e a sua alma do passado já não cabe no compromisso que assumiu no presente. É como se fossem duas pessoas diferentes.

O mundo da política é um mundo de soberba, de ganância, de sedução do poder. Digo sempre – alguns dizem que é exagero – que, antes de entrarmos nesse templo dos tapetes azuis, dos rituais esnobes e hipócritas, devemos dizer, todos os dias: esmaguemos a vaidade e cusparamos no poder, para que ele não seja capaz de fazer-nos esquecer o que somos na essência, porque o poder é capaz de fazer com que as pessoas esqueçam mesmo isso.

Senador Cristovam Buarque, estou terminando o meu pronunciamento, mas eu não poderia deixar de conceder um aparte – desculpo-me com V. Ex^a – ao meu querido companheiro Senador Geraldo Mesquita Júnior. Logo em seguida, encerrarei de pronto.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (P-SOL – AC) – Senadora Heloísa Helena, também serei breve. Agradeço a condescendência, mais uma vez, ao Senador Cristovam Buarque. Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a identificou, por exemplo, as contas das agências de publicidade como um dos cavalos de toda essa transferência de recurso público para as *gangs* partidárias, como chama V. Ex^a. Nesta semana, na CPI dos Bingos, revelamos outro cavalo, outro mecanismo que também se prestou a esse papel. Um pequeno escritório de advocacia, MM Consultores não sei das quantas, movimentou, em dois anos, cifras astronômicas, mais de R\$20 milhões, e o seu principal titular não conseguiu, em absoluto, como é natural – eles não conseguem, de fato –, justificar a movimentação de grande parte dessa quantia. Ele chegou ao desplante, à afronta de dizer que era gastador. Disse que grande parte desses recursos foi gasta com a compra de vinhos caros, o que foi um deboche com a Nação brasileira e com os Senadores que o estavam inquirindo. Então, Senadora, fique certa – e a Nação brasileira também – de que não tenho a menor dúvida do que aconteceu nesses últimos anos em nosso País. É como se uma grande orquestra tivesse sido preparada, todos os músicos treinados, os instrumentos afinados, mas uma orquestra diferente das demais, porque essa

teve, em vez de um único maestro, dois maestros: o Presidente da República e o ex-Ministro José Dirceu. Essa grande orquestra cuidou, nesse tempo todo, de se apropriar de recursos públicos de uma forma ou de outra. Empresas privadas também transferiram aquela parte do excesso, decorrente do superfaturamento de obras, decorrente da licitação fraudulenta, viciada, para os bancos rurais da vida, para os BMGs da vida, para as agências de publicidade, para os escritórios de advocacia. Ainda vamos descobrir outros cavalos desse mecanismo de transferência de recurso público, da utilização fraudulenta e criminosa de recursos públicos, por quadrilhas partidárias, como V. Ex^a as define, para o mal deste País, para fazer a perversidade que estão fazendo com o povo brasileiro. Eu queria apenas trazer esse esclarecimento a V. Ex^a, aos Senadores e à Nação brasileira.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agradeço, de coração, a V. Ex^a. E tenho certeza de que, mesmo nós que passamos pelos açoites e pelas humilhações do processo de expulsão, não comemoramos este momento. Queríamos estar repetindo aquele pequeno versinho do Lêdo Ivo, que diz assim: “felizes os que chegam de mãos dadas como se fosse o momento da partida”. Infelizmente, o momento é completamente distinto. As opções foram outras, e nós, agora, ficamos vendo uma situação tão grave quanto esta.

Mas acho que pior do que as coisas estarem aparecendo publicamente são os subterrâneos da política, os acordos, os trambiques montados de forma supostamente sofisticada. Isso é que é pior. Quando as pessoas dizem assim: “Falam muito, os Parlamentares ficam repetindo, repetindo, repetindo lá nas CPIs”. Mas o povo tem uma opção: como está sendo apresentado publicamente, a dona de casa, o pai de família têm a opção de desligar a televisão. Então, é uma opção fácil, mecânica. Ele desliga a televisão e não é obrigado a escutar o que estamos dizendo. Agora, grave é quando o povo não tem a opção de desligar o botãozinho da televisão para não escutar o Parlamentar falando, porque os negócios sujos são montados nos esgotos, nos subterrâneos, no submundo da política. Isso, sem dúvida, é muito pior.

Desculpe-me, Senador Cristovam Buarque, porque acabei demorando muito. Agradeço a V. Ex^a pela generosidade.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Não tem nada que agradecer, Senadora Heloísa Helena, pela sua fala.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem.) – Peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque Bloco/PT – DF) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Temos aqui, antes de mais nada, a íntegra da entrevista do ex-Deputado Valdemar Costa Neto à revista **Época** e aos jornalistas Thomas Traumann e Gustavo Krieger.

Entre outras coisas, pela leitura que acabo de fazer da maneira mais dinâmica que consegui, S. Ex^a disse que fechou o apoio a Lula em 2002, e Lula tinha como alternativa Patrus Ananias se não desse certo a conversa com o PL, em torno de R\$10 milhões, e a conversa se deu num quarto. O dinheiro terminou não sendo por dentro, mas o Vice-Presidente José Alencar pedia que fosse por dentro e sabia também das negociações, sabia do preço, sabia de tudo. E aí vêm os detalhes, que são detalhes que acrescentam mais angústia a quem está vivendo este momento com responsabilidade para com o País.

Peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, a inserção nos Anais da Casa desta matéria cheia de detalhes, que só os que participaram deste momento triste poderiam saber com tanta precisão.

Muito bem, Sr. Presidente. Tenho uma outra colocação a fazer, que é a seguinte: o Sr. Duda Mendonça recebeu depósito no exterior, depois de lhe terem recomendado que abrisse conta num paraíso fiscal. Sabe-se, também, que teria sido Marcos Valério a efetuar esse depósito. A pergunta que se faz é a seguinte: de onde veio esse dinheiro? Onde estava depositado esse dinheiro? Em que conta? Quais eram os responsáveis?

Como o Deputado Jose Mentor, aquele Relator que enterrou a CPMI do Banestado, apresentou projeto de lei permitindo a internalização de recursos de brasileiros depositados no exterior, para beneficiar doleiros, começo a duvidar se não existe no exterior uma grande conta, não sei de quem, se de partido político, uma grande conta, Senador José Agripino, com um grande volume de recursos financeiros saídos do Brasil de forma irregular ou depositadas nessa conta por organizações estrangeiras.

A dúvida está posta, a indagação está feita. A quem interessaria – vamos agora analisar com crité-

rio – esse projeto do Deputado José Mentor? Seria ou não essa uma boa linha de investigação pela CPMI? – pergunto eu.

Mais uma vez, confirma-se a fala do Deputado Roberto Jefferson, na qual ele atribui a seguinte frase a José Dirceu: “Roberto, a Polícia Federal é meio tucana. Meteu em cana 62 doleiros agora, véspera de eleição. A turma que ajuda não está podendo internar dinheiro no Brasil”.

Peço que isso vá para os Anais do Senado Federal também, junto com as matérias referentes ao projeto que precisa ser esclarecido do ainda Deputado José Mentor.

Sr. Presidente, eu gostaria de registrar com alegria, reconfortado como Parlamentar, a decisão de V. Ex^a, como Presidente desta sessão, de nos manter aqui em vigília cívica – e é momento para isso. Os Senadores estavam falando aqui desta tribuna, e eu estava com o Senador José Agripino no café. Estávamos aguardando, junto com a imprensa acreditada no Senado Federal, o momento que para nós já deveria ter vindo e ter sido concluído: a fala do Presidente da República. E eu estava ouvindo os jornalistas e os funcionários dizerem: “Ah, ele não vai falar. O Presidente não vai falar”. Outro dizia assim: “Ah, o Presidente ia falar, mas, com a matéria do Valdemar Costa Neto, na **Época**, ele se deteve. Outro dizia: o Presidente...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ...não vai se pronunciar, a não ser através de uma gravação, que será distribuída depois.

Ou seja, está me cheirando muito a maquiagem essa história de preparar o Presidente para dizer coisas convenientes, quando ele tem que saber se é ou não ainda capaz de dizer coisas simples para a Nação: primeiro, admitir que errou, admitir que existe corrupção no Governo dele; segundo, dar o nome de quem corrompeu no Governo dele; terceiro, dar o nome de quem corrompeu no partido dele; quarto, demitir uns e se distanciar claramente de outros; quinto, propor à Nação um pacto que leve este Governo até 31 de dezembro de 2006, com muita clareza, com muita nitidez. Sua Excelência não pode tergiversar, não adianta maquiagem: saber se o paletó está combinando, se é melhor azul marinho com fundo amarelo ou se é melhor amarelo com fundo roxo. Isso não é relevante agora. Não é hora de Duda Mendonça. A hora de Duda Mendonça foi ontem, denunciando paraíso fiscal e as contas corruptas no exterior. É hora

de a CPMI contratar a Kroll ou algo parecido, para rastrear esse dinheiro sujo no exterior. Não é hora de outra coisa, é hora disso. Então, Sua Excelência já deveria ter falado à Nação. Não me agrada a idéia de um Presidente acovardado porque teria saído uma matéria na revista **Época**, da lavra do Sr. Valdemar Costa Neto. Não me agrada a idéia de um Presidente vacilante que não sabe o que dizer à Nação, quando só tem uma coisa a fazer: se redimir, se purgar, pedir desculpas e dizer o que pretende fazer para manter o País governável.

Ele, Sr. Presidente, peço a atenção de V. Ex^a para o que vou dizer neste momento: o Presidente perdeu a condição de se manter no Governo. Ao mesmo tempo, ele tem o dever de se manter no Governo. Ou seja, ele precisa recriar as condições de se manter no Governo e ele não fará isso pela tergiversação, não fará isso pela mentira, não fará isso pelo engodo, não fará isso pela maquiagem marquetológica, mercadológica, marqueteira. Ele fará isso se dirigir-se à Nação com sinceridade e se conseguir convencê-la de que deve ser dada a ele uma oportunidade de concluir o seu Governo, servindo este Governo, para...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, seu assessor – não é o Senador – quer dar uma colaboração

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – O estadista José Sarney, que passou os momentos mais difíceis, viu o Presidente Vargas se suicidar, fez a transição, escreve às sextas-feiras para a **Folha de S. Paulo**. Vamos falar de flores? Atentai bem ao que disse o estadista José Sarney: “De repente, como numa viagem fantástica, mudou tudo, a esperança e o medo. Entramos num labirinto sem desvendar a saída”.

O SR. ARTUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É verdade, Senador Mão Santa.

Eu concludo, Senador Cristovam Buarque, dizendo que a Nação está na expectativa da declaração do Senhor Presidente. Será terrivelmente frustrante se nós sairmos daqui hoje sem ouvirmos o Presidente da República. Não é hora de dizer: é porque ele vai preferir...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ele tem que estar, agoniadamente, desejoso de dar suas explicações. Homem de bem, queremos acreditar que seja, Sua Excelência tem que estar pronto para dar as respostas na ponta da língua. Não precisa de nenhum

metteur em scène, não precisa de nenhum diretor de cena. Ele não é ator, não tem que ser dirigido por ninguém, não precisa de gravação nenhuma. Ele poderia falar ao vivo, como estou fazendo neste momento. Ele não precisa de nada. Precisa de autenticidade e vontade de reparar o dano que, no mínimo, por omissão, causou a este País.

Eu formo a convicção de que há uma grande conta no exterior. Essa conta, que se mistura com essa sujeirada toda de Banco Rural e de Valério, com essa promiscuidade toda, é que para mim abasteceu a Düsseldorf do Sr. Duda Mendonça.

Portanto, Sr. Presidente, estamos aqui, nós, poucos moicanos, mas representando, acredito, o grosso, a maioria esmagadora dos Srs. Senadores e das Sr^{as} Senadoras. Estamos aqui nós em vigília, exigindo que o Presidente venha prestar satisfações à Nação. Não é hora de se esconder em palácio nenhum, porque neste País as coisas não são mais escondíveis.

Presidente, venha frontalmente prestar contas aos seus eleitores e aos seus adversários. Nós queremos ajudá-lo a concluir o seu mandato. Mereça isso, Presidente! A covardia não faz parte da crônica histórica. O que faz parte da crônica histórica é a definição. E a definição que lhe cabe é conseguir as condições de concluir esse seu mandato infeliz. Venha pela sinceridade! Venha pela coragem! Venha pela frontalidade! Não venha pela omissão, não venha pela tergiversação, não venha mais pela mentira e, sobretudo, Presidente, venha! Não deixe de vir! É um desafio que o seu passado recebe pela história brasileira. É um desafio ao qual não pode fugir o seu presente. É um desafio que Vossa Excelência tem que enfrentar, se é que almeja ter algum futuro.

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – ...se é que almeja ter um registro minimamente positivo do seu Governo na história deste País.

Estamos todos ainda confiantes e esperançosos de que o Presidente Lula sabe o que significa comandar um país, chefiar um Estado; de que Sua Excelência sabe que o bravo líder sindical de outrora não vai dar vez a um governante acoelhado num palácio qualquer de uma república indigitada, de uma república infeliz.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

REPORTAGEM DE CAPA

Lula sabia

Primeiro deputado a renunciar no caso do valerioduto conta como o PT pagou com malas de dinheiro pelo apoio do PL a Lula

THOMAS TRAUMANN E GUSTAVO KRIEGER

Às 13h42 da quinta-feira 11, o ex-deputado e presidente do Partido Liberal, Valdemar Costa Neto, recebeu uma ligação de feliz aniversário do vice-prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab (PFL). "Ninguém vai sair bonito desta crise, mas a gente vai sair menos feio", disse Valdemar ao telefone. Pouco mais tarde, atendeu um telefonema do ministro Alfredo Nascimento, cheio de preocupações: "Vai dar tudo certo no final", disse. Minutos depois, Valdemar iniciou sua primeira entrevista desde que renunciou ao mandato, no dia 10, acusado pelo deputado Roberto Jefferson (PTB) de receber mensalão para defender o governo Lula. "Recebi dinheiro, sim, mas não os R\$ 10,8 milhões que diz o Marcos Valério. Foram R\$ 6,5 milhões do caixa dois da campanha de Lula", revelou Valdemar a ÉPOCA. O dinheiro viria de um acordo, fechado em junho de 2002, em que José Dirceu e Delúbio Soares prometeram R\$ 10 milhões em troca do apoio do PL. "O Lula estava na sala ao lado. Ele sabia que estávamos negociando números", contou ele. A versão de Valdemar tem algumas contradições, vários pontos obscuros, mas lança luzes sobre como Marcos Valério operava o caixa dois do PT. "O Lula, o José Dirceu e o Delúbio faziam parte da mesma família. Não dá para crucificar só um", disse

Valdemar, na sala da presidência do PL em Brasília, decorada com uma reprodução do Cristo Crucificado de Salvador Dalí. Na noite anterior à entrevista, ele falou com o vice-presidente, José Alencar. Segundo ele, Alencar o aconselhou: "Fala a verdade, Valdemar. Confessa". A seguir trechos da entrevista

ÉPOCA - Por que o senhor renunciou?

Valdemar Costa Neto - Eu cometi um erro fiscal. Não declarei o dinheiro que recebi do PT. Não tinha motivo para duvidar da origem do dinheiro do PT. Para mim, o PT sempre foi um partido sério, de gente decente. Mas cometi um erro e renunciei para continuar sendo respeitado por meus colegas do partido. A história do PL é ruim, mas é a menos pior.

ÉPOCA - Qual é a história do dinheiro que o senhor recebeu do PT?

Valdemar - Tudo começou nas negociações para fechar o apoio a Lula em 2002, com José Alencar, do PL, como vice. Tivemos muitas reuniões, em Brasília, na casa do José Dirceu. Sempre participavam o (deputado) João Paulo (PT), quase sempre o (ex-secretário-geral do PT) Silvio Pereira, sempre o (ex-tesoureiro do PT) Delúbio Soares, além do José Alencar. Estava tudo indo bem, até que a Justiça aprovou a verticalização (permitindo apenas as coligações com os aliados nacionais). Daí fui ao Zé Dirceu e avisei: "Tudo mudou".

ÉPOCA - Foi aí que o PL pediu dinheiro ao PT?

Valdemar - A questão é que o PL precisava ter 5% dos votos para ter as verbas do fundo partidário. Com a verticalização, as nossas chances de chegar a 5% eram pequenas, porque só poderíamos nos coligar com o PT. Falei para o Zé: "Para isso, preciso de uma estrutura

muito maior para segurar meu pessoal". Ele falou: "Mas quanto?". Eu falei: "R\$ 15 milhões, R\$ 20 milhões".

ÉPOCA - Como se chegou ao acordo?

Valdemar - Foi uma discussão muito grande. No dia 18 de junho de 2002, tive uma reunião com o Dirceu. Ele disse que não tinha jeito de fazer o aporte de dinheiro. Eu respondi: "Então me libera (para fazer outra coligação)". Ele respondeu: "Está liberado". Já estávamos fazendo uma nota conjunta dizendo que a coligação PT-PL não ia sair quando me liga o Zé Alencar. Eu contei a ele que não conseguimos chegar a um número. "Não vou prejudicar nosso pessoal todo em troca de uma aliança", falei. O Zé Alencar disse para eu não assinar a nota conjunta. Daí a 15 minutos, ele ligou e disse que o Lula viria no dia seguinte a Brasília resolver o assunto.

ÉPOCA - Resolveu?

Valdemar - A reunião foi no apartamento do deputado Paulo Rocha (PT). Estavam lá o Lula, o José Alencar, o Dirceu e o Delúbio. O Lula chegou para mim e disse: "Quer dizer então que você é o nosso problema?". "Não posso matar o nosso pessoal", respondi. O Zé Dirceu não queria falar de dinheiro, queria negociar a participação no governo: "Valdemar, vamos governar juntos?". Respondi: "Mas, desse jeito, não vai sobrar ninguém na Câmara para governar junto com vocês". Depois o Lula até falou para o Zé Alencar: "Vamos sair porque esta conversa é entre partidos, não entre candidatos". Daí o Delúbio chegou perto de mim e disse: "Vamos conversar".

ÉPOCA - E vocês falaram de números...

Valdemar - O Lula e o Alencar ficaram na sala e fomos para o quarto eu, o Delúbio e o Dirceu. Eu comecei pedindo R\$ 20 milhões para levar uns R\$ 15 milhões. Daí, ficou aquela discussão. Uma hora, o Zé Alencar entrou e falou: "E aí, já resolveram?". Eles (o PT) achavam que iam arrecadar R\$ 40 milhões. Eu falei: "Tira R\$ 15 milhões para a gente. É justo". Eles ameaçaram ir embora. O Lula mandou ligar para o (hoje ministro) Patrus Ananias e avisou que, se a conversa não desse certo, ele seria o candidato a vice na chapa. Uma hora, o Dirceu chegou a dizer "acabou". Eles batiam tanto o pé comigo que eu pensei "ô povo firme. Esses vão me pagar rigorosamente em dia". Daí chamei o Zé Dirceu de volta para o quarto. O Zé Alencar veio junto. Falei: "Vamos acertar por R\$ 10 milhões". Voltamos para a sala e avisamos: "Está fechado". Lembro ainda que o Zé Alencar falou "peça tudo por dentro" (doação legal).

ÉPOCA - Lula sabia que a conversa no quarto era sobre dinheiro?

Valdemar - Ele sabia. O presidente sabia o que a gente estava negociando. Olha, ele e o Zé Dirceu construíram o PT juntos. O Lula sabia o que o Dirceu estava fazendo. O Lula foi lá para bater o martelo. Tudo que o Zé Dirceu fez foi para construir o partido.

ÉPOCA - O vice-presidente José Alencar falava "tudo por dentro". E o presidente Lula dizia o quê?

Valdemar - Nunca falou. Quando saí, ele me falou: "Então está liquidado o assunto". O Lula foi lá para autorizar a operação. E não vejo nada demais. O que ninguém esperava é que desse essa lambança.

"Eu recebi só R\$ 6,5 milhões. Estão colocando R\$ 4 milhões a mais na minha conta. Eles que expliquem para

onde foi o dinheiro"

VALDEMAR COSTA NETO, ex-deputado e presidente do PL

ÉPOCA - Quando vocês receberam?

Valdemar - Na campanha, nem um centavo. Vi que a coisa estava ruim quando um dia fui a uma reunião no comitê de campanha e vi o Duda Mendonça cabisbaixo (conta rindo). Ele reclamava: "Eles não pagam meu pessoal. E eu não consigo criar sem dinheiro". Imagine se eu ia receber, quando atrasavam até para o Duda? Eu ia para as reuniões, reclamava com o Zé Dirceu, com o Delúbio. O Delúbio dizia: "Valdemar, eu vou pagar, você pode assumir com os deputados, eu vou atrasar, mas pago". Eu não acreditei. Eu ia para o Delúbio, ia para o Zé Dirceu, e dizia: "A gente não está vencendo pagar as contas". Eles receberam R\$ 40 milhões. Foram R\$ 20 milhões do Lula e R\$ 20 milhões do PT, mas misturaram as contas dos Estados com a nacional. Fizeram uma bagunça.

ÉPOCA - Como o PL reagiu?

Valdemar - Os deputados me pressionavam. Então, veio a eleição e o PL teve só 4,7% dos votos. Isso me arrebolou. Só conseguimos entrar no Fundo Partidário porque fiz a fusão com o PGT e o PST. Porque não tive a estrutura que me prometeram. Eu procurava o Delúbio e o Zé Dirceu. Falei com o Zé Alencar e ele me disse que estava fazendo uma doação oficial, de R\$ 2 milhões. Quando fui tentar esse dinheiro para o PL, o Delúbio falou: "Xii, já gastei por conta". Achei que eles podiam ter facilidade. Iam ganhar a eleição. Decidi ficar quieto. E nunca pensei que eles iam ter dificuldade em conseguir o dinheiro.

ÉPOCA - E depois da eleição, o dinheiro veio?

Valdemar - Eu fiquei cobrando. Eles tiveram uma mudança grande comigo. Houve um boato de que "o PL já estava acertado". E a bancada me pressionava pensando que eu tinha embolsado algum. Tive de colocar uns dois deputados no pau.

ÉPOCA - Quando o Delúbio lhe disse que pagaria essas dívidas de campanha?

Valdemar - O Delúbio chegou a falar para mim que ia fazer um empréstimo. Eu perguntei: "Mas emprestar como, Delúbio?" Aí foi que eu fiquei mais apavorado. Ele disse: "Eu vou dar um jeito. Você fique sossegado". Isso era no começo do governo Lula. Não demorou muito. Em fevereiro de 2003, ele falou que ia me dar a primeira parcela. Falou para eu mandar meu pessoal até a SMP&B, em Belo Horizonte, para pegar o dinheiro. Perguntei quanto era. Ele disse: "Eu não sei, vai lá". Mande o Jacinto (Lamas, tesoureiro do PL). Chegou lá, o Jacinto me liga: "Não é dinheiro, me deram um envelope". Eu falei: "Nem abre" e liguei para o Delúbio. Falei: "Delúbio, é um envelope!". Ele falou: "Não tem problema, pode trazer". Mande o Jacinto levar o envelope fechado para São Paulo, até o flat onde eu morava. Quando abri o envelope, eram cheques. O total era de R\$ 800 mil. Todos cheques da SMP&B, para uma empresa chamada Garanhuns. Eu liguei de novo para o Delúbio. Ele falou: "Fica tranquilo, que eu vou mandar buscar o cheque aí". Passa uma hora, vem um segurança, desse pessoal que mexe com dinheiro, e falou assim: "Vim resgatar". E me deixou o dinheiro. Dinheiro vivo, cash. Estava numa daquelas malinhas com rodinhas, de levar no aeroporto. Chamei alguns fornecedores de campanha e eles pegaram todo o dinheiro.

ÉPOCA - Esse procedimento, de pegar cheques na SMP&B e trocar por dinheiro em São Paulo, se repetiu?
Valdemar - Duas ou três vezes. O sujeito chegava, colocava o dinheiro na mesa e pedia que eu conferisse. Separava direitinho nos pacotes.

ÉPOCA - E esse dinheiro não ia para os deputados do PL?

Valdemar - Nunca. Apenas para os fornecedores de campanha.

ÉPOCA - O senhor diz que pagava as contas. Mas não pedia nenhum recibo ou prova? Ele contava o dinheiro e ia embora?

Valdemar - Não. O camarada falava: "Vou tirar nota fiscal". Eu dizia: "Não tira, não". Eles me perguntavam o motivo, se o dinheiro era do PT. Eu achava que o dinheiro era do PT, mas não estava oficializado.

ÉPOCA - Um esquema de pagamentos como esse não lhe causou nenhuma desconfiança?

Valdemar - Eu não gostei, e fiquei preocupado. Mas só repetimos esse procedimento de mandar o Jacinto para Minas Gerais umas poucas vezes. Totalizou R\$ 3,2 milhões, sempre em nome da Garanhuns. Depois, fui falar com o Delúbio. Porque eu esperava que o cheque fosse nominal ao PL e era para a Garanhuns.

ESCÂNDALO DO "MENSAÇÃO"/ANISTIA FISCAL

Deputado petista afirma que iniciativa serve para repatriar recursos no exterior e vai beneficiar a economia e gerar empregos

Projeto de Mentor "blindaria" doleiros

JOSÉ MASCHIO

DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELO HORIZONTE

Projeto de lei do deputado José Mentor (PT-SP), em tramitação na Câmara, propõe anistia fiscal —e não punição— aos titulares de recursos no exterior não declarados ao fisco brasileiro e, na prática, "blinda" doleiros que hoje são investigados pelo crime de lavagem de dinheiro.

O projeto tem recebido críticas de procuradores da República e juizes federais, que acreditam que a aprovação poderá encerrar ações que correm na Justiça Federal. Bastará que os investigados

declarem valores mantidos no exterior ou repatriem esses recursos. O projeto prevê cobrança de Imposto de Renda de 3% do valor repatriado e 6% para o valor declarado, mas mantido no exterior.

Mentor admite que doleiros investigados podem ser beneficiados por seu projeto. "Se eles declararem os recursos no exterior, eles deixarão de ser doleiros e estarão legalizados."

O deputado diz que seu projeto tem interesse econômico e social. Ele estima que existam até R\$ 150 bilhões de brasileiros no exterior. "Quem ganha com isso hoje são os banqueiros e os países onde es-

tão estes recursos. Meu projeto facilita o repatriamento legal desse dinheiro e irá beneficiar a economia e gerar empregos."

O juiz da 2ª Vara Federal Criminal de Curitiba, especializada em crimes contra o sistema financeiro, Sérgio Fernando Moro, afirma ser "lamentável" que, quando são conseguidas provas da atividade financeira ilegal no país, "alguém tenha a iniciativa de apresentar anistia, que pode prejudicar todo o trabalho desenvolvido até aqui".

O juiz federal cita, como exemplo, a conta Beacon Hill, que é mantida nos Estados Unidos e movimentou US\$ 839,8 milhões.

Nessa conta já foram identificados 3.310 contribuintes, entre eles as empresas DNA e SMPB, que têm o publicitário Marcos Valério —suposto operador do "mensação"— entre seus sócios.

Inexplicável

A aprovação do projeto, na opinião dos procuradores e juizes, cessaria a investigação e a punição daqueles que requerem a anistia fiscal proposta por Mentor.

"É inexplicável um projeto desses nesse momento e é absolutamente inócua a ressalva para dinheiro oriundo de crime. É um projeto sob medida para a ativi-

dade ilegal", diz Celso Antônio Trés, procurador que conseguiu a quebra do sigilo das remessas ao exterior pelas contas CCS (de não-residentes no país).

Durante o processo de organização da Operação Farol da Colina, procuradores da força-tarefa se reuniram com Mentor, então relator da CPI do Banestado. Mentor queria que a operação se restringisse a prender no máximo seis doleiros. Foram presos 63, em agosto de 2004.

A força-tarefa registrou os doleiros Antônio Claramunt e Reinaldo Peres Chaves discutindo o projeto. Eles operavam subcontas na Beacon Hill. As gravações foram feitas antes de Mentor apresentar o projeto na Câmara. Chaves e Claramunt foram condenados e presos por crimes contra o sistema financeiro.

Ouvido pela Folha, Mentor disse não saber da gravação. "Mas o projeto é só de maio desse ano. E eles não estão presos?", perguntou. Informado de que a gravação ocorreria no ano passado, Mentor disse não saber o motivo de dois doleiros saberem que ele preparava o projeto de anistia fiscal.

Colaboraram PAULO PEIXOTO e THIAGO GUIMARÃES, da Agência Folha, em Belo Horizonte

Juiz e procurador fazem críticas a projeto de lei

DA AGÊNCIA FOLHA EM BELO HORIZONTE

O juiz federal Sérgio Fernando Moro disse acreditar que, se aprovado, o projeto de lei de José Mentor (PT-SP) irá estimular a evasão de divisas — e não estancar o processo, como acredita o deputado. “A anistia não eliminará as causas da evasão fraudulenta de divisas ou do mercado de câmbio negro. Apenas estimulará sua prática”, afirma Moro.

Segundo Moro, os responsáveis pelos delitos “tenderão a confiar em uma nova e futura anistia” e continuarão a prática criminosa. Moro critica ainda os benefícios econômicos e sociais do projeto, principal argumentação apresentada por Mentor para a anistia. “O duvidoso efeito econômico decorrente da internação de recursos será esvaziado pela continuidade da mesma prática de evasão fraudulenta e da persistência do mercado de câmbio negro”, disse Sérgio Moro.

O procurador da República Celso Antônio Trés aponta outra falha no projeto. “Como vai ser a prova de que o dinheiro repatriado ou declarado não é originado em crimes? O ônus da prova, por certo, não será do declarante. E não tem como, pelo nosso Código Penal, pensar em anistia diferenciada para um ou outro”, afirma o procurador.

“O projeto não prevê nenhum

procedimento especial para verificar a veracidade da declaração de que os recursos não são provenientes de crime, ficando a dúvida de como isso será feito. As autoridades públicas poderão investigar o fato após o repatriamento? Ainda que haja essa possibilidade, o titular dos recursos seria obrigado a demonstrar a origem lícita dos recursos ou o ônus seria das autoridades públicas em demonstrar a ilicitude”, questiona o juiz federal Sérgio Moro.

Crime de rico

Já Trés critica o excesso de legislação sobre sonegação fiscal. “Todo ano tem deputado propondo modificações na legislação sobre sonegação fiscal, crime de rico. Nunca vi ninguém propor mudanças no crime de furto, por exemplo, que está com a mesma redação no Código Penal desde 1940. É um típico projeto [o de Mentor] de lobistas que defendem interesses escusos. Eu questiono os interesses do deputado nesse projeto”, afirma o procurador da República Trés.

José Mentor argumenta que as investigações sobre a origem do dinheiro que é repatriado irão continuar como hoje são feitas. “O que vai mudar é o alcance social do repatriamento de bilhões de reais, que irá gerar emprego para os mais pobres”, afirma o deputado petista.

PROJETO DE LEI DE MENTOR

Projeto de Lei 5228/2005

Autor: deputado federal José Mentor (PT-SP)

O que propõe

Anistia fiscal sobre legalização ou repatriamento de recursos mantidos no exterior não declarados e extinção da punibilidade dos delitos a eles relativos. O projeto não concede o benefício a réus condenados e a titulares de recursos provenientes dos crimes de tráfico internacional, contrabando, narcotráfico, comércio ilegal de armas, pornografia, terrorismo e crimes contra a administração pública.

Crítica do Ministério Público Federal e da Justiça Federal

Juizes e procuradores argumentam que o projeto é um anistia ampla e geral a sonegadores fiscais e que não existe como provar se o dinheiro repatriado é limpo ou se tem origem criminosa.

Situação do projeto

Apresentado em 12 de maio, o projeto está na CFT (Comissão de Finanças e Tributação), à espera de parecer do relator, deputado Sérgio Torres (PSDB-SP). Em 10 de junho terminou o prazo para emendas ao projeto na CFT. Não houve apresentação de emendas.

versão texto

Primeira Página
Economia
Editoriais
Espaço Aberto
Caderno 2
Metrópole
Esportes
Vida&
Nacional
Internacional
Suplementos
Índice de Notícias

colunistas

J.A.Dias Lopes
Saul Galvão
Ignácio de Loyola
Brandão
Quiroga
Cesar Giobbi
Reginaldo Leme
Antero Greco
Sonia Racy
Celso Ming
Dora Kramer

artigos

Rogério L. F. Werneck

FÓRUM DE DEBATES**FÓRUM DOS LEITORES****VERSÃO TEXTO****O ESTADO DE S. PAULO**

> acessar versão PDF

NACIONAL

Sexta-feira, 12 de Agosto de 2005

O ESTADO DE S. PAULO

Frase atribuída a Dirceu agora faz mais sentido

DOLEIROS: "Roberto, a Polícia Federal é meio tucana. Meteu em cana 62 doleiros agora, às vésperas da eleição. A turma que ajuda não está podendo internar dinheiro no Brasil." Essa frase foi atribuída ao ex-ministro da Casa Civil José Dirceu pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), em depoimento ao Conselho de Ética da Câmara em 14 de junho. É uma fala que ganha mais sentido agora, com a declaração de Duda Mendonça de que Marcos Valério lhe informou que, se tivesse conta no exterior, ficaria "mais fácil" receber do PT. Datas e eventos combinam. Duda afirmou que a história da conta no exterior foi em 2004 e Dirceu teria dito a frase às vésperas das eleições de 2004.

politica@estado.com.br

anterior ✕ Valério pagou campanha petista de 2002 em paraíso fiscal, diz Duda

próxima ✕ Publicitário lembra origem humilde e chora 4 vezes

índice ✕ Nacional

capa ✕ Estado

> formatar impressão

> enviar por e-mail

> fazer comentário

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Passo a palavra, pela ordem, ao Senador José Agripino, lembrando que, pela ordem, não há direito a apertes.

Aproveito, um pouco na linha do que falou o Senador Arthur Virgílio, para convidar os Senadores de todos os Partidos, que estejam na Casa, para que, neste momento, venham para cá. Esse é um debate que a opinião pública brasileira gostaria de ouvir. Se alguém está na Casa, venha ao plenário, porque não temos, a meu ver, prazo para terminar a sessão.

Senador José Agripino, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, cumprimento inicialmente V. Ex^a, pela convocação que faz para o estabelecimento deste debate democrático. Tenho certeza de que V. Ex^a, que é membro ilustre do Partido dos Trabalhadores, dos mais ilustres, dos diferenciadamente ilustres, faz um apelo para que os seus Pares

do PT e da Base do Governo venham, a fim de que se estabeleça o debate salutar.

Sr. Presidente, são 12h13min, pelo relógio do Senado. Creio ter usado da palavra, pela primeira vez, na sessão, às 9h45min e, entre as manifestações que apresentei, fiz uma que reputo digna de uma manifestação por parte daqueles que são ligados ao Presidente da República, os mais íntimos, os que têm acesso franco a Sua Excelência.

Manifestei a minha preocupação com relação à reabertura das contas de campanha de Sua Excelência, dizendo que acreditava que o Procurador-Geral da República tomaria, como é de sua obrigação, a iniciativa de pedir ao Tribunal Superior Eleitoral a reabertura das contas de campanha do Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, em função das denúncias seriíssimas apresentadas pelo publicitário Duda Mendonça, no sentido de que já havia recebido R\$14 milhões, entre pagamentos oficiais e não-oficiais dentro do País, e R\$11 milhões, num paraíso fiscal, nas Bahamas, a partir de depósitos

em dólar; e de que ainda tinha um bom dinheiro a receber, R\$11 milhões. Evidentemente, os dados são de extrema gravidade, porque não sei se batem, ou não, com o que Sua Excelência o Presidente Lula declarou em matéria de gastos de campanha. Não sei.

Aqueles que são ligados ao Presidente Lula, se estivessem presentes neste plenário para o debate, poderiam ajudar-me a esclarecer, para que não fosse à frente na obrigação que julgo ter. Vou abrir um espaço de tempo, para que eu tome a iniciativa que julgo ser meu dever. Não tenho, Sr. Presidente, a menos que queira praticar a convivência ou conviver com a omissão, o direito – se até segunda-feira não forem apresentadas demonstrações claras de que as contas do Presidente estão acordes com o que o publicitário Duda Mendonça falou – de não pedir ao meu Partido – o que farei na segunda-feira, prazo que dou para que alguém do PT e da Presidência da República se manifeste ou para que o Procurador da República tome a iniciativa – que não ingresse com uma representação junto à Procuradoria-Geral da República ou ao TSE, pedindo a reabertura das contas do Presidente, para que esse assunto fique claro.

Não é por vendeta, Sr. Presidente, não é por desejo de ver o adversário diminuído ou o Presidente da República em constrangimentos maiores. É pelo desejo que tenho de cumprir com aquilo que é meu dever de mandato, dever de Senador: impedir que a culpa continue, que o esquema de corrupção prossiga. Como? Se ficar claro que o esquema que Duda Mendonça denunciou não está acorde com as contas do Presidente Lula, será preciso interromper o processo que está em curso.

Disse e vou repetir: Marcos Valério se julga credor de R\$100 milhões, por empréstimos que tomou e que o PT não pagou, e afirma ter um avalista moral, que é o Sr. José Dirceu, o ex-Ministro e Deputado José Dirceu. E Duda Mendonça diz que tem R\$11 milhões a receber. O PT não tem R\$11 milhões para pagar a Duda Mendonça – tanto que está pagando lá fora, como ele disse, de forma ilegítima e ilegal – e muito menos R\$100 milhões para pagar a Marcos Valério, que está com mil versões.

Só vejo um caminho, que é o prosseguimento da atuação do que julgo ser uma quadrilha, que usa aparelhos de Estado, instrumentos de Estado, os fundos de pensão – que precisam vir à CPMI dos Correios, para prestar esclarecimentos. Não vejo outra fonte, para obter os R\$100 milhões, os R\$11 milhões e outros tantos débitos do PT, que não o prosseguimento da ação dessa quadrilha, a menos que Duda Mendonça tenha mentido e que as contas de campanha do Presidente Lula mostrem isso, que o contraditório entre Marcos Valério e Duda Mendonça mostre isso.

Sr. Presidente, se, até segunda-feira, não forem apresentadas manifestações cabais de que as contas do Presidente Lula estão acordes com o que Duda Mendon-

ça falou ou de que não é verdade o que Duda Mendonça falou, não tenho o direito de não entrar com um pedido, junto ao meu Partido, de que ele se manifeste junto à Procuradoria-Geral da República, pedindo a reabertura das contas de campanha do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Peço, com isso, que alguém do Governo venha até aqui, para prestar algum esclarecimento, debater comigo esse assunto e me contestar, a fim de que eu não seja obrigado a fazer o que farei com destemor absoluto, sabendo da gravidade do que significa a atitude que tomarei em nome do meu Partido.

De modo que, Sr. Presidente, quero estimular o debate, manifestar a minha presença desde cedo aqui e dizer que estou aguardando ansiosamente a palavra de Sua Excelência, o Senhor Presidente da República. Espero que ele tome atitudes fortes que recuperem a credibilidade de sua palavra. Espero, franca e sinceramente, que tudo isso aconteça, mas, enquanto não acontece, deixo aqui o meu compromisso: se, até segunda-feira, não forem apresentadas provas cabais que justifiquem as contas de campanha que estão em desacordo com o que Duda Mendonça informou, pedirei ao meu Partido que ingresse com uma representação junto à Procuradoria-Geral da República, para que admoeste o TSE, pedindo a reabertura das contas de campanha do Senhor Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Eu sei que a posição do Presidente da Mesa é simplesmente burocrática, mas quero dizer que isso é uma manifestação de lealdade de um Parlamentar da Oposição. Em vez de surpreender, fazendo um gesto como este, avisa e pede ainda que haja manifestações que o convençam a não fazê-lo. Espero que os que estejam ouvindo tentem procurá-lo e que o convençam. Todos sabemos quais as consequências de um pedido de **impeachment**. Parabenizo V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, difícil, no dia de hoje, quem preparou o seu discurso, a sua idéia, o seu projeto, trazê-los à discussão no Senado Federal, no plenário desta Casa, nesta tarde já, neste final de manhã.

Com certeza, o País inteiro se encontra chocado, perplexo após a audiência pública realizada ontem, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, onde foi ouvido o publicitário Duda Mendonça. Certamente, o Brasil todo espera, no pronunciamento do Presidente da República, a saída para esse grande e sério impasse em que o País se encontra. Há dias, há meses já, a economia começa a dar sinais de que precisa ter uma decisão firme do Congresso Nacional, do Poder Judiciário e, principalmente, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da equipe econômica, para que possamos manter os níveis de resultados econômicos atingidos até hoje.

Sr. Presidente, este momento é de extrema seriedade, como foi dito na manhã de hoje por vários dos Srs. Senadores que me antecederam; alguns transmitindo o que está sendo mostrado pela televisão permanentemente; outros, com relação à mídia impressa, os jornais de maior circulação nacional, os artigos de sexta-feira assinados por homens públicos, experientes, como o Presidente José Sarney, que mostram a sua preocupação com o momento que atravessamos.

Sr. Presidente, é notória a afirmativa da Senadora Ideli Salvatti, que tenho aqui, nos jornais do Brasil de hoje, quando S. Ex^a diz e exige que sejam feitas auditagens nas contas do Partido dos Trabalhadores e de todos os partidos. Que o Tribunal Superior Eleitoral possa auditar os recursos utilizados em campanha. Esse documento, encaminhado ontem pela Senadora Ideli Salvatti, faz com que, realmente, a transparência nas contas possa mostrar ao Brasil que o momento que estamos vivendo poderia e pode ser evitado quando tivermos a oportunidade de votar aqui, no Senado e na Câmara, a reforma política – principalmente a captação de recursos públicos e de recursos privados, especialmente depois da aprovação da emenda da reeleição, que permitiu que o presidente da República, os governadores e os prefeitos municipais dos mais dos 5.500 Municípios brasileiros pudessem disputar a reeleição.

Criou-se uma dificuldade muito grande para o Tribunal Superior Eleitoral e o Tribunal Regional Eleitoral fiscalizarem não só os recursos das campanhas, mas, principalmente, a atuação de quem detém o poder no momento das eleições. E também, de certa forma, inibe o governante de poder testar a sua popularidade, enfrentar os seus adversários no momento eleitoral.

Senadores da República de vários Estados, hoje, referiram-se à ausência do Líder do Governo, o Senador Aloizio Mercadante. É sentida a falta que S. Ex^a faz hoje no plenário do Senado Federal para responder a questionamentos relacionados ao Governo Federal. Informo que o Senador Aloizio Mercadante encontra-se na reunião com o Presidente da República, todos os Ministros e Líderes no Senado e na Câmara.

Não tenho procuração. S. Ex^a não me ligou para que eu falasse em seu nome, mas tenho certeza de que, se o Senador Aloizio Mercadante aqui estivesse, com certeza, estaria na tribuna do Senado respondendo principalmente às questões sobre as quais tinha e tem conhecimento. O Senador Aloizio Mercadante é um homem honrado, combativo, sério, respeitado por todos os seus Pares, e não pode ser crucificado neste momento. A verdade é essa. Faço referência a seu nome, como disse, sem ter procuração para tanto, porque sei do seu trabalho, da sua luta diária, permanente, tendo em vista as dificuldades que o Governo Federal tem não só no Senado, mas também na Câmara, para ter uma base de Governo muito reduzida, como foi agora recentemente

derrotada em votações importantes nesta Casa. Sei da dificuldade que o Senador tem também em trabalhar com a equipe de Governo, e somos testemunhas do seu empenho, da sua luta diária e da sua coragem.

O Senador Aloizio Mercadante é um homem corajoso e tem demonstrado a sua inteligência, a sua competência no que se refere à defesa de seus objetivos, do seu ideal, da sua luta partidária e até mesmo da sua família. Com certeza, se estivesse aqui, teria condições de estar de peito aberto, disputando esse espaço com as Lideranças dos partidos de Oposição, o que normalmente é feito aqui, permanentemente. Assistimos a isso todos os dias.

Faço referência ao Senador Aloizio Mercadante, até porque, também nos jornais de hoje, S. Ex^a reafirma a perplexidade do Presidente da República e confessa que não reconhece o PT que ajudou a construir. Faz inclusive declarações de que acha oportuno que o Presidente Lula fale à Nação, pede que se aguardem as apurações, mas entende que não tem cabimento qualquer encaminhamento na direção da abertura do processo de **impeachment**.

Em sua rápida fala na CPMI, o Senador também afirmou que ligou para o publicitário Duda Mendonça e perguntou a ele se ele tinha recebido dinheiro, e ele disse que não.

A minha tristeza nesse episódio é que os companheiros do Partido não contaram nada ao Senador Aloizio Mercadante. Ele chegou a falar hoje, antes da reunião com o Presidente da República e os Ministros de Estado, à porta da Granja do Torto, que seria capaz, inclusive, de deixar o Partido dos Trabalhadores para permitir que o Partido siga o seu destino e ele, o dele. Com certeza, essa é uma afirmação séria, determinada e mostra bem a capacidade do Senador Aloizio Mercadante de dirimir qualquer dúvida com relação à sua pessoa e ao seu mandato.

Faço minhas também as palavras do Presidente da República. Em momento algum podemos deixar de reconhecer a votação que o Presidente da República teve, a confiança que o povo brasileiro nele depositou para que fosse o nosso Presidente.

Disse recentemente numa reunião, logo que começou essa crise –, reunião que contou com a presença de Líderes e Senadores da República –, que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente Lula, deveria deixar o Partido. Repito: logo no início, quando isso começou – e tenho testemunhas –, quando pediram a minha opinião a respeito desse assunto, eu disse que o Presidente Lula deveria deixar o Partido. Disse isso por vários motivos. Primeiro, porque ficaria tranquilo o andamento das investigações e das apurações relativas ao Partido. Não haveria mais interferência do Presidente da República e não haveria mais ligação partidária com relação a qualquer questão eleitoral.

Aliás, o próprio Tribunal Superior Eleitoral reconhece isso em matéria jornalística publicada na **Folha de S. Paulo**, em **O Globo**, em **O Estado de S. Paulo**. Levando-se em conta questões eleitorais, não há ainda nenhum embasamento jurídico para a cassação do Presidente da República. Pelo prazo que temos ainda de mandato do Presidente da República e pela proximidade das eleições, concluímos que essa decisão seria uma forma de proporcionar ao Presidente a condição imparcial de dirigir líderes do Partido e, além disso, Sua Excelência também estaria poupado de responder, política e eleitoralmente, as questões que hoje são suscitadas.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Com certeza, Sr. Presidente, se realmente tivesse sido acatada essa proposta, que, esperava, seria analisada pelo Palácio do Planalto, esse procedimento teria sido uma prevenção para o que ocorre hoje.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa do PMDB do Piauí.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Luiz Otávio, a democracia é complicada. Winston Churchill chegou a dizer que a democracia é muito difícil e até não é boa, mas não conheceu regime melhor na história da civilização. Portanto, precisamos defendê-la. O nosso País vive sob a democracia, e já enfrentamos muitas crises sob esse regime. Este Senado tem assistido a muitas crises. Neste País já houve presidente afastado por atestado médico, por insanidade mental; houve presidente levado ao suicídio; houve presidente afastado pelos canhões; presidente afastado por **impeachment**; presidente que renunciou. A Pátria sempre confiou no poder moderado do Senado. **Minima de malis**, Professor Cristovam Buarque: pelo menos, evitaram-se guerras, não houve guerra civil, prevaleceu a paz. E é essa solução que ainda sustenta a Nação. Já houve muitas alternativas. Houve um caso até em que o Presidente da Câmara, Carlos Luz, foi afastado para entrar a figura moderada de Nereu Ramos, que levou quase noventa dias para dar posse a Juscelino Kubitschek. A história está repleta de fatos. Confia-se em que haverá uma inspiração condizente com a nossa história de 180 anos de poder moderador do País. Talvez tenha sido com essa inspiração que o Senador Professor Cristovam Buarque tenha sugerido uma vigília hoje. É lamentável que hoje, 12 de agosto... Tenho muito medo, porque amanhã é 13 de agosto – 13 já é um número meio apavorante e ainda mais sendo agosto... Depois eu pedirei a palavra pela ordem ao Presidente, já que ele sugeriu que eu discorresse aqui sobre o que pensa o mundo religioso deste País do momento que vive. Cumprimento o Senador Luiz Otávio, que tem mostrado muita bravura e competên-

cia ao dirigir a Comissão de Economia, uma das mais importantes, da qual eu faço parte.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Mão Santa, insiro-o em meu pronunciamento. Tenho certeza de que V. Ex^a, o Senador mais assíduo no plenário do Senado Federal, dá oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Senador, informo que o pronunciamento do Presidente está começando. Tínhamos acertado que suspenderíamos a sessão para ouvi-lo e voltaríamos depois.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Aguardo. Retorno à tribuna logo após...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Se V. Ex^a quiser concluir o pensamento...

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – Aguardo. Retornarei para concluir após o pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Vamos à sala ao lado. Assistiremos e voltaremos.

Está suspensa a sessão pelo tempo que durar o pronunciamento do Senhor Presidente.

(Suspensa às 12 horas e 37 minutos, a sessão é reaberta às 12 horas e 59 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Está reaberta a sessão.

Quero que fique bem registrado para a história que suspendemos a sessão por alguns minutos, para ouvir o pronunciamento do Presidente da República neste momento de absoluta gravidade.

Convido o Senador Luiz Otávio para continuar com a palavra.

Senador, V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, há poucos minutos, tivemos que suspender a sessão não-deliberativa do Senado Federal de hoje para ouvirmos o pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para então retornarmos para a sessão.

Eu diria que o pronunciamento feito à Nação pelo Presidente Lula deixa claro o grau de gravidade do momento. Iniciei a minha manifestação, dizendo da minha preocupação e de todos nesta Casa, do Brasil todo, mas não vou fugir à minha responsabilidade. Como há poucos Senadores da Base do Governo nesta sessão, permanecerei aqui para ouvir as manifestações dos meus companheiros, meus amigos, Líderes da Oposição, tanto o Senador José Agripino como o Senador Arthur Virgílio, para poder defender o Governo.

Sou um caboclo lá do Pará, que aprendi ao longo da minha vida, não da minha vida pública, porque tenho apenas 14 anos de vida pública, mas tenho 51 anos de

vida, algo que me permite dizer que aceito desafios. Eu topo a parada. Vou defender o Presidente Lula, hoje, aqui. Vou defender o seu Governo, independentemente de procuração ou autorização para tal.

Como sou da Base do Governo, sou Vice-Líder do PMDB, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, vou me permitir, Sr. Presidente, aguardar a manifestação dos Líderes de Oposição, ouvir suas posições, para retornar à tribuna e, aí, sim, como Líder do meu Partido ou como Líder do Governo em exercício, se por qualquer motivo o tempo do meu Partido tiver sido usado, defender o Governo do Presidente Lula.

Este é, com certeza, um momento grave, sério. Tenho a convicção de que nesses momentos precisamos mostrar à população brasileira que não somos de usar os bons momentos da vida, temos que ter a capacidade de superar os momentos difíceis como esse. E vejo a coragem do Presidente Lula de ir à televisão, dizer claramente ao povo brasileiro da sua convicção, da sua certeza de que precisa continuar governando o Brasil. Sua Excelência sabe da sua responsabilidade e posiciona-se como um homem certo, sério, honesto e determinado. E vou defendê-lo na tribuna do Senado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Parabenizo V. Ex^a, Senador Luiz Otávio, pela sua posição. Fico contente que permaneça em plenário e aproveite para convidar outros Senadores que estiverem na Casa para que venham aqui fazer esse debate.

É um momento muito importante, e do Senado podem sair discussões que impeçam medidas mais dramáticas.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

Enquanto o Senador se dirige à tribuna, farei uma comunicação.

Sobre a mesa, ofício do Presidente da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte

SGM-P Nº 1.442

Brasília, 12 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, após envio a essa Casa do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2005 (Medida Provisória) nº 247/05, do Poder Executivo), aprovado na Sessão Plenária do dia 21-6-2005, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, de Minas e Energia, dos Transportes, da Cultura, do Meio Ambiente e da Defesa, no valor global de R\$586.011.700,00, para os fins que especifica,” por meio do ofício PS-GSE nº 311/05, desta Casa, foi constatado erro material na página re-

ferente ao órgão 52000, unidade 52121, constante do Anexo I do PLV em questão.

Por conseguinte, encaminho a íntegra dos autógrafos para as providências cabíveis.

Atenciosamente, **Severino Cavalcanti**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Na sessão do Senado, do dia 12 de julho passado, foi lido o **Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2005**, oriundo da Medida Provisória nº 247, de 2005, que *abre o crédito extraordinário em favor dos Ministérios Ciência e Tecnologia, de Minas e Energia, dos Transportes, da Cultura, do Meio Ambiente e da Defesa, no valor de R\$586.011.700,00, para os fins que especifica.*

Na sessão de 3 de agosto, o Relator revisor, Senador Fernando Bezerra, emitiu seu parecer, concluindo pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária.

Nessa mesma data, o Projeto de Lei de Conversão foi aprovado e remetido à sessão. Ocorre que, após o envio do projeto à sanção, foi constatado que a Câmara dos Deputados, ao remeter a matéria à revisão do Senado, não fez constar, tanto da redação final como os autógrafos, o anexo I, “Unidade Orçamentária 52121 – Orçamento do Exército.”

Esclareço, por oportuno, que a inexistência do anexo no autógrafo não altera o valor total original do Projeto de Lei de Conversão de R\$586.011.700,00, encontrando respaldo no inciso III do art. 325, do Regimento Interno do Senado Federal.

Encontrando respaldo no inciso III do art. 325, do Regimento Interno do Senado Federal, com vistas à correção dessa inexactidão material, a Presidência determina a republicação do texto do Projeto de Lei de Conversão e o envio de novos autógrafos à sanção.

É o seguinte o projeto recebido da Câmara dos Deputados:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 18, DE 2005

(Oriundo da Medida Provisória nº 247, de 2005)

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Minas e Energia, dos Transportes, da Cultura, do Meio Ambiente e da Defesa, no valor global de R\$586.011.700,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, de Minas e Energia, dos Transportes, da Cultura, do Meio Ambiente e da Defesa, no valor global de R\$586.011.700,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	END	RP	MOD	U	FTE	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									10.680.760
ATIVIDADES									
25 301	0750 2A03	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES (CREDITO EXTRAORDINARIO)							640.000
25 301	0750 2A03 0001	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NACIONAL							640.000
25 122	0750 2A07	ADMINISTRACAO DA UNIDADE (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	50	0	300	640.000
25 122	0750 2A07 0001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NACIONAL							10.040.760
TOTAL - FISCAL									10.040.760
TOTAL - SEGURIDADE									640.000
TOTAL - GERAL									10.680.760

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	IN	EX	PR	MOD	J	F	VALOR
0231 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO									8.500.000
		PROJETOS							
26 782	0231 1A14	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-153 NO ESTADO DE SAO PAULO (CREDITO EXTRAORDINARIO)							8.500.000
26 782	0231 1A14 0101	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-153 NO ESTADO DE SAO PAULO (CREDITO EXTRAORDINARIO) - TRECHO BADA-BASSIT - JOSE BONIFACIO							8.500.000
		TRECHO ADEQUADO (KM) 32	F	4	2	90	0	111	8.500.000
0232 CORREDOR SUDOESTE									10.000.000
		PROJETOS							
26 782	0232 1A13	OBRAS COMPLEMENTARES DA PONTE RODOFERROVIARIA NA BR-158 NA DIVISA DOS ESTADOS DE SAO PAULO E MATO GROSSO DO SUL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							10.000.000
26 782	0232 1A13 0101	OBRAS COMPLEMENTARES DA PONTE RODOFERROVIARIA NA BR-158 NA DIVISA DOS ESTADOS DE SAO PAULO E MATO GROSSO DO SUL (CREDITO EXTRAORDINARIO) - SOBRE O RIO PARANA							10.000.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 40	F	4	2	30	0	111	10.000.000
TOTAL - FISCAL									18.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									18.500.000

[illegible]

ORGÃO : 44000 - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
UNIDADE : 44206 - INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTANICO DO RIO DE JANEIRO - JBRJ

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	END	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0508 CONSERVACAO, USO SUSTENTAVEL E RECUPERACAO DA BIODIVERSIDADE									182.250
		ATIVIDADES							
18 122	0508 2A02	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA (CREDITO EXTRAORDINARIO)							75.000
18 122	0508 2A02 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NACIONAL	F	3	2	90	0	300	75.000
18 571	0508 2A21	PESQUISA EM DIVERSIDADE VEGETAL DO INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTANICO DO RIO DE JANEIRO (CREDITO EXTRAORDINARIO)							107.250
18 571	0508 2A21 0033	PESQUISA EM DIVERSIDADE VEGETAL DO INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTANICO DO RIO DE JANEIRO (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	F	3	2	90	0	300	107.250
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									2.246.349
		ATIVIDADES							
18 301	0750 2A03	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES (CREDITO EXTRAORDINARIO)							206.900
18 301	0750 2A03 0033	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	S	3	2	90	0	300	206.900
18 365	0750 2A04	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS (CREDITO EXTRAORDINARIO)							72.400
18 365	0750 2A04 0033	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	F	3	2	90	0	300	72.400
18 122	0750 2A07	ADMINISTRACAO DA UNIDADE (CREDITO EXTRAORDINARIO)							1.967.049
18 122	0750 2A07 0033	ADMINISTRACAO DA UNIDADE (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	F	3	2	90	0	300	1.967.049
TOTAL - FISCAL									2.221.699
TOTAL - SEGURIDADE									206.900
TOTAL - GERAL									2.428.599

ORGÃO : 52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA
UNIDADE : 52101 - MINISTÉRIO DA DEFESA

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	END	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									28.482.958
		ATIVIDADES							
05 122	0750 2A07	ADMINISTRACAO DA UNIDADE (CREDITO EXTRAORDINARIO)							28.482.958
05 122	0750 2A07 0001	ADMINISTRACAO DA UNIDADE (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NACIONAL	F	3	2	90	0	300	28.482.958
1383 ASSISTENCIA E COOPERACAO DAS FORÇAS ARMADAS A SOCIEDADE CIVIL									3.000.000
		ATIVIDADES							
05 333	1383 2A08	FORMACAO CIVICO-PROFISSIONAL DE JOVENS EM SERVICO MILITAR - SOLDADO CIDADAO (CREDITO EXTRAORDINARIO)							3.000.000
05 333	1383 2A08 0001	FORMACAO CIVICO-PROFISSIONAL DE JOVENS EM SERVICO MILITAR - SOLDADO CIDADAO (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NACIONAL	F	3	2	90	0	300	3.000.000

[illegible]

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0229 CORREDOR SAO FRANCISCO									9.260.000
		PROJETOS							
26 782	0229 105S	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-101 NO ESTADO DA BAHIA							2.200.000
26 782	0229 105S 0103	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-101 NO ESTADO DA BAHIA - TRECHO DIVISA SE/BA - ENTRONCAMENTO BR-324 - BA	F	4	2	90	0	111	2.200.000
26 782	0229 11V2	ALARGAMENTO DE PONTE NA BR-407 NO ESTADO DE PERNAMBUCO							2.760.000
26 782	0229 11V2 0101	ALARGAMENTO DE PONTE NA BR-407 NO ESTADO DE PERNAMBUCO - SOBRE O RIO SAO FRANCISCO - PE	F	4	2	90	0	111	2.760.000
26 782	0229 1212	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-101 NO ESTADO DE SERGIPE							2.100.000
26 782	0229 1212 0101	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-101 NO ESTADO DE SERGIPE - TRECHO DIVISA AL/SE - DIVISA SE/BA - SE	F	4	2	90	0	111	2.100.000
26 782	0229 7474	CONSTRUCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-418 NO ESTADO DA BAHIA							2.200.000
26 782	0229 7474 0101	CONSTRUCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-418 NO ESTADO DA BAHIA - TRECHO CARAVELAS - ENTRONCAMENTO BR-101 - BA	F	4	2	90	0	111	2.200.000
0230 CORREDOR LESTE									3.200.000
		PROJETOS							
26 782	0230 7150	CONSTRUCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-342 NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO							3.200.000
26 782	0230 7150 0101	CONSTRUCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-342 NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - TRECHO ENTRONCAMENTO BR-101/ES - NOVA VENEZIA - ECOFORANGA - DIVISA ES/MG - ES	F	4	2	90	0	111	3.200.000
0233 CORREDOR MERCOSUL									1.200.000
		PROJETOS							
26 782	0233 7192	CONSTRUCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-282 NO ESTADO DE SANTA CATARINA							1.200.000
26 782	0233 7192 0101	CONSTRUCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-282 NO ESTADO DE SANTA CATARINA - TRECHO LAGES - SAO JOSE CERRITO - CAMPOS NOVOS - SC	F	4	2	90	0	111	1.200.000
0235 CORREDOR NORDESTE									4.226.000
		PROJETOS							
26 782	0235 1492	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-232 NO ESTADO DE PERNAMBUCO							1.200.000
26 782	0235 1492 0101	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-232 NO ESTADO DE PERNAMBUCO - TRECHO RECIFE - CARUARU - PE	F	4	2	90	0	111	1.200.000
26 782	0235 7204	CONSTRUCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-330 NO ESTADO DO PIAUI							426.000
26 782	0235 7204 0101	CONSTRUCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-330 NO ESTADO DO PIAUI - TRECHO BOM JESUS - DIVISA PI/MA - PI	F	4	2	90	0	111	426.000
26 781	0235 7624	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-101 NO ESTADO DE ALAGOAS							2.600.000
26 782	0235 7624 0101	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-101 NO ESTADO DE ALAGOAS - TRECHO DIVISA AL/PE - DIVISA AL/SE - AL	F	4	2	90	0	111	2.600.000
0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS									614.000
		PROJETOS							
26 782	0237 7224	CONSTRUCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-235 NO ESTADO DE TOCANTINS							614.000
26 782	0237 7224 0107	CONSTRUCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-235 NO ESTADO DE TOCANTINS - TRECHO PEDRO AFONSO - DIVISA TO/MA - TO	F	4	2	90	0	111	614.000
TOTAL - FISCAL									18.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									18.500.000

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, num pronunciamento programado para às 9 horas e, portanto, efetuado com mais de três horas de atraso, Sua Excelência o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que deveria ter falado de improviso, desta vez, sim, de improviso e de coração, falou maquiado, gravado, preparado, “marqueteado”, de modo lamentável, diminuindo o tom de sinceridade e espontaneidade que deveria estar contido na fala presidencial.

Eu esperava um Lula altivo, corajoso e não o encontrei. Ao contrário, percebi um Presidente medroso, “acolhido”, que não conseguiu sequer olhar para dentro dos olhos dos telespectadores, não conseguiu olhar para dentro dos olhos da Nação. A única vez em que tentou fazer isso, tirou o olhar do chão e fixou por meio segundo nos olhos do telespectador e, em seguida, o levou ou o elevou – não posso dizer, talvez o tenha rebaixado para cima –, porque não foi corajoso, “rebaixou-o” para o teto.

Eu esperava um Presidente que tivesse falado às 9 horas e que não deixasse grassar, como grassou hoje na Casa, entre funcionários, entre jornalistas, entre Parlamentares, a idéia de que ele estava adiando, porque paralisado pelas denúncias da revista **Época**, a partir da entrevista do Sr. Valdemar Costa Neto de mais corrupção neste Governo, de mais vinculação espúria com o Sr. Marcos Valério, de mais caixa dois, de mais dinheiro irregular e, portanto, subtraído do Governo brasileiro, com o Valdemar da Costa Neto dizendo que o Presidente Lula tinha, sim, conhecimento da operação, como conhecimento da operação teria tido também o próprio Vice-Presidente José Alencar.

Eu esperava um Lula que, dessa vez, não fosse Duda. Duda é que, ontem, foi Lula. Duda, ontem, foi sincero, abriu todo o jogo, até se prejudicando. Eu esperava que, hoje, Lula fosse Lula e Lula, mais uma vez, foi Duda, infelizmente. Eu esperava um Presidente que, com muita clareza, aceitasse a realidade que já está jurisprudenciada no coração do País, de que uma quadrilha tem funcionado no seu Partido contra a maioria esmagadora de petistas honrados. Uma quadrilha tem funcionado no seu Governo contra as pessoas honradas que possam caber no seu Governo. Uma quadrilha tem funcionado em Partidos aliados seus contra a maioria honrada de pessoas integrantes dos Partidos aliados do Presidente da República. Ele teria hoje que ter denunciado a quadrilha, dando

nome aos bois, para se distanciar dela, Presidente Cristovam Buarque.

O Presidente fez uma prestação de contas falsa, que não cabia. Tudo que eu temia ele repetiu; a lengalenga da Polícia Federal, que fez não sei quantas ações e nunca agiu tanto contra a corrupção quanto no seu Governo.

O Presidente chegou a fazer uma ameaça clara, ao dizer: “Vamos continuar assim”. Eu tremi nas bases, arrepiei-me. Vamos continuar assim, Presidente, com esse quadro de roubalheira desenfreada, com esse quadro de impunidade desenfreada, com esse quadro desenfreado de tentativa de se impedir as investigações?! Essa que é a verdade. Muita espuma nas CPIs, luta para aprovar os requerimentos nevrálgicos e, quando se aprovam os requerimentos nevrálgicos, outra luta para se marcarem as audiências, que têm que esclarecer e dar foco às investigações e às denúncias de corrupção.

Falou na reforma política como se ela fosse resposta para um quadro que tem que passar por polícia também. Não é só reforma política, substituindo a necessidade da passagem pela polícia, de quem falcatruou bens da Nação e do povo brasileiro.

O Presidente se diz traído. Traído por quem, Presidente? Traído por quem? Por quais companheiros seus? Por que sonegou à Nação o nome dos traidores? Por que se mantém, portanto, misturado com eles, já que não os denuncia? Por que não disse os nomes dos traidores no Governo, fora do Governo, nos Partidos aliados, no seu Partido, para, de uma vez por todas, distanciar-se dessa quadrilha e aproximar-se do coração da Nação brasileira, readquirindo a condição de dialogar, de maneira altiva, com uma Oposição que, cada vez menos, acredita na sua palavra ou faz fé no que Vossa Excelência declara?

Mais uma vez, o Presidente encenou a farsa do “não sei de nada. Estou indignado!” E isso chega a ser insultuoso à Nação; indignado tanto ou mais que os brasileiros, não é verdade, Presidente? Isso é desfaçatez de Vossa Excelência! Se Vossa Excelência estivesse indignado mesmo, citaria os nomes dos indigitados que teriam causado a desgraça do seu Governo. Indignados estão os brasileiros contribuintes, que vêem o dinheiro dos seus impostos não virar escola, mas peteca nas mãos dos Marcos Valérios, dos Dudas Mendonças e de outros. Essa é a verdade.

O Presidente, em determinado momento, pede desculpas à Nação. Isso fazia parte do *script*. Não valeria a peça, não valeria a encenação se ele não pedisse desculpas à Nação. Mas desculpas por que, Sr. Presidente? Se Vossa Excelência não sabia de nada; se Vossa Excelência tem combatido a corrup-

ção, Presidente; se Vossa Excelência não tem dado trégua a corruptos, se Vossa Excelência está indignado, desculpas, por quê, Presidente? Será que Vossa Excelência deve mesmo desculpas à Nação? Ou será que o senhor está pedindo desculpas à Nação de maneira indevida? Ou, se o senhor está pedindo desculpas à Nação, o senhor o teria feito de maneira incompleta, porque com falta de coragem de dizer as razões verdadeiras de a Nação merecer desculpas de Vossa Excelência.

O pronunciamento de Vossa Excelência foi pífio, Presidente. Aguardamos até esta hora, em vigília cívica, e lhe confesso, do fundo do coração, sem nenhuma vontade de que Vossa Excelência tivesse sido pífio como foi. Eu queria que Vossa Excelência tivesse sido convincente, como não conseguiu ser; eu preferiria que Vossa Excelência tivesse sido sincero, como optou por não ser; eu gostaria de que Vossa Excelência tivesse sido definitivo e arrasador a favor da verdade, como Vossa Excelência foi dúbio e cúmplice da mentira, que tem sido a grande mola destruidora do seu Governo.

A crise se agrava, Sr. Presidente. Se fosse o PT na Oposição, a palavra de ordem seria **impeachment**, e estariam os passeateiros criando varizes nas pernas ao exercitarem o seu jeito trêfego de ser. Como não somos assim, não tratamos como uma ida a uma sorveteria algo grave como um **impeachment**, até porque, de Itamar para cá, incluindo dois anos e meio do seu Governo, Presidente Lula, há cerca de 12 anos – não, chegamos a treze anos – de Governos supostamente normais. Eu preferiria que Vossa Excelência passasse a faixa para o seu sucessor na Praça dos Três Poderes, em frente ao povo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ouço V. Ex^a com muita alegria.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Somos um País cristão. O Senador Cristovam Buarque me lembra a palavra “réquiem”, termo da liturgia da Igreja Católica. Prece aos mortos, missa dos mortos. É essa a síntese que quero fazer do seu pronunciamento: está morrendo o PT, está morrendo o Governo. É um réquiem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Desconfio, Senador Mão Santa, de uma grande conta no exterior, que aparecerá se contratarmos uma empresa tipo Kroll. Uma grande conta, tipo aquelas de igreja clandestina, tipo conta de corruptos jurados. Tenho a impressão de que isso esclarece mais do que o que foi dito ontem pelo Sr. Duda Mendonça.

Se fôssemos o PT, a palavra de ordem seria **impeachment**. Como não somos, a palavra de ordem é – embora não deixemos de cogitar até essa hipótese

– analisarmos profundamente todas as implicações jurídicas, políticas, econômicas e sociais inerentes a esse caso grave, para, ao fim e ao cabo, tomarmos uma atitude que seja das Oposições mais do que do PSDB; da Nação mais do que das Oposições; tanto da sociedade quanto deste País, que tanto amamos, chamado Brasil.

Vejo a crise por um ângulo que não é o do Presidente da República. O Presidente da República pensa – e seus áulicos devem pensar a mesma coisa, se é que pensam alguma coisa – que tudo está bem. Eu vejo a crise com olhos duros. Esta crise, Senador José Agripino, é felizmente menos grave do que a crise de 64, que redundou na instalação de uma ditadura, que durou 21 anos neste País; esta crise é muito grave do ponto de vista ético, é mil vezes mais graves, até porque não havia crise ética real no Governo Getúlio Vargas, aquele que suicidou em 54; a crise é mais grave, talvez, do que aquela que redundou – era outra sociedade; esta de agora é mais avançada, mais consolidada nos seus efeitos democráticos – nos problemas ocorridos em 54.

Esta crise é mais grave do que a de 61, aquela que terminou com a posse do Presidente João Goulart, por intermédio da emenda parlamentarista, que satisfizes os militares, Tancredo Neves assumindo o primeiro Ministério do País. Esta crise é menos grave ainda do que aquele episódio lamentável que ocorreu em 68, que redundou no AI-5, responsável por tantas torturas, tantas mortes, tantos assassinatos. Esta crise é muitíssimo mais grave do que aquela que ceifou o mandato do ex-Presidente Fernando Collor de Mello, que caiu porque tinha menos Base do que Lula; caiu porque o seu Partido era menor que o de Lula; caiu porque tinha menos história do que Lula, porque tinha menos apelo popular real do que Lula. Mas esta crise, seguramente, está entre as mais graves que o País viveu ao longo da sua história republicana.

Portanto, Sr. Presidente, Senador Mão Santa; Senador Luiz Otávio, Senador José Agripino, Senador Cristovam Buarque, não estou aqui, de nenhuma forma, alegre ou regozijado com o rumo que as coisas tomam no País. Não me surpreende o despreparo do Presidente; surpreende-me a falta de coragem de Sua Excelência para superar as desvantagens que o seu despreparo acarreta para o País. Não me surpreende o rumo negativo que o País vai tomando, até porque nenhuma resposta é dada para uma crise que parece não ter fim.

Pensei que o problema do Okamoto fosse o último, aí vem o do Duda; pensei que o do Duda ia durar pelo menos uma semana, Senador José Agripino. Não durou 12 horas, porque, depois, veio o do Valdemar

Costa Neto. Não sei quando será o próximo e não sei até quando o País tolerará a véspera da próxima crise e, depois, a do dia seguinte, o *day after* da última crise.

Não sei quando esse manancial de ações, que destrói a credibilidade deste Governo, passará, parará de povoar as páginas dos jornais e das revistas deste País. Não sei quando. E, enquanto isso não acontecer, não haverá sequer a consolidação do que seria essa grande massa falida moral. Não sabemos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Encerro, Sr. Presidente, dizendo a V. Ex^a que foi profundamente decepcionante para mim o Presidente Lula ter perdido o pênalti político da Copa do Mundo política da sua vida. Perdeu o pênalti político em um jogo decisivo da Copa do Mundo política da sua vida, e isso é imperdoável, do ponto de vista dessa torcida de 53 milhões de brasileiros que confiaram nele, dessa torcida de 33 milhões de brasileiros que votaram contra ele, dessa torcida de 180 milhões de brasileiros que não querem o quanto pior melhor, que desejam um País capaz de oferecer respostas inteligentes, justas e éticas para as crises que nos assolam.

O Brasil hoje fica mais inquieto do que ontem, meu prezado Presidente Roberto Freire. O Brasil fica mais inquieto hoje do que ontem. O Brasil mergulha mais nas trevas do que ontem...

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O Brasil se adensa no fosso da dúvida, da inquietação mais hoje do que ontem e espero que mais hoje do que amanhã. Torço, sinceramente, este é o pensamento de meu Partido, que as dúvidas sejam maiores hoje do que amanhã. Mas o Presidente não contribuiu, e a parte essencial para impedir que essa crise se alastre de maneira ainda mais devastadora, essa parte cabe ao Presidente da República, que, por quaisquer razões que não consigo compreender, não consegue assumir sua posição de liderança, Deputado Nelson Proença, não consegue assumir sua posição de comando, não consegue assumir a posição daquele que consiga dar um rumo ao País. É um Presidente que está como um pato manco da história política americana, um **lame duck**.

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Teria que ter como ambição maior e única terminar este Governo, livrando o País dos corruptos que o assolam e procurando montar um projeto de agenda mínima que significasse a economia não perder a janela de

oportunidades que está aberta a sua frente pela conjuntura internacional.

Portanto, Sr. Presidente, registro aqui minha decepção e lhe digo que a Oposição, a partir deste momento, redobrará a luta e a vigilância para que o País não sofra mais pela inércia, pela passividade e até pela hiperatividade quando se trata de erro e de delitos que seu Governo tem praticado contra os destinos de nossa gente.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Cristovam Buarque, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É com grata satisfação que comunico a presença, nos salões do Senado da República, do Presidente do PPS e ex-Senador Roberto Freire, Deputado Federal, uma das figuras que desperta no povo do Brasil ainda a esperança.

Com a palavra o Senador José Agripino, Líder do PFL, do Estado do Rio Grande do Norte. Em seguida, ouviremos a palavra do Professor Cristovam Buarque, do PT do Distrito Federal.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente. Sr^{as} e Srs. Senadores, são 13h23min, como anunciamos, estamos aqui de vigília, e ficamos, Senador Luiz Otávio, para fazer a nossa apreciação sobre o pronunciamento de Sua Excelência, o Presidente Lula.

Sr. Presidente, eu gostaria de estar me dirigindo a V. Ex^a para reconhecer que tinha visto na tela da televisão um estadista à altura dos 52 milhões de votos que recebeu. Esperava ver esse estadista reconhecendo que o seu esquema falhou, que ele falhou, mas que, com a responsabilidade de quem ganhou uma eleição com 52 milhões de votos e com a história que tem, iria tomar as providências que o cargo lhe impunha; que iria, como ele mesmo disse, rasgar na própria carne e, para que não ficasse pedra sobre pedra, agir para que restasse um Brasil limpo. Eu esperei ver um estadista, Senador Cristovam, um estadista de olhar firme e de pronunciamento substantivo. Honestamente, eu esperava isso, porque a crise não interessa a nenhum de nós. O País é onde vivem os meus filhos, o meu neto, a minha família. Eu quero que este País, como Sua Excelência falou, vá para a frente. Mas eu não vi o estadista que eu queria ver. O seu olhar não era fir-

me, de quem estava convencido do que estava falando. Ele não transmitia sinceridade, pois ora olhava para baixo, ora olhava para o teto. Para a frente, não olhava nunca. Inseguro, texto lido, previamente estudado, que não teve um condimento que reputo fundamental: o da coragem de enfrentar os fatos.

Senador Arthur Virgílio, vou direto ao ponto. V. Ex^a é um homem de coragem cívica e até pessoal. Eu o conheço. Eu tenho certeza de que – pelos episódios que já vi nesses anos de convivência que temos, já vi V. Ex^a reagir às dificuldades – não há nada melhor do que você, encostado no canto da parede, se deseja convencer, usar a verdade, ser sincero, franco, topar parada, dê no que der.

Senador Cristovam, Senador Mão Santa, Senador Luiz Otávio, se o Presidente da República tivesse ido à televisão e tivesse dito – não ficado na superficialidade de que as investigações iam ser feitas pela Polícia Federal, pelas instituições, que iriam fundo nisso –, olhando para o olhinho eletrônico da câmera, em vez de dizer “fui traído”, Senador Arthur Virgílio: “Deputado José Dirceu, Delúbio Soares, Sílvio Pereira, José Genoíno, companheiros de trinta anos, com quem eu convivi durante tanto tempo, vocês me traíram”. E me traíram como? Genoíno renunciou ao mandato de Presidente do PT pilhado no malfeito, no aval que ele negou no primeiro momento aos empréstimos de Marcos Valério; Sílvio Pereira foi pilhado na Land Rover; Delúbio Soares, que fez o que fez, é o grande trapalhão do PT; José Dirceu é o comandante. São todas culpas formadas.

Senador Arthur Virgílio, eu não queria que ele tivesse olhado na câmera e tivesse dito: “João Paulo, Professor Luizinho, Deputado Pedro Rocha...” Eu não queria que ele tivesse se referido a essas pessoas que não estão ainda julgadas, estão apenas acusadas, vão ao Conselho de Ética; mas a esses outros, cujas evidências são luminares, luminares. Ele tinha que ter feito isso...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – ...para lavar a alma da Pátria, para recuperar a credibilidade do seu Governo.

Senador Arthur Virgílio, eu tenho a percepção de quem estava assistindo ao pronunciamento do Presidente. Sabe o que as pessoas devem ter imaginado do lado de lá das câmeras: ele não está citando os nomes, porque ele tem medo de que as pessoas amanhã declarem: “Presidente, você está me acusando, você me entregou, você sabia de tudo que eu estava fazendo! Presidente, não me entregue, porque você é um de nós!”

Foi isso, Senador Arthur Virgílio, que ele passou para sociedade. Foi um pronunciamento que não foi de um estadista nem foi sincero, nem foi franco; foi uma peça de uma farsa, na minha percepção popular.

Senador Cristovam, o Presidente perdeu a última grande oportunidade. Última! Não creio que haja outra, porque a perda de credibilidade do Presidente, do Governo e da palavra dele é um copo que está enchendo. É este copo d’água que está enchendo. Ele perdeu a oportunidade de fechar a torneira que estava enchendo o copo e que vai completar a perda total de credibilidade no seu Governo e na sua palavra. Ele perdeu hoje, porque ficou no autismo e na insinceridade. A crise passa ao largo dele, não é com ele, é com aqueles que ele quer ver julgados, de forma insincera. Resta-nos continuar na nossa luta de fiscalizar, cobrar e denunciar.

Sr. Presidente, alguns me perguntaram há pouco se eu havia sugerido o **impeachment** do Presidente. Não, de forma alguma! De jeito nenhum!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador José Agripino, interrompo V. Ex^a, para prorrogar a sessão por mais 30 minutos, a fim de que V. Ex^a conclua seu discurso e de que ouçamos o Senador Cristovam Buarque.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Não falei hora nenhuma em **impeachment**. Não, **impeachment** é uma coisa que só poderá ser pedida na hora em que as evidências jurídicas forem completas; na hora em que as provas forem incontestes; na hora em que a coleção de evidências levar para a opinião pública a indignação completa, geral e irrestrita. Só se poderá falar em **impeachment** depois de vencidas essas duas pré-condições, que, na minha opinião, ainda não estão cumpridas.

Eu não cometeria a irresponsabilidade de falar em **impeachment** ou de sugeri-lo, que é atitude de partido político. Agora, que as evidências estão ficando cada dia mais claras, que a coleção de elementos jurídicos está ficando cada vez mais evidente não tenho dúvida; que estamos chegando perto do fim não tenho dúvida, Senador Mão Santa. E, para terminar, quero dizer a V. Ex^a que o Presidente Lula é um homem que, operário, chegou à Presidência da República, com uma história bonita, legitimada pelos fatos que ainda estão acontecendo, pois não se legitima só pelo passado. Na história do Brasil, dois homens com vinculações trabalhistas fortes existiram: um é o Presidente Lula, o outro foi o Presidente Getúlio Vargas, que se viu envolvido por um mar de lama – o termo vem dessa época –, produzido pelas pessoas mais próximas dele, Gregório Fortunato etc. E ele teve dignidade: sem precisar entregar ninguém, entregou a própria vida.

Não estou querendo, por hipótese alguma, a rendição de Getúlio Vargas com Lula. O que estava querendo é que ele, prometendo o que prometeu e cumprindo o que prometeu, rasgando a própria carne, não deixando pedra sobre pedra, entregasse, com franqueza e sinceridade, os culpados, para que a Justiça tomasse conta deles, colocasse-os onde deveriam estar e desse satisfação à opinião pública do Brasil.

É isso que estamos fazendo, nesta manhã de hoje, sexta-feira, 12 de agosto de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa – PMDB – PI)

– Concedo a palavra ao Senador do PT do Distrito Federal, Professor Cristovam Buarque.

V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Srs. Senadores, vivemos nesta manhã um momento histórico. Senador Luiz Otávio, mas é um momento que não foi enfrentado como se fosse histórico. Há crises financeiras, crises políticas, crises históricas, e cada uma delas exige enfrentamentos de acordo com a própria dramaticidade.

Hoje, de manhã, o Presidente da República não demonstrou que essa crise é maior do que política. Ela é uma crise histórica. É política, quando se muda um Ministro ou outro; é histórica, quando se muda um Presidente ou outro no meio do mandato, ou quando o Presidente perde a credibilidade, ou quando é envolvido em fatos que a opinião pública não pode tolerar.

Lamentavelmente, o Presidente da República fez um discurso que não tem a dimensão histórica do momento e da tragédia que vivemos. O Presidente do PT, Tarso Genro, hoje pela manhã, falou que o Presidente Lula precisava fazer um discurso, olhando o futuro e a história como um estadista; mas o Presidente não fez.

Primeiro, um discurso como esse não tinha que ser feito diante de Ministros, intermediando a ligação dele, Presidente, com o povo. Esse era um discurso para ser feito com a solenidade de estarem ele e o povo, com a câmara no meio. Não podia ser um discurso com pessoas assistindo. Segundo, o Presidente não podia usar o momento para falar de projeto de Governo – esse é um outro momento. Era para ele falar daquilo que o povo está sabendo, indignado; mas ele não fez isso. Ele diluiu o seu discurso. Terceiro, não foi específico, Senador, naquilo que, de fato, o povo está querendo saber: a responsabilidade dele ou não. Quarto, não olhou nos olhos do povo e disse que não sabia. Ainda assim, depois de dizer isso, tinha que ter dito “Eu não sabia” – e esse é um pecado extremamente grave em um líder. Na Igreja, roubar é um pecado fundamental, mas não o é estar ao lado, conivente com o ladrão; na

política, ser tolerante, não perceber, não olhar é um equívoco muito grande. O Presidente não fez isso. Seu discurso foi, portanto, frustrante e não serve para retomar a confiança de que precisamos. E aí vem a última das consequências negativas.

Nos últimos meses, Presidente Mão Santa, ouço, de todos os lados, a pergunta: “O que fazer?” E digo com a maior sinceridade: “Não sei”, porque esperava que o Presidente nos dissesse o rumo que deveríamos tomar. A partir de agora, o Presidente demonstrou que não vai dizer o rumo.

Por isso, nenhum de nós, Senadores, têm o direito mais de dizer que não sabe o que fazer. A partir de agora, nós somos os líderes, porque do Presidente não ouvimos o rumo, o destino. Ele disse que está indignado, como todos os 180 milhões. Mas ele não é um dos 180 milhões: é o nosso Presidente. Não basta estar indignado, como Presidente; é preciso transformar essa indignação em uma ação, em uma condução, em um projeto. E isso ele não fez. Ele se igualou aos outros 180 milhões, o que é muito bom do ponto de vista democrático das relações pessoais, mas uma tragédia para o País do ponto de vista da liderança.

Assim, Sr. Presidente, do jeito que, presidindo esta sessão, sugeri que fizéssemos uma vigília – o que o Senador Arthur Virgílio ratificou, e digo isso, sem querer fazer qualquer jogo de palavras –, penso que teríamos de fazer algo a partir de segunda-feira. Este Senado, a partir de segunda-feira, não pode mais ser o mesmo. Não pode nem mesmo haver figuras como o Senador Luiz Otávio, defendendo o Governo, ou como o Senador Arthur Virgílio, posicionando-se contra ele, como Oposição. Temos de ser brasileiros, na segunda-feira, muito mais do que Oposição e Governo. Teremos de costurar uma saída para o momento grave que o Brasil vive, porque o Presidente mostrou que não vai chamar o povo brasileiro nem a nós para construirmos esse caminho.

Quero que fique registrada, Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta minha angústia de que, a partir de segunda-feira, a agenda do Senado deve mudar. Não podemos mais ter uma agenda para aprovar um ou outro projeto ou para ficar aqui usando e repetindo angustiadamente as palavras “Duda” e “mensalão”, “mensalão” e “Duda”. Acho que devemos começar a falar na palavra “Brasil”.

O Brasil vai olhar para nós depois do discurso do Presidente, porque não terá mais como olhar para o Presidente como o farol que nos dará um rumo. Isso vai aumentar a nossa angústia, que vai aumentar a nossa responsabilidade.

Gostaria, Senador Luiz Otávio – e V. Ex^a é aqui um representante do Governo, como eu deveria ser –,

de nos ver juntos na próxima semana, procurando um caminho. Por incrível que pareça, hoje, V. Ex^a, de outro Partido, está mais solidário ao Governo, do que eu, que sou filiado ao Partido dos Trabalhadores. Mas sou filiado ao Partido dos Trabalhadores que o Senador Aloizio Mercadante disse que não é esse que está aí, porque esse que está aí não está dando ajuda ao Presidente.

Até o Tarso Genro tentou dar essa ajuda, hoje de manhã, quando cobrou do Presidente um discurso estadista, olhando a História e não a política apenas. Ele não olhou a História, e isso me deixou bastante frustrado, bastante preocupado.

Mas, a partir de segunda-feira, não repetirei mais os meus *e-mails*, cartas e telefonemas dos amigos e liderados perguntando o que fazer, e eu dizendo que não sei, esperando o Presidente. A partir de segunda-feira, terei de dizer o que considero necessário fazer para que este País saia dessa sua crise histórica, porque o Presidente, hoje de manhã, não nos disse.

Essa é a minha angústia nesta sexta-feira, já de tarde, mas a minha esperança é a de que, a partir de segunda-feira, retomando os trabalhos, nós, Governo, Oposição e aqueles que hoje nem sabem se são Governo ou Oposição, juntemo-nos em torno de algo maior do que o dia-a-dia, do que a História e do que todos esses nomes que estão aparecendo, que é o nome do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Cristovam Buarque, estávamos ouvindo-o atentamente e queremos dizer que V. Ex^a tem de agradecer muito a Deus, porque Deus, certa vez, atendeu um filho ilustre, Salomão, que pediu sabedoria, e V. Ex^a nem a pediu e ganhou a sabedoria que Salomão desejava. Que o Partido de V. Ex^a saiba usar a sabedoria!

Concedo a palavra, como Líder, pelo tempo que resta, ao Senador Luiz Otávio, do PMDB, que está, neste instante, fazendo a defesa do Governo.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, venho à tribuna – Senadores Arthur Virgílio, Cristovam Buarque e José Agripino Maia – não defender somente o Governo Federal e o Presidente da República, mas, como disse aqui o eminente Professor, Senador Cristovam Buarque, defender o Brasil.

Venho defender o Brasil porque sei que tudo o que foi dito com relação ao pronunciamento do Presidente da República, sobre sinceridade e coragem, é o papel que a Oposição faz, sistematicamente, como já vimos nesta e em outras Casas a que já pertencemos, como as assembleias legislativas, a Câmara Federal, as câmaras municipais no País todo, e o mesmo ocorre até no exterior. É comum, por meio da televisão, da

Internet, assistirmos a debates e a posições contrárias no mundo todo, até mesmo com o uso de força física, principalmente nos países orientais. É comum no plenário do Legislativo dos países asiáticos, principalmente, inclusive a disputa pessoal entre seus parlamentares. Graças a Deus, isso ainda não chegou ao Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fico tranquilo em vir aqui defender o meu País, defender o Presidente da República e o Governo Federal, pelos aspectos aqui apresentados, como disse: a sinceridade, a coragem e o olhar do Presidente.

É hábito. Quem já assistiu ao Presidente da República falar pela televisão pode comparar com outros pronunciamentos. Sua Excelência sempre olha para o papel, para o seu discurso, para a sua manifestação e olha para o teto. É uma forma de se expressar. Não, por isso, vamos crucificar o Presidente da República, pela forma como fala ou se expressa.

Com relação à prestação de contas que o Presidente fez, Sua Excelência foi bem claro ao referir-se ao trabalho da Polícia Federal, agora, inclusive, com a participação da Interpol. Hoje, pela mídia, vimos a solicitação do Governo Federal, por intermédio do Ministro Márcio Thomaz Bastos, da Justiça, pedindo apoio da Interpol para trabalhar ao lado da Polícia Federal. Busca-se não só apurar, investigar, mas esclarecer a opinião pública brasileira e todo o mundo sobre como isso foi feito, de onde vieram e para onde foram esses recursos.

Assistimos à prestação de contas feita por um homem público que teve a coragem e a sinceridade de falar para a Nação brasileira que não está metido nisso, que não participou e nem participa disso.

Ouvimos aqui, todos os dias, Sr. Presidente, todos os Partidos, Senadores e Deputados Federais falarem da reforma política. É necessário haver a reforma política. Estamos a praticamente 50 dias do prazo final para a aprovação dessa reforma política. Então, o Presidente da República falar da reforma não é nada fora do roteiro, nada fora das pesquisas, que mostram claramente a opinião pública favorável à reforma política. Inclusive, o Senado Federal está de parabéns, pois aprovou a reforma política, que já se encontra na Câmara.

Com certeza, o que foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania já foi refeito várias vezes. Nesta semana, todos os partidos liderados pelo PFL, pelo Senador Jorge Bornhausen, encaminharam ao Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros, uma proposta concreta de reforma política. O Presidente Sarney também, representando o PMDB, apresentou um trabalho com relação à reforma política, assim como o fez o PSDB. Foi criada uma comissão, e vamos discutir e votar a reforma política.

Não vi, portanto, em momento algum, qualquer dificuldade do Presidente em abordar a questão da reforma política.

O Presidente está indignado, tanto quanto todo e qualquer brasileiro. A afirmação do Presidente é clara, mostrando a sua revolta e indignação. É um homem que tem história, passado e família, que tem o reconhecimento público e político do País e de outros países e que hoje está sentado na cadeira de Presidente da República. Sua indignação é um gesto correto e sincero e incomoda, porque algumas pessoas têm, no seu dia-a-dia, no seu trabalho, no seu planejamento, o objetivo de fazer com que o Presidente da República venha, pelos meios de comunicação, a renunciar ao mandato. Foi citado aqui até o caso de Getúlio Vargas. Isso é algo totalmente desproporcional para o momento que estamos vivendo! A comparação com a Revolução de 64 e com os governos militares é totalmente descabida.

O Presidente da República não tomou providências? Como? O Presidente da República substituiu mais de 40 membros do Governo Federal, do Partido dos Trabalhadores, da sua convivência política e pessoal inclusive. O que o Presidente pode fazer mais? A resposta vai ser dada com as apurações da CPI e da CPMI. Aqui até foi suscitado à época se o Presidente era a favor da CPI, da CPMI, Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, da qual participam Senado e Câmara. O Presidente foi claro, encaminhando propostas às Lideranças no sentido de que se instaurassem as CPIs, de que investigassem, doesse a quem doesse, a fim de que fossem punidos os culpados.

Então, sinceramente, Sr. Presidente, eu poderia dizer que é bastante clara a credibilidade do Presidente. Cumprimento o Líder do PFL, o Senador José Agripino, quando claramente disse que, em momento algum, o Líder ou o Partido da Frente Liberal falam em **impeachment**, falam em afastar o Presidente pelos motivos alegados hoje e, principalmente, pelo pronunciamento que o Presidente fez à Nação na manhã de hoje.

Para encerrar, anotei ainda dois aspectos: a questão administrativa e a questão política. Quanto à questão administrativa, o Presidente foi claro. Na terceira reunião anual com os Ministros, S. Ex^a está discutindo propostas, projetos, e autorizando investimentos para sairmos dessa situação de imobilismo. O Presidente Lula deu claramente essa mensagem a todo o Brasil por intermédio dos meios de comunicação. Com certeza, essa questão administrativa foi muito bem apresentada, muito bem colocada.

Quanto à questão política: aguardar o julgamento, aguardar a apuração e apoiar o resultado das investigações e do relatório final da comissão parlamentar de inquérito.

O Presidente foi muito claro, tranquilo, ao mostrar sua posição de Chefe de Estado,...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA) – ...de Chefe de Nação, de Presidente da República, e permanece em seu lugar.

Sr. Presidente, tenho certeza de que, na próxima segunda-feira, como disse o Senador Cristovam Buarque, discutiremos outras formas e fórmulas para acompanharmos essa crise. Tenho certeza de que o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, estará aqui, à frente das fileiras da Base do Governo, para responder, como sempre o faz, à altura da capacidade, da inteligência, do discernimento e da sinceridade de S. Ex^a na condução dos destinos, do rumo da Liderança do Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Reginaldo Duarte, Sérgio Guerra, Almeida Lima, Luiz Soares, Arthur Virgílio, Fleixa Ribeiro e Leonel Pavan enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o Inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, volto à tribuna neste momento para continuar dando destaque às matérias publicadas nesta semana sobre a crise política que permeia o atual Governo do Presidente Lula.

A revista **ISTOÉ** do último dia 10 de agosto traz novas matérias, agora mostrando que a campanha do Presidente Lula à reeleição já começou; só que quase um ano antes do que a lei permite.

As matérias mostram, também, que as declarações do ex-Ministro José Dirceu, feitas em seu depoimento no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, não se sustentaram por mais do que algumas horas.

Assim, Sr. Presidente, é nesse contexto que requero que as matérias abaixo relacionadas sejam consideradas parte deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

GUERRA DE PALANQUE

Em campanha, Lula busca apoio popular, chora e repete Zagallo, enquanto a crise incha com as CPIs e os outros candidatos saem da toca

[illegible]

DUDA E O CARRO FORTE

Valério garante que Zilmar da *Silveira, sócia de Duda Mendonça*, recebeu repasses. E a diretora Simone Vasconcelos mostra a divisão do dinheiro transportado por um carro forte para tesoureiro e funcionário do PP e do PL.

ARRO FORTE
que que Zilmara da
Duda Mendonça
s. E a diretora
ncelos mostra
iro transportado
para tesoureiro
o PP e do PL

**DOCUMENTOS RELATIVOS A
REPASSES**

DO DIA 07 E 08/10/03 EM BRASÍLIA
TRANSPORTADO EM CARRO FOR

JACINTO LAMAS : R\$200.000,00
ROBERTO COSTA PINHO: R\$100.000,00
JOSÉ LUIZ ALVES: R\$250.000,00
JOÃO CLÁUDIO GENU: R\$100.000

Geiza Dias
De: Geiza Dias
Enviado em: segunda-feira, 3 de novembro de 2002 10:24
Para: 'Wanderlei@nrcat.com.br'
Assunto: SMPB

Wm,

Conforme o e-mail recebido do Juvenal Pereira, informando que não obteve a entrega do numerário no pessoal da Polícia Federal, estou encaminhando o saque de R\$ 200.000,00 para o Sr. Roberto Costa Pinho - C1 M 14 303.

Assim que estiver liberando a mandando a entrega da cante

Quando o saque é feita uma vez, obrigada.

Atenciosamente,
Geiza Dias

CONFIDENTIAL

Economia longe do mensalão

Em meio à crise que parece não ter fim na arena política, a *economia segue firme, longe da instabilidade do mensalão*. Mesmo os mais pessimistas tiveram que se render à euforia que reinou no mercado. Com dólar borbulhando em todos os lugares, o resultado foi uma forte queda da moeda americana durante toda a semana. Mergulhou nos R\$ 2,30 na quinta-feira 4, o menor valor desde 2002. Boa parte desses dólares vem do excelente superávit da balança comercial em julho, de US\$ 5 bilhões, um novo recorde histórico. As exportações, aliás, ape-

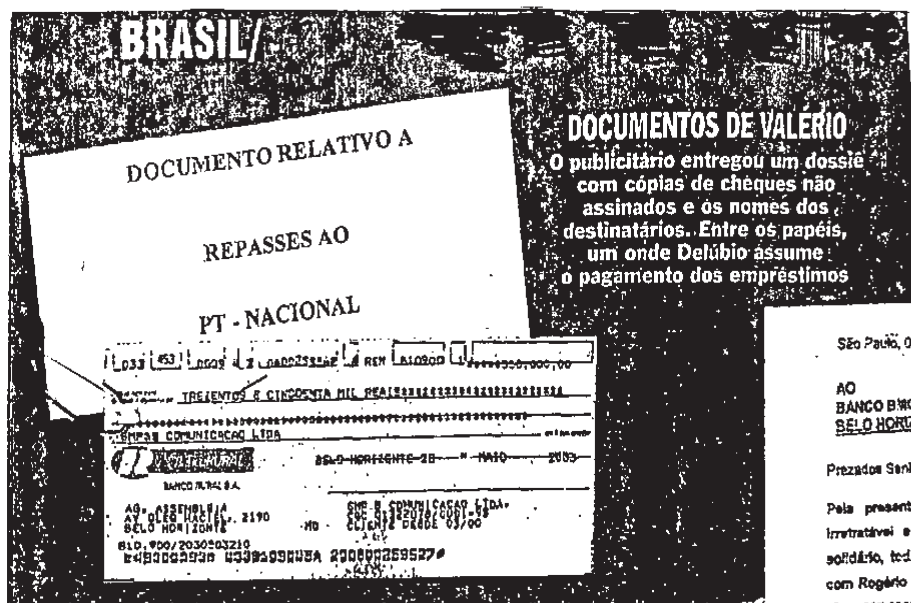
Superávit histórico, dólar baixo e atividade da indústria afastam crise

pública em relação ao PIB, o aumento do superávit, as exportações e o combate à inflação foram destacadas por Snow como os grandes feitos do ministro Palocci. Também conta a favor o mutirão de empresários, banqueiros e o próprio governo em prol de uma agenda positiva — como os encontros de sexta-feira 5, com Lula, no Palácio do Planalto — para que a economia permaneça longe da crise. Por enquanto, e por incrível que possa parecer no mundo das CPIs, tudo conspira a favor.

LINO RODRIGUES

DATA: 12/02/04 Nº 041		CONFIDENCIAL	
ENDEREÇO:		ENCAMINHAMENTO DE PAGAMENTO	
REMETENTE:		PARA RECEBER (PRELIMINAR) EM: Nº de ordem:	
Nome: MARCEUS ANTONIO Empresa: BANCO RURAL SA Setor: AG. ASSAMOLEIA Cidade: BELLO HORIZONTE. MG		DESTINATÁRIO: Nome: JOSE FRANCISCO Empresa: BANCO RURAL Setor: AG BRASILIA Cidade: BRASILIA DF	
Nº Fax (81) 3325.7499		Nº Fax /	
ASSUNTO: SAQUE			
Autorizemo a entrega de \$50.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais), através de cheque forte nº 745982 e 745981 do SMPB (Propaganda Ltda, que se encontra no mesmo endereço: Setor Brasília Norte, Quadra 4, Bloco H - Sala 201 Edifício Setor Condição Nacional da Companhia, entregue a Sra. Simone Reis Lobo de Favar, cetera assinatura.			
ATENCIONAMENTE,			

Esconate
M-920219



DECLARAÇÃO AO BANCO BNG S/A

DE DELÚBIO SOARES

TESOUREIRO DO PT - NACIONAL

DECLARANDO-SE DEVEDOR SOLU

DAS DÍVIDAS DAS EMPRESAS LI
A

MARCOS VALÉRIO

São Paulo, 01 de julho de 2004

AO
BANCO BNG S/A
SELO HORIZONTE-MG

Prezados Senhores,

Pela presente assumo, junto a esse Banco, o compromisso irrevogável e irrenunciável de garantir, como avalista e devedor solidário, todas as operações de empréstimo firmadas por V.Sas. com Rogério Lanza Tolentino & Associados Ltda, inscrita no CNPJ nº 04.337.085/0001-88, Graffiti Participações Ltda, inscrita no CNPJ nº 19.183.132/0001-38, SMP-B COMUNICAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 01.322.078/0001-43, DNA Propaganda Ltda inscrita no CNPJ nº 17.397.076/0001-83 e Partido dos Trabalhadores inscrita no CNPJ nº 00.876.253/0001-51.

Atenciosamente,

Delúbio Soares de Castro

LUIZ CLÁUDIO CUNHA

Só faltou a buchada de bode. A campanha presidencial de 2006 começou, de fato, na quarta-feira 3, quase um ano antes do que a lei permite, em Garanhuns, Pernambuco. De terno, gravata e chapéu de couro, o filho mais ilustre da cidade, Luiz Inácio Lula da Silva, rasgou a fantasia de presidente e se deixou tomar pelo clima festivo do palanque: "Se for (candidato à reeleição), com ódio ou sem ódio, eles vão ter de me engolir outra vez, porque o povo vai querer", repetiu o técnico Zagallo, diante de um público de oito

mil contrerrôneos que o interrompeu oito vezes com aplausos. Na plateia cativa, estavam 52 parentes da família Lula da Silva, entre eles o primo José Ferreira, o Cazuca, que traduzia: "Lula é coisa boa e vai ganhar de novo. O que o PT fez ou deixou de fazer não tem importância. Ele não é ladrão. Na nossa raça não tem esse tipo de gente." A 2.100 quilômetros dali, a raça de políticos que habita Brasília ficou agitada pela novidade. Mais do que o atropelo do calendário eleitoral, o que parecia ser o centro das preocupações

no Planalto Central era descobrir quem era ou não ladrão no governo e no Congresso, hoje estremecido pelo funcionamento simultâneo de três CPIs que investigam propinas, cheques, malas recheadas, cuecas forradas e a eterna corrupção que confunde público e privado e rouba o dinheiro do povo.

"Querem confundir as investigações"

O publicitário Duda Mendonça classificou como "absurdas e imprevistas" as afirmações de Marcos Valério e Simone Vasconcelos que envolvem seu nome e o de sua sócia Zilmar Fernandes no esquema de distribuição de dinheiro. Em nota, disse que "a manobra de tentarem responsabilizar suas empresas por saques que jamais aconteceram serve para confundir as investigações". Por tele-

fone, reagiu: "Como podem dizer que minha sócia recebeu R\$ 15 milhões de um policial que disse na CPI que não conhece Zilmar e nunca lhe entregou dinheiro algum?" Ele esclareceu que o único valor recebido por Zilmar no Banco Rural, com nota e a mando do PT, foi uma fatura devida de R\$ 500 mil referente aos programas eleitorais do partido em 2002 na Bahia, no Paraná, em Minas e no Rio.

Mais um - De repente, graças a Lula, a eleição distante dividiu manchetes com a ubíqua corrupção. Na mesma quarta-feira, em Brasília, o governador gaúcho Germano Rigotto, num encontro com outros três governadores, anunciava sua entrada na disputa pela indicação a candidato presidencial do PMDB, que deve fazer uma prévia sobre o tema em novembro ou março. A eleição direta do partido terá outro candidato, lançado já há mais tempo: o ex-governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho, o nome mais forte do PMDB nas pesquisas feitas até agora. Ele tem percorrido o País em busca de apoio nas bases estaduais, mas não conta com a simpatia da cúpula

A blindagem de Palocci ameaçada

Até agora, o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, atravessava limpo o pântano de corrupção revolvido pela CPI dos Bingos. Mas, na última semana, a lama começou a respingar no bunker do ministro. Por enquanto, as denúncias atingem assessores e amigos próximos de Palocci. Na quinta-feira 5, o diretor de marketing da Gtech, Marcelo Rovai, denunciou em seu depoimento à CPI que o empresário Rogério Buratti, ex-secretário de

Fazenda de Palocci na prefeitura de Ribeirão Preto, teria tentado cobrar R\$ 6 milhões de propina para intermediar a renovação do contrato da empresa americana com a Caixa Econômica Federal. Rovai disse que não pagou a comissão, estipulada por Buratti em 5% do valor anual do contrato. Mas entrou em contradição ao afirmar que nunca procurou o amigo e ex-assessor de Palocci. A quebra do sigilo telefônico de Buratti mostra pelo menos quatro ligações feitas por

Quebras de sigilos ligam principais assessores de

la pemedebista no Congresso e entre seus 23 senadores, a maior bancada da casa. Se Garotinho se sentir asfixiado, terá pouco tempo, até 2 de outubro, para trocar de partido. O grande adversário de Rigotto no poleiro do PMDB, então, poderá ser um pássaro estranho: o tucano Aécio Neves, governador de Minas Gerais. Convencido de que o grupo paulista do PSDB não vai desistir de José Serra ou Geraldo Alckmin como candidatos, Aécio prepara o sobrevôo sobre

o PMDB. No início de junho, em Belo Horizonte, ele conversou longamente sobre a migração com a principal liderança do partido, o senador Renan Calheiros (AL). Ambos ficaram animados com a idéia, que torna mais difícil outra aposta pemedebista: o ministro Nelson Jobim, presidente do Supremo Tribunal Federal. Mas a toga do STF, agora, tolhe as articulações políticas e atrapalha o vôo mais alto deste gaúcho, que foi relator do impeachment de Collor e líder do PMDB

na Constituinte. No jogo da sucessão, resta o candidato do PFL, o prefeito carioca Cesar Maia, que não tem mostrado fôlego até agora nas sondagens de opinião.

O vilão - Na quinta-feira 4, em Teresina, antes de chorar em público, ao falar da falecida mãe e lembrar de sua força diante da fome, Lula fez mais uma concessão à temporada eleitoral recém-aberta, cometendo uma heresia digna do vice, José Alencar: criticou os juros altos. Para

Nascida para roubar

A Guaranhuns Empreendimentos e Participações, que sacou mais de R\$ 6 milhões das contas de Marcos Valério, faz todo tipo de negócio sujo desde a sua criação, em janeiro de 1999. Além de ser usada como laranja para sacar dinheiro do vale-rioduto para políticos da base aliada e remeter dinheiro para o Exterior, a empresa aparece em negócios fraudulentos montados para desviar recursos de fundos de pensão. Conforme documentos do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aos quais ISTOÉ teve acesso, a Guaranhuns, junto com outras empresas, figura como beneficiária final de dezenas de operações com ações no merca-

do de opções montadas com o objetivo de causar prejuízo à Centrus, o fundo de pensão dos funcionários do Banco Central. De acordo com um relatório da CVM, as operações de compra e venda de papéis eram combinadas e sempre davam prejuízo ao fundo de pensão. Do outro lado, a parte ganhadora era composta por uma lista de oito corretoras, empresas de fachada como a Guaranhuns e laranjas que, juntos, embolsaram quase R\$ 18 milhões subtraídos dos cofres do fundo. O esquema envolve operações realizadas entre 1999 e 2000.

A Guaranhuns aparece também em outro relatório, encaminhado pelo BC ao Coaf, à Receita Federal e ao Ministério Público em setembro do ano

passado. O documento descreve um esquema de lavagem de dinheiro semelhante ao identificado pela CVM envolvendo três corretoras e quase 400 empresas de fachada igualmente dedicado a desviar o patrimônio de fundos. No meio do laranjal está a Guaranhuns, então recém-criada. O BC identificou centenas de operações de compra e venda de títulos públicos federais montadas em verdadeiras "cadeias da felicidade" à moda das identificadas pela CPI que investigou o escândalo dos precatórios. Em 1999, a Guaranhuns se prestou, junto com outras sete empresas, a causar um prejuízo de R\$ 1 milhão à caixa de previdência dos funcionários do Banco do Estado do Maranhão. No total, o esquema envolveu quase 20 fundos de pensão, que foram lesados em R\$ 180 milhões em 16 meses rastreados. No

AMAURY RIBEIRO JR.

DINHEIRO EM CAIXA

Nas cópias de cheques de Marcos Valério algumas das transferências e dos depósitos para a misteriosa Guaranhus, empresa envolvida em várias transações suspeitas

DOCUMENTOS RELATIVOS AOS REPASSES AO DEP WALDEMAR COSTA NETO ATRAVÉS DA GUARANHUS EMPREENDIMENTOS, INTERMEDIACOES E PARTICIPACOES S/C LTDA.

Av. Paulista, 2202, Conjunto 113, São Paulo - SP
Representante: José Carlos Batista

CÓPIAS CONFIDENCIAIS

publicitário Marcos Valério e o presidente do Banco Espírito Santo, Ricardo Salgado, no final da tarde de 11 de janeiro passado. Treze dias depois, Valério e o tesoureiro do PTB, Emerson Palmicri, viajaram juntos para Lisboa. Lá, dizendo-se "consultor do presidente do Brasil", Valério se reuniu com o então ministro de Obras de Portugal, Antonio Mexias, ex-executivo do banco, principal acionista da PT. O objetivo: transferir de um banco inglês os US\$ 600 milhões que o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) tinha em depósito para os cofres do Espírito Santo. Essa mágica faria pingar cerca de R\$ 24 milhões (€ 8 milhões) de comissão no bolso furado do PT e do PTB. Os personagens de todos os lados negaram a história, apesar das evidências. "Palmicri viajou como meu amigo. Ele estava muito estressado", justificou Valério.

A diretora financeira da agência SMP&B, Simone Vasconcelos, desfilou pela CPI como a maior sacadora das empresas de Valério – R\$ 7,7 milhões –, mas exibiu a mesma inocência escancarada de Dirceu, Delúbio Soares e Sílvio Pereira. "Os saques eram feitos por determinação de Marcos Valério e eu não questionava o porquê", explicou-se Simone, reconhecendo tudo como "acerto de campanha". A semana terminou com 22 mandatos de deputados sob ameaça de cassação e dois advogados – um paulista, outro baiano – pedindo o impeachment de Lula por crime de responsabilidade. O presidente, no palanque, não engoliu: "O povo acreditou e votou em mim. É a ele que prestarei contas no momento certo", diz Lula, surdo ao que se ouve em Brasília.

R\$ 210 MILHÕES!!!!!!

A versão dos empréstimos bancários, montada pelo ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares e pelo publicitário Marcos Valério para justificar os saques milionários na SMP&B e na DNA realizados por políticos da base aliada, desmorona. Uma análise contábil realizada por peritos do Ministério Público nos extratos bancários mostra que somente a título de empréstimos bancários entraram R\$ 210 milhões na conta da SMP&B no Banco Rural no período de 2000 a 2005. Desse montante, R\$ 184,5 milhões justificados como empréstimos ocorreram durante o governo do presidente Lula. Outros R\$ 18,5 milhões desses supostos empréstimos

bancários foram contabilizados na conta da agência do publicitário durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

A análise dos peritos foi encomendada pela procuradora da República no Distrito Federal Raquel Branquinho com base em informações enviadas pelo Banco Central à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios. Raquel faz parte de uma força-tarefa montada pelo procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza, para acompanhar as CPIs dos Correios, do BINGO e do Mensalão.

As suspeitas dos investigadores são de que há indício de uma fraude contábil, montada com a conivência do banco mineiro, para justificar toda a dinheirama que aportava sem procedência justificada nas contas das empresas do publicitário. Além dos empréstimos bancários, R\$ 20 milhões entram na conta da SMP&B sob justificativa de estornos. Para o Ministério Público, essas dúvidas somente poderão ser esclarecidas depois que o Banco Rural entregar as fitas magnéticas com detalhamento de suas

operações. Os estudos do Ministério Público coincidem com as investigações dos membros da CPMI dos Correios, que começam a suspeitar também dos empréstimos.

"Em relatório encaminhado ao Ministério Público, Marcos Valério diz ter contraído seis empréstimos que somariam R\$ 55 milhões. Mas a CPMI já localizou 12 empréstimos", afirma o sub-relator da CPMI, deputado Gustavo Fruet (PMDB-PR). Para Fruet, a contradição explica a demora do Banco Rural em fornecer as fitas magnéticas com as transações bancárias que ajudarão a esclarecer a verdadeira origem das contas do publicitário que financiaram políticos da base aliada do governo.

AMAURY RIBEIRO JR.

SMP&B Comunicação Ltda CNPJ 01.322.078/0001-95 Operações de Empréstimos Banco Rural S/A

Conta	Data	Descrição	Valor	Saldo
60021952	14/10/02	LIQ. EMP. MUTUO	58	483.134,50
60021952	24/01/03	LIQ. EMP. MUTUO	92	380.000,00
60021952	10/04/03	LIQ. EMP. MUTUO	120	239.134,40
60021952	26/05/03	LIQ. EMP. MUTUO	128	13.929.111,00
60021952	29/07/03	LIQ. EMP. MUTUO	143	149.444,50
60021952	01/07/00	LIQ. EMP. MUTUO	21	209.836,41
60021952	20/10/00	LIQ. EMP. MUTUO	25	499.164,50
60021952	07/11/00	LIQ. EMP. MUTUO	25	1.295.201,00
60021952	27/11/00	LIQ. EMP. MUTUO	25	499.093,50
60021952	03/02/01	LIQ. EMP. MUTUO	25	1.295.201,00
60021952	23/02/01	LIQ. EMP. MUTUO	25	499.155,00
60021952	17/03/01	LIQ. EMP. MUTUO	25	1.295.201,00
60021952	01/04/01	LIQ. EMP. MUTUO	25	499.155,00
60021952	01/07/01	LIQ. EMP. MUTUO	25	299.662,90
60021952	13/08/01	LIQ. EMP. MUTUO	25	421.413,30
60021952	15/08/01	LIQ. EMP. MUTUO	25	429.471,10
60021952	27/08/01	LIQ. EMP. MUTUO	25	1.295.149,10
60021952	21/09/01	LIQ. EMP. MUTUO	25	5.515.721,41
60021952	09/10/01	LIQ. EMP. MUTUO	25	119.852,40
60021952	20/12/01	LIQ. EMP. MUTUO	83	178.335,80
60021952	23/01/02	LIQ. EMP. MUTUO	113	5.422.893,75
60021952	28/07/02	LIQ. EMP. MUTUO	161	5.911.033,41
60021952	24/01/03	LIQ. EMP. MUTUO	207	381.160,90
60021952	03/09/03	LIQ. EMP. MUTUO	1000134	20.922.510,00
60021952	29/12/03	LIQ. EMP. MUTUO	1000121	24.251.181,30
60021952	11/03/04	LIQ. EMP. MUTUO	1000172	25.018.615,41
60021952	22/07/04	LIQ. EMP. MUTUO	1000174	27.706.881,69
60021952	15/10/04	LIQ. EMP. MUTUO	1000174	29.937.881,41
60021952	20/10/04	LIQ. EMP. MUTUO	1000174	1.11.084,00
60021952	25/11/04	LIQ. EMP. MUTUO	1000174	201.434,60
60021952	24/03/05	LIQ. EMP. MUTUO	1000174	14.165.697,17
60021952	19/04/05	LIQ. EMP. MUTUO	1000174	800.342,85

Qtde Operações 32

R\$ 210.946.487,47

DIRCEU, O EX-MESTRE DOS DISFARCES

Ex-ministro depõe, tenta enrolar os deputados, mas vê suas mentiras cair por terra em tempo recorde

Juliana Linhares e Julia Duailibi

O aguardado duelo travado na terça-feira passada entre o ex-ministro José Dirceu e o deputado Roberto Jefferson no Conselho de Ética da Câmara teve tudo o que se esperava dele: fartas doses de mordacidade e frieza (das duas partes), exibições de virtuosismo retórico (da parte de Jefferson, claro) e mais uma nova pista da corrupção oficial dada por um de seus

participantes mais íntimos. O estoque de denúncias feitas por Jefferson surpreende não apenas por parecer infinito, mas pelo fato de seu dono não errar nunca. Dessa vez, Jefferson apontou a existência de uma conexão portuguesa do PT (veja reportagem na pág. 60). Como atração extra, revelou acalorados "sentimentos primitivos" em relação ao seu adversário — a quem, sarcasticamente, só se referiu como "humilde deputado" (Dirceu vingou-se do tratamento, ao que tudo indica de maneira involuntária, ao chamar o petebista o tempo todo de "Jér-fisson", com o postigo sotaque caipira cheio de "erres" que cultivava). Jefferson, enfim, mostrou que continua disposto a ser o homem-bomba da verdade. Já Dirceu demonstrou ser o homem-estalinho da mentira — ou seria "stalinzinho"? Ao optar por não deixar perguntas sem resposta, o ex-chefe da Casa Civil atropelou a verdade diversas vezes. Deu-se mal.

O DEPUTADO PINÓQUIO

As declarações do ex-ministro José Dirceu, feitas no depoimento dado na terça-feira passada ao Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, não se sustentaram por mais do que algumas horas

A AFIRMAÇÃO	A AFIRMAÇÃO	A AFIRMAÇÃO	A AFIRMAÇÃO	A AFIRMAÇÃO	A AFIRMAÇÃO
"Não tinha conhecimento dessas empréstimos nem de que a distribuição era feita pelo Banco Rural"	"Nunca tive relação com o Portugal Telecom de nenhum tipo"	"Jacobs propôs para qualquer deputado, senador ou líder qualquer proposta que não fosse feita"	"Não acompanho mais a vida política do PT desde dezembro de 2002"	"A informação de que Roberto Marques fez um saque de 50.000 reais não é fato. O documento não é reconhecido pelo CPI"	"Nunca fui arrastado quando ministro"
O DESMENTIDO	O DESMENTIDO	O DESMENTIDO	O DESMENTIDO	O DESMENTIDO	O DESMENTIDO
Não houve tempo-feio. Marcos Valério afirmou à Procuradoria-Geral da República que os empréstimos feitos por ele em benefício do PT tiveram, sim, o aval de Dirceu. Afirma ainda que o ex-ministro participou de diversas reuniões com os dirigentes dos bancos para tratar do assunto	Em oficial enviada à CPI dos Correios na quarta-feira passada, a Casa Civil informou que, em junho deste ano, o ex-ministro recebeu no Palácio do Planalto o banqueiro Ricardo do Espírito Santo Salgado, do Banco Espírito Santo, um dos principais acionistas da Portugal Telecom. Salgado estava acompanhado por Karine Volada. Dirceu ainda esteve em Portugal em junho, quando juntou com o presidente da Portugal Telecom, Miguel Borta e Costa	Em entrevista dada ao colunista de VEJA Diego Mazoni (veja na pág. 137) na quinta-feira, o deputado José Janene, líder do PT, afirma que Dirceu negociou o pagamento de 600.000 reais para o PT em troca do apoio da bancada	O mesmo oficial da Casa Civil enviado a pedido da CPI, revela que Dirceu, quando era ministro, se encontrou 14 vezes com Deirócio Soares, ex-tesoureiro do PT, 15 vezes com Sérgio Pezard, ex-secretário do partido, e 11 vezes com José Genário, ex-presidente do PT	A informação de que o assessor do ex-ministro foi autorizado a sacar 50.000 reais das contas de Marcos Valério, revelado por VEJA, foi confirmada por fontes próximas por outros três veículos de comunicação. A CPI não se reconhece o documento. O Banco Rural que autoriza o saque de Roberto Marques como decido, no dia seguinte ao depoimento de Dirceu ao Conselho de Ética, chamar o assessor do ex-ministro para depor	Não houve o mesmo tempo-feio. Mas as informações no plenário da Câmara que se seguiram à afirmação de Dirceu dispensam comentários
Tempo que a mentira durou 12 horas	Tempo que a mentira durou 24 horas	Tempo que a mentira durou 13 horas	Tempo que a mentira durou 24 horas	Tempo que a mentira durou 24 horas	Tempo que a mentira durou 9 minutos

Suas lorotas caíram por terra em tempo recorde (veja quadro abaixo).

Dirceu mentiu quando disse que desconhecia os empréstimos contraídos pelo PT via Marcos Valério, negou ter relação com a Portugal Telecom, declarou *jamaiz ter proposto qualquer coisa ilícita* a deputados ou partidos e afirmou estar distante do PT desde 2002. Mentiu também quando disse que “não é fato” que seu assessor informal e fiel escudeiro Roberto Marques, o “Bob”, tenha sido autorizado a sacar 50 000 reais de uma conta do empresário Marcos Valério. A informação, revelada por VEJA na semana passada, foi confirmada posteriormente por dois outros veículos: os jornais *Folha de S. Paulo* e *Correio Braziliense* — que publicaram a mesma notícia com base em fontes diferentes das ouvidas por VEJA. Uma das fontes da revista, no entanto, resolveu desmentir a si própria no sábado em que VEJA chegou às bancas. O deputado Carlos Abicalil (PT-MT), sub-relator da CPI dos Correios, tinha declarado que o assessor de Dirceu o havia procurado para informar-se sobre o aparecimento de seu nome na lista de sacadores de Valério. Em entrevista gravada, Abicalil confirmou que os Robertos eram a mesma pessoa. Mais tarde, divulgou nota negando o que dissera. E sumiu sem deixar rastros. “Desconfio que ele tenha recebido uma ordem do PT para se desmentir”, afirma o senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

Estranhamente, atitude semelhante à de Abicalil foi adotada pela diretora financeira da SMPB, Simone Vasconcelos. A reportagem em que VEJA revelou a autorização de saque para o assessor de Dirceu reproduzia um fax emitido pelo Banco Rural em nome de Roberto Marques. Com base no documento, a *Folha de S. Paulo* procurou Simone a fim de checar a informação de que se tratava do Bob de Dirceu. Por intermédio da assessora de imprensa da SMPB, Claudia Leal, Simone respondeu positivamente. A assessora da SMPB chegou a ensaiar uma descrição física de Bob e comentar que “o assessor do Dirceu é pau para toda a obra”. Na terça-feira, em depoimento à Procuradoria da República, Simone, como o deputado Abicalil, voltou atrás na confirmação da informação. Curiosa sintonia. Curioso também que, na mesma terça-feira em que Simone depôs na Procuradoria, Jo-

sé Dirceu tenha usado seu depoimento ao Conselho de Ética para sugerir que o documento autorizando o saque de Bob havia sido “plantado”. Não foi, como confirmam a Polícia Federal e membros da CPI. “O documento veio de duas fontes distintas: da PF e do Banco Rural”, diz o senador Alvaro Dias. “Além disso, ele segue o mesmo padrão das demais autorizações de saque que recebemos.” O senador se refere ao fato, constatado pela PF, de que centenas de autorizações para saques, à semelhança daquela que diz respeito a Bob, não trazem o RG do sacador autorizado. Em nota divulgada na sexta-feira, Bob não desmente que seja o Roberto Marques do documento. Espertamente, diz apenas que não sacou dinheiro do Banco Rural. Ninguém afirmou isso. Documentos publicados por VEJA mostram que ele foi “autorizado” a fazer a retirada — que acabou sendo efetivada por um certo Luiz Mazano, da corretora Bonus-Banval. Investigada por suspeita de envolvimento em lavagem de dinheiro, a corretora, que inicialmente havia informado que o tal Mazano seria um homônimo de um funcionário seu, agora admite que o Mazano é um só. Seu cargo na Bonus-Banval: motorista, e não contador, como havia sido divulgado. Pois é, um motorista foi autorizado a sacar 50 000 reais, no lugar de Bob. Será que ele entregou o dinheiro a Bob ou ao chefe deste?

Bob Marques começou a trabalhar com Dirceu quando o ex-ministro ainda era deputado estadual em São Paulo. Pelo menos quinze dos 40 anos de vida que completará nesta quarta-feira, ele passou ao lado do chefe, a quem dedica canina devoção. Na última terça-feira, podia ser visto no cafezinho da Assembleia Legislativa de São Paulo, onde oficialmente está lotado há vinte anos, conversando com um grupo de deputados e assessores. O assunto: o “Zé”. Dizia Bob: “O Zé não sabia de nada. O Genóio é que foi um idiota. Deixou as coisas correrem soltas no partido e aí o Silvinho e o Delúbio fizeram o que quiseram”. E repetia: “O Zé está limpo nessa”. Defender os interesses do “Zé”

ONDE
ESTÁ
BOB?...

...SEMPRE
ATRÁS,
É CLARO

sempre foi a missão de Bob, ainda que seu salário (8 000 reais) provenha da Assembléia, onde, desde 2003, ocupa o cargo de assessor especial parlamentar da Primeira Secretaria da Mesa Diretora.

Em março deste ano, por exemplo, Bob trabalhou duro para o chefe. Na ocasião, estava em curso a eleição para a presidência da Assembléia Legislativa paulista. Interessava ao PT, e particularmente a Dirceu, derrotar os tucanos na disputa. Os petistas haviam acabado de sofrer uma fragorosa derrota na Câmara dos Deputados com a eleição de Severino

“O documento que autoriza o saque em nome de Roberto Marques segue o mesmo padrão de todas as demais autorizações de saque que recebemos. Tenho convicção de que o Roberto Marques e o assessor do ex-ministro José Dirceu são a mesma pessoa.”

Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)

Cavalcanti, do PP, para a presidência da Casa. O apoio do PSDB a Severino foi decisivo no processo. Dirceu não engoliu o episódio e queria dar o troco aos tucanos. Ordenou que o PT paulista providenciasse a candidatura do deputado Rodrigo Garcia (PFL) para concorrer com Edson Aparecido, que disputava o cargo pelo PSDB. A Bob coube, a mando do chefe, percorrer os gabinetes da Assembléia à cata de votos para

Garcia e organizar uma bizarra excursão parlamentar a um hotel em Atibaia (a 60 quilômetros de São Paulo), visando a garantir a vitória petista. O grupo de excursionistas, formado por cerca de trinta deputados, incluía parlamentares já devidamente convencidos a dar seu voto para Garcia e outros inclinados a fazê-lo. Confinar a turma por três dias em um hotel e só liberá-la às vésperas da eleição foi a forma encontrada por Dirceu para reduzir o risco de os deputados mudarem de idéia na votação. Dias depois da eleição, que deu a vitória a Garcia, parlamentares reunidos no plenário da Assembléia testemunharam o orgulho de Bob pelo sucesso da missão. Ao vê-lo entrar no salão, o deputado Roque Barbieri (PTB) gritou: “Olha o filho do Zé Dirceu!”. Ao que Bob respondeu: “E com muita honra”. Na Assembléia, Bob atrai simpatias mais pelo jeito bonachão do que pela capacidade de fazer análises políticas encorpadas — o que, afirmam deputados, não é o seu forte. Sua devoção a Dirceu faz com que ele suporte calado as sucessivas humilhações a que o chefe o submete. O ex-ministro é conhecido pelo hábito de falar com seus subordinados aos berros — mesmo em público. Bob é seu alvo predileto.

O assessor informal de Dirceu passa boa parte de seu tempo em Brasília. Viaja para lá pelo menos duas vezes por semana, sempre para tratar com o chefe, e tem livre trânsito nos principais andares do Palácio do Planalto. O relator da CPI dos Correios, Osmar Serraglio, quer convocar Bob para depor. Será uma oportunidade para que ele fale à vontade sobre seu assunto favorito (o “Zé”) é, quem sa-

“O fato de pessoas terem confirmado que esse Marques do saque era o assessor do deputado José Dirceu e depois desmentirem não me surpreende. Essas pessoas mentem tanto que não merecem credibilidade.”

Senador Jefferson Peres (PDT/AM)

be, responda a algumas perguntas que não querem calar. Por exemplo: quem paga suas viagens a Brasília? (A Assembléia Legislativa não é, conforme informou a liderança do PT na Casa.) Por que razão o assessor informal do ex-ministro da Casa Civil estaria autorizado a sacar dinheiro da conta de um empresário acusado de ser o principal operador do mensalão? Por que a autorização dada a ele foi transferida no dia seguinte para uma correitora acusada por Simone Vasconcelos de repassar dinheiro de Valério a deputados petistas? Espera-se que, ao responder a essas e outras questões, Bob não siga o exemplo

do chefe — que, se já provou ter talento de sobra para encarnar um personagem fictício no período da ditadura, não vem sendo bem-sucedido na tentativa de ocultar verdades que dizem respeito a roubo de dinheiro público. ■

Com reportagem de Camila Pereira e Chrystiane Silva

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar algumas das matérias e artigos publicados pela revista **Veja**, em sua última edição do dia 10 de agosto do corrente. Nelas, a revista trata da crise ética que paralisa o Governo do Partido dos Trabalhadores e do Presidente Lula. As palavras do Senador do PSDB, Tasso Jereissati, mostram bem a atual situação: “O presidente está abusando da paciência ao fingir que não sabia de nada e ao adotar esse discurso de que os fatos são criados por uma oposição ressentida e pela imprensa. Chega de fingir que não sabe de nada, presidente!”.

Sr. Presidente, é nesse contexto que solicito que os textos abaixo relacionados sejam considerados como parte integrante deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

AS CORRIJAS

Se fosse uma ópera — *Thaïs*, de Giacomo Puccini, por exemplo —, a crise ética que paralisa o governo Lula estaria naquele estágio em que os personagens maiores já cantaram e toda a expectativa se concentra sobre o primeiro tenor e sua aria definidora do caráter: “*Dissegu, o notte! / Tranquilla, stelle! / Tranquilla, stelle! / All'alba rinasce Vincere!*” (“*Dissolva-se, ó noite! / Tranquila-se, estrelas! / Ponham-se, estrelas! / Ao raiar do dia vença! Vença!*”). Bem, sendo mais realista, a crise não tem a dinâmica de uma ópera. Lula a está conduzindo mais ao ritmo de cerveja e samba de seu título Zeca Pagodinho: “*Confesso que sou de origem pobre / Mas meu coração é nobre, / Foi assim que Deus me fez / E deixou a vida me levar / Vida leva em / E deixou a vida me levar*”.

Se Lula continuar deslizando, a vida vai levá-lo aonde ele não quer ir. E aonde ninguém quer que ele vá. Mas paciência tem limite, como desabafou um dos mais comedidos opositores do governo, Tasso Jereissati, senador do PSDB cearense: “O presidente está abusando da paciência ao fingir que não sabia de nada e ao adotar esse discurso de que os fatos são criados por uma oposição ressentida e pela imprensa. Exigimos que ele assuma sua responsabilidade. Assuma o papel de chefe. Chega de fingir que não sabe de nada, presidente! Chega de fingir!” Nos últimos dias, dois movimentos trouxeram a crise para ainda mais perto do presidente. Nas ruas voltaram a aparecer bandeirolas, pi-fineiras e rostos de jovens pintados com as cores verde e amarela, aqueles dias pinelados parciais que tanto simbolismo carregam na vida política nacional recente.

os serviços da empresa New Trade, responsável pela redação das propagandas de Lula no segundo turno da eleição presidencial.

Na lista de Valério também surgiu, como a maior beneficiária dos 55 milhões do caixa dois apurado até agora, a empresária Zilmar Fernandes da Silveira, sócia do publicitário Duda Mendonça, responsável pelo marketing da campanha do presidente Lula. Ela recebeu 15 milhões de reais. E para onde foi esse dinheiro? Duda Mendonça ainda não respondeu. Há duas semanas, quando apareceu a primeira transferência, no

valor de 500 000 reais, o publicitário reuniu seus principais colaboradores no escritório de sua agência, em Brasília, e disse que ainda iriam aparecer muitos outros repasses a sua agência. Segundo ele, foi o pagamento pela campanha presidencial de 2002. "Eu trabalhei e recebi. De onde veio o dinheiro eu não sei. O problema é que *nego é burro*. Precisa roubar, pô? Eu não roubava quando era pobre. Não vai ser agora que eu sou rico que vou fazer isso", desabafou. Duda disse aos funcionários que tem notas fiscais atestando o serviço e que recolheu todos os impostos de-

MARCHE DA INIGNAÇÃO
Sindicalistas protestam contra
Lula no interior de São Paulo:
seu nome aparece com "II"
e as cores da bandeira

valério. "Eu te explico. Não que se eu não explico." Resumindo, a lista é uma parte da campanha do presidente, foi paga com dinheiro repassado por Marcos Valério, que, é bom lembrar, tem contas de publicidade em várias empresas do governo.

Ao contrário da versão que os petistas tentaram montar — a de que os recursos repassados por Marcos Valério eram oriundos de empréstimos que tinham o objetivo de sustentar as campanhas municipais —, as investigações demonstram que o dinheiro, além de bancar parte da própria campanha de Lula, era um grande e multifuncional caixa do PT administrado pelo ex-tesoureiro Delúbio Soares, um assíduo frequentador do Palácio do Planalto. Na lista dos sacadores, apareceu o escritório do ex-procurador da República Aristides Junqueira, que ficou conhecido por atuar no processo contra o ex-presidente Fernando Collor. Os advogados sacaram 545 000 reais, segundo eles, referentes a pagamento de honorários pela defesa de petistas no caso de corrupção na prefeitura de Santo André. À medida que a CPI avança, os caminhos do dinheiro apontam com mais precisão para o Palácio do Planalto. "...E deixa a vida me levar / Vida leva eu / E deixa a vida me levar..." ■

OS CARAS-PINTADAS GANHAM AS RUAS...

**Os estudantes
se rebelam contra
a corrupção no
governo, promovem
manifestações
e pedem a saída
do presidente**

**...E, TÍMIDOS,
AMEAÇAM VOLTAR**
Na semana passada,
neocaras-pintadas
de verde-e-amarelo
começaram a
se manifestar contra
o governo Lula

Jefferson, ex-ministro do PTB, foi o primeiro a ir ao encontro de Dirceu. O então diretor do Rádio Quarta, ex-presidente do Instituto de Resseguros do Brasil, a ele ofereceu em torno de 600 milhões de reais das reservas internacionais do Estado para o Banco Espírito Santo, situado em Portugal e controlador brasileiro da Portugal Telecom. Em troca, o banco português utilizaria esses recursos para financiar a Eletronorte na reestatização de algumas de suas linhas de transmissão. Os dois partidos endividados ficariam com uma comissão de 90 a 120 milhões de reais caso a negociação fosse concretizada. "Tratei de todos os assuntos com vossa excelência, deputado José Dirceu, os republicanos e os não republicanos. Vossa excelência nos deixava à vontade para qualquer conversa na ante-sala do presidente da República", concluiu Jefferson.

Assessorado por uma comitiva de advogados, Dirceu negou tudo. "Quero repelir e negar de forma peremptória", disse o ex-ministro. Em vão. Em questão de horas, novos fatos deram força às acusações de Jefferson. O ex-ministro José Dirceu, que na terça-feira garantia não ter nenhum envolvimento com a operação, foi flagrado em contradição por sua própria agenda. Em

depois de uma reunião com o PTB, Dirceu foi ao encontro de Jefferson. Dirceu contou o representante do Banco Espírito Santo. O porreminas Ricardo Espírito Santo foi acompanhado na audiência pelo publicitário Marcos Valério de Souza. Dirceu defendeu dizendo que quem matou a reunião foi Valério, mas o banco. No dia em que Dirceu foi pego na mentira, o Banco Espírito Santo informou que tentara agendar por três vezes o encontro com Dirceu, mas só chegou ao ex-ministro quando Valério ofereceu uma aproximação. Para piorar a situação de Dirceu, confirmou-se que, treze dias depois desse encontro no gabinete do ex-ministro, os mensageiros do PTB e do PT viajaram para Portugal. Estiveram em Lisboa entre os dias 24 e 26 de janeiro deste ano, como indicara Jefferson. Marcos Valério garantiu que não viajou para buscar propina, e sim para tratar da venda da Telemig Celular, operadora de celular à qual presta serviços publicitários, para a Portugal Telecom. Disse ainda que o "amigo" Palmieri o acompanhou por estar "estressado". De acordo com Valério, ele queria garantir que a conta de publicidade da companhia de celular de Minas Gerais continuasse nas mãos de uma de

CRONICA DE LULA
Presidente da Portugal Telecom, Miguel Horta e Costa apresentou Valério a alta corte de Lisboa

Valério, o empresário português que se tornou o principal intermediário de Dirceu. Em 2004, o ex-ministro foi recebido em uma reunião com o presidente da República, Luís Filipe, Miguel Horta e Costa, Luís Filipe e Costa. Valério foi apresentado pelo então ministro de Obras Públicas, Transportes e Comunicações de Portugal, António Mexia. Coincidência ou não, Mexia foi durante oito anos um alto executivo do Banco Espírito Santo. Para piorar, em uma reportagem publicada no mês passado pelo semanário português *Expresso*, o ex-ministro Mexia disse ter recebido Valério na qualidade de "consultor de presidente do Brasil, a pedido de Miguel Horta e Costa". Ou seja, enquanto vivia de forma obscura no submundo da corrupção no Brasil, Valério era tratado como o homem de Lula em Portugal, um embaixador (como diria Jefferson) para negócios "não-republicanos". O ex-ministro português procurou logo contornar a crise com um curioso jogo de lógica. Disse então se recordar das palavras exatas de Miguel Horta e Costa quando este lhe apresentou Marcos Valério. Apenas ficou com

CHANTAGEM
Convencer o
banco português
a salvar o
econômico,
de Calmon de
Sá (à esq.),
garantiria a
Valério um
silêncio de
200 milhões
de reais. VEJA
antecipou a
chantagem

a idéia de que ele era "uma pessoa importante no Brasil, com influência e cuja opinião importa". Informalmente, o antigo ministro admite que teve a impressão de tratar-se de um consultor ou representante do governo brasileiro ou do presidente Lula da Silva. Ou seja, Valério foi recebido como consultor de Lula. Só não se apresentou como tal. Sobre o que conversaram? "A conversa foi de circunstância, não houve nenhum tópico específico, muito menos algo que não tinha nada a ver com a minha função de ministro. Nunca o tinha visto, nem o voltei a ver", diz Mexia. O embaixador do Brasil em Portugal, Paes de Andrade, negou ter oferecido qualquer tipo de assistência

a Valério durante sua viagem a Lisboa. Pois é, ministro em Portugal recebe qualquer um para tratar de qualquer coisa — "Você heredita nisso?" — perguntava Jefferson. Ainda em outubro de 2004,

Marcos Valério também se encontrou em Lisboa com o então ministro da Justiça, Carlos

(*) Original ilegível fornecido pelo autor.

En 1994, a Comissão de Inquérito da Assembleia da República, presidida por António Costa Gomes, concluiu que a situação da saúde pública em Portugal não era satisfatória, tendo sido apontadas as seguintes causas:

o Brasil, o próprio Banco e o Hypercapitalismo autorpositivo? — De fato, o Banco Sarmiento Perón aglutinava em si o capitalismo e o socialismo. Mas não o Oligoantagonismo, que, em 1976, reduziu o tamanho de 3,5% do capital total do Brasil para 0,6% do Bradespaul, banco de 20 filiais, pagues do banco. Desde 2000, o braço brasileiro do Capital Sarmiento parou de crescer e hoje é o menor banco de investimentos do país. Apesar disso, se não tivesse

o fundo de fusões e aquisições. Logo depois, negociações de similar natureza foram feitas com o fundo de capital de risco português, o Banco BPI, e a Vizeva pelo Bradesco: 800 milhões de dólares e a aquisição da Teletel Centro-Oeste Celular pela Teletel, e Teletel Portugal Telecom, 1 bilhão de dólares. Outro ramo em que o grupo operou fortemente foi na aquisição de papéis da dívida privada brasileira no mercado internacional.

Emerson Palmeri, tesoureiro informal do PTB: diz ter ido a Portugal com Valério somente para "aliviar o stress".

de 1994, a Prefeitura Municipal de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Planejamento, criou o Conselho Municipal de Planejamento Urbano (CMPU), órgão responsável por avaliar e aprovar o Plano Diretor Municipal e o Plano Urbano Estratégico. São Paulo é a primeira cidade brasileira a ter o Conselho Municipal de Planejamento Urbano. A criação do Conselho Municipal de Planejamento Urbano de São Paulo foi aprovada pelo Conselho Municipal de Planejamento Urbano de São Paulo, em São Paulo, entre outros instrumentos.

Mass media, certamente a televisão, é o meio mais utilizado para a divulgação da cultura portuguesa no estrangeiro. Contudo, a televisão em Portugal não tem a mesma importância que a televisão em Espanha. Embora haja uma rede nacional de televisão, a RTP, esta não tem a mesma abrangência da rede de televisão espanhola, a TVE. A RTP tem uma programação diversificada, com programas de entretenimento, de cultura, de educação, de informação, de desporto, etc. Contudo, a televisão em Portugal não tem a mesma importância que a televisão em Espanha. Embora haja uma rede nacional de televisão, a RTP, esta não tem a mesma importância que a televisão em Espanha. Embora haja uma rede nacional de televisão, a RTP, esta não tem a mesma importância que a televisão em Espanha.

TEM DINHEIRO VOANDO POR AÍ

O publicitário Duda Mendonça, em nota divulgada na sexta-feira, negou que tivesse recebido 15 milhões de reais das contas de Marcos Valério por intermédio de sua sócia, Zilmar Fernandes, como havia afirmado a diretora financeira da SMPB, Simone Vasconcelos, à Polícia Federal. Em seu depoimento, Simone disse que o dinheiro era entregue a Zilmar pelo policial civil David Alves. Ouvido na quinta-feira pela CPI dos Correios, Alves desmentiu Simone. Disse que o dinheiro que sacava era entregue à própria diretora financeira da SMPB e a Cristiano Paz, sócio de Valério na empresa. Zilmar Fernandes, que trabalhou com Duda na campanha de Paulo Maluf em 1992, atuou também na que elegeu Lula. Era

responsável, entre outras coisas, pela "repaginação visual" do casal Lula e Marisa Leticia. Assim como Zilmar e Duda, diversos deputados que confirmaram ter sacado dinheiro das contas de Valério vêm reclamando que o empresário e sua diretora financeira têm atribuído a eles valores supe-

res aos que efetivamente receberam. Se for verdade, alguém está tentando empurrar dinheiro a mais no colo de alguns. Seria para poupar outros? Deputados como Sandro Mabel (líder do PL) e Pedro Henry (PP), por exemplo, acusados nominalmente por Roberto Jefferson de ser recebedores do mensalão, até agora não apareceram em lista nenhuma.

DE MALUFA TUCU
Zilmar, responsável por
"repaginar" o presidente e a
primeira-dama: 15 milhões no ar

(*) Original ilegível fornecido pelo autor.

REPRESENTANTE OFICIAL

Segundo o embaixador Paes de Andrade, Valério não recebeu nem pediu apoio dos diplomatas em Lisboa

controle da empresa no Brasil. Forneceria à companhia a última peça que falta no Sudeste para lhe dar cobertura nacional. A Vivo tentou obter licença junto à Anatel para operar uma nova empresa de telefonia móvel em Minas Gerais, mas o pedido foi negado. A única saída foi partir para a aquisição. Os dois caminhos para comprar a Telemig são a Previ, fundo de pensão do Banco do Brasil, e o Opportunity de Daniel Dantas. A Portugal Telecom optou por negociar com Dantas, e as conversas se estenderam de setembro de 2004 até o fim do ano. Chegou-se a fechar um acordo, mas na última hora ocorreu um problema decorrente da longa queda-de-braço de Dantas com seus sócios. O Citibank, já convencido pelos fundos de pensão a destituir o Opportunity da gestão de seus recursos, freou a operação. Dantas ainda tentou leiloar sua participação na Telemig no fim de março, mas acabou impedido pela Justiça de Nova York, cidade que sedia o Citibank. A Portugal Telecom admite ter fracassado em todas as frentes. E diz que seu interesse pela Telemig está reduzido devido à opção tecnológica da empresa (que escolheu a tecnologia GSM, que Daniel Dantas queria, em vez da CDMA, adotada pela Vivo). Em meio a essas dificuldades, as empresas decidiram abrir as portas ao embaixador Marcos Valério. ■

*Com a portagem de Lucila Soares e
Antonio Ribeiro, de Paris*



O ritmo da crise provocada pela exposição da mais espantosa e abrangente máquina de corrupção já montada no país é de tirar o fôlego. Muitas vezes, são tantos os desdobramentos que parecem ultrapassar a capacidade de acompanhá-los. Por isso, recapitular o desenrolar dos acontecimentos tem dois efeitos importantes.

Primeiro, reativar na memória fatos que, embora tão recentes — e vitais —, parecem superados pela constante avalanche de novas revelações.

Mentiras, desmentidas, acusações que se comprovam genuínas, renúncias e quantidades cada vez mais alucinantes de dinheiro formam uma massa crítica capaz de calcinar tudo o que passa em sua órbita. Segundo, lançar a luz límpida da realidade sobre os fins da roubalheira sistêmica: sustentar o PT em suas múltiplas necessidades, comprar aliados em massa, cobrir gastos de campanhas passadas e montar o caixa de eleições futuras. Tudo isso feito pelos mais importantes colaboradores do presidente — hoje conhecidos, resumidamente, como “a quadrilha”. O acompanhamento da evolução das declarações de Luiz Inácio Lula da Silva sobre a crise, desde o “olha para a minha cara para ver se estou preocupado”, do fim de maio, até o “eles vão ter que me engolir” da quarta-feira passada, mostra um político sem controle, sem capacidade de entender a crise nem de liderar sua gente num momento crítico, sem real compromisso com o país além do palavreiro vazio, sem apoios, sem noção, sem compostura. Sem, infelizmente, vergonha.

■ Marinho é afastado do cargo.

■ Caem o diretor de administração dos Correios, Antonio Osório Batista, e seu assessor imediato, Fernando Godoy.

■ Em entrevista ao programa *Roda Viva*, o ministro da Casa Civil, José Dirceu, nega ter conhecimento de qualquer esquema nos Correios e entoa um desmentido clássico: “Este é um governo que não rouba, não deixa roubar e combate a corrupção”.

■ Maurício Marinho diz que fez tudo sozinho e foi vítima de armação.

■ Os Correios cancelam licitação para a compra de 61 milhões de reais em medicamentos, processo comprometido citado explicitamente por Marinho num trecho da gravação.

■ O fato fundador de toda a crise vem à tona na reportagem de VEJA sobre o esquema de corrupção nos Correios. Num vídeo gravado secretamente, o chefe do departamento de contratação e administração de material dos Correios, **Maurício Marinho**, relata a roubalheira generalizada. “Se pode roubar de tudo nos Correios”, especifica, numa frase antológica. Marinho diz que atua em nome do PTB e do deputado Roberto Jefferson: “Ele me dá cobertura, fala comigo, não manda recado”. No fim da conversa, num gesto gravado na memória nacional, embolsa um maço de 3 000 reais, a título de adiantamento de propina.

23/MAI

■ Oposição pede a criação de uma CPI dos Correios.

24/MAI

■ VEJA reporta a pressão de Roberto Jefferson para obter mesada de 400 000 reais para o PTB em outra estatal, o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB). O pedido foi feito a Lício Duarte, então presidente do IRB, que posteriormente se demitiu.

24/MAI

■ Em depoimento à Polícia Federal, Maurício Marinho diz não ter ligações com Jefferson, nega a existência de um esquema de corrupção nos Correios e afirma de novo que foi vítima de "armação". Os 3 000 reais que embolsou eram pagamento de um "trabalho de consultoria". É indiciado por crime de corrupção passiva e fraude à licitação.

25/MAI

■ O governo tenta impedir a criação da CPI dos Correios liberando 12 milhões de reais em emendas para parlamentares da base aliada. A CPI é aprovada.

25/MAI

■ VEJA publica denúncia do senador Fernando Bezerra (PTB-RN) de esquema em andamento nos Correios para favorecer a Novadata — empresa de um amigo de Lula — em licitação milionária.

30/MAI

■ Técnicos da Controladoria-Geral da União (CGU) encontram "indícios de irregularidades generalizadas" em licitações dos Correios. Todos os contratos viram objeto de escrutínio — o resultado desse trabalho ainda não foi divulgado.

"OLHA PARA A MINHA CARA PARA VER SE ESTOU PREOCUPADO", O PRESIDENTE, A RESPEITO DA CRIAÇÃO DA CPI DOS CORREIOS, QUE O GOVERNO TENTAVA SABOTAR

33/MAI

■ Tropa de choque desfecha "operação abafa" para torpedear a CPI. Exponentes: os deputados petistas João Paulo Cunha e Paulo Rocha e José Janene, do PP, cujos nomes voltarão a aparecer em contexto mais comprometedor. Eles fracassam.

3/JUN

■ Lício Duarte, ex-presidente do Instituto de Resseguros do Brasil, depõe na Polícia Federal e qualifica de "fantasiosa" a reportagem de VEJA que dizia que o IRB arrecadava 400 000 reais por mês para o deputado Roberto Jefferson.

4/JUN

■ VEJA divulga fita com entrevista na qual Duarte conta detalhes sobre a arrecadação mensal ilícita feita a instâncias de Jefferson.

8/JUN

■ É o dia D do mensalão. Considerando que as denúncias que o envolvem são parte de uma conspiração para desestabilizá-lo, o deputado Roberto Jefferson dá a entrevista explosiva ao jornal *Folha de S. Paulo* na qual lança as acusações que crescerão como bola de neve. Fala pela primeira vez sobre a existência do suborno mensal de 30 000 reais feito a deputados da base aliada, em especial do PP e do PL. Nomeia seu principal operador: Delúbio Soares, tesoureiro do PT. Diz que relatou o fato ao presidente Lula e a ministros.

■ Por intermédio de terceiros, Lula confirma que de fato teve a reunião com Jefferson na qual o deputado falou sobre o mensalão.

■ Os líderes do PT, PP e PL negam

tudo. O petista José Genoíno: "O relacionamento do PT com outros partidos da base aliada se assenta em pressupostos políticos e programáticos"; Valdemar Costa Neto, do PL: tudo não passa "de invenção"; Pedro Corrêa, do PP: "Nunca soube" de deputados de seu partido recebendo o mensalão.

■ Citado por Maurício Marinho no vídeo da corrupção dos Correios como sendo um "homem-chave" do esquema de arrecadação de Jefferson, Roberto Salmeron deixa a presidência da Eletronorte.

7/JUN

■ Cai toda a diretoria dos Correios e do IRB.

"NÃO VAMOS ADOBERTAR NINGUÉM, SEJA LÁ QUEM ESTIVER ENVOLVIDO. CORTAREMOS NA PRÓPRIA CARNE, SE NECESSÁRIO", A DECLARAÇÃO MAIS POSITIVA DE LULA SOBRE A CRISE

8/JUN

■ No Conselho de Ética do Congresso, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, cava à própria e futura cova ao pedir a cassação do mandato de Roberto Jefferson, alegando que a denúncia do mensalão foi um ato de quebra de decoro parlamentar.

■ Marcos Vinícius Vasconcelos Ferreira, genro de Jefferson, pede demissão do cargo de assessor da Eletronuclear.

9/JUN

■ Instala-se a CPI dos Correios. O governo briga e leva os dois postos-chave: a presidência e a relatoria.

■ A Polícia Federal prende por alguns dias os quatro acusados de ter gravado o vídeo da corrupção dos Correios, feito por encomenda de um empresário contratado. Até hoje, foram os únicos presos de toda a crise.

22/JUN

Na segunda entrevista-bomba à *Folha de S. Paulo*, Roberto Jefferson amplia o ataque. O dinheiro do mensalão, termo já consagrado, vinha de estatais e empresas privadas e chegava a Brasília em malas. As negociações se davam numa sala ao lado do gabinete do ministro José Dirceu, onde ficava instalado o secretário-geral do PT, Silvio Pereira. Pela primeira vez, cita o nome do personagem que se tornara o símbolo da crise: o publicitário mineiro Marcos Valério, apontado como operador do mensalão. Informa ter negociado com o PT uma ajuda de campanha "por fora" de 20 milhões de reais em cinco parcelas, mas só recebeu a primeira, de 4 milhões.

■ Os acusados refutam todas as acusações de Jefferson. José Janene, líder do PP, diz que ele é "fofo, canalha e maníaco-depressivo"; José Dirceu, que "quer se transformar em vítima, mas é réu"; Genoíno nega que Marcos Valério seja operador de mensalão. Todos ameaçam processar o deputado.

23/JUN

■ A goiana Raquel Teixeira, deputada licenciada do PSDB, afirma que recebeu oferta em dinheiro para trocar de legenda, mas não conta de quem partiu a proposta.

12/08/05

■ Em histórica sessão do Conselho de Ética da Câmara, Jefferson faz picadinho dos adversários. Confirma todas as denúncias, assume que recebeu (e guardou) 4 milhões em caixa dois, reitera que José Dirceu era o comandante do esquema do mensalão. Como um anjo vingador de camisa lilás, profere: "Dirceu, se você não sair daí rápido, vai fazer réu um homem inocente, que é o presidente Lula". Cita nominalmente como beneficiários do suborno José Janene (PP), Valdemar Costa Neto (PL), Pedro Corrêa (PP), Sandro Mabel (PL), Bispo Rodrigues (PL) e Pedro Henry (PP). Todos negam.

■ Dirceu descarta demissão ou afastamento do cargo.

■ Silvana Japiassu, secretária particular de João Paulo Cunha (PT), diz ter ganho passagens aéreas e hospedagem de Marcos Valério e que este era visto com frequência no gabinete do deputado.

■ **Fernanda Karina Somaggio**, ex-secretária de Marcos Valério, diz em entrevista à revista *IstoÉ Dinheiro* que viu malas de dinheiro saírem das agências do publicitário e que seu patrão viajava para Brasília em jatinho do Banco Rural. O empresário mantinha contatos com José Dirceu, Delúbio e Silvio Pereira. A entrevista é maculada pela origem suspeita, mas as informações conferem com o perfil operacional de Marcos Valério que começa a se consolidar.

■ É pedida a instauração de mais uma CPI, a da Compra de Votos — popularmente, a do Mensalão.

14/08/05

■ Secretário-geral do PP, Benedito Domingos é o primeiro a confirmar o mensalão. A distribuição do dinheiro, diz, era feita no apartamento do deputado José Janene.

15/08/05

■ **Cai José Dirceu.**



20/08/05

■ Roberto Jefferson se licencia da presidência do PTB.

22/08/05

■ Maria Christina Mendes Caldeira, ex-mulher do deputado Valdemar Costa Neto, diz que ele agia em estreita sintonia com Delúbio Soares. Menciona uma contribuição ilegal do governo de Taiwan para a campanha de Lula.

23/08/05

"NINGUÉM NESTE PAÍS TEM MAIS AUTORIDADE MORAL E ÉTICA DO QUE EU PARA FAZER O QUE PRECISA SER FEITO NESTE PAÍS" INAUGURA A LONGA SÉRIE DE TAUTOLOGIAS E AUTO-ELOGIOS EM QUE EMBARCA O PRESIDENTE



24/08/05

■ Mais uma CPI: o Supremo Tribunal Federal determina ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB), que nomeie os senadores para compor a CPI dos Bingos, efetivamente ordenando sua instalação.

■ O TCU (Tribunal de Contas da União) aponta "sobrepreço" em dois contratos da empresa Skymaster Airline, sediada em Manaus, com os Correios. Mais uma denúncia de Jefferson ganha contornos de realidade.

■ Em depoimento ao Conselho de Ética, a deputada licenciada Raquel Teixeira diz que recebeu oferta de 30 000 reais mensais mais 1 milhão de luvas para trocar o PSDB pelo PL, feita pelo líder do partido na Câmara, Sandro Mabel. Ele nega tudo e diz que Raquel foi quem o procurou querendo mudar de partido.

25/08/05

■ Anunciada a saída de Aído Rebelo, ministro da Coordenação Política, vítima da reforma ministerial com que Lula pretende recompor o chão que lhe some sob os pés.

■ Em seu primeiro depoimento desde o início da crise, na Comissão da Câmara, José Dirceu nega todas as acusações feitas por Roberto Jefferson e diz que conhece Marcos Valério de passagem, tendo conversado com ele algumas vezes por telefone.

4/ JUL

■ Marcos Valério afirma em entrevista a VEJA ter feito saques de quantias vultosas em dinheiro para comprar gado: "Lido com gado. Há fazendeiros que simplesmente não aceitam cheque". José Dirceu? Esteve "quatro ou cinco vezes na ante-sala" do ex-ministro para discutir política com Sandra Cabral, assessora-chefe da Casa Civil. As sucessivas visitas à sede do PT em Brasília haviam sido para "tomar um cafezinho com meu amigo Delúbio. Discutíamos futilidades e um pouco de política".

30/ JUL

■ Roberto Jefferson relata à *Folha de S. Paulo* o desvio de 3 milhões de reais mensais da estatal Furnas Centrais Elétricas. Aponta como fonte o diretor de engenharia da estatal, Dimas Toledo. Divisão do butim: 1 milhão para o PT nacional, 1 milhão para o PT de Minas e o milhão restante era rachado entre a diretoria de Furnas e um pequeno grupo de deputados. ■ Caem Dimas Toledo e mais dois diretores de Furnas.

■ Em discurso em Goiás, Delúbio Soares chora e diz: "Imagem se o PT ia comprar voto de deputado, se ia carregar malas de dinheiro". Segundo ele, por trás de tudo está um movimento de direita que almeja o impeachment do presidente. "E vou dar nomes: a revista VEJA, o *Estadão* e a *Folha de S. Paulo*", acusa.

5/ JUL

■ Consta-se que os saques feitos por Marcos Valério no Banco Rural e no Banco do Brasil coincidem com o troca-troca partidário para PL, PTB, PT e PP, partidos da base aliada do governo. Segundo o Coaf, entre agosto e outubro de 2003 Valério sacou 6,4 milhões de reais.

(Imagens de documentos assinados por Marcos Valério e Delúbio Soares)

6/ JUL

■ Aparecem as assinaturas comprometedoras: VEJA revela que Marcos Valério foi avalista, junto com Delúbio e Genoíno, de um empréstimo ao PT de 2,4 milhões de reais no BMG, em Belo Horizonte, em 2003. Consultado, Genoíno nega.

■ À noite, Genoíno volta atrás e admite tudo — mas diz que assinou "sem ler".

8/ JUL

■ Reportagem da *Folha de S. Paulo* mostra que pelo menos cinco fundos de pensão ligados a estatais têm contratos com a Globalprev Consultores Associados, de dois ex-sócios do ministro da Comunicação e Ges-

tão Estratégica, Luiz Gushiken.

9/ JUL

■ Silvío Pereira pede afastamento do PT. É o início do massacre de julho, quando rolam cabeças sem parar.

6/ JUL

■ José Borge, que antes dizia conhecer Valério apenas em *passant*, renuncia à liderança

do PMDB na Câmara.
■ Delúbio Soares também rola.

6/ JUL

■ Marcos Valério define-se na CPI dos Correios como "um brasileiro normal". Os vultosos saques eram para "pagar a fornecedores". Mensalão? Desconhece. Tampouco foi favorecido em concorrências públicas. Admite: "amizade" com Delúbio Soares ("Ele é bicho do mato, como eu"), o aval ao empréstimo já comprovado de 2,4 milhões de reais para o PT e intermediação de contatos do partido com os bancos BMG, Rural e Opportunity.

"ESTÃO QUERENDO MEXER NA MINHA VIDA PRIVADA. ISSO É UMA BAIXARIA, UM GOLPE BAIXO, UM DESRESPEITO", LULA, SOBRE AS REPORTAGENS MOSTRANDO A EXTRAORDINÁRIA EVOLUÇÃO DE SEU FILHO FÁBIO, SÓCIO DE UMA PEQUENA EMPRESA DE GAMES NA QUAL A TELEMAR INVESTIU 5 MILHÕES DE REAIS

9/ JUL

■ Cai José Genoíno.
■ Cai Marcelo Sereno, secretário de Comunicação do PT e braço-direito de Dirceu.
■ José Adalberto, o homem-cueca, é demitido pelo deputado Guimarães

30/ JUL

■ Luiz Gushiken é rebaixado. A Secretaria de Comunicações perde o status de ministério.

26/ JUL

■ Relatório do Coaf mostra que o auxiliar Luiz Eduardo Ferreira da Silva, a serviço da Previ, sacou 326 660,67 reais da conta da DNA Propaganda, de Valério, numa agência do Banco Rural. Silva diz que nunca fez saque desse valor. No dia seguinte, diante de um grupo de auditores da Previ, lembrou-se de ter buscado um pacote para o então diretor de marketing do Banco do Brasil, Henrique Pizzolato, que comprou um apartamento

de 400 000 reais em Copacabana pouco mais de um mês depois da retrada.

■ Cai Pizzolato.

■ Em entrevista ao *Jornal Nacional*, Marcos Valério desfecha o que se tornaria conhecido como a Operação Paraguai: admitir vultosos empréstimos ao PT, a título de pagamento de despesas de campanha. O esquema de corrupção ficaria assim confinado ao campo dos deslizes eleitorais.

■ Apesar do descrédito generalizado, Delúbio Soares embarca na mesma operação: assume o caixa dois. Tudo iniciativa exclusivamente dele, jura.

■ Em desastrosa entrevista a uma jornalista brasileira na França, levada ao ar pelo *Fantástico*, Lula segue o mesmo tom: o PT não fez nada além do que "é feito sistematicamente" — financiar campanha com o caixa dois.

■ Silvio Pereira diz à CPI dos Correios que nunca ouviu falar em mensalão e não era próximo de Valério. Perguntado sobre um Land Rover de sua propriedade, afirma: "Tudo o que tenho está quitado, está no imposto de renda".

■ À noite, o *Jornal Nacional* mostra que o Land Rover Defender verde-escuro foi comprado pela empreiteira baiana GDK e registrado em nome de Pereira. A empreiteira tem contratos de 272 milhões de reais com a Petrobras.

■ Documentos obtidos pela CPI dos Correios relacionam quem sacava quanto e para quem nas agências do Banco Rural em Brasília e BH: pessoas ligadas ao ex-ministro dos Transportes Anderson Adauto,

■ O homem-cueca estreia na política nacional com grande estrépito. O cearense José Adalberto Vieira da Silva é preso pela Polícia Federal no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, com quase 450 000 reais em dinheiro vivo — 200 000 reais em uma mala e 100 000 dólares na cueca. Ele é assessor parlamentar de José Nobre Guimarães, deputado estadual e líder do PT na Assembleia Legislativa do Ceará e irmão do presidente nacional do PT, José Genoíno.

ao ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha (PT-SP), aos deputados Josias Gomes (PT-BA), Paulo Rocha (PT-PA), José Janene (PP-PR) e Bispo Rodrigues (PL-RJ). O ex-tesoureiro nacional do PL Jacinto Lamas sacou 200 000 reais. Adauto admite que recebeu uma "ajuda" do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares para saldar dívidas de campanha. Josias Gomes foi o único a comparecer, na agência de Brasília, para fazer duas retiradas de 50 000 entre agosto e setembro de 2003. A mulher de João Paulo Cunha, Márcia Milanésio Cunha, aparece com 50 000, e a assessora do líder do PT na Câmara, Anita Leocádia, sacou, no total, 320 000. Caem por terra desculpas como "consulta neurológica" (Rocha), "pagar conta da TV a cabo" (Cunha) e outras extravagâncias sobre as visitas suspeitas à agência do Rural.

■ Zilmar Fernandes da Silveira, sócia do publicitário Duda Mendonça, que fez a campanha presidencial de Lula, aparece como sacadora de 250 000 reais da conta da SMPB em abril de 2003. Em nota, ela informa

que a empresa CEP (Comunicação e Estratégia Política), da qual é sócia, recebeu 500 000 reais do PT como pagamento por serviços.

■ "Tinham me falado que não iria aparecer nada", diz João Paulo Cunha ao explicar por que mentiu, atribuindo a ida de sua mulher à agência do Rural a um pagamento de TV a cabo.

■ O vice-presidente da empreiteira baiana GDK, César Oliveira, admite que comprou o

Land Rover para Silvio Pereira, "de amigo para amigo".

■ Luiz Gushiken é rebaixado de novo: deixa a Secretaria de Comunicação; que é desmembrada, e se torna "assessor" de Lula.

■ Sai nova lista do valérioduto: saques chegam a 25 469 500 reais.

"NESTE PÍS PODE TER IGUAL, MAS NÃO TEM MULHER NEM HOMEM QUE TENHA CORAGEM DE ME DAR LIÇÃO DE MORAL E DE HONESTIDADE"

■ Silvio Pereira admite que levou o Land Rover na faixa e pede sua desfiliação do PT. E ainda ressalva: "Nada ofereci ou me foi pedido em troca".

■ Manobra de Marcos Valério é revelada em reportagem de VEJA: em contato com João Paulo Cunha no dia 9 de julho, ameaçou "estourar tudo". Em troca de colaboração, exigiu não ser preso e 200 milhões de reais em dinheiro legalizado. Cunha avisou Delúbio e Dirceu. Posteriormente, Valério concordou com a manobra de atribuir a dinheiro apenas a despesas de campanha.

■ O deputado Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG), relator da recém-criada CPI do Mensalão, aparece em reportagem da revista *Época* como beneficiário de dois depósitos, não contabilizados, como diria Delúbio, das empresas de Marcos Valério, no total de 150 000 reais. "Não há conflito algum. Estou apurando o mensalão, que pressupõe uma contribuição periódica para votar com o governo", diz o deputado.

■ Reportagem de *O Globo* revela que Marcos Valério tomou um empréstimo de 11,7 milhões de reais no Banco Rural em 1998 para financiar a campanha à reeleição do então governador mineiro Eduardo Azeredo, atual senador e presidente nacional do PSDB, e de aliados seus. O empréstimo não foi pago, o banco executou a dívida e em abril de 2003 aceitou receber 2 milhões de reais para liquidar o débito.

■ Depoimento da senhora Valério, **Renilda Maria Santiago de Souza**. Notavelmente desinformada sobre todo o conjunto da vida financeira do casal e das empresas das quais é sócia, lembra-se de um único fato relevante: José Dirceu "sabia dos empréstimos" e participou de reunião para discutir o problema com diretores dos bancos Rural e BMG no ano passado.

■ Delúbio Soares fala à Procuradoria-Geral da República: relata dois empréstimos no total de 5,4 milhões de reais contraídos pelo PT e avalizados por Marcos Valério que foram usados para custear despesas do partido na transição de governo e até as festividades de posse de Lula. O Planalto nega.

■ O presidente regional do PSDB de Minas Gerais, Narciso Rodrigues, admite a existência de um esquema "paralelo" de financiamento de campanha na eleição estadual de 1998, em que Eduardo Azeredo e aliados foram beneficiados. Diz que o comando do partido não participou do esquema.

■ O deputado Professor Luizinho (PT-SP) admite que José Nilton dos Santos — antes um "homônimo" —, listado num saque de 20 000 reais do valerióduto, é mesmo seu assessor. Aparecem outros três deputados envolvidos nos saques: Romêrio Ferreira de Queiroz (PTB-MG), João Magno (PL-MG) e Vandeval dos Santos (PL-SP).

■ João Cláudio Genu, assessor do PP, diz na PF que pegava dinheiro mandado por Valério ao Rural de Brasília, orientado pelos deputados José Janene e Pedro Corrêa. Levava-o em malas "tipo OC7" para a sala do partido no Congresso Nacional. Total confirmado dos saques: 850 000 reais.

■ O irmão do ex-tesoureiro do PL Jacinto Lamas, Antônio de Pádua Lamas, aparece como sacador de 350 000 reais em 7 de janeiro de 2004. Na época, era assessor da liderança do PL na Câmara.

■ VEJA revela que Roberto Marques, citado na lista de repasses das empresas de Marcos Valério como autorizado a sacar 50 000 reais, é amigo e colaborador de Dirceu. Chovem desmentidos.

■ O presidente do PL, Valdemar Costa Neto (SP), renuncia ao mandato de deputado depois de admitir que recebeu um dinheiro do PT ("Fui induzido ao erro"). Mas era só para pagar dívidas de campanha, ressalva, nada de mensalão.

Como não pode mais ser cassado, fica livre para disputar as próximas eleições.

■ Maria Ângela Saragoça, uma das ex-senhoras Dirceu, conseguiu via Valério e Rural: a) um emprego de meio período; b) um empréstimo para comprar um apartamento; c) vender seu antigo imóvel. Comprador: Rogério Tolentino, sócio de Valério. Exposta pelo jornal *Estado de Minas*, disse que se sentiu "usada por este senhor".

■ O total do dinheiro sacado pelos beneficiados por Valério, segundo lista entregue pela diretora financeira Simone Vasconcelos, atinge a marca dos 55 804 000 reais. Maior beneficiária, com 15 milhões: Zilmar Fernandes, sócia numa agência de Duda Mendonça, o publicitário de Lula.

■ O grande duelo Jefferson versus Dirceu parece modorrento até que vem a bomba. Segundo Jefferson, o ex-ministro articulou uma viagem a Lisboa de Valério e de Emerson Palmieri, ex-tesoureiro do PTB, para "negociar" com a Portugal Telecom. O objetivo era resolver reclamações financeiras do PTB (os assombrados 20 milhões prometidos e não pagos pelo PT). O dinheiro seria gerado pela transferência de 600 milhões de dólares do IRB (aquele que aparece lá no começo da crise) para o Banco Espírito Santo, acionista da Portugal Telecom. Jefferson também envolveu Lula pela primeira vez ao dizer que Dirceu intermediou uma visita do presidente da Portugal Telecom, Miguel Horta e Costa.

■ "Não é verdade, não é fato. Nunca tive relação com a Portugal Telecom. Trata-se de uma mentira" retorquiu Dirceu. Marcos Valério? "Esteve na Casa Civil acompanhando a direção do Banco Rural, umas duas vezes".



■ **E Valério** diz que foi a Portugal tratar de negócios envolvendo suas empresa. Palmieri, um "amigo" estava estressado e foi junto para repousar.

■ A lista de beneficiários das verbas repassadas por Marcos Valério inclui Márcio Lacerda, secretário executivo do Ministério da Integração Nacional, cujo titular é Ciro Gomes.

2/AGO

■ Lacerda diz que os 457 000 reais que recebeu pagaram dívidas da campanha de Lula à Presidência.



■ É exonerado.
■ O escritório de advocacia do ex-procurador-geral da República Aristides Junqueira esclarece: os 185 000 reais recebidos via Valério em 2003 pagaram honorários por serviços prestados no caso do assassinato do ex-prefeito de Santo André Celso Daniel. O contratante era o Diretório Regional do PT.

3/AGO

■ A agenda da Casa Civil, disponível no site, registra: no dia 11 de janeiro — treze dias antes da viagem a Portugal — José Dirceu recebeu Valério e Ricardo Espírito Santo, do banco homônimo.
■ Divulgada reportagem do jor-

nal *Expresso* na qual o ex-ministro português António Mexia diz que em 2004 se reuniu em Lisboa com Marcos Valério, que se apresentou como "consultor" do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.



■ Cai o presidente da Casa da Moeda, Manoel Severino dos Santos, um dia depois de seu nome ser sugado pelo lamaçal, com saques de 2,7 milhões de reais e pelo menos sete

encontros documentados com Valério.

■ O deputado José Nobre Guimarães, irmão de Genóio e ex-chefe do homem-cueca, admite ter passado no valerioduto. Montante: 250 000 reais. Motivo? Dívida de campanha, claro. E a história dos dólares escondidos naquele lugar? Nada a ver.

4/AGO

■ Jefferson volta atrás nas acusações contra Lula. "Não posso dizer se o presidente soube ou não do encontro do José Dirceu para tratar do esquema Portugal Telecom". Outra: "O Dirceu não teria condições de fazer tudo sozinho. Para mim, passa por José Dirceu e pelo Gushiken, tem inteligência do governo".

■ Na CPI dos Bingos (lembra-se?), diretores da multinacional GTech, que opera as loterias da Caixa Econômica Federal, reafirmam que sofreram tentativa de extorsão no valor de 6 milhões de reais no início do governo Lula. Acusados: Rogério Buratti e Waldomiro Diniz, ex-assessores dos ministros Antônio Palócci e José Dirceu, respectivamente.

5/AGO

■ "Alguns banqueiros dariam aval para Delúbio e Valério? Os bancos só deram aval porque sabiam que por trás tinha um conforto, uma garantia", diz Valério em entrevista a *O Estado de S. Paulo*, na qual confirmou por fim, o esquema do mensalão: "Além do Dir-



ceu, toda a cúpula do PT sabia." E

**"SE EU FOR, COM ÓDIO
OU SEM ÓDIO, ELES VÃO TER
QUE ME ENGOLIR OUTRA VEZ."**

LULA, LANÇANDO A
CANDIDATURA À REELEIÇÃO

mais virá: "Vou contar tudo o que sei, mas não de uma vez. Vou contar devagarinho e vou fazer um estrago, um barulhão".

O PRESIDENTE SUMIU

Afinal de contas, para que serve o presidente da República? Não há personalidade mais importante no país — e, no entanto, se confrontada com essa pergunta singela, talvez boa parte dos brasileiros se surpreendesse com as feições vagas, imprecisas, de suas respostas. Uma leitura do artigo 84 da Constituição é um bom começo para entender qual é a atribuição do presidente. Há ali uma quantidade de artigos que ultrapassa o número de estados da União: são 27 as prerrogativas presidenciais. Que outro cargo exige tantas responsabilidades? Compete ao supremo mandatário, para usar a expressão tão ao gosto dos magistrados, desde “nomear e exonerar os ministros de Estado” e “sanctionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução” até “decretar o estado de defesa e o estado de sítio” e, imagine só, “conferir condecorações e distinções honoríficas”. É um leque vasto, sem dúvida, mas, examinadas em conjunto, as 27 atribuições, ainda que desiguais em magnitude, confluem para uma só função: governar.

Essa é, então, a resposta: o presidente serve para governar. Uma tarefa que, no sistema político brasileiro, é tão mais complexa porque cabe ao presidente a maioria esmagadora das iniciativas legislativas. Governar, contudo, não tem sido a principal preocupação do presidente Lula, desde que estouraram os escândalos de corrupção que destruíram seu partido, exoneraram seus colaboradores íntimos e mergulharam a nação em estuor jamais experimentado. Enquanto, do alto dos palanques, Lula vociferava contra “as elites” e brame “que terão de engoli-lo” se vier a tentar a reeleição, aparentemente seu mais acalentado propósito, o governo vai entrando em paralisia. Como Lula não tomou medidas que diminuíssem as dúvidas que pairam sobre a honestidade de sua administração, as comissões parlamentares de inquérito se sucedem e se arrastam, galvanizando a atenção de deputados e senadores e contribuindo para impedir a tramitação e votação de projetos de reformas que são vitais para o país. Existem hoje 69 projetos de lei parados no Senado e outros 68 na Câmara. Cinco medidas provisórias travam as pautas de votação da Câmara e do Senado. Está ao alcance de Lula como presidente desamoviar esse cenário. Mas ele não sai dos palanques.

**Em Garanhuns:
embora visível
no palanque,
Lula, como
presidente,
não governa**

Sapos, desculpas e proxenetas

Roberto Pompeu de Toledo Ensaio

Do "vão ter que me engolir" à cafetina Jane: segundos capítulos da novela do mensalão

Em Zagallo já era feio. O então técnico da seleção tinha o rosto transtornado de fúria, a voz cheia de rancor, e encarava a câmera de TV com ganas de pit bull ferido, quando despejou sua famosa frase: "VOCÊS VÃO TER QUE ME ENGOLIR!". No presidente da República, fica muito pior. O "eles vão ter que me engolir" destinado pelo presidente Lula aos adversários na semana passada inscreve-se na galeria das grandes grosserias já disparadas pelos presidentes do Brasil. Lembra o "Me esqueçam" do general João Figueiredo quando, em sua última entrevista como presidente, o jornalista Alexandre Garcia lhe perguntou que palavras gostaria de endereçar naquele momento ao povo brasileiro. Com a ameaça de adentrar goela abaixo de uma parcela de brasileiros, o "Lulinha paz e amor" dava abrupta marcha a ré em direção aos tempos espinhudos do sapo barbudo.

O presidente Lula tem andado exaltado em seus pronunciamentos. Um dia diz que "ninguém tem mais moral e ética" do que ele, no outro que a "elite brasileira" não vai fazê-lo baixar a cabeça. Por duas vezes, bateu na tecla de que, se se deve investigar até o fim as denúncias que sacodem o país e punir os culpados, deve-se, também, absolver os inocentes e pedir-lhes desculpas. "Que pelo menos a imprensa brasileira divulgue e peça desculpas àqueles que foram acusados injustamente", disse, no mesmo discurso do "vão ter que me engolir". É nessa hora que eleva o tom de voz e embica num fraseado compassado, sinal para a claqué dos comícios de que é hora de aplaudir. Fica a impressão de que a pregação que veio antes, de punição aos culpados, foi, além de obrigatório tributo à obviedade, mero contraponto ao apelo à absolvição, o ponto que realmente interessa ao presidente. "Vamos inocentar!", isso, na verdade, é o que ele mais está querendo dizer.

Rica e criativa é a coleção de primeiras desculpas na atual série de escândalos — aquelas explicações que primeiro vêm à cabeça dos implicados, quando apanhados fazendo o que não se deve. A primeira justificativa do insuperável Marcos Valério para suas retiradas em dinheiro vivo é que era para comprar vacas. Quando surgiu o nome da assessora do deputado Paulo Rocha, então líder do PT na Câmara, entre os que freqüentavam o Banco Rural, ele disse que ela cos-

tumava ir a um médico no mesmo prédio. O deputado João Paulo, ex-presidente da Câmara, foi mais pitoresco. Disse que sua mulher foi ao Banco Rural para pagar uma mensalidade de TV a cabo. Revelou-se depois que a senhora João Paulo retirara 50 000 reais da dadivosa conta dos favorecidos do petismo. As TVs a cabo ainda não cobram tanto.

Na semana passada, Marcos Valério explicou que o tesoureiro do PTB, Emerson Palmieri, viajou com ele para Portugal "como amigo". Ele estava "estressado" e queria relaxar. A viagem foi realizada entre os dias 24 e 26 de janeiro deste ano. Três dias apenas, dos quais é preciso descontar as cerca de dez horas de ida e dez de volta no avião. Claro que a dupla viajou de primeira classe, mas, mesmo assim, vinte horas de avião são vinte horas de avião — um período de confinamento num ambiente pequeno e fechado, com sacrifício para as pernas e ronco permanente de motores nos ouvidos. O que sobrou de tempo certamente não foi suficiente para um passeio vagabundo pelo charmoso centro de Lisboa, ou para apreciar o pôr-do-sol à beira do Tejo, muito menos para uma escapada até as delícias serranas da vizinha Sintra. Pobre amigo Palmieri. Só pode ter voltado com os nervos à flor da pele.



"Noçsa!", reagiu alguém. Momento mais assustador do confronto de terça-feira foi quando o deputado Roberto Jefferson disse ao ex-ministro José Dirceu: "Vossa excelência provoca em mim os instintos mais primitivos". Que instintos seriam esses? O de bater, esganar? São os que ocorrem mais fácil. O de matar, talvez? Nossa! Mas há outros instintos primitivos. O de cheirar o outro, por exemplo, como os cães. O de morder. Ou... deve-se dizer?... vá lá: o instinto sexual. Não, afastemos esse pensamento espúrio, essa idéia grotesca de um entrevero sensual entre os dois titãs da novela do mensalão...

Mesmo porque a temporada já está por demais carregada dos selvagens e insidiosos eflúvios do sexo. Primeiro foi a secretária Fernanda Karina ameaçando tirar a roupa — e os mais maldosos enfatizariam nesse caso o sentido amedrontador do verbo "ameaçar". Depois, durante o interrogatório de Simone Vasconcelos, a diretora financeira das empresas de Marcos Valério, surgiu em cena a cafetina Jane Mary Corner, também conhecida como Jane Maria Esquina. "A senhora conhece uma cafetina de Brasília chamada Jane?", perguntou o senador Demostenes Torres. A depoente negou, indignada. É sempre assim. Pela lógica da atual conjuntura, a negação do primeiro momento segue-se invariavelmente a uma confirmação no dia seguinte. Naquele momento, o país assistia à aparição gloriosa da proxeneta do mensalão.

(*) Originais Ílegível Fornecida Pelo Autor.

O SR. ALMEIDA LIMA (PSDB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo escrito pelo ex-Presidente do STF, Maurício Corrêa, publicado no jornal **Correio Braziliense**, de 7 de agosto do corrente, com o título “Quando o palanque desabar”.

Como afirma o autor, mesmo com toda a crise que atinge o seu partido, “o presidente da República, distante do caldeirão que fuma das cúpulas do Congresso, circula de norte a sul do país a desfraldar a bandeira da reeleição, como se o país estivesse na

mais serena tranqüilidade ou se o momento permitisse tamanha ousadia e sofreguidão”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALMEIDA LIMA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Quando o palanque desabar

MAURÍCIO CORRÊA

Advogado

Estamos em agosto, mês marcado por traumáticos acontecimentos na história do Brasil. Situe-se apenas dois deles. O suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, e a renúncia de Jânio Quadros, em 1961. São inegavelmente dois episódios que deixaram profundas cicatrizes na acidentada caminhada da democracia brasileira. Desde a queda do Império em 1889 até um século e alguns anos de existência da República. Geraram muita angústia, consternação e boa mexida nos nervos do povo.

Ninguém sabe o que o destino nos reserva na tumultuada travessia dos dias de hoje após o advento dos escândalos que destruíram a ética do pedestal petista. É a síndrome da carência moral que tomou conta de boa parcela das sois-disant incorruptíveis figuras da república lulista, responsáveis pelas rachaduras nos alicerces institucionais do país. O que se pode dizer é que a massa em fermentação cresce a cada instante. Como não se tem bola de cristal, fica difícil supor qual será o desfecho pautado pelos fados. Bom não será. Muitas baixas já se verificaram. Quantas ainda virão?

Enquanto isso, o presidente da República, distante do caldeirão que fuma das cúpulas do Congresso, circula de norte a sul do país a desfraldar a bandeira da reeleição, como se o país estivesse na mais serena tranqüilidade ou se o momento permitisse tamanha ousadia e sofreguidão. Se a alguém fosse dado suspeitar da disposição rumo à reeleição, agora já não deve alimentar mais dúvida.

Que ele está em campanha, todos sabemos há muito tempo. Mantinha, no fundo, *ainda, certa discrição, o que era saudável*. Agora é ele mesmo que proclama sua ambição aos quatro ventos, num patético discurso que *pode se traduzir como um repto em que procura indispor o que chama de elites brasileiras — classes A e B — contra as de menor poder aquisitivo, estratificadas nas faixas C, D e E. São as elites e a imprensa, segundo prega, que querem sua derrocada*. No desespero, tenta explicar o que padece pelo que está realizando no país. Por isso, pede o apoio dos segmentos mais carentes, *com os quais pretende a renovação do mandato*. Referindo-se aos que o criticam e, particularmente, à oposição, sentença: “Eles vão ter que me engolir”. Como se vê, a constante convivência com o chavismo, de que se tornou adepto, acabou impregnando-o com o estilo, o comportamento, as aspirações, os modos e, obviamente, os projetos do populista caudilho venezuelano. É a contaminação do subdesenvol-

vimento mental e político.

Essa mesma cantilena tem orientado seus pronunciamentos a partir do momento em que o teto começou a despencar sobre sua cabeça. *Não vejo algo tão estapafúrdio. Obstuso. Estranho. Anômalo. Um presidente é de todos os brasileiros. Não de parte deles. Por certo, na medida em que toda a nação tomar conhecimento do que ocorre na intimidade do poder, aí sim, quem sabe, a linguagem da discriminação se esvaia pela correnteza abaixo*.

A hora não é de retóricas pitorescas. Mas de sincera e honesta explicação à sociedade acerca do real estado em que a nação se encontra. Tudo provocado por uma crise que tem como causa e epicentro um chefe fraco, indeciso, presunçoso, despreparado e, por isso, responsável pelo quadro de depressão moral a que se meteu porção substancial de seus comandados.

A responsabilidade de presidente da República impõe um dever maior neste momento. É preciso falar direto à nação com a franqueza de quem deseja repor as coisas nos seus devidos lugares. Não sofismar como procura fazer nesse périplo de propaganda pessoal, inútil, desnecessária, improdutiva, intempestiva, que não constrói, desfilando um rosário de mágoas e imprecações contra os adversários.

Anote-se. No PT, a *armação satânica* que pretendia dominar o país, pouco importando se por meio de assalto aos cofres do povo. No governo, o *acumpliamento de altos servidores, todos colados ao presidente, firmes nos objetivos de controle político do país*. Ao lado, o *conluio da Telemar com o filho, que de uma hora para outra se vê guiado ao topo da elite que ora critica*.

Quinze milhões e tanto de reais saem do preposto petista, Marcos Valério, para pagar despesas da empresa de publicidade encarregada da campanha eleitoral de 2002; o presidente é advertido pelo menos cinco vezes sobre a compra de votos de parlamentares e nenhuma providência toma; paga dívida contraída na tesouraria do partido e ninguém sabe de que fonte vêm os recursos; por fim, Marcos Valério viaja para Portugal a fim de tratar de negócios com a Portugal Telecom, com propostas criminosas, tudo sob os auspícios do governo brasileiro.

Fora o que ainda não se sabe, já não basta? Que se dane o incêndio nas abóbadas do Congresso. Que se dane se chegar ao Planalto. O negócio é falar e falar até que a nação fique surda e o palanque desabar.

O SR. LUIZ SOARES (S/Partido – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Lula e os picaretas do PT”, de autoria do colunista Fernando de Barros e Silva, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 8 de agosto do corrente ano.

O mais incrível é que no meio de toda essa crise ninguém sabe de nada no PT. O Presidente da República nem mesmo explica o dinheiro que pegou emprestado do partido, o Delúbio Soares conseguiu sair de cena sem ser punido e o ex-Ministro da Casa Civil, José Dirceu, finge que não tem nada haver com isso. Existe um

complô tão grande na cúpula do PT que a saudação petista está soando como código da máfia.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LUIZ SOARES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FERNANDO DE BARROS E SILVA

Lula e os picaretas do PT

SÃO PAULO - Não é só na boca do caixa que o PT se degrada. Sob nova direção, o partido aprovou em reunião neste fim de semana um documento camarada nas autocríticas, mas enfático quando aponta “estratégias oportunistas da direita” para “abreviar o mandato popular, legal e legítimo, do presidente Lula”.

Ao mesmo tempo, o PT aceitou os termos da carta em que Delúbio Soares pede afastamento por tempo indeterminado da legenda, não sem antes deixar de mencionar seu “compromisso com o povo brasileiro” e concluir com “saudações petistas”. A resolução do PT e a carta de Delúbio são uma impostura e um escárnio.

De um lado, o aparato petista premia o ex-tesoureiro, retirando-o de cena sem puni-lo; de outro, faz coro à tese do golpismo, reavivada dias antes pelo próprio presidente, como se ele fosse vítima, quando na verdade está sendo poupado pela benevolência cínica e pelo cálculo do establishment — e o PT sabe disso.

Homem de Lula, Tarso Genro atua pela blindagem e faz o jogo do conchavo interno, mas posa de novo

guardião da ética, camuflando sua real missão por meio da fala empolada de bacharel. O partido segue poder, refém da chantagem dos que sabem os segredos do “mensalão”.

O fato é que Lula e os picaretas do PT não têm mais o que dizer ao país. O presidente não se dá nem ao menos o trabalho de explicar o dinheiro que emprestou do partido. Se desconhece quem saldou a dívida, Delúbio deve saber. Inclusive porque o crupiã do PT — aquele que pagava e recolhia as apostas —, antes de ser da “turma do Zé”, pertence, desde a sua origem no partido, à “turma do Lula”.

A famosa foto de novembro de 2003, com Delúbio flagrado de cócoras atrás da mesa, segurando a cigarilha que o presidente fumava às escondidas, ilustra tanto a proximidade como o tipo de relação que entre eles se estabeleceu. Também nesta imagem premonitória ela exercia as funções do leva-e-traz — o empregado de luxo, aquele cuja ascensão pessoal e na hierarquia do esquema está ligada à fidelidade cega que dedicou ao chefe. Hoje suas “saudações petistas” soam como código da máfia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Agora, Jaques?”, de autoria do Deputado Federal e Líder do PSDB na Câmara dos Deputados, Alberto Goldman, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, de 3 de agosto de 2005.

O Líder do PSDB cita artigo escrito pelo atual Ministro da Articulação Política, Jaques Wagner, para afirmar que “o novo ministro é incapaz de fazer a análise crítica da gestão Lula. Essa seria a condição prévia para um verdadeiro diálogo”. Para o autor, o único diálogo possível é a garantia da legalidade democrática, é o funcionamento das instituições que emergem da Constituição.

Afirma, ainda, que “O governo já perdeu a sua legitimidade e o presidente está perdendo a dele gradualmente. Lula ainda se sustenta no mito do homem simples, trabalhador metalúrgico, indignado com as injustiças que não sabe como combater. É muito pouco para que um governo possa subsistir, ainda que seja por pouco mais de um ano”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Como segundo assunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero dizer que estive ontem no Superior Tribunal do Trabalho para receber a medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, no grau de Grande Oficial.

Estendo ao Amazonas a homenagem que me outorgou o Presidente do TSE, Ministro Vantuil Abdala.

Nesta Casa, que representa os Estados, venho pautando minha atuação na defesa da Amazônia, simultaneamente com as atividades de Líder do PSDB. Por isso, em entendo que a honraria cabe muito mais ao meu Estado do que pessoalmente a mim.

Ademais, Trabalho e Amazonas são palavras de grande semelhança. Não é por outra circunstância que o meu Estado é hoje o de maior desenvolvimento industrial do Brasil.

Desde que se implantou no Amazonas o Pólo Industrial de Manaus, a região vem-se desenvolvendo em níveis superiores aos da média nacional.

No último trimestre, o percentual de crescimento da indústria no Amazonas passou de 13,2% para 20,2%, conforme dados do IBGE que registrei aqui na sessão de ontem. A média nacional é de 5%.

Durante a solenidade de ontem, renovei o prazer de dialogar com o Presidente do Tribunal Superior do

Trabalho, o ilustre Mineiro Vantuil Abdala. Ele dirige nossa maior corte trabalhista desde abril do ano passado, depois de exercer as funções de Corregedor-Geral do Trabalho e de Vice-Presidente do tribunal.

Acompanho o trabalho que Sua Excelência desenvolve para a modernização do importante tribunal e tenho informações de que, graças a esse esforço, as decisões ali tomadas ganharam maior agilidade.

Ao mesmo tempo em que, em nome dos amazonenses, agradeço a distinção com que fui agraciado, transmito aqui meus cumprimentos pelo desempenho do Ministro Vantuil à frente daquela Corte judiciária.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Agora, Jaques?

ALBERTO GOLDMAN

O MINISTRO Jaques Wagner, no exercício de suas novas funções de articulador político do governo Lula, pretendeu iniciar um debate por meio de artigo publicado por esta Folha no último dia 31 de julho, intitulado "Diálogo a favor do Brasil", e repercutido ontem pelo deputado Michel Temer, presidente nacional do PMDB, com um sugestivo "Obviedades".

O ministro condena o Congresso e o próprio governo a não aceitar a passividade e a paralisia e a caminhar para "debater e votar aquilo de que o Brasil necessita", para que siga o "caminho do desenvolvimento, realizando os investimentos necessários ao aumento da produção e do emprego, à melhoria da infraestrutura e ao grande objetivo da equidade social".

Como destaca Temer, ainda que importantes, são obviedades históricas e atuais, propostas das quais ninguém em sã consciência, diverge. Ou melhor diríamos, seriam obviedades se a prática do governo Lula correspondesse ao discurso.

Wagner escreve como se os primeiros dois anos e meio do seu governo não tivessem existido. Como se as comissões de inquérito, que neste momento passam o país a limpo, não tivessem se instalado após uma longa e árdua luta das oposições.

A CPMI dos Correios ultrapassou muitas barreiras impostas pelo presidente Lula e seus articuladores — a recusa inicial das assinaturas e o esforço para cancelá-las (mais de 70 foram retidas) —, sem que, ainda assim, o objetivo de inviabilizá-la e a tentativa de barrá-la na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara tivessem sucesso. A CPI para tratar do caso Waldomiro Diniz (CPI dos Binges) só pode ser instalada após decisão do Supremo Tribunal Federal, que obrigou o presidente do Senado a constituir-las.

E o presidente Lula vai aos meios de comunicação dizer que sempre foi a favor das CPIs. Com pouco mais de um mês de funcionamento, as investigações já mostram o imenso mar de lama em que o governo Lula se envolveu.

O novo ministro é incapaz de fazer uma análise crítica da administração Lula. É essa seria a condição prévia para um verdadeiro diálogo, para o qual nunca faltou disposição do PSDB quando a pauta era de interesse nacional.

Afinal, o crescimento do país, em um momento internacional altamente favorável, apresenta índices medíocres, abaixo dos de outros países emergentes e dos da África. Ostentamos os maiores

juros reais de todo o mundo, várias vezes mais altos que a média das economias similares à nossa, inibindo investimentos e consumo. O rendimento médio das pessoas ocupadas diminuiu. A concentração de renda aumentou. As instituições financeiras apresentam, seguidamente, recordes de lucros nos seus balanços. A reforma agrária não avança. A percepção das pessoas é a de que a situação da saúde piorou. A infraestrutura do país está em estado cada vez mais calamitoso. Enfim, a administração pública não funciona, ou funciona a serviço dos poderosos, ao contrário do que Lula pretende fazer crer em seus seguidos e vazios discursos.

Ele não reconhece que o assalto ao poder pelo seu partido, o modo petista de governar com seus aliados desqualificados e o aparelhamento sem precedentes dos cargos públicos — sem projeto de governo e sem qualquer utopia de sociedade, apenas o poder pelo poder — são a origem de todos os males.

Ou ainda, antes disso, que a própria natureza do partido, que na oposição prometia o que não poderia ser realizado e no governo promoveu o maior es-

telionato eleitoral da história, levou-o a considerar aceitável que se pagasse o altíssimo preço — a desagregação ética e política — que toda a sociedade está pagando, personificado no "mensalão".

O governo já perdeu a sua legitimidade e o presidente está perdendo a dele gradualmente. Lula ainda se sustenta no mito do homem simples, trabalhador metalúrgico, indignado com as injustiças que não sabe como combater. É muito pouco para que um governo possa subsistir, ainda que seja por pouco mais de um ano.

Qual é, então, o diálogo possível? A nosso ver, é a garantia da legalidade democrática, é o funcionamento das instituições que emergem da Constituição. São as investigações e as suas consequências produzindo resultados concretos. Como escreve Michel Temer, "ninguém está acima da lei". Ou, como diz o próprio presidente da República, "doa a quem doer", inclusive a ele, completamos. E o Congresso livre daqueles que não sabem honrar o voto popular discutindo e rotando as matérias que se entendam prioritárias e de interesse do país.

Chegamos a um ponto que não antevíamos que nunca imaginamos ser possível atingir. Agora, temos de ir até o fim. Pelo menos para criarmos, para o futuro, sob o ponto de vista ético e legal, as condições para o renascimento da vida política em nosso país.

Alberto Goldman, 67, engenheiro, deputado federal, é o líder do PSDB na Câmara dos Deputados. Foi secretário de Governo do Estado de São Paulo (governo Quéric) e ministro dos Transportes (governo Faramaz Franco).

O novo ministro é incapaz de fazer a análise crítica da gestão Lula. Essa seria a condição prévia para um verdadeiro diálogo

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a contribuição do Presidente Lula para a inoperância do atual Governo é cada vez mais gritante. O Presidente da República não toma a iniciativa de governar. A decisão de continuar viajando para “inaugurar obras” não só inaugura a campanha da reeleição – um ano antes do permitido em lei, mas também reforça a tese de que o Presidente não gosta de governar.

É nesse contexto que cito o artigo “Momento da colheita”, publicado na seção Notas & Informações do jornal **O Estado de S. Paulo**, do último dia 10 de agosto do corrente. Nele, pode-se ler que “ruim é o ab-

senteísmo do mais alto cargo da República de quem resolve se entregar de vez a uma deslumbrada **ego trip**, em sentido literal”.

Para concluir, Sr. Presidente, requiero que o artigo acima citado seja inserido nos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Momento da colheita

Mesmo que não houvesse uma solitária gota de verdade na enxurrada de declarações do deputado Roberto Jefferson, desde a primeira bombástica entrevista em que apresentou os brasileiros ao superlativo mensalão, não se poderia desqualificar como contrário aos fatos conhecidos o que ele disse segunda-feira em São Paulo a uma platéia de empresários: Lula “não gosta de trabalhar e delegou o governo ao José Dirceu. Infelizmente, o negócio dele é passear de avião”. E, mais ainda, falar – podia ter acrescentado. A verbomania do presidente e a sua atração pelos palanques são definitivamente insopitáveis.

A partir do momento que ele e o seu partido deixaram para trás “a fase em que havia dúvidas sobre a natureza das denúncias”, conforme a delicada versão que consta do mais recente documento do diretório nacional do PT, não faltou quem sugerisse a Lula, em tom de conselho, que o melhor que ele tinha a fazer para contrabalançar os estragos da crise era mergulhar nos afazeres do governo, enquanto os órgãos competentes

do Executivo e do Legislativo davam curso às investigações sobre as maracutaia na administração federal, o suborno de deputados e o pagamento ilícito de gastos de campanha.

Embora soubessem que o presidente não nasceu para isso, os mais empenhados em impedir o agravamento da situação, pelo efeito cumulativo dos escândalos, torciam para que o caráter explosivo das evidências incriminadoras produzisse o milagre de fazer o chefe do governo contrariar a sua natureza – e governar.

Antes tivessem se calado. Pois, desdenhando dos bons conselhos, ele não só passou a frequentar ainda menos o gabinete presidencial, como escalou nas diatribes, contra os que supostamente estariam agindo para destruí-lo, culminando no deplorável “com ódio ou sem ódio, vão ter que me engolir outra vez”, de Garanhuns.

Recebeu, em troca, o protesto do habitualmente comedido senador tucano Tasso Jereissati: “Chega, presidente, de fingir que não tem nada com isso.” Enquanto isso, o

PFL representou contra ele na Justiça Eleitoral por usar as facilidades próprias de sua condição para fazer campanha eleitoral pelo País afora.

Mas, fazendo jus ao “autismo” de que o acusou, dias atrás, o prefeito paulistano José Serra, Lula dobrou a aposta, anunciando anteontem no seu programa quinzenal de rádio que irá viajar ainda mais, “mesmo que isso provoque um certo nervosismo nos adversários”.

O nervosismo é real, mas não pelo motivo que deixou subentendido – os presumíveis ganhos eleitorais de suas peregrinações. O que preocupa é a perversa conjunção entre um governo praticamente parado e a inexistência de sinais de que as denúncias já atingiram o pico e do-
ravante tendem a se aquietar.

A contribuição do presidente para a inoperância do Executivo tem um toque patético. Como quem inverte o expediente do Congresso, que costuma funcionar de segunda (ou terça) a quinta, convocou a primeira reunião do seu novo Ministério para sexta e sábado desta semana.

Nos outros dias, continuará como anunciou, inaugurando “todas as obras que começamos: estrada, ponte, viaduto, hidrelétrica, linha de transmissão, fábricas novas”. (Na semana passada, inaugurou no Piauí um trecho de estrada velho de um ano.) O inaugurador ainda se espanta com a reação dos críticos: “Ora, meu Deus do céu, agora que estou viajando para inaugurar as coisas eles acham ruim?” Ora, ruim é o absenteísmo do mais alto cargo da República de quem resolveu se entregar de vez a uma deslumbrada **ego trip**, em sentido literal.

Ruim também é tentar passar aos brasileiros a idéia de que, se quisesse aproveitar plenamente o que chamou “este momento da colheita”, o dia de 24 horas seria pequeno para tantas celebrações. Afinal, o que mais semeou, nestes tempos de crise, foram ventos. Na realidade, só mesmo inaugurando ponte para fazer crer que o seu governo é recordista de produtividade. Mas é óbvio que se trata de um cenário feito da mesma cartolina da “verdadeira revolução” que estaria acontecendo no Brasil, segundo disse segunda-feira em Belo Horizonte, graças ao Fome Zero.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro de quatro artigos publicados no caderno “Mais!”, do jornal **Folha de S. Paulo**, em sua edição do último dia 7 de agosto do corrente.

Os referidos artigos tratam da trajetória histórica do Partido dos Trabalhadores e da conduta recente da Direção Nacional do partido. Os artigos deixam claro que o PT não tinha um projeto para o Brasil; havia, quase que exclusivamente, um projeto de poder.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que os artigos abaixo relacionados sejam considerados como parte integrante deste pronunciamento.

Como segundo assunto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quero dizer que crises, como se costuma dizer, muitas vezes geram grandes oportunidades. Estamos, hoje, no meio de uma crise grave e profunda, que afeta o Parlamento em seu coração mesmo. Temos de trabalhar, como espera a sociedade brasileira, para superá-la, investigando o que deve ser investigado, esclarecendo o que deve ser esclarecido e punindo quem deve ser punido. Mas cometeremos um erro se ignorarmos as oportunidades que a crise atual pode estar nos oferecendo.

Mais uma vez, Sr. Presidente, é de corrupção que se trata. Mais uma vez, o que vemos são pessoas ou grupos se apropriando indevidamente do que é público para seu ganho ou para seus fins privados. Mais uma vez, o que vemos são indivíduos abusando de sua autoridade para alcançar vantagens pessoais ou para fazer avançar seus fins escusos.

Tudo isso causa desgosto, melancolia, desesperança. Até quando, Sras. e Srs. Senadores, teremos de suportar esses acessos, essas crises convulsivas, esses espasmos que, vira e mexe, afetam a vida política brasileira?

Sou um otimista, Sr. Presidente. Não compartilho a crença fatalista que joga a culpa por essa recorrência da corrupção entre nós seja na própria natureza humana, seja em algum traço de nossa cultura. É bem verdade que não somos anjos. Todos podemos cometer erros e cair em tentações. É bem verdade também que nossa cultura, muitas vezes, favorece uma indistinção entre os limites do público e do privado. Mas nada disso nos constrange com a força da necessidade. Não estamos fatalmente condenados à corrupção. Não temos de aceitá-la como um fato, lamentável, mas inevitável, de nossa sociedade e de nossa vida política.

Sem dúvida que há, como muitos afirmam, um elemento institucional que explica o surgimento regular

desses surtos de corrupção, que tanto mal causam aos políticos, à política em geral e, por extensão, à própria democracia. Nem tudo se explica pela desonestidade, pela má intenção e pela falta de caráter de alguns indivíduos. Nem tudo se explica, tampouco, por apelo a generalizações sobre nossa cultura. Se crises como a que vivemos são possíveis, é porque as próprias regras do jogo devem ter problemas.

Ora, instituições são coisas que criamos e que podemos, portanto, desfazer, refazer, reformar e aprimorar. E se de fato é assim, Sr. Presidente, então nós legisladores temos uma responsabilidade especial, já que é a nós, mais do que a ninguém, que cabe o papel principal de criadores de instituições.

É aí que devemos enxergar a oportunidade na crise atual. Creio que a melhor resposta que podemos dar, neste momento, à sociedade brasileira, além da investigação e do esclarecimento de todos os fatos, passa por uma ampla reforma política.

Temos tido oportunidades ímpares, nas últimas semanas, de refletir sobre nossas instituições políticas, desde as mais formais, como o sistema partidário, o sistema eleitoral e o financiamento das campanhas políticas, até as informais, como as práticas de distribuição de cargos na administração pública. Cabe-nos, agora, traduzir essas reflexões em aprimoramentos institucionais, de modo que, no futuro, não precisemos sofrer novamente com mais um acesso dessa verdadeira febre terçã, que é a corrupção.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, para tirarmos algum proveito desta terrível crise, que levou a níveis inéditos o ceticismo da sociedade brasileira com relação aos políticos e à política em geral, é imperativo que encaremos seriamente a tarefa da reforma das instituições políticas. Se não formos capazes de tirar lições que aprimorem nossas regras, é só uma questão de tempo até que a próxima crise estoure, abalando mais uma vez a fé na política. E, como bem diz a sabedoria popular, “água mole em pedra dura, tanto bate até que fura”.

Por isso, defendo que este é o momento para fazermos avançar uma ampla reforma política. Tenho certeza de que este Congresso Nacional está à altura da tarefa e não decepcionará a sociedade que tem o orgulho de representar.

Era o que eu tinha dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S. PAULO

**INTELECTUAIS QUE PARTICIPARAM DA CONSTRUÇÃO
DO PARTIDO AVALIAM SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICA;
PARA CÉSAR BENJAMIN, O GRUPO DO
PRESIDENTE MONTOU UM ESQUEMA CENTRALIZADOR,
'BASEADO NO CRIME', AINDA NA DÉCADA DE 90;
PAUL SINGER DEFENDE QUE A SIGLA É DEMOCRÁTICA E
DEVE SER CAPAZ DE REAVIVAR O DEBATE
INTERNO E CORRIGIR SEUS RUMOS**

**ERA UMA
VEZ UM**

**P
T**

O MITO DO PARAÍSO PERDIDO

CÉSAR BENJAMIN
ESPECIAL PARA A FOLHA

"Até mesmo a fraude, para que seja eficaz, tem de trabalhar com a esperança, perversamente estimulada. (...) A esperança fraudulenta é uma das maiores malfeturas da humanidade."
Ernst Bloch, em "O Princípio da Esperança".

Com o descabro do governo Lula, multiplicam-se as pessoas que relembram, saudosas, o velho PT e pregam um retorno ao partido que supostamente existia antes de chegar ao poder. Mais uma vez reaparece a idéia, tão recorrente, de que houve um estado original, mais ou menos puro, que deve ser recuperado. Em outros contextos, quem ainda não ouviu histórias sobre a existência de um homem original, uma sociedade original, uma língua original? Procura-se agora um partido original. São conceitos que pertencem ao universo do pensamento mítico. Na vida real, não há começos absolutos, descontaminados de decadências posteriores. Não há pontos de partida e de chegada. Há processos. Os trabalhos etnológicos de Bronislaw Malinowski [antropólogo inglês nascido na Polónia, 1884-1942] foram decisivos para estabelecer isso.

O caso do PT, por ser tão recente, é ainda mais claro. Os malfetos que têm vindo à luz não começaram agora nem decorrem de um equívoco individual. Representam apenas a transferência, para a esfera do governo federal, de práticas iniciadas, com certeza, nos primeiros anos da década de 1990, talvez antes, e nunca descontinuadas. As impressões digitais do mesmo grupo apareceram na gestão do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), na organização das finanças da campanha presidencial de 1994, na gestão de algumas prefeituras, como a de Santo André, na busca de controle de fundos de pensão, para citar apenas as situações mais notórias.

Sobre tudo isso, há anos, correm histórias escabrosas, pois um esquema tão amplo e tão longo nunca permanece completamente invisível. Ao aceitar conviver com isso, ao mesmo tempo mantendo a bandeira da ética para consumo externo, o PT ficou exposto à ação corrosiva da hipocrisia, que o destruiu.

Duendes

Lula sempre compartilhou da intimidade do grupo e foi o principal beneficiário de suas ações. Garante, porém, que "nada sabia. Respeito quem acredita nisso", assim como respeito quem acredita em duendes.

Seja como for, pelo número de conexões já descobertas e de instituições envolvidas, estatais e privadas, parece claro que estava em curso, em seu governo, a montagem de uma rede de corrupção poucas vezes igualada.

Uma rede sistêmica, planejada, coletivamente organizada. Dos Correios à Petrobras, das empreiteiras com créditos a receber às verbas de publicidade, do Banco do Brasil aos fundos de pensão, nada estava, em princípio, fora de seu raio de ação. Um esquema desse tipo sempre precisa de forte apoio em altos escalões de governo, que ordenam os pagamentos e fazem as nomeações. Sílvia Pereira, Delúcio Soares, Waldomiro Diniz e outros "operadores" nunca tiveram cargos que lhes permitissem agir sozinhos de forma eficaz.

Novos passos estavam por vir. Depois da reforma sindical, já anunciada, o grupo poderia dar o grande salto, com a transformação das centrais sindicais em entidades muito mais centralizadoras, financeiramente poderosas, aptas a gerenciar bancos, planos de saúde privados e fundos de pensão. O grupo deixaria para trás a fase de "acumulação primitiva", baseada no crime, e se estabeleceria dentro da lei, por meio, principalmente, do sindicalismo e dos negócios. O trânsito em direção a uma atividade empresarial regular, muito rentável, é o sonho de toda máfia. O predomínio desse projeto ajuda a explicar por que foi abandonada tão fácil e completamente qualquer velocidade de fazer um governo republicano e transformador. Os objetivos, há muito tempo, eram outros.

Estariós diante de um fenômeno novo em nossa história. Ele tem várias dimensões. Uma delas é a introdução, na esquerda brasileira, em larga escala, daquilo que Marx chamava, em outro contexto, o "poder dissolvente do dinheiro". As sociedades antigas, baseadas na tradição, na hierarquia e na religião, desconfiavam de banqueiros e de grandes comerciantes e não raro os tipificavam, porque percebiam que o fortalecimento da esfera do dinheiro desagregaria tudo o mais. Foi o que finalmente aconteceu no mundo moderno, para o bem e para o mal, com a completa mercantilização da vida social. Processo semelhante ocorreu na esquerda brasileira nos 15 últimos anos.

A hegemonia obtida pela Articulação, no PT e na CUT, não pode ser desassociada do uso sistemático dessa nova e poderosa arma, até então desconhecida entre nós, a arma do dinheiro. Ela acabou destruindo sonhos coletivos. Tornou desnecessária a batalha de idéias. Transformou a militância em um estorvo, diante da docilidade dos cabos elei-

Lula sempre compartilhou da intimidade do grupo e foi o principal beneficiário de suas ações.

torais remunerados. E terminou por engolir os seus próprios executores. Seus projetos de origem, que continham alguma política, também foram dissolvidos pelo mesmo poder.

A rede de complicitades que o grupo reuniu em torno de si, com variados graus de engajamento e responsabilidade, contaminava tão profundamente o PT que uma reforma séria do partido tornou-se inviável. Cumpriu-se minha profecia, feita da tribuna, cara a cara com os 600 delegados no encontro nacional de 1995, o último do qual participei: ao aceitarmos financiamentos de bancos e empreiteiras, feitos à revelia das instâncias partidárias, estávamos diante do ovo da serpente que iria nos engolir.

Dessa responsabilidade histórica, muitíssimo grave, Lula não escapará. Sua liderança corroeu, por dentro, parte expressiva da esquerda. Não deixará nenhum legado político, teórico ou moral.

Lula optou pela esquizofrenia: corta todas as verbas dos ministérios, para fazer o alucinado superávit exigido pelo capital financeiro, e anuncia que nenhum governo realiza tanto quanto o seu; demite Olívio Dutra para nomear um protegido de Severino Cavalcanti e diz horas depois que a elite jamais conseguirá pressioná-lo; seu filho recebe R\$ 5 milhões de uma concessionária de serviços públicos, ele nomeia um advogado da mesma empresa desembargador do tribunal onde ele enfrenta suas próprias causas e isso não o impede de anunciar-se como o mais ético dos brasileiros; depois de dois anos e meio da chefia do governo, continua a atribuir as dificuldades a uma herança maldita que ele só fez agravar. Abdicou de uma coerência mínima entre o que faz e o que diz.

Aposta na desinformação do povo e numa identificação pré-política, irracional, com ele, porque, um dia, há muito tempo, foi pobre. Está se tornando um "espetáculo excessivo", para usar a expressão de Roland Barthes, referindo-se às lutas de catch. Ao contrário do que habitualmente se diz, seu governo é mais conservador na política que na eco-

nomia. Lula foi a esperança frustrada a que Ernst Bloch se referia.

Perto do fim

Há mais de dez anos o PT está morrendo, mas esse processo não podia completar-se antes de o "Lula-lá" se realizar. A agonia se prolongou e o partido hipodreca. Tornou-se uma experiência efêmera e fundamentalmente equivocada, na vida brasileira. Pretendendo ser o novo absoluto, rompeu a memória das lutas populares. Recusou a teoria. Fechou os olhos para a diversidade do Brasil. Afrouxou os princípios, exacerbou a arrogância. Aceitou a disseminação de um enorme conjunto de analfabos, formando a mais desqualificada geração de quadros e líderes de toda a nossa história.

Perdoem-me os inúmeros petistas honestos, mas não é hora de mais palavras. A imensa maioria deles foi cúmplice da desventura, pelo menos por omissão.

Felizmente, o ciclo do PT está prestes a se encerrar. O partido continuará a existir como mais uma legião pragmática, destituída de utopia, na qual se disputam eleições e se constroem carreiras. Só isso. Por mais dolorosa que seja a crise, ela permite antever o fim do pesadelo de uma esquerda sem fibra, honra e caráter, incapaz de apresentar à sociedade brasileira um projeto histórico transformador.

Muitos temem que a direita se fortaleça. Estão certos, mas só no curto prazo. Paradoxalmente, a crise do governo Lula poderá vir a ser a crise do neoliberalismo no Brasil, propiciando, finalmente, o aparecimento de uma proposta real de mudanças, cujo contorno continua obscuro.

Não creio, porém, que a sociedade aceite passivamente o retorno dos velhos esquemas, já conhecidos, que refundaram o país no atoleiro. Ela demandará um projeto novo. Nossa grandeza será medida pela capacidade que tivermos para construí-lo. De esquerda, de preferência. Com a esquerda, se possível. Sem a esquerda, se necessário, pois a crise brasileira é grave demais. Há muito sofrimento humano em jogo. No que me diz respeito, o compromisso com o povo e a nação está acima das seitas.

Nossa consigna deve ser, agora, o "motto" do último movimento do opus 35 de Beethoven: "Muss es sein? Es muss sein!" —Deve ser? Deve ser!

César Benjamin foi fundador do partido e dirigente até 1995. É autor de "A Opção Brasileira" e "Bom Combate" (ambos pela Contraponto) e integra a coordenação nacional do Movimento Consulta Popular.

FOLHA DE S. PAULO

O PROJETO SOCIALISTA

PAUL SINGER

ESPECIAL PARA A FOLHA

Acho que desde que fundamos o PT, no início de 1980, o socialismo nunca deixou nossa agenda de debates. Tratava-se de ajustar contas com a desastrosa experiência do "socialismo realmente existente" e com a crescente capitulação da social-democracia perante o neoliberalismo. E, a partir deste exame das lições da história contemporânea, cunhar uma concepção nova da sociedade livre e igualitária que almejamos e os caminhos a serem trilhados para alcançá-la.

Em 1999, Lula visitou Antonio Candido para trocar idéias sobre como reavivar o debate na esquerda brasileira, e desse encontro resultou a formação de um grupo composto inicialmente por Antonio Candido, Paulo de Tarso Varinuchi, Chico de Oliveira e eu, encarregado de elaborar um programa de discussões, com aquela finalidade. Depois se juntaram a nós Joaquim Soriano (secretário nacional de Formação do PT) e Ricardo Azevedo (diretor da Fundação Perseu Abramo).

Esse grupo se reuniu numerosas vezes no apartamento de Antonio Candido, e acredito que muito depressa se pôs de acordo que o socialismo poderia servir de eixo condutor para que os debates abordassem o estágio contemporâneo do capitalismo e os modos de enfrentá-lo. Essas reuniões foram deliciosas, pois éramos pessoas de gerações diferentes, com histórias de luta e militância distintas, cada um dando sua contribuição específica à troca de idéias, mas logo verificamos que, no fundamental, estávamos de acordo.

O socialismo era o divisor de águas

entre os que lutavam para melhorar ou humanizar o capitalismo e os que acreditavam que era possível e desejável superá-lo e construir em seu lugar uma sociedade em que o gozo das liberdades fosse real para todos, e não só para os favorecidos pelo jogo do mercado.

Nessas conversas, que sempre culminavam com um chá e bolo servido pela professora Gilda, ficou cada vez mais evidente para mim que a adesão ao socialismo era muito mais do que uma postura em prol duma quimérica revolução, que algum dia poderia ocorrer ou não. Ser socialista significa encarar a sociedade presente como algo imperfeito e profundamente injusto para a massa dos excluídos do acesso a trabalho e renda e que pode efetivamente ser superada. O que implica mudar aspectos não apenas secundários do capitalismo, mas a essência do mesmo, que é a enorme desigualdade da distribuição da propriedade e do controle dos meios de produção.

É claro que todos nós estávamos engajados em lutas para a melhoria das condições de vida e de trabalho do povo pobre. A questão do socialismo era distinguir entre melhorias que "amenizavam" aquela desigualdade e melhorias que a "substituíam" por algum regime de propriedade e controle dos empreendimentos econômicos pelos que os operam e/ou usufruem seus produtos. O grupo conseguiu elaborar um programa de debates em que figuravam como temas "O Socialismo em 2000", "A Economia Socialista", "O Indivíduo no Socialismo", "Instituições Políticas no Socialismo", "Classes Sociais em Mudança e a Luta pelo Socialismo", "Globalização e Socialismo".

Esses debates se realizaram entre abril e junho de 2000, na sede da di-

reção nacional do PT e contaram com ampla e seleta audiência, que participava ativamente das discussões. Eu fui o relator da segunda mesa, sobre "Economia Socialista", e meu debatedor foi João Machado (Lenira Pomeranz também estava prevista, mas não pôde comparecer). Entrevieram pelo público Aldo Fornazieri (que começou se declarando não socialista, o que ninguém lhe levou à mal), Eduardo Suplicy, Max Altman, Arlindo Chinaglia, Fernando Haddad, Luiz Inácio Lula da Silva e José Genoino.

Mal-entendidos

Confesso que fiquei muito emocionado, em primeiro lugar porque havia anos que eu sonhava discutir o socialismo com a liderança do meu partido, para esclarecer mal-entendidos e deixar claro que a economia solidária era o modo prático e teórico de construir o socialismo, no capitalismo neoliberal de hoje. Em segundo lugar, porque em vez da rejeição de plano, que eu temia, o que ouvi foi uma abordagem simpática —embora cheia de dúvidas— da minha tese. Lula perguntou: "Será que o PT, com essa vontade que tem de induzir a sociedade a ter uma compreensão socialista, não deveria ele, o partido, colocar em prática ações que podem conduzir a sociedade a sentir que há outro jeito de se fazer as coisas?"

O que me deixou sobremaneira satisfeito foi a fala de João Machado, dirigente histórico do PT e notável economista. "Recentemente cursei uma disciplina na USP com Paul Singer (...) e descobri então que o movimento pelo socialismo que existe hoje no Brasil é muito mais amplo do que eu imaginava. Fiquei surpreso com a diversidade e a riqueza das experiências de formas de economia

solidária existentes no Brasil e fora do Brasil." E houve naturalmente os que discordaram. Arlindo Chinaglia disse: "O capitalismo é capaz de hegemonizar várias formas de produção, inclusive aquelas que Paul Singer caracterizou como não-capitalistas, exatamente porque elas não ferem, não atingem e não disputam o grande poder que está concentrado no sistema financeiro hoje (...). Sinceramente, não consigo vislumbrar qualquer possibilidade de crescimento num grau que de fato faça jus a uma estratégia socialista, daquilo

Em 1999, Lula visitou Antonio Candido para trocar idéias sobre como reavivar o debate na esquerda brasileira

que você definiu como 'implante socialista'...".

Os outros debates foram igualmente calorosos e produtivos. E tanto responderam a uma necessidade que a direção e a intelectualidade do PT sentiam, que uma segunda rodada de debates, dessa vez relacionando o socialismo com as grandes questões sociais e políticas do momento, foi organizada pelo mesmo grupo e realizada no ano seguinte. Pode estar presente em todos esses debates e os aproveitou muito. Discutiram-se as relações do socialismo com a questão ambiental, racial, feminina, do desenvolvimento local e com religiões.

A hora do debate

Depois veio a campanha eleitoral vitoriosa de 2002 e a formação do governo do presidente Lula. Aparentemente tinha chegado a hora da prática e a organização de debate teóricos foi deixada de lado. Só que agora, o partido e o governo mergulharam em uma crise, que é ao mesmo tempo moral e política. Angustiados pelo jorro de (más) revelações, os petistas estão se reunindo pelo Brasil afora para tentar entender o que se passou e o que é neces-

sário fazer para resolver a crise, passando o PT a limpo ou o "refundando", como querem alguns.

Sendo um partido democrático, ao PT só resta organizar uma série de debates que permitam revisar em profundidade a sua história, tendo em vista os fatores e condições que o levaram a práticas tão contrárias ao programa e à ética que sempre o caracterizaram.

Não estou, obviamente, sugerindo que o grupo liderado por Antonio Candido seja novamente convocado para organizar tais debates. Quando se deseja repetir a história de qualquer modo, o risco de que seja como farsa é grande.

O que estou constatando é que, há poucos anos, o PT foi capaz de organizar debates sobre temas controversos num clima de respeito e compreensão, absolutamente incomuns na esquerda, em outros tempos. O momento presente parece exigir que algo nessa direção seja novamente tentado, com uma urgência muito maior, dada a gravidade da crise.

Paul Singer é economista, professor da USP e secretário nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego.

AGORA É LULA

PIOR QUE UM CRIME, UM ERRO

RENATO MEZAN
COLUNISTA DA FOLHA

O questionado por Napoleão, acerta da conveniência de mandar assassinar o duque de Enghien, seu ministro Villand terá retrucado: "De forma alguma, não! Estarei pior que um crime — é um erro".

Diante desta resposta, muitos pensarão nas sugestões que, em seu "Príncipe", Nicolau Maquiavel oferece aos que queiram governar um Estado. E, a propósito das revelações que têm assombrado o país, o pensador vem sendo lembrado com insistência: ao "maquiavelismo", da cúpula do PT caberá a responsabilidade pela dilapidação do capital político acumulado ao longo de 25 anos de combates. Por outro lado,

seria por não ter seguido as lições do florentino — que recomendava aos governantes firmeza no trato da coisa pública — que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se teria colocado na difícil situação em que se encontra. Que pensar dessas afirmações, que permeiam muitos dos comentários sobre a crise atual?

'Virtù' e Fortuna
O pensamento de Maquiavel é

mais complexo do que a caricatura que dele traçaram seus adversários, na qual ele aparece apenas como defensor da imoralidade, e mesmo da imoralidade, no exercício do poder. Na verdade o diplomata toscano foi o fundador do que hoje chamamos ciência política, porque compreendeu que a vida do Estado depende de um jogo de forças no qual nenhum contendor dispõe de meios de manter para sempre a sua hegemonia.

Em seu vocabulário, esses conteúdos são o "príncipe", os "grandes" e o "povo".

Os escritos de Maquiavel analisam de que modo os Estados devem se organizar para atingir a grandeza; e também aconselham seus dirigentes — quer seja o Estado monárquico ou o republicano — sobre as formas de conquistar e manter o poder. A preta de *imoral* se deve a que ele não recua diante do fato de que, para conseguir seus objetivos, o governante pode ter que recorrer a meios cruéis ou violentos: tal a ideia de que os fins justificam os meios.

Maquiavel jamais se disse dessa forma; para ele, os fins do Estado são a glória, a grandeza e o bem comum, e é para alcançá-los que admite o uso de quaisquer meios — bons, neutros ou maus, tanto faz. Comentando o assassinato de Remo por seu irmão Rômulo, escreve ele nos "Discursos sobre a Primeira Década de Tito Livio": "Embora o feito o acuse, o resultado deveria escusá-lo"; pois esse crime foi necessário para estabelecer as primeiras instituições de Roma, segundo ele responsáveis pela imensa grandeza daquele povo.

É necessário compreender que Maquiavel não está interessado no aspecto moral do problema: não é que ele aprove — nem, de resto, desaprove — a ação evidentemente indigna do fundador da "urbs". O nervo de seu argumento consiste em considerá-la unicamente sob o ângulo de sua eficácia para que Rômulo atingisse seu objetivo, que era tornar-se rei.

A disposição de fazer o que for necessário para alcançar a grandeza ou a glória cívica, Maquiavel chamou "virtù", termo para o qual talvez a melhor tradução seja "competência". É ela que torna o príncipe capaz de compreender o que se passa à sua volta, não se deixando enganar pelas aparências e tomando as decisões que melhor convierem: fazer alianças ou desfazê-las; mostrar-se clemente ou bruto; manter acordos ou traí-los — des- que possa neutralizar as reações dos prejudicados, que naturalmente vão farão para se vingar. Mistio de inteligência, determinação, conhecimento, habilidade, a "virtù" é a principal qualidade que um príncipe ou um Estado deve possuir

para tornar-se grande e assim se manter.

Mas, para que só aconteça, é preciso também o auxílio da Fortuna — a combinação favorável das circunstâncias — que, graças à sua elevada "virtù", o príncipe tem condições de aproveitar recursos naturais ou militares, fraqueza momentânea de seus adversários internos ou externos, oportunidade adequada para tomar tal ou qual medida, e assim por diante. Por outro lado, sem "virtù" o bafejo da Fortuna será incapaz de impedir o enfraquecimento de um Estado, ou a ruína de quem o governa.

Apesar das inúmeras mudanças que desde o tempo de Maquiavel ocorreram na organização dos Estados, sua análise permanece válida na arena política, confrontam-se formas de magnitude diversa — a "virtù" continua a ser o elemento decisivo para assegurar o triunfo de uma delas. No que se refere ao governante, ela se chamará atualmente *visão de estadista, habilidade política*, ou como quisermos: na sua ausência, projeto algum chega a se consolidar.

Lula tem 'virtù'?

Esta sumária apresentação do pensamento de Maquiavel nos permite formular uma questão: até que ponto Lula tem demonstrado possuir "virtù"? Lembremos que essa qualidade nada tem a ver com o que chamamos "virtude"; e portanto não pertence à esfera da ética. As reiteradas afirmações do presidente sobre sua probidade pessoal — "ninguém neste país é mais ético do que eu" — estão assim totalmente fora de lugar, sem contar que lembram irresistivelmente a madrasta de Branca de Neve diante do seu espelho.

Como líder sindical e como construtor de um partido, Lula demonstrou possuir "virtù" em abundância: seu carisma, sua habilidade, sua determinação são os responsáveis pela trajetória que todos conhecem.

Desde que iniciou seu mandato, porém, a quantidade de erros que cometeu, ou que permitiu que fossem cometidos por seus ministros e pela cúpula do PT, sugere que lhe falta dolorosamente aquilo que faz de alguém um grande presidente. E temos alguns: Getúlio e Juscelino,

para ficar nesses, soberanamente conduzir o país a novos rumos, embora a ambos tenha sido negada a vida, o sopro da fortuna.

Parece-me que a atitude do presidente, inteiramente fora do lugar e muito aquém do que é sua condição real exigiria, provém — pelo menos até agora — dessa ausência. Com o notou entre outros Maria Rita Kehl, seu discurso tem sido de modo geral despolitizado e despoliticizado. Só como pessoa a outras pessoas, e não como chefe do Estado; emprega quase exclusivamente metáforas retiradas de domínios como o familiar (pais, filhos) ou do esporte (intebol), que nada tem a ver com o registro da política. Falta ao seu governo um projeto de país — e isso apesar de o PT ter atulado para suas fileiras, ao longo dos anos, o maior número de intelectuais já contado por um partido no Brasil.

Não é o caso de discutir aqui se a política econômica adotada por Lula trai ou não as aspirações dos petistas, ou se ele deveria ter feito alianças com tal ou qual facção em vez daquelas pelas quais optou. O que chama a atenção é a ausência de projeto do presidente diante de situações que exigiam medidas drásticas, como no caso Waldomiro Diniz, ou, agora, frente às denúncias do "Zaf Jefferson". Em vez de mirar-se no exemplo de Getúlio, que definiu o general Échagüe quando veio à tona o que se passava em São Paulo; Lula parece ter tomado como exemplo o que fez Figueiredo no caso Riocentro, e que lhe custou a perda da embaixada no Brasil e do seu mandato.

'Hybris' e 'Nêmesis'

É quanto ao mensalo, mesadão e outras mazelas que vêm aparecendo no que foi Soares chamou certa vez de "depoimentos"? Que diria Maquiavel de tais práticas? Já sabemos que e não as condenaria pela evidente imoralidade que encerram. Suponho que se perguntaria se eram eficazes — e, com toda a certeza, diria que não.

Pois agir como tudo indica que agiram os dirigentes do PT demonstra sua ingenuidade — deixaram pistas que alguém já chamou de "amadornas" —, mas, sobretudo, é prova de uma arrogância sem par.

Roberto Jefferson percebeu isso: "Eles não confiavam em nós — queriam nós comprar".

Colocaram-se assim nas mãos de seus "clientes", sem avaliar até que ponto os tinham sob controle, nem como, caso eles falassem com seus compromissos, seria possível mantê-los no cabresto. Mais; desconsideraram a possibilidade de ser chantagados e de se ver na incapacidade de continuar a corrompê-los. E, por fim, liquidaram com a maior vantagem comparativa de PT no cenário político brasileiro — a imagem de um partido de cujas posições se podia discordar, mas cuja integridade estava acima de qualquer suspeita (ainda que, como em qualquer agrupamento humano, alguns de seus integrantes estivessem aquém dos padrões almejados).

Lula precisa retomar a iniciativa; e não será apregoando que é um homem honrado que o poderá fazer. Quanto a seus assessores, teriam feito melhor em não desprezar a cultura erudita. E o lhes teria talvez permitido lembrar que, nas tragédias gregas, "hybris" (arrogância) acarreta invariavelmente "nêmesis" (vingança ou castigo). Como dizem os alenienses, "aqueles a quem os deuses querem perder, enlouquecem primeiro com o orgulho".

Renato Mascarenhas é historiador, professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), e autor de "Petrópolis e o Judaísmo" (1990).

As reiteradas afirmações do presidente sobre sua probidade pessoal — "ninguém neste país é mais ético do que eu" — estão totalmente fora de lugar, sem contar que lembram irresistivelmente a madrasta de Branca de Neve diante do seu espelho

A APOSTA DESPERDIÇADA

REINALDO GONÇALVES

ESPECIAL PARA A FOLHA

O que está ocorrendo com o PT não me surpreende. Na realidade, não há decepção porque não havia ilusão. Essa posição baseava-se em algum conhecimento sobre o funcionamento do PT, a conduta das suas lideranças e registros de quem viveu a "cozinha" do partido e da teoria sociológica.

Fui filiado ao PT entre o início dos anos 90 e janeiro deste ano. Minhas atividades se restringiram a contribuições pontuais quando da elaboração do programa econômico em 1989, 1994, 1998 e 2002. Como contribuição indireta, participei do grupo dos economistas do Instituto Cidadania, de Lula, que se reuniu regularmente entre 1999 e 2001. A partir de 2001, quando aumentavam as chances de Lula vencer as eleições presidenciais de 2002, fui me afastando do PT. A minha última participação foi como testemunha de defesa de Helbisa Helena, Luciana Genro e Babá na Comissão de Ética do PT em 2003.

Nos anos 80 e 90, o PT abriu nova frente para a esquerda brasileira. No entanto a expectativa de se criar um partido de massas fracassou. Ao longo da história do PT, ficou cada vez mais evidente que o partido era dominado pelo grupo liderado por Lula. O crescimento do PT, sob a hegemonia desse grupo, já trazia os elementos que provocariam sua senilidade acelerada.

Muitos olhavam a conduta da direção nacional do PT e a liderança de Lula com grande e crescente desconfiança. No Rio de Janeiro, a direção nacional comandada por Lula fez inúmeros erros, inclusive a sabotagem a Chico Alencar em 1996, a intervenção contra Vladimir Palmeira em 1998 e a promoção de quadros partidários medíocres.

A liderança de Lula era fonte de preocupação. Essa liderança era explicada por um conjunto de fatores: a solécia do líder; a hipervalorização da figura do operário pela intelectualidade abastalhada de classe média, que se impressionava facilmente com histórias tolas do gênero "sanduíche de mortadela" e "janela

de ônibus"; a capacidade de mobilização de recursos (pois parte expressiva da dominação decorreu do controle do cofre); a "libido dominandi" do grupo dirigente; e a teoria do cogumelo.

A sombra

Esta merece destaque. Segundo essa teoria, os cogumelos crescem à sombra. No caso do PT, o que se observou foi que parte expressiva do grupo dirigente do PT era formada por "cogumelos" de Lula, ou seja, personagens que "sob o sol" secariam, mas cresceram protegidos por ele. Lula plantou uma razoável quantidade de cogumelos no PT e na CUT. A CUT está, atualmente, definindo, visto que marcada pelo neopeteguismo. E o PT descarrilou de vez.

Ao longo desse período, alguns conhecedores da "cozinha" do partido alertavam sobre a conduta do grupo dirigente. Alguns diziam que esse grupo não tinha um projeto de sociedade para o Brasil; havia unicamente um projeto estreito e mesquinho de poder. Outros afirmavam, ainda, que esse projeto de poder estava impregnado de ansia de glória e riqueza. Eram hipóteses do passado. No presente, os petistas devem torcer para que os indícios de formação de quadrilha, corrupção passiva e ativa e perveriação não sejam comprovados.

O resultado é que, longe do entusiasmo, sempre tive "respeito quali-

**Enterremos
Lula e, sem
compaixão,
deixemos o PT
chorar os seus
mortos**

ficado" por Lula "et caterva". E isso não se alterou quando participei das reuniões do Instituto Cidadania e observei a ausência de firmeza na definição de estratégias para a economia brasileira.

A teoria sociológica também me ajudou a entender o que se passou e se passa no PT e no governo de Lula. No livro de Robert Michels, "Parti-

dos Políticos", publicado em 1911, há uma análise clássica sobre líderes sindicais. Segundo Michels, "o novo ambiente exerce uma influência poderosa sobre o ex-trabalhador manual". "Na sua associação diária com pessoas de nascimento superior, ele aprende os costumes da boa sociedade e esforça-se para assimilá-los. Inspirado por uma tola auto-satisfação, o ex-trabalhador experimenta prazer no seu novo ambiente, e ele tende a ser indiferente e mesmo hostil a todas as aspirações progressistas no sentido democrático. Ele acomoda-se à ordem existente e, finalmente, cansado da luta, torna-se mesmo reconciliado com esta ordem."

Em junho de 2001 houve um debate sobre o tema "Globalização e Socialismo" no PT, inclusive, com a presença de Lula. Esse debate foi publicado pela Fundação Perseu Abramo ("Socialismo e Globalização Financeira"). Após um debate bastante agitado, concluí a minha intervenção da seguinte forma: "A estratégia de nada fazer, nada mudar, significa deixar o Brasil vulnerável, débil, nessa trajetória de africanização, o que é uma estratégia de alto risco. Para não mudar, é melhor deixar a social-democracia ou os liberais no poder. Estou convencido de que qualquer estratégia, marcada pela pusilanidade e pela linha de menor resistência, desembocará em um processo autofágico. Perderemos o rumo e o prumo. Não tenho dúvidas de que a história vai cobrar, e caro, se seguirmos a linha de menor resistência". Lamentavelmente, parece que eu tinha razão.

Essa conclusão baseava-se na percepção crescentemente pessimista a respeito das perspectivas do desempenho de Lula na Presidência da República. Ao longo dos anos, fui me convencendo de que parte expressiva dos dirigentes do PT, com destaque para Lula, não tinha um projeto de sociedade para o Brasil. Havia quase que exclusivamente um projeto de poder. Portanto, atualmente, não há espaço para surpresa ou decepção.

O fato é que Lula e o PT morreram. Enterremos Lula e, sem compaixão, deixemos o PT chorar os seus mortos. E que o espectro de Lula não ronde as esquerdas brasileiras nos próximos anos. Assim, poderemos

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Peço permissão, já que somos um País cristão – aqui está a imagem de Cristo e, ao iniciarmos todas as sessões, dizemos “Sob a proteção de Deus” –, diante do momento que vive este País e o Senado, que são cristãos, para ler a declaração da CNBB, Conselho Nacional dos Bispos do Brasil, sobre a crise política.

São precisamente 27 itens, mas lerei apenas um, que traduz muito bem o momento que passamos. Os bispos do Brasil terminam o manifesto dizendo: “Que Deus nos ajude e Nossa Senhora nos proteja!”

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos desta sessão de sexta-feira, 12 de agosto de 2005, iniciada às 9 horas, no Senado da República do Brasil, supervisionada pelo Secretário-Geral do Senado da República, Dr. Raimundo Carreiro Silva.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 53 minutos.)

(OS Nº 15338/05)

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Emendas
AO
PROJETO DE LEI
N.º 23/2005-CN
MENSAGEM
N.º 00075, de 2005 – CN
(Nº 0445/2005, na origem)

Ementa: “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial no valor de R\$ 1.431.743,00 (um milhão, quatrocentos e trinta e um mil, setecentos e quarenta e três reais), para o fim que especifica.”

Índice de Emendas
PLN: 023/2005 EMENDA

Total por Parlamentar

ROSE DE FREITAS	00002 a 00006	5
WILSON SANTIAGO	00001	1
Total de Emendas:		6

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00001

PL 023/2005-CN

Mensagem 0075/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
PLN - 23-2005 - CN

01 DE 01

TEXTO

INCLUA - SE NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - SISTEMA INFORMATIZADOS
DOS CONSELHOS DE CONTRIBUINTES - NACIONAL.

SUPLEMENTAÇÃO:

ÓRGÃO: 25000

UNIDADE: 25902

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.126.0770.2085.0001

MODALIDADE: 99

VALOR R\$ 1.000.000,00

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 25000

UNIDADE: 25902

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.126.0770.2085.0001

MODALIDADE: 90

VALOR R\$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDE-SE AO APRESENTAR ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS SEGMENTOS
DA SOCIEDADE DO ESTADO DA PARAIBA, DE SISTEMA INFORMATIZADOS DO
CONSELHO DE CONTRIBUINTES.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO WILSON SANTIGO

PB

PMDB

DATA

ASSINATURA

04/08/2005

CONGRESSO
CM
Fls.

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

INSTRUÇÕES NO VERSO

EMENDA - 00002

PL 023/2005-CN

Mensagem 0075/2005-CN

PROJETO DE LEI NÚMERO
PL Nº 23/ 2005 - CNPÁGINA
1 de 1

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério da Fazenda - 2500

Unidade: Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - 25902

Funcional Programática :04.126.0770.2085.XXXX

Ação: Sistemas Informatizados dos Conselhos de Contribuintes - Afonso Cláudio - ES

GND: 3 ; MD: 90 ; Valor R\$ 80.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério da Fazenda - 2500

Unidade: Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização- 25902

Funcional Programática :04.126.0770.2085.0001

Ação: Sistemas Informatizados dos Conselhos de Contribuintes - Nacional

GND: 3 ; MD: 90 ; Valor R\$ 80.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem como objetivo melhorar a informatização dos Conselhos de Contribuintes do Estado do Espírito Santo. Esta melhoria permitirá uma melhor eficácia e eficiência na prestação dos serviços ao público, além de contribuir, sobremaneira, para aperfeiçoar o controle à sonegação de impostos no município de Afonso Cláudio

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

E.S

PMDB

DATA

ASSINATURA

11/08/2005

[Assinatura]

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00003**
PL 023/2005-CN

Mensagem 0075/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PL Nº 23/ 2005 - CNPÁGINA
1 de 1

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério da Fazenda - 2500

Unidade: Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - 25902

Funcional Programática :04.126.0770.2085.XXXX

Ação: Sistemas Informatizados dos Conselhos de Contribuintes – Domingos Martins - ES

GND: 3 ; MD: 90 ; Valor R\$ 80.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério da Fazenda - 2500

Unidade: Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização- 25902

Funcional Programática :04.126.0770.2085.0001

Ação: Sistemas Informatizados dos Conselhos de Contribuintes – Nacional

GND: 3 ; MD: 90 ; Valor R\$ 80.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem como objetivo melhorar a informatização dos Conselhos de Contribuintes do Estado do Espírito Santo. Esta melhoria permitirá uma melhor eficácia e eficiência na prestação dos serviços ao público, além de contribuir, sobremaneira, para aperfeiçoar o controle à sonegação de impostos no município de Domingos Martins.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

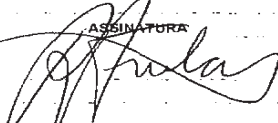
E.S

PMDB

DATA

11/08/2005

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00004****PL 023/2005-CN**

Mensagem 0075/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PL Nº 23/ 2005 - CNPÁGINA
1 de 1

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério da Fazenda - 2500

Unidade: Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - 25902

Funcional Programática :04.126.0770.2085.XXXX

Ação: Sistemas Informatizados dos Conselhos de Contribuintes – Iúna - ES

GND: 3 ; MD: 90 ; Valor R\$ 80.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério da Fazenda - 2500

Unidade: Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização- 25902

Funcional Programática :04.126.0770.2085.0001

Ação: Sistemas Informatizados dos Conselhos de Contribuintes – Nacional

GND: 3 ; MD: 90 ; Valor R\$ 80.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem como objetivo melhorar a informatização dos Conselhos de Contribuintes do Estado do Espírito Santo. Esta melhoria permitirá uma melhor eficácia e eficiência na prestação dos serviços ao público, além de contribuir, sobremaneira, para aperfeiçoar o controle à sonegação de impostos no município de Iúna.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

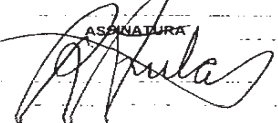
E.S

PMDB

DATA

11/08/2005

ASSINATURA



EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00005

PL 023/2005-CN

Mensagem 0075/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE
PL Nº 23/ 2005 - CN

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério da Fazenda - 2500

Unidade: Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - 25902

Funcional Programática :04.126.0770.2085.XXXX

Ação: Sistemas Informatizados dos Conselhos de Contribuintes – Muniz Freire - ES

GND: 3 ; MD: 90 ; Valor R\$ 80.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério da Fazenda - 2500

Unidade: Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização- 25902

Funcional Programática :04.126.0770.2085.0001

Ação: Sistemas Informatizados dos Conselhos de Contribuintes – Nacional

GND: 3 ; MD: 90 ; Valor R\$ 80.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem como objetivo melhorar a informatização dos Conselhos de Contribuintes do Estado do Espírito Santo. Esta melhoria permitirá uma melhor eficácia e eficiência na prestação dos serviços ao público, além de contribuir, sobremaneira, para aperfeiçoar o controle à sonegação de impostos no município de Muniz Freire.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

E.S

PMDB

DATA

ASSINATURA

11/08/2005

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO -
PL Nº 23/ 2005 - CN

EMENDA - 00006

PL 023/2005-CN

Mensagem 0075/2005-CN

1 de 1

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério da Fazenda - 2500

Unidade: Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - 25902

Funcional Programática :04.126.0770.2085.XXXX

Ação: Sistemas Informatizados dos Conselhos de Contribuintes – Santa Maria de Jetibá - ES

GND: 3 ; MD: 90 ; Valor R\$ 80.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério da Fazenda - 2500

Unidade: Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização- 25902

Funcional Programática :04.126.0770.2085.0001

Ação: Sistemas Informatizados dos Conselhos de Contribuintes – Nacional

GND: 3 ; MD: 90 ; Valor R\$ 80.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem como objetivo melhorar a informatização dos Conselhos de Contribuintes do Estado do Espírito Santo. Esta melhoria permitirá uma melhor eficácia e eficiência na prestação dos serviços ao público, além de contribuir, sobremaneira, para aperfeiçoar o controle à sonegação de impostos no município de Santa Maria de Jetibá.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

E.S

PMDB

DATA

ASSINATURA

11/08/2005

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Emendas

AO
PROJETO DE LEI
N.º 24/2005-CN

MENSAGEM
N.º 00081, de 2005 – CN
(Nº 0478/2005, na origem)

Ementa: “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito suplementar no valor de R\$ 16.374.000,00 (dezesseis milhões, trezentos e setenta e quatro mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária.”

Índice de Emendas
PLN: 024/2005 EMENDA**Total por Parlamentar**

ANÍBAL GOMES	00020	1
ANIVALDO VALE	00001	1
BISMARCK MAIA	00014 a 00016	3
CARLOS MELLES	00010	1
CARLOS SOUZA	00008 e 00009	2
EDUARDO SCIARRA	00018	1
EDUARDO VALVERDE	00021	1
GERALDO RESENDE	00013	1
JAIME MARTINS	00019	1
JOÃO CALDAS	00011	1
JOÃO GRANDÃO	00026 a 00028	3
JOSÉ DIVINO	00002 a 00005	4
JÚLIO CESAR	00012	1
PEDRO CHAVES	00017	1
ROSE DE FREITAS	00025	1
WILSON SANTIAGO	00006 e 00007	2
ZÉ GERARDO	00022	1
	00023 e 00024	2

Total de Emendas: 28

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00001

PL 024/2005-CN

Mensagem 0081/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLNº 24/2005-CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Acrescentar ao Projeto de Lei nº 24/2005-CN, Crédito suplementar - Programa de Trabalho do Ministério dos Transportes, UO: 39252-DENIT - Programa: 0220- Manutenção da Malha Rodoviária Federal, no seguinte subtítulo:

Suplementar:

UO: 39252 - DENIT

Programa: 0220 - Manutenção da Malha Rodoviária Federal

Funcional Programática: 26.782.0220.2841.0015

Subtítulo: Conservação Preventiva e Rotineira de Rodovias No Estado do Pará - PA

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte 111 / Valor: R\$ 10.000.000,00

Cancelar :

UO: 39252 - DNIT

Programa: 0220 - Manutenção da Malha Rodoviária Federal

Funcional Programática: 26.782.0220.2324.0001

Subtítulo: Sinalização Rodoviária - Nacional.

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte 111 / Valor: R\$ 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, tem por finalidade, manter a malha rodoviária federal em boas condições operacionais de tráfego.

CÓDIGO

3123-1

NOME DO PARLAMENTAR

ANIVALDO VALE

UF

PA

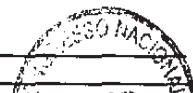
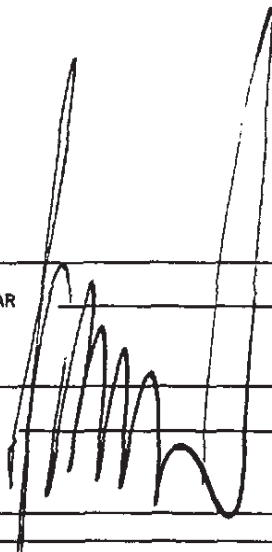
PARTIDO

PSDB

DATA

04/08/05

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00002

PL 024/2005-CN

Mensagem 0081/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PLN - 24/2005 - CNPÁGINA
01 DE 01

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - CONSERVAÇÃO PREVENTIVA E
ROTINEIRA DE RODOVIAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

SUPLEMENTAR:

ÓRGÃO: 39000

UNIDADE: 39252

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26.782.0220.2841.0033

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

VALOR R\$ 12.000.000,00

CANCELAMENTO:

UNIDADE: 39252

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26.782.0220.2324.0001

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

VALOR R\$ 12.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

OBJETIVA A PRESENTE EMENDA, DOTAR O DENIT NO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO, PARA A SINALIZAÇÃO DA BR-356, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO JOSÉ DIVINO

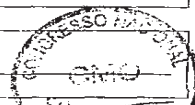
RJ

PMDB

DATA

04/08/2005

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00003

PL 024/2005-CN

Mensagem 0081/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PLN - 24/2005 - CNPÁGINA
01 DE 01

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - CONSERVAÇÃO PREVENTIVA E
ROTINEIRA DE RODOVIAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

SUPLEMENTAR:

ÓRGÃO: 39000

UNIDADE: 39252

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26.782.0220.2841.0033

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

VALOR R\$ 12.000.000,00

CANCELAMENTO:

UNIDADE: 39252

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26.782.0220.2324.0001

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

VALOR R\$ 12.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

OBJETIVA A PRESENTE EMENDA, DOTAR O DENIT NO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO, PARA A SINALIZAÇÃO DA BR-101, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO JOSÉ DIVINO

RJ

PMDB

DATA

04/08/2005

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00004**

PL 024/2005-CN

Mensagem 0081/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PLN - 24/2005 - CNPÁGINA
01 DE 01

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA - NACIONAL.

SUPLEMENTAR:

ÓRGÃO: 39000

UNIDADE: 39252

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26.782.0220.2324.0001

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

VALOR R\$ 12.000.000,00

CANCELAMENTO:

UNIDADE: 39252

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26.782.0220.2324.0001

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

VALOR R\$ 12.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

OBJETIVA A PRESENTE EMENDA, DOTAR O DENIT NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, PARA A SINALIZAÇÃO DA BR-101, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO JOSÉ DIVINO

RJ

PMDB

DATA

04/08/2005

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00005**

PL 024/2005-CN

Mensagem 0081/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PLN - 24/2005 - CNPÁGINA
01 DE 01

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA - NACIONAL.

SUPLEMENTAR:

ÓRGÃO: 39000

UNIDADE: 39252

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26.782.0220.2324.0001

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

VALOR R\$ 12.000.000,00

CANCELAMENTO:

UNIDADE: 39252

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26.782.0220.2324.0001

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

VALOR R\$ 12.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

OBJETIVA A PRESENTE EMENDA, DOTAR O DENIT NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, PARA A SINALIZAÇÃO DA BR-356, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO JOSÉ DIVINO

RJ

PMDB

DATA

04/08/2005

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00006**

PL 024/2005-CN

Mensagem 0081/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
PLN - 24-2005 - CN

01 DE 01

TEXTO

INCLUA-SE NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA - NACIONAL
SUPLEMENTAÇÃO:
ÓRGÃO: 39000
UNIDADE: 39252
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26.782.0220.2324.0001
VALOR R\$ 10.000.000,00
CANCELAMENTO:
ÓRGÃO: 39000
UNIDADE: 39252
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26.782.0220.2324.0001
VALOR R\$ 10.000.000,00
MODALIDADE: 90

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDE-SE COM ESTA EMENDA, DOTAR AS RODOVIAS FEDERAIS NO ESTADO DA PARAIBA, DE RECURSOS FINANCEIROS PARA A SINALIZAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO WILSON SANTIAGO

PB

PMDB

DATA

04/08/2005

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00007**

PL 024/2005-CN

Mensagem 0081/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
PLN - 24-2005 - CN

01 DE 01

TEXTO

INCLUA-SE NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - CONSERVAÇÃO PREVENTIVA E ROTINEIRA DE RODOVIAS - NACIONAL
SUPLEMENTAÇÃO:
ÓRGÃO: 39000
UNIDADE: 39252
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26.782.0220.2841.0025
VALOR R\$ 10.000.000,00
CANCELAMENTO:
ÓRGÃO: 39000
UNIDADE: 39252
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26.782.0220.2324.0001
VALOR R\$ 10.000.000,00
MODALIDADE: 90

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDE-SE COM ESTA EMENDA, DOTAR AS RODOVIAS FEDERAIS NO ESTADO DA PARAIBA, DE RECURSOS FINANCEIROS PARA A CONSERVAÇÃO PREVENTIVA E ROTINEIRA DE RODOVIAS FEDERAIS.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO WILSON SANTIAGO

PB

PMDB

DATA

04/08/2005

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00008

PL 024/2005-CN

Mensagem 0081/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PLN - 24/2005 - CN

TEXTO

INCLUA-SE NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA - NACIONAL

SUPLEMENTAÇÃO:

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26.782.0220.2324.0001

GND3

MODALIDADE: 90

VALOR R\$ 5.000.000,00

CANCELAMENTO:

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26.782.0220.2324.0001

GND: 3

MODALIDADE: 90

VALOR R\$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

TEM POR OBJETIVO, AO APRESENTAR ESTA EMENDA, DOTAR O DENIT NACIONAL DE RECURSOS FINANCEIROS, PARA A SINALIZAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS NO ESTADO DO AMAZONAS, MAIS PRECISAMENTE A BR - 174, ENTRE AMAZONAS - RORAIMA.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO


DEPUTADO CARLOS SOUZA

AM

PP

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00009

PL 024/2005-CN

Mensagem 0081/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PLN - 24/2005 - CN

TEXTO

INCLUA-SE NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - CONSERVAÇÃO PREVENTIVA E ROTINEIRA DE RODOVIAS - NACIONAL.

SUPLEMENTAÇÃO:

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26.782.0220.2841.0013

GND3

MODALIDADE: 90

VALOR R\$ 5.000.000,00

CANCELAMENTO:

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26.782.0220.2324.0001

GND: 3

MODALIDADE: 90

VALOR R\$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

TEM POR OBJETIVO, AO APRESENTAR ESTA EMENDA, DOTAR O DENIT NACIONAL DE RECURSOS FINANCEIROS, PARA A CONSERVAÇÃO PREVENTIVA E ROTINEIRA DE RODOVIAS FEDERAIS NO ESTADO DO AMAZONAS, MAIS PRECISAMENTE A BR - 174, ENTRE AMAZONAS - RORAIMA.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO


DEPUTADO CARLOS SOUZA

AM

PP

DATA

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00010**

PL 024/2005-CN

Mensagem 0081/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚM.
024/2005 - SUP

VIDE O

TEXTO

CANCELAMENTO:

ORGÃO/UNIDADE: 39000/39252

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26.782.0220.2324.0001

PROGRAMA/SUBTÍTULO: SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA - NACIONAL

VALOR: R\$ 5.000.000,00

SUPLEMENTAÇÃO:

ORGÃO/UNIDADE: 39000/39252

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26.782.0230.7154.0006

PROGRAMA/SUBTÍTULO: CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-146 NO
ESTADO DE MINAS GERAIS - CONSTRUÇÃO DO TRECHO PATOS DE MINAS - ARAXÁ -
DIVISA MG / SP.

VALOR: R\$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

AS OBRAS NA BR-146/MG, NO SEGMENTO COMPREENDIDO ENTRE PASSOS E BOM JESUS DA PENHA ENCONTRAM-SE PARALISADAS E OS RECURSOS SÃO NECESSÁRIOS PARA SUA FINALIZAÇÃO.

O SEGMENTO EM QUESTÃO É DE ENORME IMPORTANCIA PARA ECONOMIA DA REGIÃO CORTADA PELA RODOVIA, BEM COMO PARA O ESTADO DE MINAS GERAIS.

AO LONGO DESTES SEGMENTO, SITUAM-SE VASTAS LAVOURAS DE CAFÉ, SENDO A REGIÃO UM DOS MAIORES PRODUTORES NACIONAIS DESTES PRODUTO, TAMBÉM ESTÁ LOCALIZADO EM SUA ÁREA DE ABRANGÊNCIA AS MAIORES COOPERATIVAS DE CAFEICULTORES E LEITE DO BRASIL.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

3155

CARLOS MELLES

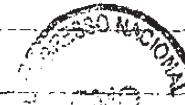
MG

PFL

DATA

02/08/2005

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00011**

PL 024/2005-CN

Mensagem 0081/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN Nº 24

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

Acrescente-se ao Programa de Trabalho do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT- 39.252, o seguinte subprojeto: 26.782.0235.1E55.0002

Acrescentar:

UO: 39.252

Título: Construção de Trechos Rodoviários na BR-416 no Estado de Alagoas - Trecho Ibateguara - Colônia Leopoldina - AL

Valor: R\$ 16.374.000,00

Modalidade: 90

GND: 4

Cancelar:

UO: 39.252

Funcional Programática: 26.782.0220.2324.0001

Valor: R\$ 14.250.000,00 Modalidade: 90 GND: 4

UO: 39.252

Funcional Programática: 26.782.0220.2841.0022

Valor: R\$ 2.124.000,00 Modalidade: 90 GND: 4

JUSTIFICAÇÃO

A Rodovia Federal BR 416, localizada no Estado de Alagoas, interligando os Municípios de São José da Lage e Novo Lino, passando pelas cidades de Ibateguara e Colônia Leopoldina, é de suma importância para o desenvolvimento deste Estado; assim como para a Região Nordeste. Essa Rodovia aproxima o interior alagoano ao litoral e a o Estado de Pernambuco, sendo um trecho que diminuiria consideravelmente os municípios interioranos localizados nos Estados Nordestinos Setentrionalmente e Meridionalmente ao estado de Alagoas. No campo econômico e financeiro, a BR 416 é essencial para o desenvolvimento do Estado, pois é a via que transporta o resultado das produções agrícolas e industriais do interior alagoano para Maceió e vice-versa, para outros Estados Nordestinos; e essa Rodovia é importantíssima para o desenvolvimento do turismo local, pois traria turistas e, conseqüentemente, investimentos turísticos.

CÓDIGO

167

NOME DO PARLAMENTAR

Joao Caldas

UF

AL

PARTIDO

PL

DATA

4/8/2005

ASSINATURA

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00012
PL 024/2005-CN

Mensagem 0081/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO 24, de 2005 - CN	01 DE 01
---------------------	--	----------

TEXTO

No Anexo I – Programa de Trabalho (Suplementação) ao PL 24, de 2005 – CN, inclua-se o seguinte subtítulo:

SUPLEMENTAÇÃO

ORGAO: 39000 – MINISTERIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE: 39252 – DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE

TRANSPORTES – DNIT

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 26.782.0235.7441.0101 – Construção de Trechos Rodoviaros na BR-135 no Estado do Piauí – Trecho Jerumenha – Bertolinia – PI

VALOR: R\$ 3.000.000

CANCELAMENTO

ORGAO: 39000 – MINISTERIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE: 39252 – DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE

TRANSPORTES – DNIT

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 26.782.0220.2324.0001 – Sinalização Rodoviária – Nacional

VALOR: R\$ 3.000.000

JUSTIFICAÇÃO

Esta obra é fundamental para o desenvolvimento sócio-econômico do estado do Piauí, pois possibilitará a redução dos custos de transporte da produção agrícola das áreas beneficiadas.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Deputado JÚLIO CÉSAR	PI	PFL

DATA	ASSINATURA
10/8/2005	<i>Júlio César</i>

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00013

PL 024/2005-CN

Mensagem 0081/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PL nº 24 / 2005 - CN	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---	--------------------

TEXTO

Inclua-se no PLN nº 24/2005 o seguinte subtítulo:

26.782.0232.1E59.0002 - Construção de anéis rodoviários no Estado do Mato Grosso do Sul - no Município de Dourados - MS (Perimetral Norte)..... R\$ 10.000.000,00

Cancelamento:

26.782.0220.2324.0001 – Sinalização Rodoviária – Nacional..... R\$ 10.000.000,00

GND 4; Fonte 111; MA 90

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa suplementar a dotação alocada no OGU/2005 com vistas a construção da Perimetral Norte no Município de Dourados – MS.

Os recursos ora pretendidos são extremamente necessários, haja vista que no Orçamento do atual exercício foram alocados recursos da ordem de apenas R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), o que, obviamente, não é suficiente, sequer, para implantar o canteiro de obras.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Dep. Geraldo Resende	MS	PPS
DATA	ASSINATURA		
11/08/2005	<i>Geraldo Resende</i>		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00014****PL 024/2005-CN**

Mensagem 0081/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO**PROJETO DE LEI NÚMERO
PLN 24/2005****PÁGINA
01 DE 01****TEXTO**

Suplementar no Programa de Trabalho do Anexo I, recursos, na forma abaixo especificada:

Órgão: 39000 – Ministério dos Transportes

Unidade: 39252 – Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes - DNIT

Funcional Programática: 26.782.0235.10ET.0002 – Adequação de trechos rodoviários no estado do Ceará

GND 4; Fonte: 111; Valor: R\$ 2.000.000,00

Como consequência, solicito o cancelamento dos seguintes recursos:

Órgão: 39000 – Ministério dos Transportes

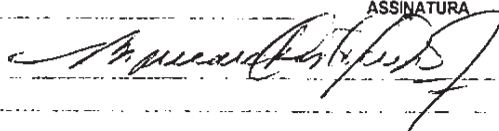
Unidade: 39252 – Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes - DNIT

Funcional Programática: 26.782.0220.2324.0001 – Sinalização Rodoviária - Nacional

GND 4; Fonte: 111; Valor: R\$ 2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo, disponibilizar recursos ao estado do Ceará para adequação dos trechos rodoviários do Estado, que estão em péssima situação.

CÓDIGO**NOME DO PARLAMENTAR****UF****PARTIDO****1239****Deputado Bismarck Maia****CE****PSDB****DATA****ASSINATURA****10/08/2005**

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00015****PL 024/2005-CN**

Mensagem 0081/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSOPROJETO DE LEI NÚMERO
PLN 24/2005PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

Suplementar no Programa de Trabalho do Anexo I, recursos, na forma abaixo especificada:

Órgão: 39000 - Ministério dos Transportes

Unidade: 39252 – Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes - DNIT

Funcional Programática: 26.782.0220.2834.0023 – Restauração de rodovias federais – No estado do Ceará

GND 4; Fonte: 111; Valor: R\$ 2.000.000,00

Como consequência, solicito o cancelamento dos seguintes recursos:

Órgão: 39000 – Ministério dos Transportes

Unidade: 39252 – Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes - DNIT

Funcional Programática: 26.782.0220.2324.0001 – Sinalização Rodoviária - Nacional

GND 4; Fonte: 111; Valor: R\$ 2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo, disponibilizar recursos ao estado do Ceará para que possam ser recuperadas as rodovias Federais existentes no estado, que encontra-se em péssimo conservação. Tais obras são indispensáveis para que possamos reduzir o número de acidentes, os prejuízos financeiros causados a população local, e principalmente, tentar acabar com o número de vítimas, inclusive fatais, fruto da situação caótica das rodovias que cruzam o nosso estado.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

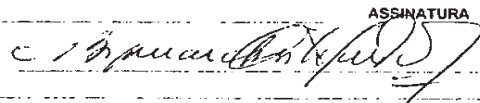
UF

PARTIDO

1239**Deputado Bismarck Maia****CE****PSDB**

DATA

ASSINATURA

10/08/2005

EMENDA - 00016**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****PL 024/2005-CN**

Mensagem 0081/2005-CN

ETA

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN 24/2005	PÁGINA 01 DE 01
	TEXTO	

Suplementar no Programa de Trabalho do Anexo I, recursos, na forma abaixo especificada:

Órgão: 39000 - Ministério dos Transportes

Unidade: 39252 - Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes - DNIT

Funcional Programática: 26.782.0220.2841.0023 - Conservação Preventiva e Rotineira de Rodovias - No Estado do Ceará

GND 4; Fonte: 111; Valor: R\$ 2.000.000,00

Como consequência, solicito o cancelamento dos seguintes recursos:

Órgão: 39000 - Ministério dos Transportes

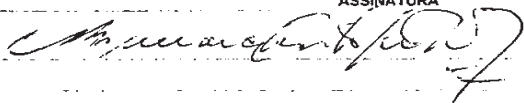
Unidade: 39252 - Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes - DNIT

Funcional Programática: 26.782.0220.2324.0001 - Sinalização Rodoviária - Nacional

GND 4; Fonte: 111; Valor: R\$ 2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo, disponibilizar recursos ao estado do Ceará para que possam ser aplicados na conservação preventiva e rotineiras das rodovias federais que cruzam o estado, visando, a redução do número de acidentes.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
1239	Deputado Bismarck Maia	CE	PSDB
DATA 10/08/2005	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00017****PL 024/2005-CN**

Mensagem 0081/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE L.

24/2005-CN

01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO:

INCLUA-SE ONDE COUBER NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR-020 NO DISTRITO FEDERAL - ADEQUAÇÃO DO TRECHO PLANALTINA - DIVISA DF/GO, FUNCIONAL PROGRAMÁTICA Nº 26.782.0230.10EA.0002.

CANCELAMENTO:

UNIDADE : 39252

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA : 26782022023240001

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

VALOR R\$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA AO PROJETO DE LEI Nº 24/2005 -CN, QUE ABRE AO ORÇAMENTO FISCAL DA UNIÃO, EM FAVOR DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, VISA RECURSOS PARA ESTA IMPORTANTE OBRA QUE LIGA O DISTRITO FEDERAL AO ESTADO DE GOIÁS.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

PEDRO CHAVES**GO****PMDB**

DATA

10/8/2005

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00018****PL 024/2005-CN**

Mensagem 0081/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

24/2005

PAGINA

DE

TEXTO

SUPLEMENTAR:

ÓRGÃO : 39252 - DNIT

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA : 26.782.02220.2841.0041 Conservação Preventiva e Rotineira de Rodovias no Estado do Paraná

VALOR : R\$ 5.000.000,00

GND : 4

MODALIDADE : 90

CANCELAR :

ÓRGÃO : DNIT

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA : 26.782.02220.2324.0001 - SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA NACIONAL

MODALIDADE : 90

Valor : R\$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Viabilizar a conservação preventiva da malha rodoviária federal no Estado do Paraná. Em várias rodovias, a situação precária tem colocado em risco a vida dos usuários das estradas. Além do que a manutenção preventiva, evitará gastos extraordinários no futuro, como já vem acontecendo em muitas regiões do País.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

EDUARDO SCIARRA

PR

PFL

DATA

11/08/2005

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00019****PL 024/2005-CN**

Mensagem 0081/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
24/2005PÁGINA
1 DE 1

TEXTO

. Suplemente-se:**Funcional Programática: 26.783.0230.7539.0004 – Construção de Contornos Ferroviários no Estado de Minas Gerais - no Município de Divinópolis – MG.****Esfera: 1 – GND: 4 – Modalidade de Aplicação: 99 – Fonte: 100****Valor: R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais)****. Cancelamento:****Funcional: 26.782.0220.2324.0001 – Sinalização Rodoviária – Nacional****Esfera: 1 – GND: 4 – Modalidade de Aplicação: 90 – Fonte: 111****Valor: R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais)**

JUSTIFICAÇÃO

Grande centro ferroviário do Estado de Minas Gerais, com intenso tráfego diário de trens de cargas, Divinópolis necessita da obra para solucionar os atuais e frequentes transtornos enfrentados pela população, principalmente a que se situa às margens dos trilhos. A presente emenda prevê a suplementação dos recursos financeiros para o projeto.

CÓDIGO

3230

NOME DO PARLAMENTAR

Jaime Martins

UF

MG

PARTIDO

PL

11/08/2005

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00020****PL 024/2005-CN**

Mensagem 0081/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
PLN 24/2005

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

SUPLEMENTAR NO PROJETO DE LEI N.º 24 DE 2005

26.782.0235.11UZ

PROJETO ATÍPICO – CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA BR 226 NO
ESTADO DO CEARÁ – TRECHO DIV. CE/RN – DIV. CE/PI

GND: 4

FTE: 100

VALOR: 2.000.000,00

CANCELAMENTO

26.782.0220.2324.0001

SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA – NACIONAL

GND: 4

FTE: 111

VALOR: 2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA TEM POR OBJETIVO ALOCAR RECURSOS PARA
CONCLUSÃO DO TRECHO DA BR 226 – PEDRA BRANCA/CRUZETA. A MESMA LIGA
O SERTÃO CENTRAL A BR 020, FACILITANDO A LIGAÇÃO DE DUAS IMPORTANTES
REGIÕES DO ESTADO DO CEARÁ

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

ANÍBAL GOMES

CE

PMDB

DATA

10/8/2005

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00021****PL 024/2005-CN**

Mensagem 0081/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

Nº 24

PAGINA

1 DE 1

TEXTO

Emenda Aditiva:

Adicionar ao Anexo I do PL nº 24 de 2005-CN, adicionar a Funcional Programática: 26.782.0220.2841.0011 "Conservação Preventiva e Rotineira de Rodovias – No Estado de Rondônia", no valor de R\$5.000.000 (Cinco milhões), ESF. F, GND. 4, RP. 2, MOD. 90, IU. 0, FTE. 111.

Cancelamento:

Ao Anexo I do PL nº 24 de 2005-CN, cancelar, na Funcional Programática: 26.782.0220.2324.0001 "SINALIZAÇÃO RODOVIARIA – NACIONAL" o valor de R\$5.000.000, , ESF. F, GND. 4, RP. 2, MOD. 90, IU. 0, FTE. 111.

JUSTIFICAÇÃO

Esta Emenda tem o objetivo de destinar recursos para atender as necessidades de melhorias da malha rodoviária do Estado de Rondônia, possibilitando maior segurança no transporte de pessoas e cargas. Nosso estado padece periodicamente com o mau estado das rodovias federais, que, apesar de atualmente estarem recebendo manutenção, não contam com recursos suficientes para atender as necessidades de conservação, principalmente na época das chuvas.

CÓDIGO

048

NOME DO PARLAMENTAR

Dep. EDUARDO VALVERDE

UF

RO

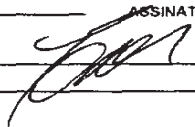
PARTIDO

PT

DATA

10/8/2005

ASSINATURA



EMENDA - 00022**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 024/2005-CN

Mensagem 0081/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
nº 24/2005-CNPÁGINA
DE

TEXTO

- Incluir no Projeto “Restauração de Rodovias Federais no Estado do Ceará”, da programação do Ministério dos Transportes (Unidade 39252), o crédito de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) na seguinte funcional programática:

- **26.782.0235.10ET.0002 – Restauração de Rodovias Federais no Estado do Ceará.**
Esfera: 1 ; GND: 4 ; Fonte: 111; Modalidade de Aplicação: 90 ; RP: 2 ; IU: 0.

- Cancele-se na funcionais programáticas abaixo o montante de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais):
 - **26.782.0220.2324.0001 – Sinalização Rodoviária;**
 - **26.782.0220.2841.0022 – Conservação Preventiva e Rotineira de Rodovias no Estado do Piauí.**

JUSTIFICAÇÃO

Através desta, pretende-se complementar os recursos destinados no OGU 2005 à restauração de rodovias federais no Estado do Ceará, e especificamente, a duplicação da BR 116, o que de fato proporcionará a melhoria do tráfego de veículos, principalmente os de grande porte.

CODIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

ZÉ GERARDO

CE

PMDB

DATA

ASSINATURA

11/08/05



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

ES

EMENDA - 00023**PL 024/2005-CN**

Mensagem 0081/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
nº 24/2005-CN

DE

TEXTO

- Incluir no Projeto "Restauração de Rodovias Federais no Estado do Ceará", da programação do Ministério dos Transportes (Unidade 39252), o crédito de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) na seguinte funcional programática:

- **26.782.0235.10ET.0002 – Restauração de Rodovias Federais no Estado do Ceará.**
Esfera: 1 ; GND: 4 ; Fonte: 111; Modalidade de Aplicação: 90 ; RP: 2 ; IU: 0.

- Cancele-se na funcional programática abaixo o montante de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais):
- **26.782.0220.2324.0001 – Sinalização Rodoviária.**

JUSTIFICAÇÃO

Através desta, pretende-se complementar os recursos destinados no OGU 2005 à restauração de rodovias federais no Estado do Ceará, e especificamente, a duplicação da BR 020, o que de fato proporcionará a melhoria do tráfego de veículos, principalmente os de grande porte.

CODIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

ZÉ GERARDO


CE

PMDB

DATA

11/08/05

ASSINATURA



EMENDA - 00024**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 024/2005-CN

Mensagem 0081/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
nº 24/2005-CNPÁGINA
DE

TEXTO

- Incluir no Projeto "Restauração de Rodovias Federais no Estado do Ceará", da programação do Ministério dos Transportes (Unidade 39252), o crédito de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) na seguinte funcional programática:
 - 26.782.0235.10ET.0002 – Restauração de Rodovias Federais no Estado do Ceará.
Esfera: 1 ; GND: 4 ; Fonte: 111; Modalidade de Aplicação: 90 ; RP: 2 ; IU: 0.
- Cancele-se na funcional programática abaixo o montante de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais):
 - 26.782.0220.2324.0001 – Sinalização Rodoviária.

JUSTIFICAÇÃO

Através desta, pretende-se complementar os recursos destinados no OGU 2005 à restauração de rodovias federais no Estado do Ceará, e especificamente, a duplicação da BR 222, o que de fato proporcionará a melhoria do tráfego de veículos, principalmente os de grande porte.

CODIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

ZÉ GERARDO

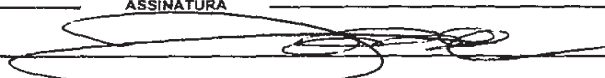
CE

PMDB

DATA

ASSINATURA

11/08/05



EMENDA - 00025

EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL

ES

PL 024/2005-CN

Mensagem 0081/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PL Nº 24/ 2005 - CNPÁGINA
1 de 1

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério dos Transportes - 39000

Unidade: Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT - 39252

Funcional Programática : 26.782.0230.1E65.0002

Ação: Construção de Trechos Rodoviários na BR- 484 no Estado do Espírito Santo – Trecho
Itarana – Afonso Cláudio – ES

GND: 4 ; MD: 90 ; Valor R\$ 2.000.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério dos Transportes - 39000

Unidade: Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT - 39252

Funcional Programática : 26.782.0220.2324.0001

Ação: Sinalização Rodoviária - Nacional

GND: 4 ; MD: 90 ; Valor R\$ 2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Justifica-se esta emenda a real necessidade de construção de trechos rodoviários na BR 484. Esta BR é de fundamental para o escoamento de produtos, uma vez que liga os municípios de Itarana a Afonso Cláudio no Estado do Espírito Santo. Esta rodovia permite o comércio e o transporte de pessoas entre estes municípios e outros municípios do Estados. O Estado do Espírito Santo, não pode ter o escoamento da sua produção comprometido por falta de estradas adequadas para este compromisso.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

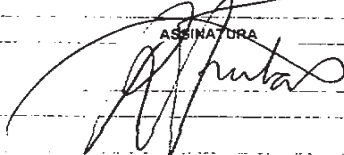
E.S

PMDB

DATA

11/08/2005

ASSINATURA



EMENDA - 00020

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**PL 024/2005-CN
Mensagem 0081/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PLN - 24 -2005PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

ACRESCENTAR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - CONSTRUÇÃO DE
TRECHOS RODOVIÁRIOS FEDERAIS NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL.

SUPLEMENTAÇÃO

ÓRGÃO: 39000

UNIDADE: 39252

GND: 4

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26.782.0232.11VT.0002

VALOR R\$ 5.000.000,00

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 39000

GND: 4

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26.782.0235.7204.0101

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 00

VALOR R\$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDE COM ESTA EMENDA, DESTINAR RECURSOS FINANCEIROS PARA
CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS FEDERAIS NO ESTADO DO MATO
GROSSO DO SUL

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO JOÃO GRANDÃO

MS

PT

DATA

ASSINATURA

11/08/2005

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00027****PL 024/2005-CN**

Mensagem 0081/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PLN - 24 -2005PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

**ACRESCENTAR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - CONSERVAÇÃO
PREVENTIVA E ROTINEIRA DE RODOVIÁRIA FEDERAIS - NACIONAL.****SUPLEMENTAÇÃO****ÓRGÃO: 39000****UNIDADE: 39252****GND: 4****FUNCIONAL PROGRAMATICA: 26.782.0220.3841.0022****VALOR R\$ 5.000.000,00****CANCELAMENTO:****ÓRGÃO: 39000****GND: 4****FUNCIONAL PROGRAMATICA: 26.782.0235.7204.0101****MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90****VALOR R\$ 5.000.000,00****JUSTIFICAÇÃO****PRETENDE COM ESTA EMENDA, DESTINAR RECURSOS FINANCEIROS PARA
CONSERVAÇÃO PREVENTIVA E ROTINEIRA DE TRECHOS RODOVIÁRIOS
FEDERAIS NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL**

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO JOÃO GRANDÃO**MS****PT**

DATA

ASSINATURA

11/08/2005

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00028****PL 024/2005-CN**

Mensagem 0081/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSOPROJETO DE LEI NÚM
PLN - 24 - 2005

TEXTO

**ACRESCENTAR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - SINALIZAÇÃO
RODOVIÁRIA FEDERAIS - NACIONAL.****SUPLEMENTAÇÃO**

ÓRGÃO: 39000

UNIDADE: 39252

GND: 4

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 26.782.0220.2324.0001

VALOR R\$ 5.000.000,00

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 39000

GND: 4

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 26.782.0235.7204.0101

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

VALOR R\$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO**PRETENDE COM ESTA EMENDA, DESTINAR RECURSOS FINANCEIROS PARA
CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS FEDERAIS NO ESTADO DO MATO
GROSSO DO SUL**

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO JOÃO GRANDÃO

MS

PT

DATA

ASSINATURA

11/08/2005

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Emendas
AO
PROJETO DE LEI
N.º 25/2005-CN

MENSAGEM
N.º 00082, de 2005 – CN
(Nº 0479/2005, na origem)

Ementa: “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito especial no valor global de R\$ 10.898.000,00 (dez milhões, oitocentos e noventa e oito mil reais), para os fins que especifica.”

Índice de Emendas
PLN: 025/2005 EMENDA**Total por Parlamentar**

ANÍBAL GOMES		
	00051 a 00055	5
ANIVALDO VALE		
	00001	1
BISMARCK MAIA		
	00030 a 00047	18
CARLOS SOUZA		
	00010 e 00011	2
CLAUDIO CAJADO		
	00012 e 00013	2
EDUARDO SCIARRA		
	00050	1
EDUARDO VALVERDE		
	00056	1
JAIME MARTINS		
	00048 e 00049	2
JOÃO GRANDÃO		
	00021 a 00023	3
JOSÉ CARLOS MACHADO		
	00020	1
JOSÉ DIVINO		
	00003 e 00004	2
JÚLIO CESAR		
	00014 a 00019	6
LUIZ CARREIRA		
	00002	1
MAURÍCIO RABELO		
	00026 a 00029	4
ROSE DE FREITAS		
	00024 e 00025	2
	00059 a 00064	6
WILSON SANTIAGO		
	00005 a 00009	5
ZÉ GERARDO		
	00057 e 00058	2

Total de Emendas: 64

EMENDA - 00001

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
PLNº 25/2005-CNPÁGINA
1 DE 1

TEXTO

Cancelar o cancelamento proposto no Projeto de Lei nº 25/2005-CN, Crédito especial - Programa de Trabalho do Ministério do Meio Ambiente, UO: 44901-Fundo Nacional de Meio Ambiente - Programa: 0151-Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento, o seguinte subtítulo:

Cancelar o Cancelamento:

UO: 44901 – Fundo Nacional de Meio Ambiente

Programa: 0151 - Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento

Funcional Programática: 18.541.0151.8671.0010

Subtítulo: Fomento a gestão ambiental em terras indígenas na Região Norte

GND: 3 e 4 / Modalidade de Aplicação: 30, 40, 50 e 90 / Fonte 142 / Valor: R\$ 1.500.000,00

Cancelar a Suplementação:

UO: 44901 – Fundo Nacional de Meio Ambiente

Programa: 0151 - Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento

Funcional Programática: 18.541.0151.8671.0001

Subtítulo: Fomento a gestão ambiental em terras indígenas - Nacional

GND: 3 e 4 / Modalidade de Aplicação: 30, 40, 50 e 90 / Fonte 142 / Valor: R\$ 1.500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, tem por finalidade priorizar e manter os recursos destinados ao fomento e a gestão ambiental em terras indígenas na Região Norte, cujo programa, tem por objetivo garantir e proteger a integridade do patrimônio territorial e ambiental das sociedades indígenas.

O Projeto de Lei nº 25, propõe a inclusão na Lei Orçamentária de 2005 o localizador "Nacional" referente à ação "Fomento à Gestão Ambiental em Terras Indígenas", na unidade orçamentária do Ministério do Meio Ambiente.

O crédito proposto, cancela os recursos destinados aos Estados da Região Norte, e insere uma nova programação orçamentária, que destina-se à ampliação para todas as regiões.

Observa-se que não há aumento do valor da dotação, caracterizando-se uma redução drástica para a Região Norte, pois, os recursos orçamentários de R\$ 1,5 milhões, são insuficientes para atender aos Estados do Norte do País.

CÓDIGO

3123-1

NOME DO PARLAMENTAR

ANIVALDO VALE

UF

PA

PARTIDO

PSDB

DATA

04/08/05

ASSINATURA



EMENDA - 00002

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

25

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Suprima-se o cancelamento abaixo:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.1047.5892.0029 – Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Planalto e Barra do Choça com Adutora de 21 Km no Estado da Bahia (Proágua Semi-Árido) no Estado da Bahia

Valor: R\$ 3.398.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa suprimir o cancelamento relativo ao Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Planalto e Barra do Choça com Adutora de 21 Km no Estado da Bahia (Proágua Semi-Árido) no Estado da Bahia, tendo em vista as reais necessidades dos referidos municípios.

CODIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

LUIZ CARREIRA

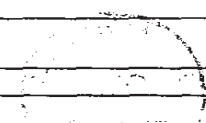
BA

PFL

DATA

1/8/2005

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00003**

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PLN - 25/2005 - CNPÁGINA
01 DE 01

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - APOIO A OBRAS PREVENTIVAS
DE DESASTRE, EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RJ.

SUPLEMENTAR:

ÓRGÃO: 53000

UNIDADE: 53101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 15.451.1138.1662.

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR R\$ 5.000.000,00

CANCELAMENTO:

UNIDADE: 53101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 18.544.1047.5824.0023

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR R\$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

OBJETIVA A PRESENTE EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO, DE RECURSOS FINANCEIROS PARA OBRAS PREVENTIVAS
DE DESASTRE.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO JOSÉ DIVINO

RJ

PMDB

DATA

04/08/2005

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00004**

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PLN - 25/2005 - CNPÁGINA
01 DE 01

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - APOIO A PROJETOS DE
FORMAÇÃO DE EDUCADORES AMBIENTAIS, EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO - RJ.

SUPLEMENTAR:

ÓRGÃO: 44000

UNIDADE: 44901

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 18.128.0052.4932.0001

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

VALOR R\$ 5.000.000,00

CANCELAMENTO:

UNIDADE: 44901

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 18.544.1047.5824.0023

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

VALOR R\$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

OBJETIVA A PRESENTE EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO, ATRAVÉS DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS, DE
RECURSOS FINANCEIROS, COM O OBJETIVO DE PROMOVER FORMAÇÃO DE
EDUCADORES AMBIENTAIS.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO JOSÉ DIVINO

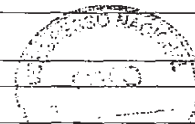
RJ

PMDB

DATA

ASSINATURA

04/08/2005



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00005**

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN - 25-2005 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

INCLUA - SE NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - APOIO A PROJETOS DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ENTRE 30.000 E 250.000 HABITANTES, EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAÍBA.

SUPLEMENTAÇÃO:

ÓRGÃO: 44000

UNIDADE: 44901

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 18.541.0151.8671.0001

MODALIDADE: 40

VALOR R\$ 1.000.000,00

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 44000

UNIDADE: 44901

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 18.541.0151.8671.0001

MODALIDADE: 90

VALOR R\$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDE-SE AO APRESENTAR ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAÍBA, DE PROJETOS DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO WILSON SANTIGO

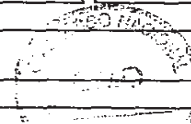
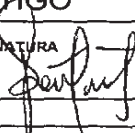
PB

PMDB

DATA

ASSINATURA

04/08/2005



EMENDA - 00006

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
PLN - 25-2005 - CNPÁGINA
01 DE 01

TEXTO

INCLUA - SE NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HIDRICA, EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAÍBA

SUPLEMENTAÇÃO:

ÓRGÃO: 53000

UNIDADE: 53101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 18.544.0515.1851.0082

MODALIDADE: 40

VALOR R\$ 3.000.000,00

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 53000

UNIDADE: 53101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 06.182.1027.0A09.0001

MODALIDADE: 30

VALOR R\$ 3.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDE-SE AO APRESENTAR ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAÍBA, DE PROJETOS DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HIDRICA.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO WILSON SANTIGO

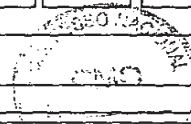
PB

PMDB

DATA

ASSINATURA

04/08/2005



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00007**

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN - 25-2005 - CN

PAGINA

01 DE 01

TEXTO

INCLUA - SE NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - APOIO A PROJETOS DE OBRAS PREVENTIVAS DE DESASTRE, EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAIBA.
SUPLEMENTAÇÃO:

ÓRGÃO: 53000

UNIDADE: 53101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 06.182.1027.0678.0154

MODALIDADE: 40

VALOR R\$ 3.000.000,00

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 53000

UNIDADE: 53101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 18.544.1047.5824.0023

MODALIDADE: 90

VALOR R\$ 3.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDE-SE AO APRESENTAR ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAIBA, DE PROJETOS DE APOIO A OBRAS PREVENTIVAS DE DESASNTRE.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO WILSON SANTIGO

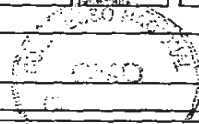
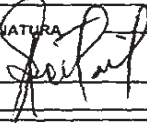
PB

PMDB

DATA

ASSINATURA

04/08/2005



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00008**

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN - 25-2005 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

INCLUA - SE NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL, EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAIBA.

SUPLEMENTAÇÃO:

ÓRGÃO: 53000

UNIDADE: 53101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 06.182.1027.0678.0154

MODALIDADE: 40

VALOR R\$ 3.000.000,00

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 53000

UNIDADE: 53101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 18.544.1047.5824.0023

MODALIDADE: 90

VALOR R\$ 3.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDE-SE AO APRESENTAR ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAÍBA, DE PROJETOS DE APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO WILSON SANTIGO

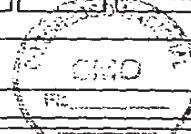
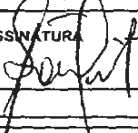
PB

PMDB

DATA

ASSINATURA

04/08/2005



EMENDA - 00009

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN - 25-2005 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

INCLUA - SE NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAIBA.

SUPLEMENTAÇÃO:

ÓRGÃO: 53000

UNIDADE: 53101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.121.0757.4534.0001

MODALIDADE: 40

VALOR R\$ 3.000.000,00

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 53000

UNIDADE: 53101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 18.544.1047.5824.0023

MODALIDADE: 90

VALOR R\$ 3.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDE-SE AO APRESENTAR ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAÍBA, DE PROJETOS DE APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO WILSON SANTIGO

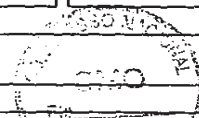
PB

PMDB

DATA

ASSINATURA

04/08/2005



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

E

EMENDA - 00010

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PLN - 25/2005 - CN

01 DE 01

TEXTO

INCLUA-SE NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - APOIO A PROJETOS DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL, EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO
AMAZONAS

SUPLEMENTAÇÃO:

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 06.182.1027.0A09.0001

GND: 4

MODALIDADE: 40

VALOR R\$ 3.000.000,00

CANCELAMENTO:

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 06.182.1027.0A09.0001

GND: 3

MODALIDADE: 30

VALOR R\$ 3.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

TEM POR OBJETIVO, AO APRESENTAR ESTA EMENDA, DOTAR OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO
AMAZONAS DE RECURSOS FINANCEIROS, PARA OBRAS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL LOCAL.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

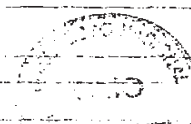

DEPUTADO CARLOS SOUZA

AM

PP

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00011**

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI N.º
PLN - 25/2005 - CIV

TEXTO

INCLUA-SE NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - APOIO A PROJETOS DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS.

SUPLEMENTAÇÃO:

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 18.541.0131.8671.0001

GND3

MODALIDADE: 40

VALOR R\$ 1.000.000,00

CANCELAMENTO:

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 18.541.0131.8671.0001

GND: 3

MODALIDADE: 30

VALOR R\$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

TEM POR OBJETIVO, AO APRESENTAR ESTA EMENDA, DOTAR OS MUNICÍPIOS DO AMAZONAS, DE RECURSOS FINANCEIROS, PARA APOIO A PROJETOS DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO CARLOS SOUZA**AM****PP**

DATA

ASSINATURA

EMENDA - 00012

EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

A

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO	PÁGINA
	25/2005	01 DE 01

TEXTO

Inclua-se	onde	couber:
-----------	------	---------

Apoio a realização de obras de prevenção e controle de desastres, sinistros e de defesa civil em Dias		D'Ávila/BA
---	--	------------

Valor	R\$	600.000,00
-------	-----	------------

Cancelamento:

06.182.1027.0A09.0001

Apoio a criação e implementação de órgãos regionais e municipais de defesa civil

JUSTIFICAÇÃO

A prevenção e controle de desastres oriundos de fatores climáticos como a contenção de encostas, desassoreamento de rios e outros, possibilitará grande melhoria da qualidade de vida, e baixa do risco de perdas de vidas.

CÓDIGO

3166

NOME DO PARLAMENTAR

Claudio Cajado

UF

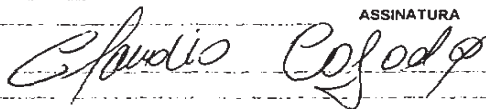
Ba

PARTIDO

PFL

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00013**

E

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
25/2005PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

Inclua-se onde couber:

Recuperação das Margens do Rio Imbassay em Dias D'Ávila/BA

Valor R\$ 600.000,00

Cancelamento:

18.544.1047.5824.0023

Recuperação do Sifão de Umburanas no estado do Ceará

JUSTIFICAÇÃO

Uma melhor distribuição dos recursos destinados a obras de infra estrutura hídrica, possibilitam uma melhoria na distribuição do quadro de desenvolvimento de região, e impedimento de sinistros registrados nas áreas beneficiadas.

CÓDIGO

3166

NOME DO PARLAMENTAR

Claudio Cajado

UF

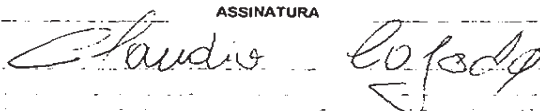
Ba

PARTIDO

PFL

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00014****PL 025/2005-CN**

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
NÚMERO
25/2005-CN

01 DE 01

TEXTO

Inclua-se, onde couber, no PL nº 25, de 2005- Crédito Especial – o seguinte Subtítulo:

18.511.1047.7766.XXXX – Implantação de Poços Públicos – Monsenhor Hipólito – PI

Esfera: Fiscal

GND 4

Valor: R\$ 200.000,00

CANCELAMENTO COMPENSATÓRIO**06.182.1027.0A09.0001 – Apoio a Criação e Implementação de Órgãos Regionais e Municipais
de Defesa Civil – Nacional**

Esfera: Fiscal

GND: 4

RP: 2

MA: 30

IU: 0

Valor: R\$ 200.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda objetiva melhorar as condições de vida da população do município no que se refere à oferta de água.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Deputado Júlio César

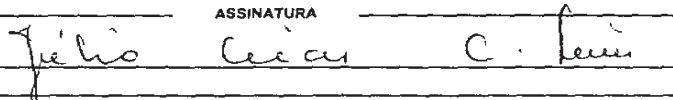
PI

PFL

DATA

ASSINATURA

11/08/2005



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00015****PL 025/2005-CN**

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSOPROJETO DE LEI
NÚMERO
25/2005-CN

01 DE 01

TEXTO

Inclua-se, onde couber, no PL nº 25, de 2005- Crédito Especial – o seguinte Subtítulo:

18.511.1047.7766.XXXX – Implantação de Poços Públicos – Fronteiras – PI

Esfera: Fiscal

GND 4

Valor: R\$ 200.000,00

CANCELAMENTO COMPENSATÓRIO06.182.1027.0A09.0001 – Apoio a Criação e Implementação de Órgãos Regionais e Municipais
de Defesa Civil – Nacional

Esfera: Fiscal

GND: 4

RP: 2

MA: 30

IU: 0

Valor: R\$ 200.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda objetiva melhorar as condições de vida da população do município no que se refere à oferta de água.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Deputado Júlio César

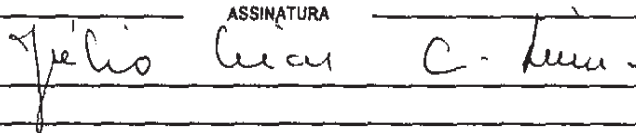
PI

PFL

DATA

ASSINATURA

11/08/2005



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00016****PL 025/2005-CN**

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSOPROJETO DE L
NÚMERO
25/2005-CN

01 DE 01

TEXTO

Inclua-se, onde couber, no PL nº 25, de 2005- Crédito Especial – o seguinte Subtítulo:

18.511.1047.7766.XXXX – Implantação de Poços Públicos – Francisco Santos – PI

Esfera: Fiscal

GND 4

Valor: R\$ 200.000,00

CANCELAMENTO COMPENSATÓRIO

06.182.1027.0A09.0001 – Apoio a Criação e Implementação de Órgãos Regionais e Municipais de Defesa Civil – Nacional

Esfera: Fiscal

GND: 4

RP: 2

MA: 30

IU: 0

Valor: R\$ 200.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda objetiva melhorar as condições de vida da população do município no que se refere à oferta de água.

CÓDIGO**NOME DO PARLAMENTAR****UF****PARTIDO**

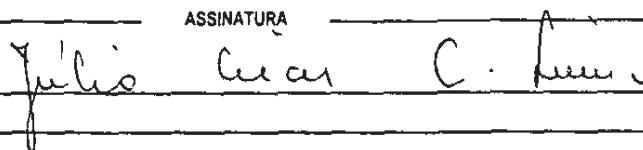
Deputado Júlio César

PI

PFL

DATA**ASSINATURA**

11/08/2005



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00017****PL 025/2005-CN**

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSOPROJETO DE LEI
NÚMERO
25/2005-CN

VÍDEO

TEXTO

Inclua-se, onde couber, no PL nº 25, de 2005- Crédito Especial – o seguinte Subtítulo:

18.511.1047.7766.XXXX – Implantação de Poços Públicos – Belém do Piauí – PI

Esfera: Fiscal

GND 4

Valor: R\$ 200.000,00

CANCELAMENTO COMPENSATÓRIO06.182.1027.0A09.0001 – Apoio a Criação e Implementação de Órgãos Regionais e Municipais
de Defesa Civil – Nacional

Esfera: Fiscal

GND: 4

RP: 2

MA: 30

IU: 0

Valor: R\$ 200.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda objetiva melhorar as condições de vida da população do município no que se refere à oferta de água.

CÓDIGO**NOME DO PARLAMENTAR****UF****PARTIDO**

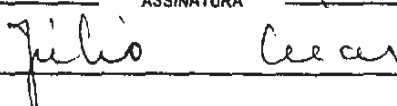
Deputado Júlio César

PI

PFL

DATA**ASSINATURA**

11/08/2005



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00018**

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
NÚMERO
25/2005-CN

01 DE 01

TEXTO

Inclua-se, onde couber, no PL nº 25, de 2005- Crédito Especial – o seguinte Subtítulo:

18.511.1047.7766.XXXX – Implantação de Poços Públicos – Arraial – PI

Esfera: Fiscal

GND 4

Valor: R\$ 100.000,00

CANCELAMENTO COMPENSATÓRIO

06.182.1027.0A09.0001 – Apoio a Criação e Implementação de Órgãos Regionais e Municipais de Defesa Civil – Nacional

Esfera: Fiscal

GND: 4

RP: 2

MA: 30

IU: 0

Valor: R\$ 100.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda objetiva melhorar as condições de vida da população do município no que se refere à oferta de água.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Deputado Júlio César

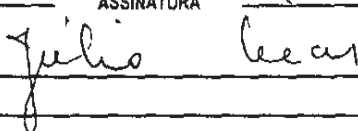
PI

PFL

DATA

ASSINATURA

11/08/2005



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00019**

A

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO
NÚMERO
25/2005-CN

01 DE 01

TEXTO

Inclua-se, onde couber, no PL nº 25, de 2005- Crédito Especial – o seguinte Subtítulo:

18.511.1047.7766.XXXX – Implantação de Poços Públicos – Francisco Aires – PI

Esfera: Fiscal

GND 4

Valor: R\$ 100.000,00

CANCELAMENTO COMPENSATÓRIO

06.182.1027.0A09.0001 – Apoio a Criação e Implementação de Órgãos Regionais e Municipais
de Defesa Civil – Nacional

Esfera: Fiscal

GND: 4

RP: 2

MA: 30

IU: 0

Valor: R\$ 100.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda objetiva melhorar as condições de vida da população do município no que se refere à oferta de água.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Deputado Júlio César

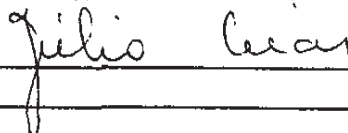
PI

PFL

DATA

ASSINATURA

11/08/2005



EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

E

EMENDA - 00020

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

PROJETO

INSTRUÇÕES NO VERSO

25/2005

1/1

TEXTO

Suprima-se do Anexo I (Suplementação) - Programa 1047 - Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONVIVER - Funcional Programática 18.544.1047.5824.0023 o valor de R\$ 2.500.000,00 (Dois milhões e quinhentos mil reais) em decorrência da suplementação de idêntico valor na Funcional Programática 18.544.1047.5898.0028 a ser acrescida neste Projeto de Crédito Especial no mesmo Programa e Anexo. Assim, restará a seguinte redação nas funcionais programáticas alterada e inserida:

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO

ÓRGÃO: 53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

UNIDADE: 53101 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

PROGRAMA: 1027 - Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONVIVER

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA - 18.544.1047.5824.0023

ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
F	4	2	30	0	148	1.150.000
F	4	2	30	1	100	1.050.000

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA - 18.544.1047.5898.0028

ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
F	4	2	30	0	148	1.200.000
F	4	2	30	1	100	1.300.000

JUSTIFICATIVA

A Funcional Programática que se pretende incluir refere-se a obra já iniciada e em curso no Estado de Sergipe que, em virtude de sua grandiosidade, o governo estadual não está conseguindo fazer frente a destinação de recursos suficientes, o que poderá resultar em paralisação da mesma e, consequentemente, prejuízos ao erário público.

Trata-se de obra prevista no PPA 2004/2007 e, como dito, já iniciada e em andamento, configurando imperativo legal a alocação de recursos orçamentários para continuidade da obra.

A LC 101/2000 (LRF) em seu art. 45 assim dispõe:

" Observado o disposto no § 5º do art. 5º, a lei orçamentária e as de créditos adicionais só incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias".

Por essas razões, não há outra conclusão que se possa chegar que não a obrigatoriedade do acatamento dessa emenda.

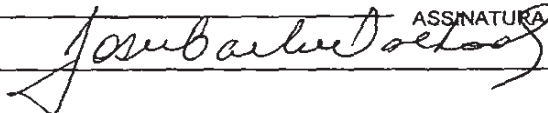
CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

JOSÉ CARLOS MACHADO

UF
SEPARTIDO
PFLDATA
09/08/2005

ASSINATURA



EMENDA - 00021

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

PLN - 25-2005

01 DE 01

TEXTO

ACRESCENTAR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - FOMENTO A GESTÃO
AMBIENTAL - NACIONAL.

SUPLEMENTAÇÃO

ÓRGÃO: 44000

UNIDADE: 44901

GND: 4

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 18.541.0151.0001

VALOR R\$ 1.500.000,00

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 44000

GND: 4

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 18.541.0151.0001

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR R\$ 1.500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDE COM ESTA EMENDA, DESTINAR RECURSOS FINANCEIROS
PARA OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, PARA FOMENTO
A GESTÃO AMBIENTAL.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO JOÃO GRANDÃO

MS

PT

DATA

ASSINATURA

11/08/2005

EMENDA - 00022

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NUMERO
PLN - 25-2005PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

ACRESCENTAR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - SISTEMA DE
ABASTECIMENTO DE ÁGUA - NACIONAL.

SUPLEMENTAÇÃO

ÓRGÃO: 53000

UNIDADE: 53101

GND: 4

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 18.544.1047.5892.0029

VALOR R\$ 2.500.000,00

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 53101

GND: 4

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 18.182.1027.0A09.0001

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR R\$ 2.500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDE COM ESTA EMENDA, DESTINAR RECURSOS FINANCEIROS
PARA OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, PARA SISTEMA
DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO JOÃO GRANDÃO

MS

PT

DATA

ASSINATURA

11/08/2005

EMENDA - 00023

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PLN - 25-2005PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

ACRESCENTAR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - REABILITAÇÃO DOS
CENÁRIOS DE DESASTRE - NACIONAL.

SUPLEMENTAÇÃO

ÓRGÃO: 53000

UNIDADE: 53101

GND: 4

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 06.182.1029.4564.0001

VALOR R\$ 3.500.000,00

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 53000

GND: 4

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 18.541.0151.0001

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR R\$ 3.500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDE COM ESTA EMENDA, DESTINAR RECURSOS FINANCEIROS
PARA OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, PARA A
REABILITAÇÃO DOS CENÁRIOS DE DESASTRE..

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO JOÃO GRANDÃO

MS

PT

DATA

ASSINATURA

11/08/2005

EMENDA - 00024

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

A

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PL Nº 25/ 2005 - CNPÁGINA
1 de 1

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério da Integração Nacional - 53000

Unidade: Ministério da Integração Nacional - 53101

Funcional Programática : 06.182.1027.0A09.XXXX

Ação: Apoio a Criação e Implementação de órgãos Regionais e Municipais de Defesa Civil –
Mantenópolis - ES

GND: 4 ; MD: 30 ; Valor R\$ 100.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério da Integração Nacional - 53000

Unidade: Ministério da Integração Nacional - 53101

Funcional Programática : 06.182.1027.0A09.0001

Ação: Apoio a Criação e Implementação de órgãos Regionais e Municipais de Defesa Civil –
Nacional

GND: 4 ; MD: 30 ; Valor R\$ 100.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A aprovação desta possibilitará o apoio e a criação e implementação de órgãos municipais de defesa civil no município de Mantenópolis. Isto trará benefícios ao município uma vez que possibilitará um melhor atendimento a população pelo devido órgão.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

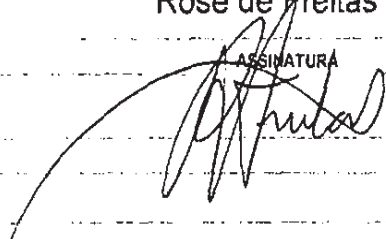
E.S

PMDB

DATA

11/08/2005

ASSINATURA



EMENDA - 00025

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PL Nº 25/ 2005 - CN	PÁGINA 1 de 1
TEXTO		

Suplementar

Órgão: Ministério da Integração Nacional - 53000

Unidade: Ministério da Integração Nacional - 53101

Funcional Programática : 06.182.1027.0A09.XXXX

Ação: Apoio a Criação e Implementação de órgãos Regionais e Municipais de Defesa Civil -
Venda Nova do Imigrante - ES

GND: 4 ; MD: 30 ; Valor R\$ 100.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério da Integração Nacional - 53000

Unidade: Ministério da Integração Nacional - 53101

Funcional Programática : 06.182.1027.0A09.0001

Ação: Apoio a Criação e Implementação de órgãos Regionais e Municipais de Defesa Civil -
Nacional

GND: 4 ; MD: 30 ; Valor R\$ 100.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A aprovação desta possibilitará o apoio e a criação e implementação de órgãos municipais de defesa civil no município de Venda Nova do Imigrante . Isto trará benefícios ao município uma vez que possibilitará um melhor atendimento a população pelo devido órgão.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

E.S

PMDB

DATA

ASSINATURA

11/08/2005

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00026**

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

025/2005

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

Inclua-se onde couber no anexo-I, do Projeto de Lei nº. 025/2005, no Ministério da Integração Nacional (UO-53101), o seguinte subprojeto/subatividade:

ACRÉSCIMO :**06.182.1027.0678.xxxx – Apoio a Obras Preventivas de Desastres – Araguaína-To.****Valor: R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)****Fonte: 100****GND: 04****Modalidades de Aplicação: 40****CANCELAMENTO : Anexo-I****Função Programática: 06.182.1027.0A09.0001 – Apoio a Criação e Implementação de Órgãos Regionais e Municipais de Defesa Civil – Nacional.****Valor: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)****Fonte: 100****GND: 04****Modalidade de Aplicação: 30**

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa assegurar recursos para a recuperação de área com erosão incluindo pavimentação.

CÓDIGO

1212

NOME DO PARLAMENTAR

DEPUTADO MAURÍCIO RABELO

UF

TO

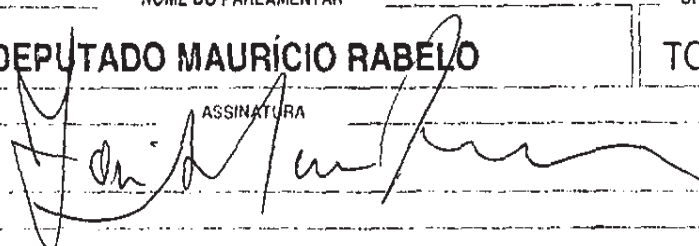
PARTIDO

PL

DATA

11/08/2005

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00027**

ES:

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

025/2005

01 DE 01

TEXTO

Inclua-se onde couber no anexo-I, do Projeto de Lei nº. 025/2005, no Ministério da Integração Nacional (UO-53101), o seguinte subprojeto/subatividade:

ACRÉSCIMO:**06.182.1027.0678.xxxx – Apoio a Obras Preventivas de Desastres – Gurupi-To.****Valor: R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)****Fonte: 100****GND: 04****Modalidades de Aplicação: 40****CANCELAMENTO: Anexo-I****Função Programática: 06.182.1027.0A09.0001 – Apoio a Criação e Implementação de Órgãos Regionais e Municipais de Defesa Civil – Nacional.****Valor: R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)****Fonte: 100****GND: 04****Modalidade de Aplicação: 30**

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa assegurar recursos para a recuperação de área com erosão incluindo pavimentação,

CÓDIGO

1212

NOME DO PARLAMENTAR

DEPUTADO MAURÍCIO RABELO

UF

TO

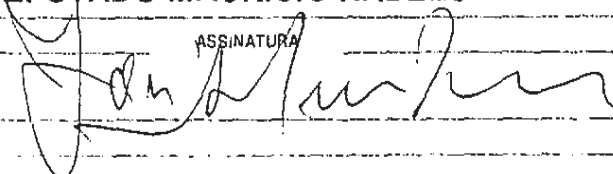
PARTIDO

PL

DATA

11/08/2005

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00028**

E PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

025/2005

PAGINA

01 DE 01

TEXTO

Inclua-se onde couber no anexo-I, do Projeto de Lei nº. 025/2005, no Ministério da Integração Nacional (UO-53101), o seguinte subprojeto/subatividade:

ACRÉSCIMO:**06.182.1027.0678.xxxx – Apoio a Obras Preventivas de Desastres – Taguatinga-To.****Valor: R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)****Fonte: 100****GND: 04****Modalidades de Aplicação: 40****CANCELAMENTO: Anexo-I****Função Programática: 06.182.1027.0A09.0001 -- Apoio a Criação e Implementação de Órgãos Regionais e Municipais de Defesa Civil – Nacional.****Valor: R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)****Fonte: 100****GND: 04****Modalidade de Aplicação: 30**

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa assegurar recursos para a recuperação de área com erosão incluindo pavimentação,

CÓDIGO

1212

NOME DO PARLAMENTAR

DEPUTADO MAURÍCIO RABELO/

UF

TO

PARTIDO

PL

DATA

11/08/2005

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00029**

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

025/2005

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

Inclua-se onde couber no anexo-I, do Projeto de Lei nº. 025/2005, no Ministério da Integração Nacional (UO-53101), o seguinte subprojeto/subatividade:

ACRÉSCIMO:**06.182.1027.0678.xxxx – Apoio a Obras Preventivas de Desastres – Tocantínia-To.****Valor: R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)****Fonte: 100****GND: 04****Modalidades de Aplicação: 40****CANCELAMENTO: Anexo-I****Função Programática: 06.182.1027.0A09.0001 – Apoio a Criação e Implementação de Órgãos Regionais e Municipais de Defesa Civil – Nacional.****Valor: R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)****Fonte: 100****GND: 04****Modalidade de Aplicação: 30**

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa assegurar recursos para a recuperação de área com erosão incluindo pavimentação,

CÓDIGO

1212

NOME DO PARLAMENTAR

DEPUTADO MAURÍCIO RABELO

UF

TO

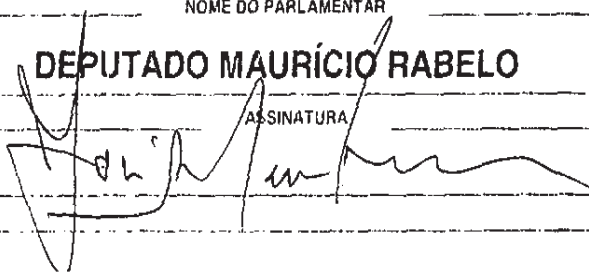
PARTIDO

PL

DATA

11/08/2005

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00030**

E

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PLN 25/2005PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

Incluir no Programa de Trabalho do Anexo I, do PLN 25/2005 de crédito especial, nova programação para constar na Lei Orçamentária de 2005, na forma abaixo especificada:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.0515.1851.0858 – Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica – Iguatu/CE

GND 4 Fonte: 100 Valor: R\$ 100.000,00

Como consequência, solicito o cancelamento dos seguintes recursos:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 06.182.1027.0A09.0001 – Apoio a Criação e Implementação de Órgãos Regionais e Municipais de Defesa Civil - Nacional

GND 4 Fonte: 100 Valor: R\$ 100.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo, destinar recursos para construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica no município de Iguatu, visando o aumento da oferta de água para atender o consumo humano e a produção dos setores primários e secundários do referido município e região.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

1239

Deputado Bismarck Maia

CE

PSDB

DATA

ASSINATURA

10/08/2005

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00031****PL 025/2005-CN**

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PLN 25/2005PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

Incluir no Programa de Trabalho do Anexo I, do PLN 25/2005 de crédito especial, nova programação para constar na Lei Orçamentária de 2005, na forma abaixo especificada:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.0515.1851.0824 – Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica – Aiuaba/CE

GND 4 Fonte: 100 Valor: R\$ 100.000,00

Como consequência, solicito o cancelamento dos seguintes recursos:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 06.182.1027.0A09.0001 – Apoio a Criação e Implementação de Órgãos Regionais e Municipais de Defesa Civil - Nacional

GND 4 Fonte: 100 Valor: R\$ 100.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo, destinar recursos para construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica no município de Aiuaba, visando o aumento da oferta de água para atender o consumo humano e a produção dos setores primários e secundários do referido município e região.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

1239

Deputado Bismarck Maia

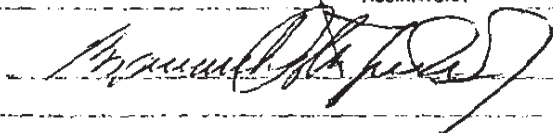
CE

PSDB

DATA

ASSINATURA

10/08/2005



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00032****PL 025/2005-CN**

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PLN 25/2005PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

Incluir no Programa de Trabalho do Anexo I, do PLN 25/2005 de crédito especial, nova programação para constar na Lei Orçamentária de 2005, na forma abaixo especificada:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.0515.1851.0826 – Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica – Aquiraz/CE

GND 4 Fonte: 100 Valor: R\$ 100.000,00

Como consequência, solicito o cancelamento dos seguintes recursos:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 06.182.1027.0A09.0001 – Apoio a Criação e Implementação de Órgãos Regionais e Municipais de Defesa Civil - Nacional

GND 4 Fonte: 100 Valor: R\$ 100.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo, destinar recursos para construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica no município de Aquiraz, visando o aumento da oferta de água para atender o consumo humano e a produção dos setores primários e secundários do referido município e região.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

1239

Deputado Bismarck Maia

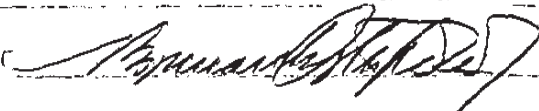
CE

PSDB

DATA

ASSINATURA

10/08/2005



EMENDA - 00033**PL 025/2005-CN**

Mensagem 0082/2005-CN

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PLN 25/2005PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

Incluir no Programa de Trabalho do Anexo I, do PLN 25/2005 de crédito especial, nova programação para constar na Lei Orçamentária de 2005, na forma abaixo especificada:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.0515.1851.0828 – Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica – Aracati/CE

GND 4 Fonte: 100 Valor: R\$ 100.000,00

Como consequência, solicito o cancelamento dos seguintes recursos:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 06.182.1027.0A09.0001 – Apoio a Criação e Implementação de Órgãos Regionais e Municipais de Defesa Civil - Nacional

GND 4 Fonte: 100 Valor: R\$ 100.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo, destinar recursos para construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica no município de Aracati, visando o aumento da oferta de água para atender o consumo humano e a produção dos setores primários e secundários do referido município e região.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

1239

Deputado Bismarck Maia

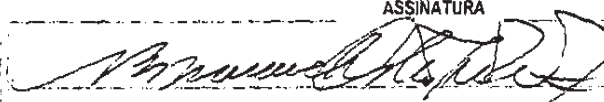
CE

PSDB

DATA

ASSINATURA

10/08/2005



EMENDA - 00034**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN 25/2005	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--------------------------------------	--------------------

TEXTO

Incluir no Programa de Trabalho do Anexo I, do PLN 25/2005 de crédito especial, nova programação para constar na Lei Orçamentária de 2005, na forma abaixo especificada:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.0515.1851.0830 – Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica – Barroquinha/CE

GND 4 Fonte: 100 Valor: R\$ 100.000,00

Como consequência, solicito o cancelamento dos seguintes recursos:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 06.182.1027.0A09.0001 – Apoio a Criação e Implementação de Órgãos Regionais e Municipais de Defesa Civil - Nacional

GND 4 Fonte: 100 Valor: R\$ 100.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo, destinar recursos para construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica no município de Barroquinha, visando o aumento da oferta de água para atender o consumo humano e a produção dos setores primários e secundários do referido município e região.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
1239	Deputado Bismarck Maia	CE	PSDB
DATA	ASSINATURA		
10/08/2005			

EMENDA - 00035**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PLN 25/2005PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

Incluir no Programa de Trabalho do Anexo I, do PLN 25/2005 de crédito especial, nova programação para constar na Lei Orçamentária de 2005, na forma abaixo especificada:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.0515.1851.0832 – Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica – Catarina/CE

GND 4 Fonte: 100 Valor: R\$ 100.000,00

Como consequência, solicito o cancelamento dos seguintes recursos:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 06.182.1027.0A09.0001 – Apoio a Criação e Implementação de Órgãos Regionais e Municipais de Defesa Civil - Nacional

GND 4 Fonte: 100 Valor: R\$ 100.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo, destinar recursos para construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica no município de Catarina, visando o aumento da oferta de água para atender o consumo humano e a produção dos setores primários e secundários do referido município e região.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

1239

Deputado Bismarck Maia

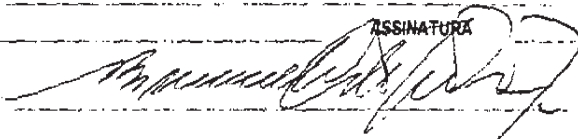
CE

PSDB

DATA

ASSINATURA

10/08/2005



EMENDA - 00036**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN 25/2005	PÁGINA 01 DE 01
TEXTO		

Incluir no Programa de Trabalho do Anexo I, do PLN 25/2005 de crédito especial, nova programação para constar na Lei Orçamentária de 2005, na forma abaixo especificada:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.0515.1851.0834 – Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica – Chaval/CE

GND 4 Fonte: 100 Valor: R\$ 100.000,00

Como consequência, solicito o cancelamento dos seguintes recursos:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

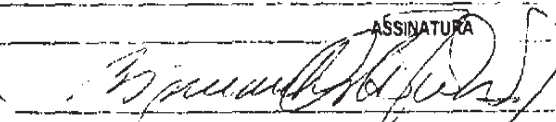
Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 06.182.1027.0A09.0001 – Apoio a Criação e Implementação de Órgãos Regionais e Municipais de Defesa Civil - Nacional

GND 4 Fonte: 100 Valor: R\$ 100.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo, destinar recursos para construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica no município de Chaval, visando o aumento da oferta de água para atender o consumo humano e a produção dos setores primários e secundários do referido município e região.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
1239	Deputado Bismarck Maia	CE	PSDB
DATA 10/08/2005	ASSINATURA 		

EMENDA - 00037

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PLN 25/2005PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

Incluir no Programa de Trabalho do Anexo I, do PLN 25/2005 de crédito especial, nova programação para constar na Lei Orçamentária de 2005, na forma abaixo especificada:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.0515.1851.0836 – Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica – Eusébio/CE

GND 4 Fonte: 100 Valor: R\$ 100.000,00

Como consequência, solicito o cancelamento dos seguintes recursos:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 06.182.1027.0A09.0001 – Apoio a Criação e Implementação de Órgãos Regionais e Municipais de Defesa Civil - Nacional

GND 4 Fonte: 100 Valor: R\$ 100.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo, destinar recursos para construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica no município de Eusébio, visando o aumento da oferta de água para atender o consumo humano e a produção dos setores primários e secundários do referido município e região.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

1239

Deputado Bismarck Maia

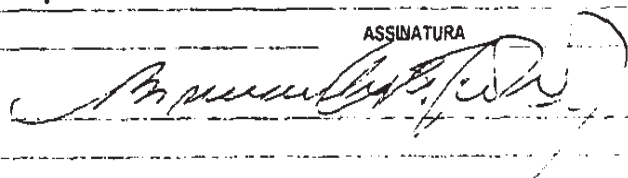
CE

PSDB

DATA

ASSINATURA

10/08/2005



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00038**

E

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

PLN 25/2005

01 DE 01

TEXTO

Incluir no Programa de Trabalho do Anexo I, do PLN 25/2005 de crédito especial, nova programação para constar na Lei Orçamentária de 2005, na forma abaixo especificada:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.0515.1851.0838 – Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica – Fortim/CE

GND 4 Fonte: 100 Valor: R\$ 100.000,00

Como consequência, solicito o cancelamento dos seguintes recursos:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 06.182.1027.0A09.0001 – Apoio a Criação e Implementação de Órgãos Regionais e Municipais de Defesa Civil - Nacional

GND 4 Fonte: 100 Valor: R\$ 100.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo, destinar recursos para construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica no município de Fortim, visando o aumento da oferta de água para atender o consumo humano e a produção dos setores primários e secundários do referido município e região.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

1239

Deputado Bismarck Maia

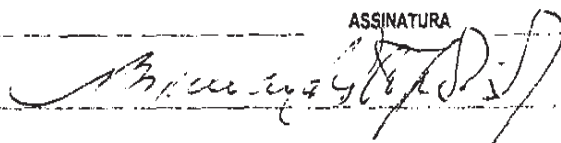
CE

PSDB

DATA

ASSINATURA

10/08/2005



EMENDA - 00039

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PLN 25/2005

01 DE 01

TEXTO

Incluir no Programa de Trabalho do Anexo I, do PLN 25/2005 de crédito especial, nova programação para constar na Lei Orçamentária de 2005, na forma abaixo especificada:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.0515.1851.0840 – Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica – Icapuí/CE

GND 4 Fonte: 100 Valor: R\$ 100.000,00

Como consequência, solicito o cancelamento dos seguintes recursos:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 06.182.1027.0A09.0001 – Apoio a Criação e Implementação de Órgãos Regionais e Municipais de Defesa Civil - Nacional

GND 4 Fonte: 100 Valor: R\$ 100.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo, destinar recursos para construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica no município de Icapuí, visando o aumento da oferta de água para atender o consumo humano e a produção dos setores primários e secundários do referido município e região.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

1239

Deputado Bismarck Maia

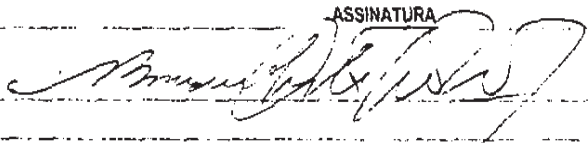
CE

PSDB

DATA

ASSINATURA

10/08/2005



EMENDA - 00040**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PLN 25/2005PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

Incluir no Programa de Trabalho do Anexo I, do PLN 25/2005 de crédito especial, nova programação para constar na Lei Orçamentária de 2005, na forma abaixo especificada:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.0515.1851.0842 – Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica – Ipueiras/CE

GND 4 Fonte: 100 Valor: R\$ 100.000,00

Como consequência, solicito o cancelamento dos seguintes recursos:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 06.182.1027.0A09.0001 – Apoio a Criação e Implementação de Órgãos Regionais e Municipais de Defesa Civil - Nacional

GND 4 Fonte: 100 Valor: R\$ 100.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo, destinar recursos para construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica no município de Ipueiras, visando o aumento da oferta de água para atender o consumo humano e a produção dos setores primários e secundários do referido município e região.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

1239

Deputado Bismarck Maia

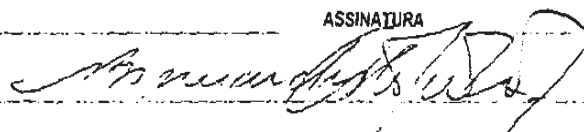
CE

PSDB

DATA

ASSINATURA

10/08/2005



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00041**

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSOPROJETO DE LEI NÚMERO
PLN 25/2005PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

Incluir no Programa de Trabalho do Anexo I, do PLN 25/2005 de crédito especial, nova programação para constar na Lei Orçamentária de 2005, na forma abaixo especificada:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.0515.1851.0844 – Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hidrica – Jaguaribara/CE

GND 4 Fonte: 100 Valor: R\$ 100.000,00

Como consequência, solicito o cancelamento dos seguintes recursos:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 06.182.1027.0A09.0001 – Apoio a Criação e Implementação de Órgãos Regionais e Municipais de Defesa Civil - Nacional

GND 4 Fonte: 100 Valor: R\$ 100.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo, destinar recursos para construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica no município de Jaguaribara, visando o aumento da oferta de água para atender o consumo humano e a produção dos setores primários e secundários do referido município e região.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

1239

Deputado Bismarck Maia

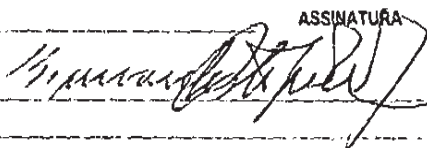
CE

PSDB

DATA

ASSINATURA

10/08/2005



EMENDA - 00042

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**PL 025/2005-CN
Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PLN 25/2005PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

Incluir no Programa de Trabalho do Anexo I, do PLN 25/2005 de crédito especial, nova programação para constar na Lei Orçamentária de 2005, na forma abaixo especificada:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.0515.1851.0846 – Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica – Mombaça/CE

GND 4 Fonte: 100 Valor: R\$ 100.000,00

Como consequência, solicito o cancelamento dos seguintes recursos:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 06.182.1027.0A09.0001 – Apoio a Criação e Implementação de Órgãos Regionais e Municipais de Defesa Civil - Nacional

GND 4 Fonte: 100 Valor: R\$ 100.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo, destinar recursos para construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica no município de Mombaça, visando o aumento da oferta de água para atender o consumo humano e a produção dos setores primários e secundários do referido município e região.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

1239

Deputado Bismarck Maia

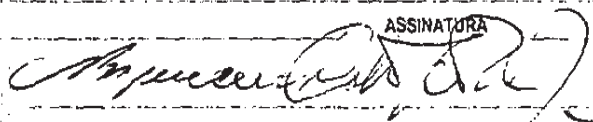
CE

PSDB

DATA

10/08/2005

ASSINATURA



EMENDA - 00043**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

PLN 25/2005

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

Incluir no Programa de Trabalho do Anexo I, do PLN 25/2005 de crédito especial, nova programação para constar na Lei Orçamentária de 2005, na forma abaixo especificada:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.0515.1851.0848 – Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica – Pacoti/CE

GND 4 Fonte: 100 Valor: R\$ 100.000,00

Como consequência, solicito o cancelamento dos seguintes recursos:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 06.182.1027.0A09.0001 – Apoio a Criação e Implementação de Órgãos Regionais e Municipais de Defesa Civil - Nacional

GND 4 Fonte: 100 Valor: R\$ 100.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo, destinar recursos para construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica no município de Pacoti, visando o aumento da oferta de água para atender o consumo humano e a produção dos setores primários e secundários do referido município e região.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

1239

Deputado Bismarck Maia

CE

PSDB

DATA

ASSINATURA

10/08/2005

EMENDA - 00044

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PLN 25/2005PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

Incluir no Programa de Trabalho do Anexo I, do PLN 25/2005 de crédito especial, nova programação para constar na Lei Orçamentária de 2005, na forma abaixo especificada:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.0515.1851.0850 – Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica – Palhano/CE

GND 4 Fonte: 100 Valor: R\$ 100.000,00

Como consequência, solicito o cancelamento dos seguintes recursos:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 06.182.1027.0A09.0001 – Apoio a Criação e Implementação de Órgãos Regionais e Municipais de Defesa Civil - Nacional

GND 4 Fonte: 100 Valor: R\$ 100.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo, destinar recursos para construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica no município de Palhano, visando o aumento da oferta de água para atender o consumo humano e a produção dos setores primários e secundários do referido município e região.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

1239

Deputado Bismarck Maia

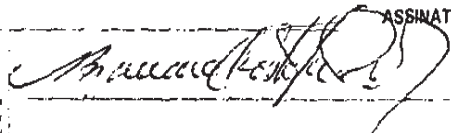
CE

PSDB

DATA

ASSINATURA

10/08/2005



EMENDA - 00045

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN 25/2005	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--------------------------------------	--------------------

TEXTO

Incluir no Programa de Trabalho do Anexo I, do PLN 25/2005 de crédito especial, nova programação para constar na Lei Orçamentária de 2005, na forma abaixo especificada:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.0515.1851.0852 – Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica – Poranga/CE

GND 4 Fonte: 100 Valor: R\$ 100.000,00

Como consequência, solicito o cancelamento dos seguintes recursos:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 06.182.1027.0A09.0001 – Apoio a Criação e Implementação de Órgãos Regionais e Municipais de Defesa Civil - Nacional

GND 4 Fonte: 100 Valor: R\$ 100.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo, destinar recursos para construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica no município de Poranga, visando o aumento da oferta de água para atender o consumo humano e a produção dos setores primários e secundários do referido município e região.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

1239

Deputado Bismarck Maia

CE

PSDB

DATA

ASSINATURA

10/08/2005



EMENDA - 00046**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN 25/2005	PÁGINA 01 DE 01
TEXTO		

Incluir no Programa de Trabalho do Anexo I, do PLN 25/2005 de crédito especial, nova programação para constar na Lei Orçamentária de 2005, na forma abaixo especificada:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.0515.1851.0854 – Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica – Potiretama/CE

GND 4 Fonte: 100 Valor: R\$ 100.000,00

Como consequência, solicito o cancelamento dos seguintes recursos:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 06.182.1027.0A09.0001 – Apoio a Criação e Implementação de Órgãos Regionais e Municipais de Defesa Civil - Nacional

GND 4 Fonte: 100 Valor: R\$ 100.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo, destinar recursos para construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica no município de Potiretama, visando o aumento da oferta de água para atender o consumo humano e a produção dos setores primários e secundários do referido município e região.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
1239	Deputado Bismarck Maia	CE	PSDB

DATA

10/08/2005

ASSINATURA



EMENDA - 00047

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN 25/2005	PÁGINA 01 DE 01
TEXTO		

Incluir no Programa de Trabalho do Anexo I, do PLN 25/2005 de crédito especial, nova programação para constar na Lei Orçamentária de 2005, na forma abaixo especificada:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 18.544.0515.1851.0856 – Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica – Tianguá/CE

GND 4 Fonte: 100 Valor: R\$ 100.000,00

Como consequência, solicito o cancelamento dos seguintes recursos:

Órgão: 53000 – Ministério da Integração Nacional

Unidade: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Funcional Programática: 06.182.1027.0A09.0001 – Apoio a Criação e Implementação de Órgãos Regionais e Municipais de Defesa Civil - Nacional

GND 4 Fonte: 100 Valor: R\$ 100.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo, destinar recursos para construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica no município de Tianguá, visando o aumento da oferta de água para atender o consumo humano e a produção dos setores primários e secundários do referido município e região.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
1239	Deputado Bismarck Maia	CE	PSDB
DATA	ASSINATURA		
10/08/2005			

EMENDA - 00048**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO 25/2005	PAGINA 1 DE 1
---------------------	----------------------------------	------------------

TEXTO

. Inclua-se:

53000 – Ministério da Integração Nacional

53201 – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF**Funcional Programática: 18.544.1305.3429.000 – Obras de Revitalização do Rio São Francisco / Esgotamento Sanitário do Município de Iguatama – Minas Gerais.**

Esfera: 1 – GND: 4 – Modalidade de Aplicação: 40 – Fonte: 100

Valor: R\$1.165.022,62 (hum milhão, cento e sessenta e cinco mil, vinte e dois reais e sessenta e dois centavos).**Cancelamento:**

Funcional Programática: 18.544.5824.0023 – Recuperação do Sifão de Umburanas no Estado do Ceará.

Esfera: 1 – GND: 4 – Modalidade de Aplicação: 30 – Fonte 100.

Valor: R\$1.165.022,62 (hum milhão, cento e sessenta e cinco mil, vinte e dois reais e sessenta e dois centavos).

JUSTIFICAÇÃO

O primeiro perímetro urbano cortado pelo Rio São Francisco é o de Iguatama e ali o esgoto é jogado in natura em suas águas. Portanto, é imprescindível que o projeto de revitalização do rio seja iniciado por esse município, sob pena de invalidar todas as outras ações desenvolvidas abaixo desta calha. Já existe um projeto, de baixo custo e tecnicamente aprovado, em tramitação na CODEVASF para implantação do sistema de tratamento de esgotos que depende apenas da alocação dos recursos financeiros.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
3230	Jaime Martins	MG	PL
11/08/2005			

EMENDA - 00049

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
25/2005PÁGINA
1 DE 1

TEXTO

. Inclua-se:

53000 – Ministério da Integração Nacional

53201 – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF**Funcional Programática: 18.544.1305.3429.0000 – Obras de Revitalização e Recuperação do Rio São Francisco/Macrodrenagem Urbana do Município de Iguatama – Minas Gerais.**

Esfera: 1 – GND: 4 – Modalidade de Aplicação: 40 – Fonte: 100

Valor: R\$2.466.569,88 (dois milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, quinhentos e sessenta e nove reais e oitenta e oitenta e oito centavos).**. Cancelamentos:**

– Funcional 06.182.1027.0A09.0001 – Apoio a Criação e Implementação de Órgãos Regionais e Municipais de Defesa Civil.

Esfera: 1 – GND: 4 – Modalidade de Aplicação: 30 – Fonte: 100

Valor: R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais)

– Funcional 18.544.1047.5824.0023 – Recuperação do Sifão de Umburanas no Estado do Ceará

Esfera: 1 – GND: 4 – Modalidade de Aplicação: 30 – Fonte: 100

Valor: R\$466.569,88 (quatrocentos e sessenta e seis mil, quinhentos e sessenta e nove reais e oitenta e oito centavos).

JUSTIFICAÇÃO

O primeiro perímetro urbano cortado pelo Rio São Francisco é o de Iguatama e cinco córregos afluentes desse rio pela margem direita também já foram degradados e poluídos porque o esgoto sanitário é jogado in natura também em suas águas. A drenagem e a revitalização desses córregos vem de encontro à solução de despoluição e revitalização do Rio São Francisco, tornando um modelo para os demais municípios e um marco da decisiva vontade do Governo em transformar o curso desse rio da integração nacional em um ambiente que dará às futuras gerações a dimensão da importância que esse Governo dedica à causa ambiental no País. Já existe um projeto, de baixo custo e tecnicamente aprovado, em tramitação na CODEVASF para drenagem dos córregos do município que depende apenas da alocação dos recursos financeiros.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

3230

Jaime Martins

MG

PL

11/08/2005

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00050

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI Nº
25/2005

TEXTO

Suplementação

Órgão : 53000 Ministério da Integração Nacional..

Unidade : 53101 Ministério da Integração Nacional

Funcional: 05.451.0120.004D.0190

Apoio a implantação de Infra-estrutura social e econômica nos municípios de faixa de fronteira – Estado do Paraná

Valor : R\$ 500.000,00

GND : 4

Modalidade : 40

CANCELAMENTO :

Órgão : 53000 Ministério da Integração Nacional

Unidade : 53101 Ministério da Integração Nacional

06.182.1027.0a09.0001 – Apoio a criação e implementação de órgãos regionais e municipais de defesa civil

Valor: R\$ 500.000,00

GND : 4

JUSTIFICAÇÃO

VIABILIZAR A INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA E SOCIAL NA EXTENSA FAIXA DE FRONTEIRA DO PARANÁ, COM O OBJETIVO DE REFORÇAR AQUELA INFRA-ESTRUTURA.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

EDUARDO SCIARRA

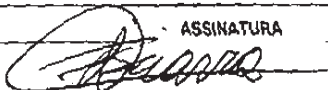
PR

PFL

DATA

ASSINATURA

11/08/2005



EMENDA - 00051

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN 25/2005

PAGINA

01 DE 01

TEXTO

INCLUA-SE:CONSTRUÇÃO DE PASSAGEM MOLHADA NO MUNICÍPIO DE CRUZ NO ESTADO DO
CEARÁ

GND: 4

FTE: 100

MOD: 40

VALOR: 400.000,00

CANCELAMENTO

06.182.1027.0A09.0001

APOIO A CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE ÓRGÃOS REGIONAIS E MUNICIPAIS DE
DEFESA CIVIL - NACIONAL

GND: 4

FTE: 100

VALOR: 400.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRSENTE EMENDA VISA ALOCAR RECURSOS PARA CONSTRUÇÃO DE
PASSAGEM MOLHADAS POIS AS MESMAS IRÃO REOLVER O PROBLEMA DE
TRÁFEGO DE VEÍCULOS PELO INTERIOR DO MUNICÍPIO CRUZ

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

ANÍBAL GOMES

CE

PMDB

DATA

11/8/2005

ASSINATURA

EMENDA - 00052

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

ES

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN 25/2005

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

INCLUA-SE:CONSTRUÇÃO DE PASSAGEM MOLHADA NO MUNICÍPIO DE BELA CRUZ NO ESTADO DO
CEARÁ

GND: 4

FTE: 100

MOD: 40

VALOR: 400.000,00

CANCELAMENTO

06.182.1027.0A09.0001

APOIO A CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE ÓRGÃOS REGIONAIS E MUNICIPAIS DE
DEFESA CIVIL - NACIONAL

GND: 4

FTE: 100

VALOR: 400.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRSENTE EMENDA VISA ALOCAR RECURSOS PARA CONSTRUÇÃO DE
PASSAGEM MOLHADAS POIS AS MESMAS IRÃO REOLVER O PROBLEMA DE
TRÁFEGO DE VEÍCULOS PELO INTERIOR DO MUNICÍPIO BELA CRUZ

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

ANÍBAL GOMES

CE

PMDB

DATA

11/8/2005

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00053

E

PL 025/2005-CN

Mensagem: 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN 25/2005

01 DE 01

TEXTO

INCLUA-SE:CONSTRUÇÃO DE PASSAGEM MOLHADA NO MUNICÍPIO DE ITAREMA NO ESTADO DO
CEARÁ

GND: 4

FTE: 100

MOD: 40

VALOR: 400.000,00

CANCELAMENTO

06.182.1027.0A09.0001

APOIO A CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE ÓRGÃOS REGIONAIS E MUNICIPAIS DE
DEFESA CIVIL - NACIONAL

GND: 4

FTE: 100

VALOR: 400.000,00

JUSTIFICAÇÃOA PRSENTE EMENDA VISA ALOCAR RECURSOS PARA CONSTRUÇÃO DE
PASSAGEM MOLHADAS POIS AS MESMAS IRÃO REOLVER O PROBLEMA DE
TRÁFEGO DE VEÍCULOS PELO INTERIOR DO MUNICÍPIO ITAREMA

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

ANÍBAL GOMES

CE

PMDB

DATA

11/8/2005

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00054**

E

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN 25/2005

01 DE 01

TEXTO

INCLUA-SE:CONSTRUÇÃO DE PASSAGEM MOLHADA NO MUNICÍPIO DE JAGUARIBE NO ESTADO DO
CEARÁ

GND: 4

FTE: 100

MOD: 40

VALOR: 400.000,00

CANCELAMENTO

06.182.1027.0A09.0001

APOIO A CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE ÓRGÃOS REGIONAIS E MUNICIPAIS DE
DEFESA CIVIL - NACIONAL

GND: 4

FTE: 100

VALOR: 400.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRSENTE EMENDA VISA ALOCAR RECURSOS PARA CONSTRUÇÃO DE
PASSAGEM MOLHADAS POIS AS MESMAS IRÃO REOLVER O PROBLEMA DE
TRÁFEGO DE VEÍCULOS PELO INTERIOR DO MUNICÍPIO JAGUARIBE

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

ANÍBAL GOMES

CE

PMDB

DATA

ASSINATURA

11/8/2005



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00055

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN 25/200

01 DE 01

TEXTO

INCLUA-SE:CONSTRUÇÃO DE PASSAGEM MOLHADA NO MUNICÍPIO DE ACARAÚ NO ESTADO DO
CEARÁ

GND: 4

FTE: 100

MOD: 40

VALOR: 400.000,00

CANCELAMENTO

06.182.1027.0A09.0001

APOIO A CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE ÓRGÃOS REGIONAIS E MUNICIPAIS DE
DEFESA CIVIL - NACIONAL

GND: 4

FTE: 100

VALOR: 400.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRSENTE EMENDA VISA ALOCAR RECURSOS PARA CONSTRUÇÃO DE
PASSAGEM MOLHADAS POIS AS MESMAS IRÃO REOLVER O PROBLEMA DE
TRÁFEGO DE VEÍCULOS PELO INTERIOR DO MUNICÍPIO ACARAÚ.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

ANÍBAL GOMES

CE

PMDB

DATA

ASSINATURA

11/8/2005



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00056**

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

Nº 25

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Emenda Supressiva:

Suprimir do Anexo I do PL nº 25 de 2005-CN, a proposta de **Suplementação** do Programa de Trabalho 0151 PROTEÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS, GESTÃO TERRITORIAL E ETNODESENVOLVIMENTO, e Funcional Programática: 18.541.0151.8671.0001 "FOMENTO À GESTÃO AMBIENTAL EM TERRAS INDÍGENAS – Fomento à Gestão de Terras Indígenas – Nacional, no valor de R\$1.500.000, ESF. F, GND. 4, RP. 2, MOD. 90, IU. 0, FTE. 142.

Suprimir :

do Anexo II, do PL nº 25 de 2005-CN, a proposta de **Cancelamento** do Programa de Trabalho 0151 PROTEÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS, GESTÃO TERRITORIAL E ETNODESENVOLVIMENTO, e Funcional Programática: 18.541.0151.8671.0001 "FOMENTO À GESTÃO AMBIENTAL EM TERRAS INDÍGENAS – Fomento à Gestão de Terras Indígenas – Na Região Norte, no valor de R\$1.500.000, ESF. F, GND. 4, RP. 2, MOD. 90, IU. 0, FTE. 142.

JUSTIFICAÇÃO

Esta Emenda tem o objetivo de manter os recursos destinados ao Fomento à Gestão Ambiental em Terras Indígenas na Região Norte do Brasil, pois a região é a que mais vem sofrendo com o desmatamento e exploração ilegal de madeira e é onde se encontra a maior concentração de reservas e populações indígenas. O montante que está sendo cancelado, destinado originalmente a ser aplicado à proteção de Terras Indígenas já é irrelevante frente às necessidades da região, sendo mais inexpressivos se destinados à Modalidade de Aplicação Nacional. Em função do exposto, considero ser necessário manter os recursos orçamentários em questão destinados à aplicação na Região Norte, sendo este o objetivo da presente emenda.

CÓDIGO

048

NOME DO PARLAMENTAR

Dep. **EDUARDO VALVERDE**

UF

RO

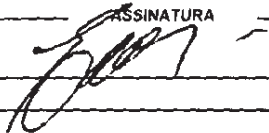
PARTIDO

PT

DATA

10/8/2005

ASSINATURA



EMENDA - 00057

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

nº 25/2005

Página

1 DE 1

TEXTO

- Incluir no Projeto "Construção e Recuperação de Obras de Infra-estrutura Hídrica", da programação do Ministério da Integração (Unidade 53204), o crédito de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) na seguinte funcional programática:

- 18.544.0515.1851.XXXX – Construção e Recuperação de Obras de Infra-estrutura Hídrica – Construção e Recuperação de Obras de Infra-estrutura Hídrica no município de Caucaia/Ceará.

Esfera: 1 ; GND: 4 ; Fonte: 100; Modalidade de Aplicação: 40; RP: 2; ID Uso: 0.

- Cancele-se nas funcional programática abaixo o montante de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais):

06.182.1027.0A09.0001 – Apoio a criação e implementação de órgãos regionais e municipais de defesa civil – nacional.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo a implementação de recursos financeiros ao OGU 2005, com vistas a construção e recuperação de obras de infra-estrutura Hídrica no município de Caucaia / Ceará.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

ZÉ GERARDO

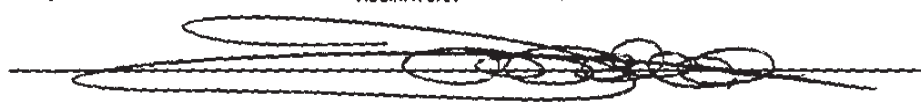
CE

PMDB

DATA

ASSINATURA

11/08/05



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00058

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

nº 25/2005

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

- Incluir no Projeto "Construção e Recuperação de Obras de Infra-estrutura Hídrica", da programação do Ministério da Integração (Unidade 53204), o crédito de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) na seguinte funcional programática:

- 18.544.0515.1851.0048 – Construção e Recuperação de Obras de Infra-estrutura Hídrica – Construção e Recuperação de Obras de Infra-estrutura Hídrica em municípios do Estado do Ceará – CE.

Esfera: 1 ; GND: 4 ; Fonte: 100; Modalidade de Aplicação: 40; RP: 2; ID Uso: 0.

- Cancele-se nas funcionais programáticas abaixo o montante de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais):

- 18.544.1047.1A16.0027;

- 18.544.1047.5824.0023;

- 18.544.1047.5828.0101.

-

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo a implementação de recursos financeiros ao OGU 2005, com vistas a construção e recuperação de obras de infra-estrutura Hídrica nos municípios abaixo informados, estado do Ceará:

Apuiarés
Barreira
Canindé
Choró
Itapajé
Morrinhos
Mulungu
Pacoti
Paramoti
Pedra Branca
Potengi
Tejuçuoca
Guaramiranga
Monsenhor Tabosa

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

ZÉ GERARDO

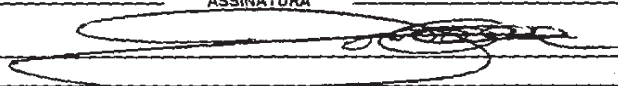
CE

PMDB

DATA

ASSINATURA

11/08/05



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00059

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI N.º 25/2005 - CN

1 de 1

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério da Integração Nacional - 53000

Unidade: Ministério da Integração Nacional - 53101

Funcional Programática : 06.182.1027.0A09.XXXX

Ação: Apoio a Criação e Implementação de órgãos Regionais e Municipais de Defesa Civil -
Afonso Cláudio - ES

GND: 4 ; MD: 30 ; Valor R\$ 100.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério da Integração Nacional - 53000

Unidade: Ministério da Integração Nacional - 53101

Funcional Programática : 06.182.1027.0A09.0001

Ação: Apoio a Criação e Implementação de órgãos Regionais e Municipais de Defesa Civil -
Nacional

GND: 4 ; MD: 30 ; Valor R\$ 100.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A aprovação desta possibilitará o apoio e a criação e implementação de órgãos municipais de defesa civil no município de Afonso Cláudio . Isto trará benefícios ao município uma vez que possibilitará um melhor atendimento a população pelo devido órgão.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

E.S

PMDB

DATA

ASSINATURA

11/08/2005

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00060**

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NUMERO
PL Nº 25/ 2005 - CNPÁGINA
1 de 1

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério da Integração Nacional - 53000

Unidade: Ministério da Integração Nacional - 53101

Funcional Programática : 06.182.1027.0A09.XXXX

Ação: Apoio a Criação e Implementação de órgãos Regionais e Municipais de Defesa Civil -
Boa Esperança - ES

GND: 4 ; MD: 30 ; Valor R\$ 100.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério da Integração Nacional - 53000

Unidade: Ministério da Integração Nacional - 53101

Funcional Programática : 06.182.1027.0A09.0001

Ação: Apoio a Criação e Implementação de órgãos Regionais e Municipais de Defesa Civil -
Nacional

GND: 4 ; MD: 30 ; Valor R\$ 100.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A aprovação desta possibilitará o apoio e a criação e implementação de órgãos municipais de defesa civil no município de Boa Esperança . Isto trará benefícios ao município uma vez que possibilitará um melhor atendimento a população pelo devido órgão.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

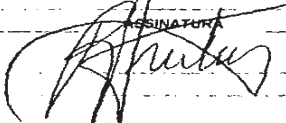
E.S

PMDB

DATA

11/08/2005

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00061**

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NUMERO
PL Nº 25/ 2005 - CNPÁGINA
1 de 1

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério da Integração Nacional - 53000

Unidade: Ministério da Integração Nacional - 53101

Funcional Programática : 06.182.1027.0A09.XXXX

Ação: Apoio a Criação e Implementação de órgãos Regionais e Municipais de Defesa Civil -
Governador Lindenberg - ES

GND: 4 ; MD: 30 ; Valor R\$ 100.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério da Integração Nacional - 53000

Unidade: Ministério da Integração Nacional - 53101

Funcional Programática : 06.182.1027.0A09.0001

Ação: Apoio a Criação e Implementação de órgãos Regionais e Municipais de Defesa Civil -
Nacional

GND: 4 ; MD: 30 ; Valor R\$ 100.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A aprovação desta possibilitará o apoio e a criação e implementação de órgãos municipais de defesa civil no município de Governador Lindenberg. Isto trará benefícios ao município uma vez que possibilitará um melhor atendimento a população pelo devido órgão.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

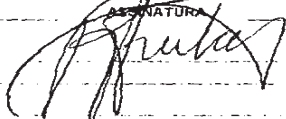
E.S

PMDB

DATA

11/08/2005

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00062

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PL Nº 25/ 2005 - CNPÁGINA
1 de 1

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério do Meio Ambiente - 44000

Unidade: Fundo Nacional de Meio Ambiente - 44901

Funcional Programática : 18.512.8007.6459.XXXX

Ação: Fomento a Projetos de Gerenciamento e Disposição de Resíduos em Municípios com população entre 30.000 e 250.000 habitantes – Afonso Cláudio - ES

GND: 3 ; MD: 50 ; Valor R\$ 100.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério do Meio Ambiente - 44000

Unidade: Fundo Nacional de Meio Ambiente - 44901

Funcional Programática : 18.541.0151.8671.0001

Ação: Fomento a gestão Ambiental em Terras Indígenas – Nacional

GND: 3 ; MD: 50 ; Valor R\$ 100.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A aprovação desta possibilitará a melhoria de gerenciamento e disposições de resíduos no município de Afonso Cláudio. Estes fomentos e projetos de gerenciamento irão possibilitar uma melhor qualidade de vida da população, além de uma melhoria na qualidade no município.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

E.S

PMDB

DATA

ASSINATURA

11/08/2005

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00063

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PL Nº 25/ 2005 - CN

1 de 1

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério do Meio Ambiente - 44000

Unidade: Fundo Nacional de Meio Ambiente - 44901

Funcional Programática : 18.512.8007.6459.XXXX

Ação: Fomento a Projetos de Gerenciamento e Disposição de Resíduos em Municípios com população entre 30.000 e 250.000 habitantes – Domingos Martins - ES

GND: 3 ; MD: 50 ; Valor R\$ 100.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério do Meio Ambiente - 44000

Unidade: Fundo Nacional de Meio Ambiente - 44901

Funcional Programática : 18.541.0151.8671.0001

Ação: Fomento a gestão Ambiental em Terras Indígenas – Nacional

GND: 3 ; MD: 50 ; Valor R\$ 100.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A aprovação desta possibilitará a melhoria de gerenciamento e disposições de resíduos no município de Domingos Martins. Estes fomentos e projetos de gerenciamento irão possibilitar uma melhor qualidade de vida da população, além de uma melhoria na qualidade no município.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

E.S

PMDB

DATA

ASSINATURA

11/08/2005

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00064

PL 025/2005-CN

Mensagem 0082/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PL Nº 25/ 2005 - CN

1 de 1

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério da Integração Nacional - 53000

Unidade: Ministério da Integração Nacional - 53101

Funcional Programática : 06.182.1027.0A09.XXXX

Ação: Apoio a Criação e Implementação de órgãos Regionais e Municipais de Defesa Civil –
Iúna - ES

GND: 4 ; MD: 30 ; Valor R\$ 100.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério da Integração Nacional - 53000

Unidade: Ministério da Integração Nacional - 53101

Funcional Programática : 06.182.1027.0A09.0001

Ação: Apoio a Criação e Implementação de órgãos Regionais e Municipais de Defesa Civil –
Nacional

GND: 4 ; MD: 30 ; Valor R\$ 100.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A aprovação desta possibilitará o apoio e a criação e implementação de órgãos municipais de defesa civil no município de Iúna. Isto trará benefícios ao município uma vez que possibilitará um melhor atendimento a população pelo devido órgão.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

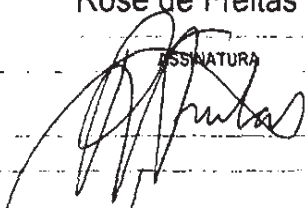
E.S

PMDB

DATA

ASSINATURA

11/08/2005



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Emendas
AO
PROJETO DE LEI
N.º 26/2005-CN

MENSAGEM
N.º 00083, de 2005 – CN
(Nº 0480/2005, na origem)

Ementa: “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito suplementar no valor de R\$ 5.900.000,00 (cinco milhões e novecentos mil reais), para reforço de dotações constante da Lei Orçamentária.”

Índice de Emendas
PLN: 026/2005 EMENDA

		Total por Parlamentar
BISMARCK MAIA	00002 e 00003	2
EDUARDO SCIARRA	00004	1
ROSE DE FREITAS	00005 a 00015	11
WILSON SANTIAGO	00001	1
Total de Emendas:		15

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00002

PL 026/2005-CN

Mensagem 0083/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PLN 26/2005PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

Suplementar no Programa de Trabalho do Anexo I, recursos, na forma abaixo especificada:

Órgão: 28000 – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Unidade: 28101 – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Funcional Programática: 23.846.8021.0494.0001 – Apoio à Implantação de Telecentros de Informação e Negócios - Nacional

GND: 4; Fonte: 172; Valor: R\$ 1.000.000,00

Como consequência, solicito o cancelamento dos seguintes recursos, constantes do Anexo I:

Órgão: 28000 – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Unidade: 28101 – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Funcional Programática: 22.126.0412.5074.0001 – Modernização do Sistema Integrado de Informação e Operação para o Comércio Exterior – SISCOMEX -Nacional

GND: 3; Fonte: 172; Valor: R\$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo, destinar recursos para implantação de telecentros de informação e negócios nos municípios de Aiuaba, Aquiraz, Aracati, Barroquinha, Catarina, Chaval, Eusébio, Fortim, Icapuí, Iguatu, Ipueiras, Jaguaribara, Mombaça, Pacoti, Palhano, Poranga, Potiretama e Tianguá, no estado do Ceará.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

1239

Deputado Bismarck Maia

CE

PSDB

DATA

10/08/2005

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00003

PL 026/2005-CN

Mensagem 0083/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PLN 26/2005PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

Suplementar no Programa de Trabalho do Anexo I, recursos, na forma abaixo especificada:

Órgão: 28000 – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Unidade: 28101 – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Funcional Programática: 23.691.1016.6514.0001 – Estruturação de Núcleos Produtivos do Segmento Artesanal - Nacional

GND: 3; Fonte: 172; Valor: R\$ 1.000.000,00

Como consequência, solicito o cancelamento dos seguintes recursos, constantes do Anexo I:

Órgão: 28000 – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Unidade: 28101 – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Funcional Programática: 22.126.0412.5074.0001 – Modernização do Sistema Integrado de Informação e Operação para o Comércio Exterior – SISCOMEX -Nacional

GND: 3; Fonte: 172; Valor: R\$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo, destinar recursos para implantação de telecentros de informação e negócios nos municípios de Aiuaba, Aquiraz, Aracati, Barroquinha, Catarina, Chaval, Eusébio, Fortim, Icapuí, Iguatu, Ipueiras, Jaguaribara, Mombaça, Pacoti, Palhano, Poranga, Potiretama e Tianguá, no estado do Ceará.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

1239

Deputado Bismarck Maia

CE

PSDB

DATA

10/08/2005

ASSINATURA

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00004

PL 026/2005-CN

Mensagem 0083/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO 26/2005	PÁGINA DE
---------------------	----------------------------------	--------------

TEXTO

SUPLEMENTAR:

ÓRGÃO : 2800 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR
UN - 28101

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA : 22.661.0419.2374.0014 APOIO À INSTALAÇÃO DE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS
CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO INDUSTRIAL EM MUNICÍPIOS - ESTADO DO PARANÁ

VALOR : R\$ 500.000,00

GND : 4

MODALIDADE : 40

CANCELAR :

ÓRGÃO : 2800 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR

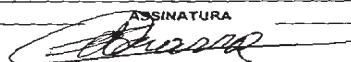
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA : 22.126.0412.5074.0001 - MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÃO E
OPERAÇÃO PARA O COMÉRCIO EXTERIOR.

MODALIDADE : 90

Valor : R\$ 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Viabilizar a construção de barracões industriais em vários municípios do Paraná, que servem de estímulo à instalação de micro e pequenas empresas.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	EDUARDO SCIARRA	PR	PFL
DATA	ASSINATURA		
11/08/2005			

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00005

PL 026/2005-CN

Mensagem 0083/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PL Nº 26/ 2005 - CN	1 de 1
---------------------	--	--------

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior- 28000

Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior- 28101

Funcional Programática : 22.661.0812.2768.0001

Ação: Fóruns de Competitividade das Cadeias Produtivas - Nacional

GND: 3 ; MD: 90 ; Valor R\$ 150.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior- 28000

Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior- 28101

Funcional Programática : 22.162.0412.5074.0001

Ação: Modernização do Sistema Integrado de Informação e operação para o comércio Exterior -
Siscomex - Nacional

GND: 3 ; MD: 90 ; Valor R\$ 150.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O incentivo a criação de fóruns de competitividade das cadeias produtivas possibilitam que o nosso país possa desenvolver-se, ainda mais, para o desenvolvimento de suas cadeias produtivas. O acatamento desta emenda faz com que novos empregos sejam criados, pois possibilita um desenvolvimento em nossas indústrias e comércios tanto interno quanto externo. O Estado do Espírito Santo, que representa um forte crescimento em sua economia, necessita destes fóruns para fortalecer ainda mais suas cadeias produtivas. Esta troca de informações previstas nestes fóruns, fortalecerá, ainda mais, a economia capixaba.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Rose de Freitas	ES	PMDB
DATA	ASSINATURA		
09/08/2005			

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00006**

PL 026/2005-CN

Mensagem 0083/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PL Nº 26/ 2005 - CNPÁGINA
1 de 1

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior- 28000

Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior- 28101

Funcional Programática : 22.661.0812.2768.0001

Ação: Fóruns de Competitividade das Cadeias Produtivas - Nacional

GND: 3 ; MD: 90 ; Valor R\$ 50.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior- 28000

Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior- 28101

Funcional Programática : 22.126.0412.5074.0001

Ação: Modernização do Sistema Integrado de Informação e operação para o comércio Exterior -
Siscomex - Nacional

GND: 3 ; MD: 90 ; Valor R\$ 50.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O incentivo à criação de fóruns de competitividade das cadeias produtivas possibilitará que o município de Santa Maria de Jetibá possa desenvolver-se, ainda mais, com a geração de novos postos de trabalho e, consequentemente o fortalecimento econômico. O acatamento desta emenda fará com que o Estado do Espírito Santo, que representa um papel importante na economia brasileira, possa se beneficiar com essa troca de informações, fortalecendo os segmentos industrial e comercial, interno e externamente.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

E.S

PMDB

DATA

10/08/2005

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00007**

PL 026/2005-CN

Mensagem 0083/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PL Nº 26/ 2005 - CNPÁGINA
1 de 1

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior- 28000

Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior- 28101

Funcional Programática : 22.661.0812.2768.0001

Ação: Fóruns de Competitividade das Cadeias Produtivas - Nacional

GND: 3 ; MD: 90 ; Valor R\$ 50.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior- 28000

Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior- 28101

Funcional Programática : 22.126.0412.5074.0001

Ação: Modernização do Sistema Integrado de Informação e operação para o comércio Exterior -
Siscomex - Nacional

GND: 3 ; MD: 90 ; Valor R\$ 50.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O incentivo à criação de fóruns de competitividade das cadeias produtivas possibilitará que o município de Muniz Freire possa desenvolver-se, ainda mais, com a geração de novos postos de trabalho e, consequentemente o fortalecimento econômico. O acatamento desta emenda fará com que o Estado do Espírito Santo, que representa um papel importante na economia brasileira, possa se beneficiar com essa troca de informações, fortalecendo os segmentos industrial e comercial, interno e externamente.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

E.S

PMDB

DATA

10/08/2005

ASSINATURA

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00008

PL 026/2005-CN

Mensagem 0083/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PL Nº 26/ 2005 - CNPÁGINA
1 de 1

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior- 28000

Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior- 28101

Funcional Programática : 22.661.0812.2768.0001

Ação: Fóruns de Competitividade das Cadeias Produtivas - Nacional

GND: 3 ; MD: 90 ; Valor R\$ 50.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior- 28000

Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior- 28101

Funcional Programática : 22.126.0412.5074.0001

Ação: Modernização do Sistema Integrado de Informação e operação para o comércio Exterior – Siscomex - Nacional

GND: 3 ; MD: 90 ; Valor R\$ 50.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O incentivo à criação de fóruns de competitividade das cadeias produtivas possibilitará que o município de Iúna possa desenvolver-se, ainda mais, com a geração de novos postos de trabalho e, consequentemente o fortalecimento econômico. O acatamento desta emenda fará com que o Estado do Espírito Santo, que representa um papel importante na economia brasileira, possa se beneficiar com essa troca de informações, fortalecendo os segmentos industrial e comercial, interno e externamente.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

E.S

PMDB

DATA

ASSINATURA

10/08/2005

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00009

PL 026/2005-CN

Mensagem 0083/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PL Nº 26/ 2005 - CNPÁGINA
1 de 1

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior- 28000

Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior- 28101

Funcional Programática : 22.661.0812.2768.0001

Ação: Fóruns de Competitividade das Cadeias Produtivas - Nacional

GND: 3 ; MD: 90 ; Valor R\$ 50.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior- 28000

Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior- 28101

Funcional Programática : 22.126.0412.5074.0001

Ação: Modernização do Sistema Integrado de Informação e operação para o comércio Exterior – Siscomex - Nacional

GND: 3 ; MD: 90 ; Valor R\$ 50.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O incentivo à criação de fóruns de competitividade das cadeias produtivas possibilitará que o município de Itaguaçu possa desenvolver-se, ainda mais, com a geração de novos postos de trabalho e, consequentemente o fortalecimento econômico. O acatamento desta emenda fará com que o Estado do Espírito Santo, que representa um papel importante na economia brasileira, possa se beneficiar com essa troca de informações, fortalecendo os segmentos industrial e comercial, interno e externamente.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

E.S

PMDB

DATA

ASSINATURA

10/08/2005

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00010

PL 026/2005-CN

Mensagem 0083/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PL Nº 26/ 2005 - CNPÁGINA
1 de 1

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior- 28000
 Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior- 28101
 Funcional Programática : 22.661.0812.2768.0001
 Ação: Fóruns de Competitividade das Cadeias Produtivas - Nacional
 GND: 3 ; MD: 90 ; Valor R\$ 50.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior- 28000
 Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior- 28101
 Funcional Programática : 22.126.0412.5074.0001
 Ação: Modernização do Sistema Integrado de Informação e operação para o comércio Exterior –
 Siscomex - Nacional
 GND: 3 ; MD: 90 ; Valor R\$ 50.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O incentivo à criação de fóruns de competitividade das cadeias produtivas possibilitará que o município de Domingos Martins possa desenvolver-se, ainda mais, com a geração de novos postos de trabalho e, conseqüentemente o fortalecimento econômico. O acatamento desta emenda fará com que o Estado do Espírito Santo, que representa um papel importante na economia brasileira, possa se beneficiar com essa troca de informações, fortalecendo os segmentos industrial e comercial, interno e externamente.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

E.S

PMDB

DATA

10/08/2005

ASSINATURA

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00011

PL 026/2005-CN

Mensagem 0083/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PL Nº 26/ 2005 - CNPÁGINA
1 de 1

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior- 28000
 Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior- 28101
 Funcional Programática : 22.661.0812.2768.0001
 Ação: Fóruns de Competitividade das Cadeias Produtivas - Nacional
 GND: 3 ; MD: 90 ; Valor R\$ 50.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior- 28000
 Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior- 28101
 Funcional Programática : 22.126.0412.5074.0001
 Ação: Modernização do Sistema Integrado de Informação e operação para o comércio Exterior –
 Siscomex - Nacional
 GND: 3 ; MD: 90 ; Valor R\$ 50.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O incentivo à criação de fóruns de competitividade das cadeias produtivas possibilitará que o município de Conceição do Castelo possa desenvolver-se, ainda mais, com a geração de novos postos de trabalho e, conseqüentemente o fortalecimento econômico. O acatamento desta emenda fará com que o Estado do Espírito Santo, que representa um papel importante na economia brasileira, possa se beneficiar com essa troca de informações, fortalecendo os segmentos industrial e comercial, interno e externamente.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

E.S

PMDB

DATA

10/08/2005

ASSINATURA

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

INSTRUÇÕES NO VERSO

 PROJETO DE LEI N.
PL Nº 26/ 2005 - CN

EMENDA - 00012
PL 026/2005-CN

Mensagem 0083/2005-CN

1 de 1

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior- 28000
 Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior- 28101
 Funcional Programática : 22.661.0812.2768.0001
 Ação: Fóruns de Competitividade das Cadeias Produtivas - Nacional
 GND: 3 ; MD: 90 ; Valor R\$ 50.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior- 28000
 Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior- 28101
 Funcional Programática : 22.126.0412.5074.0001
 Ação: Modernização do Sistema Integrado de Informação e operação para o comércio Exterior –
 Siscomex - Nacional
 GND: 3 ; MD: 90 ; Valor R\$ 50.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O incentivo à criação de fóruns de competitividade das cadeias produtivas possibilitará que o município de Brejetuba possa desenvolver-se, ainda mais, com a geração de novos postos de trabalho e, consequentemente o fortalecimento econômico. O acatamento desta emenda fará com que o Estado do Espírito Santo, que representa um papel importante na economia brasileira, possa se beneficiar com essa troca de informações, fortalecendo os segmentos industrial e comercial, interno e externamente.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

E.S

PMDB

DATA

10/08/2005

ASSINATURA

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

INSTRUÇÕES NO VERSO

 PROJETO DE LEI NÚMERO
PL Nº 26/ 2005 - CN

EMENDA - 00013
PL 026/2005-CN
Mensagem 0083/2005-CN

1 de 1

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior- 28000
 Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior- 28101
 Funcional Programática : 22.661.0812.2768.0001
 Ação: Fóruns de Competitividade das Cadeias Produtivas - Nacional
 GND: 3 ; MD: 90 ; Valor R\$ 50.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior- 28000
 Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior- 28101
 Funcional Programática : 22.126.0412.5074.0001
 Ação: Modernização do Sistema Integrado de Informação e operação para o comércio Exterior –
 Siscomex - Nacional
 GND: 3 ; MD: 90 ; Valor R\$ 50.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O incentivo à criação de fóruns de competitividade das cadeias produtivas possibilitará que o município de Boa Esperança possa desenvolver-se, ainda mais, com a geração de novos postos de trabalho e, consequentemente o fortalecimento econômico. O acatamento desta emenda fará com que o Estado do Espírito Santo, que representa um papel importante na economia brasileira, possa se beneficiar com essa troca de informações, fortalecendo os segmentos industrial e comercial, interno e externamente.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

E.S

PMDB

DATA

10/08/2005

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00014**
PL 026/2005-CN
Mensagem 0083/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PL Nº 26/ 2005 - CNPÁGINA
1 de 1

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior- 28000

Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior- 28101

Funcional Programática : 22.661.0812.2768.0001

Ação: Fóruns de Competitividade das Cadeias Produtivas - Nacional

GND: 3 ; MD: 90 ; Valor R\$ 50.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior- 28000

Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior- 28101

Funcional Programática : 22.126.0412.5074.0001

Ação: Modernização do Sistema Integrado de Informação e operação para o comércio Exterior - Siscomex - Nacional

GND: 3 ; MD: 90 ; Valor R\$ 50.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O incentivo à criação de fóruns de competitividade das cadeias produtivas possibilitará que o município de Venda Nova do Imigrante possa desenvolver-se, ainda mais, com a geração de novos postos de trabalho e, conseqüentemente o fortalecimento econômico. O acatamento desta emenda fará com que o Estado do Espírito Santo, que representa um papel importante na economia brasileira, possa se beneficiar com essa troca de informações, fortalecendo os segmentos industrial e comercial, interno e externamente.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

E.S

PMDB

DATA

10/08/2005

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00015**

PL 026/2005-CN

Mensagem 0083/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PL Nº 26/ 2005 - CNPÁGINA
1 de 1

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior- 28000

Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior- 28101

Funcional Programática : 22.661.0812.2768.0001

Ação: Fóruns de Competitividade das Cadeias Produtivas - Nacional

GND: 3 ; MD: 90 ; Valor R\$ 50.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior- 28000

Unidade: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior- 28101

Funcional Programática : 22.126.0412.5074.0001

Ação: Modernização do Sistema Integrado de Informação e operação para o comércio Exterior - Siscomex - Nacional

GND: 3 ; MD: 90 ; Valor R\$ 50.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O incentivo à criação de fóruns de competitividade das cadeias produtivas possibilitará que o município de Santa Tereza possa desenvolver-se, ainda mais, com a geração de novos postos de trabalho e, conseqüentemente o fortalecimento econômico. O acatamento desta emenda fará com que o Estado do Espírito Santo, que representa um papel importante na economia brasileira, possa se beneficiar com essa troca de informações, fortalecendo os segmentos industrial e comercial, interno e externamente.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

E.S

PMDB

DATA

10/08/2005

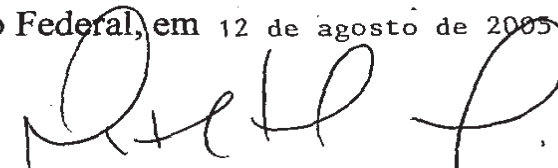
ASSINATURA

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 3290 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012.413/05-4**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SÉRGIO AUGUSTO COIMBRA DOS SANTOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Segunda Suplência da Mesa Diretora.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2005.



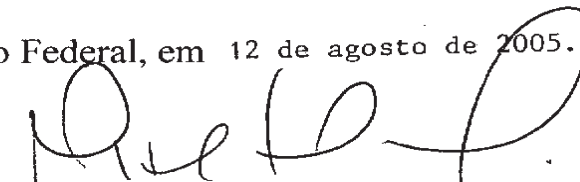
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 3291 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012365/05-0**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **GISELLE RIBEIRO**, matrícula n.º 172872, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Romero Jucá.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2005.



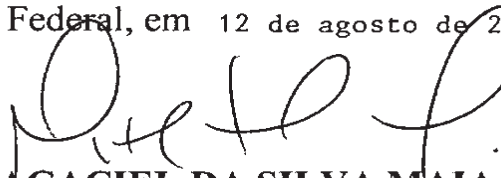
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3292 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012365/05-0,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ALEXANDRE JARDIM DE SOUZA** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Romero Jucá.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3293 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 012425/05-2,

RESOLVE dispensar a servidora **ANGÉLICA PASSARINHO MESQUITA**, matrícula 24846, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Comissão Adjunto, Símbolo FC-7, da Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito, com efeitos financeiros a partir de 10 de agosto de 2005, mantendo-a lotada no mesmo Órgão.

Senado Federal, 12 de agosto de 2005.

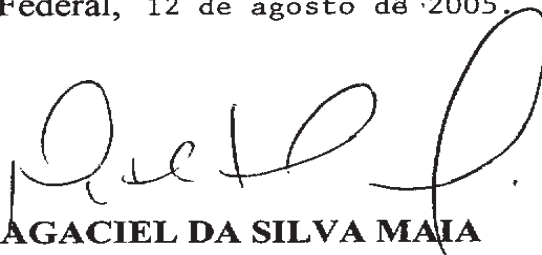

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3294 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 012462/05-5,

RESOLVE dispensar o servidor **CARLOS ALBERTO BASTOS DE MACEDO**, matrícula 32600, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Paulo Octavio, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Terceira Secretaria, a partir de 10 de agosto de 2005.

Senado Federal, 12 de agosto de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3295 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 012517/05-4,

RESOLVE dispensar a servidora **MARIA CRISTINA SILVA MONTEIRO**, matrícula 54966, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Recepção e Contatos da Coordenação de Eventos, da Secretaria de Relações Públicas, com efeitos financeiros a partir de 10 de agosto de 2005, mantendo-a lotada no mesmo Órgão.

Senado Federal, 12 de agosto de 2005.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 3296 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 012488/05-4,

RESOLVE designar o servidor **JOSÉ CARLOS MATTE**, matrícula 52404, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria de Segurança Legislativa, a partir de 10 de agosto de 2005.

Senado Federal, 12 de agosto de 2005.



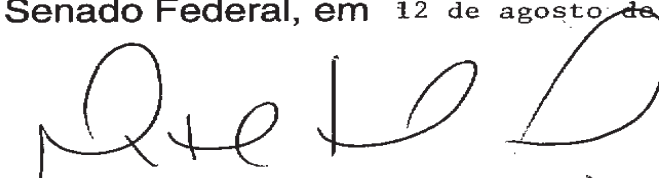
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 3297 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta dos Processos n.ºs **012.104/05-1** e **012.431/05-2**,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 3198, publicado no Boletim de Pessoal do Senado Federal n.º 3292, de 08/08/2005, que nomeou **CÍCERA FREIRE DA SILVA**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 3298 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta dos **Processos n.ºs 012.104/05-1 e 012.431/05-2**,

R E S O L V E tornar sem efeito a exoneração de **VALTER FREIRE DA SILVA** do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria, constante do Ato do Diretor-Geral n.º 3196, de 05/08/2005, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3292, de 28/08/2005.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 3299 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 010.695/05-2,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2978, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3271, de 08/07/2005, que nomeou **MÁRIO LUIZ VIEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Romeu Tuma, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2005.



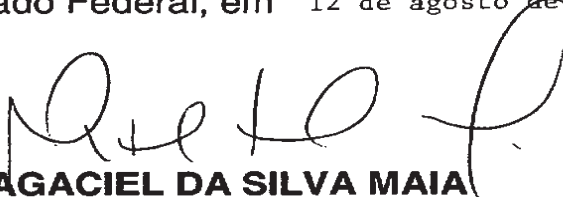
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 3300 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 010.689/05-2,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2974, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3271, de 08/07/2005, que nomeou **UMBELINA LEMOS MAIA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Romeu Tuma, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2005.

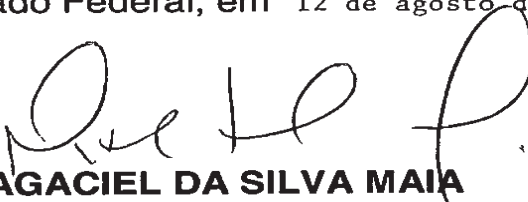

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 3301 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta dos Processos n.ºs 004.286/05-7, 006.834/05-1 e 009.987/05-3,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2936, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3269, de 06/07/2005, que nomeou **MÁRIO APARECIDO MOREIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Senado Federal, com lotação e exercício na Comissão de Assuntos Econômicos, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3302 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008134/05-7,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 2935, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3269, de 06/07/2005, que nomeou **ANDRÉ PINTO GARCIA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Paulo Paim, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2005.



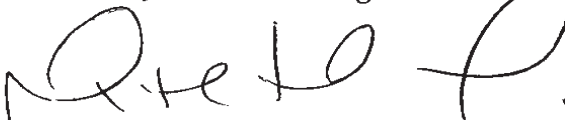
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3303 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012567/05-1,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **CHARLES ACHCAR CHELALA**, matrícula n.º 167372, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador João Capiberibe.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2005.



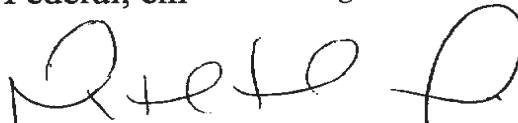
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3304 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012591/05-0**,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARIA REGINA SCARASSATI**, matrícula n.º 188030, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete da Terceira Secretaria.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2005.

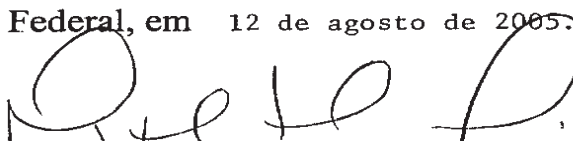

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3305 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012568/05-8**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MÁRIO APARECIDO MOREIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício na Comissão de Assuntos Econômicos.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2005.

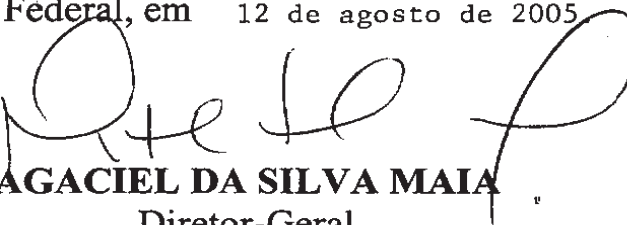

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 3306 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012588/05-9**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ADAIL MACEDO DA SILVA RODRIGUES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Terceira Secretaria.

Senado Federal, em 12 de agosto de 2005


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Ribamar Fiquene	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PMDB	Mauro Fecury	P - SOL	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	BLOCO - PT	Tião Viana
	GOIÁS	P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soares	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Gilberto Goellner		DISTRITO FEDERAL
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	PP	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	BLOCO - PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim		TOCANTINS
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Moraes		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUÍ	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

10-8-2005

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES		
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho (Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo (Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo (Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares (Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho (Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares (Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello (Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente (Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira (Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM
CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA
PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**

(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilhou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Paulo Rocha (PT-PA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 04.05.2005

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador CRISTOVAM BUARQUE Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTE
------------------	-----------------

BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PTB/PL/PPS)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.

PDT

	1.
--	----

P-SOL (Resolução nº 2/2000-CN)

	1 GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL/AC)
--	--------------------------------------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
------------------	-----------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PT/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
-------------------------	---

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
---------------------------	----------------------------

PTB

ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL SOUZA (PL/RO)
-----------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PPS/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> PAULO ROCHA PT-PA	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 04.05.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49
Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900
Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



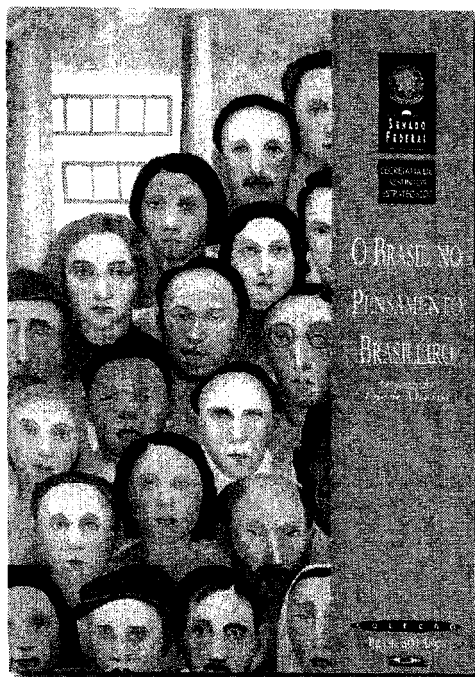
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Brasil no Pensamento Brasileiro

Coleção Brasil 500 Anos

"Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djacir Meneses.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 246 PÁGINAS